MARIA LUIZA BERTULINI QUEIROZ

A VILA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

1737-1822

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Florianópolis

1985

A VILA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

1737-1822

por

MARIA LUIZA BERTULINI QUEIROZ

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, pela Comissão formada pelos professores:

ORIENTADOR: ______________________________

Prof. Dr. Walter Fernando Piazza

____

Prof. Dr. João José Planella

____

Prof. Dr. Carlos Humberto P. Corrêa

Florianópolis, 10 de julho de 1985.

AGRADECIMENTOS

Externo meus sinceros agradecimentos:

. ao Prof. Dr. Walter Fernando Piazza, pela orientação competente, lúcida e desinteressada, dedicada à concretização de nossa proposta de trabalho;

. à Fundação Universidade do Rio Grande, através do seu corpo dirigente e dos docentes do Departamento de Biblioteconomia e História, por ter tornado possível a realização deste trabalho;

. ao Prof. Dr. Carlos Humberto Corrêa, Coordenador do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, e ao seu corpo docente e administrativo, pelo estímulo, apoio, colaboração e ensinamentos valiosos;

. ao Sr. Bispo D. Frederico Didonet, que nos permitiu o acesso irrestrito ao valioso acervo documental da Diocese do Rio Grande, e ao Diácono Sr. Ricardo Furlanetto, de quem recebemos sempre manifestação de compreensão, apoio e estímulo ao longo dos três anos de trabalho neste arquivo;

. aos diretores e funcionários das Bibliotecas, Arquivos e Institutos especializados a que recorremos e que, sem exceção, nos deram o mais carinhoso e entusiástico acolhimento e a colaboração viva e eficiente para o atendimento de nossas sempre complexas solicitações;

. a Ida Lima Montiel, que abraçou com indizível dedica-

cação e eficiência a difícil tarefa de transcrição dos Livros Paroquiais de eventos vitais e de assessoramento à reconsti - tuição de famílias, que não se teria viabilizado não fosse seu despreendimento em exceder em incontáveis horas, ao longo de dois anos consecutivos, o seu compromisso de trabalho;

. à Bibliotecária Solange Maidano, pela doação de incontáveis horas com dedicação e eficiência à árdua tarefa de ordenação de nossas referências bibliográficas, e à Professora Henriqueta Graciela de Cuartas, pela valiosa crítica e colaboração na execução desta tarefa;

. a Rossane Sucupira Souza, que com paciência, dedicação e competência se desincumbiu, com todo o mérito, da ingrata tarefa de datilografar e dar forma ao nosso trabalho;

. a todos aqueles parentes, amigos, colegas e alunos que acreditaram em nosso trabalho;

. ao Célio, marido, amigo e companheiro, que com estímulo e confiança inabaláveis nos conduziu ao fim desta jornada.

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ANEXOS

LISTA DE ABREVIATURAS

Apud	citado por
Cf.	confer (compare, confira)
e.g.	exempli gratia (por exemplo)
Ibidem	na mesma obra
Mss.	manuscrito
op. cit.	opere citado (na obra citada)
segs.	que se segue

RESUMO

O presente trabalho constitui uma síntese da evolução sócio-econômica da Vila do Rio Grande de São Pedro em seu período colonial (1737-1822). Os aspectos político-administrativos desta evolução são analisados com a ênfase necessária e imprescindível à compreensão do processo de gestação e desenvolvimento da povoação, e a sua inserção no contexto geo-político rio-platino tornou obrigatória a vinculação desta análise aos princípios, atos e reflexos da política de equilíbrio europeu. Em sua realização valemo-nos fundamentalmente de documentação contemporânea (manuscrita e editada), que enriquecemos com o levantamento dos registros de eventos vitais (casamentos, batismos e ótbitos) e com a reconstituição das famílias da Freguesia do Rio Grande de São Pedro no mesmo período, segundo a metodologia desenvolvida pela História Demográfica. Toda a análise repousa sobre vasta produção historiográfica e tem a preocupação de situar-se em relação a ela.

ABSTRACT

This work studies the socio-economic evolution of the Rio Grande de São Pedro Village in its colonial period (1737-1822). The political and administrative aspects are analysed with the purpose to understand the birth and development process of its population. The analyses of the geo-political context of the La Plata river's region becamesobligatory to relate this analysis to the principles, acts and reflection of the European equilibrium power politics. To accomplish this task, primary and secundary sources are analysed. Also this work is based on the analysis of vital events (marriages, baptisms and deaths) registered in the parish records of the Freguesia do Rio Grande de São Pedro and the reconstitution of families following the methodology developed by the modern french school of Historical Demography. In short the purpose of this work is twofold. On one hand is a descriptive analysis of the Rio Grande de São Pedro Village. On the other hand this study tries to achieve a critical analysis of the political, economical and social assumptions of the Portuguese colonization of southern Brazil based on the existent current historiography.

INTRODUÇÃO

Nos quadros da história colonial brasileira da primeira metade do século XVIII, o estabelecimento do presídio e colônia do Rio Grande de São Pedro constitui fato primordial da expansão do império português na América. Situada no contexto geo-político platino, a colônia do Rio Grande teve sua trajetória histórica ao longo do século XVIII e inícios do século XIX fortemente atrelada aos acontecimentos político-militares que delineiam o processo de definição de fronteiras do Brasil Meridional, em que se insere a própria gestação da conformação político-geográfica da Capitania do Rio Grande de São Pedro. Na historiografia do período colonial gaúcho tem prevalecido o enfoque do seu papel como baluarte fronteiriço, mas ainda nesta abordagem, tem recebido tratamento secundário dentro dos grandes temas que definem esse processo, a começar pelo próprio ato de fundação do presídio, envolvido pelo fato maior que foi a grande expedição lusa enviada ao Rio da Prata em 1736, em resposta ao cerco espanhol à Colônia do Sacramento. Para a historiografia brasileira, o baluarte ressurge treze anos mais tarde, já como Vila do Rio Grande de São Pedro, como base de apoio estratégico à expedição de demarcação do Tratado de Madri, ou referenciada como ponto de entrada de "alguns" dos casais açorianos que na mesma época chegavam ao "continente". Durante a década de cinqüenta a historiografia acompanha os acontecimentos que envolvem a expedição de Gomes Freire, e em especial os episódios da "Guerra Guaranítica". Um novo ciclo de treze anos transcorre desde a chegada da expedição, e a Vila reaparece, então, na vasta

produção historiográfica dedicada à invasão de D. Pedro de Cevallos ao Rio Grande, mas durante os treze anos de sua ocupação, o foco de atenção dos historiadores transfere-se para os acontecimentos militares da parte do norte do canal, onde arma-se a resistência, e para os novos baluartes de defesa da expansão para o interior, que são Rio Pardo e Viamão. Configura-se, durante o período de dominação espanhola, a nova situação político-militar que prevalecerá após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, e a transferência da sede do govêrno para Porto Alegre em caráter definitivo fixa afetivamente o novo centro de atenções do território. O horizonte geográfico da historiografia colonial brasileira e regional, referente ao Rio Grande do Sul, é delimitado pela evolução desses fatos.

Na década de oitenta, fatos econômicos importantes marcam a história da Capitania e em particular da Freguesia do Rio Grande: tem início a era das charqueadas, paralelamente à aplicação de uma política oficial fomentista para o setor agrícola. Ao iniciar-se o século XIX a Capitania estará finalmente vinculada aos mercados do norte e do centro do país, e através deste ao mercado internacional. Nessa nova fase da história gaúcha, a função militar da Vila do Rio Grande cede lugar à função comercial, que deverá caracterizá-la ao final do período colonial e ainda pelo Império. A historiografia regional registra o surgimento desta nova função, e caracteriza-a a partir, basicamente, dos mapas estatísticos de comércio da Capitania e dos relatos de viajantes estrangeiros que por ela passaram em princípios do século XIX. Prevalece ainda, portanto, uma visão determinista e superficial da evolução sócio

econômica da Freguesia e da Vila do Rio Grande; o esfôrço de análise, a esta altura, consiste no estabelecimento de uma viva "competição" entre as novas e promissoras áreas da Freguesia, como Pelotas, e a antiga sede.

O objetivo deste trabalho consiste fundamentalmente em ampliar a análise da participação da Vila do Rio Grande na formação colonial do Rio Grande do Sul, com a colocação de novos dados sobre a sua dinâmica demográfica, social, econômica, política e institucional. Buscamos com a mesma ênfase colocar uma nova visão compreensiva dos fatos políticos e militares que atrelam a sua existência ao processo histórico de formação do território. O esboço de reconstituição da sociedade colonial rio-grandina objetiva fornecer uma legítima contribuição à compreensão histórica da formação social do Rio Grande do Sul, sobretudo no que respeita a temas como a ocupação inicial do território e a identificação das estruturas sócio-econômicas rural e urbana forjadas nesse processo, em que se inclui a tentativa de identificar a formação e dimensões do setor escravocrata dentro do período que vai do estabelecimento da colônia até a invasão espanhola, por constituir o mais obscuro no campo da pesquisa histórica e sociológica que busca compor os quadros do escravismo no Brasil Meridional, enquanto seja fundamental para seu esclarecimento.

Tivemos que aceitar as limitações impostas pela carência de documentação para uma análise social mais completa. O resultado obtido deriva, basicamente, do levantamento dos Livros de Registros de Batismos, Casamentos e Óbitos da Freguesia do Rio Grande no período de 1737 a 1822, com a reconsti-

tuição de famílias, processados segundo as técnicas de pesquisa e análise propostas por Louis HENRY para a História Demográfica, com as adaptações aos registros eclesiásticos brasileiros elaborados por Lawrence James NIELSEN*.

O acervo de fontes tradicionais manuscritas e impressas foi investigado em função dos objetivos propostos, sendo relevante o volume de informações de caráter sócio-econômico que aí obtivemos de fontes caracterizadas como especificamente políticas ou militares. A citação exaustiva dessas fontes ao longo do trabalho deriva não só de imposição metodológica, como da necessidade de se dar início à recuperação do riquissímo acervo histórico colonial da Vila do Rio Grande de São Pedro, situados distante dela no tempo e no espaço, em publicações e arquivos de vários estados brasileiros e dos países platinos. A recuperação desse acervo constitiu, sem dúvida, a condição essencial para o engajamento da comunidade rio-grandense na tarefa de reconstituição do seu passado histórico.

* Veja-se obras referenciadas nas Referências Bibliográficas.

CAPÍTULO I

FUNDAÇÃO DO PRESÍDIO E POVOAÇÃO DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

1. PANORAMA GEO-POLÍTICO BÁSICO

A fundação do presídio e povoação do Rio Grande de São Pedro, longe de ser um ato isolado e apenas de interesse militar, vincula-se amplamente ao contexto geo-político platino gerado ao longo dos séculos XVI e XVII, e de inícios do século XVIII. Soma-se ainda em seus fundamentos o contexto sócio-econômico que se desenvolveu no centro-sul do Brasil no alvorecer do século XVIII. Não foi, como se tem interpretado, uma alternativa perante a impossibilidade de se tomar Montevidéo[1], e nem mesmo visava somente o apoio imediato à praça da Colônia, que estava sitiada pelos espanhóis. Ao contrário, tratava-se de um plano já amplamente discutido entre as autoridades coloniais e metropolitanas[2].

Desde a fundação da Colônia do Sacramento (1680), o território que se estendia do rio da Prata à Capitania de São Paulo atraía a atenção da administração colonial e de particulares, ambos interessados em descobrir e explorar o potencial econômico da região. Em 1703 Domingos da Filgueira elaborou um minucioso "Roteiro por onde se deve governar quem sair por terra da Colônia do Sacramento para o Rio de Janeiro ou Vila

---

[1]Cf. e g. HAFKEMEYER, J.B. A conquista portuguesa do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (daqui por diante: RIHGRS), Porto Alegre, 1.2. trim., 1928, p. 206-7. FORTES, Amyr Borges. Compêndio de História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Sulina, 1960. p. 28.

[2]Cf. DOCCA,E.F. Souza. Gente Sul-Riograndense. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIOGRANDENSE, 3, Porto Alegre, 1940. Anais... Porto Alegre, Globo, 1940. v.2 , p. 658.

de Santos"[3], foram complementados, em 1704, pelo "Informe" de Francisco Ribeiro, que descrevia as riquezas da região platina, e apontava os meios de se ch egar facilmente até elas, e principalmente à prata do Peru, através da expansão do comércio e da presença lusa na região, para o que aconselhava que se fizessem "Povoações apontadas com seus presídios" em Madonado e no Rio Grande[4].

Em 10 de abril de 1717 D. João V determinava ao governador do Rio de Janeiro, Antônio Brito de Menezes, que examinasse "detalhadamente tudo o que concernia ao porto da Ilha de Santa Catarina e suas adjacências"[5], e foi a partir da resposta do governador que se afirmou explicitamente, pela primeira vez, a posição oficial de ser criada a povoação no Rio Grande de São Pedro[6].

As investigações continuaram, e em 1721, Manoel Gonçalves de Aguiar, Sargento-Mór da praça de Santos, reafirmava a importância estratégica do porto do Rio Grande de São Pedro, não só para o apoio à Colônia do Sacramento, como para a ex-

---

[3]Apud CESAR, Guilhermino. Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1805). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969. p. 55-9.

[4]Apud CESAR, op. cit.,p. 61-9.

[5]FORTES, João Borges. De sertão a estado. RIHGRS, Porto Alegre, 2 trim., 1936. p. 139.

[6]"O distrito que se há de povoar, servindo para o aumento da Colônia {do Sacramento} e prontidão dos socorros, assim por terra como por mar, há de ser na margem austral do Rio Grande de São Pedro (...)." Apud FORTES, De sertão..., p.141.

ploração de ouro e pedras de valor que supunha haver na região, e, sobretudo, para acesso à riqueza "muito maior de gado", que poderia ser retirado da campanha "e crear naquelles campos havendo quem o domestique"[7]. Como segundo sítio apropriado para a criação de uma povoação que atendesse às necessidades de defesa do sul do país, Aguiar indicava a Ilha de Santa Catarina, com sua abundância de madeiras e mantimentos, grande facilidade de entrada e saída de navios, e boas condições de defesa.

As razões que levavam a Coroa a se preocupar com a segurança efetiva desse território vinculavam-se estreitamente à defesa da região mineira do interior do país, seriamente comprometida pelo abandono em que se encontrava o litoral ao sul do Rio de Janeiro. Em 2 de dezembro de 1721 o Conselho Ultramarino alertava à Coroa sobre o perigo da presença cada vez mais constante de navios estrangeiros nesta costa desguarnecida, sobretudo a partir das notícias que corriam, de descoberta de ouro na Capitania de São Paulo.

A ameaça ao território surgia ainda da parte dos espanhóis, que penetravam livremente pela campanha do Rio Grande, e que, segundo informações chegadas ao Conselho, planejavam fortificar-se em Montevidéu, comprometendo a imprescindível posição da Colônia do Sacramento no rio da Prata[8]. Temia-se,

---

[7]AGUIAR, Manoel Gonçalves de. Notícias práticas da costa e povoações do mar do sul. RIHGRS, Porto Alegre, 35:349-62, 1929.

[8]Apud CESAR, Guilhermino. Antecedentes da fundação do Rio Grande do Sul. Separata da Revista Portuguesa de História. Coimbra, Fac. de Letras da Univ. Coimbra, 1970. p. 325.

principalmente, que a aliança de França e Espanha, recentemente consolidada, resultasse num ataque conjunto ao Brasil, sobretudo a partir da presença de corsários franceses comerciando com coureadores e contrabandistas, de Paranaguá ao Rio Grande[9]. Este temor tinha seus fundamentos nos antecedentes de ocupação do nordeste pelos holandeses, de recentes ataques de franceses ao Rio de Janeiro (1710 e 1711) e na evidência de que no sul do país dificilmente se teria meios de obstar um ataque estrangeiro efetivo, por terra ou por mar.

Imediatamente as diligências foram iniciadas pela Metrópole, e a idéia de povoar os novos estabelecimentos com casais açorianos tomou corpo já nessa época. Em 19 de maio de 1722 D. João V dá o seguinte despacho aquele Parecer do Conselho, de 22 de dezembro de 1721:

> "Chegando as informações que mandei fazer a Ilha do Pico, a respeito dos casais que se diz quererem passar ao Brasil e resolvendo o seu transporte se estabelecerão por ora duas colônias na Ilha de Santa Catarina e no Rio Grande de São Pedro"[10].

Entretanto, a emprêsa implicava em despesas que os cofres reais não tinham condições de assumir. As Minas de Goiás, Mato Grosso e Cuiabá haviam sido recentemente descobertas, e o esquema defensivo da região das Gerais era extremamente one

[9]Cf. CESAR, Antecedentes ..., p. 8.

[10]Apud CESAR, Antecedentes ..., p. 8.

roso. Por outro lado, a balança comercial portuguesa arrastava-se em déficit desde a segunda metade do século XVII, determinado, sobretudo, pela crise da economia açucareira no Brasil e pela importação maciça de cereais para abastecimento da Metrópole, a que se somava a importação excessiva de manufaturados ingleses que Portugal se via obrigado a efetuar por força do Acordo de Methuen (1703), e que com a Colônia do Sacramento em mãos espanholas, de 1706 a 1715, se vira impossibilitado de colocar no mercado platino, tradicional consumidor desse excedente. O ouro brasileiro entrava na balança comercial para fluir aos cofres ingleses[11].

Em Parecer à Ordem Real de 19 de março de 1722, que determinava que se fizesse a nova povoação "pelos rendimentos da Capitania de São Paulo ou pelos das novas minas"[12], o Conselho advertia à Coroa, em 24.10.1722, que não havia rendimentos suficientes em São Paulo, e que os das novas minas (Cuiabá) ainda eram imprecisos, sendo impossível prever se seriam suficientes para cobrir tais despesas. Segundo opinião do Conselho, era mais conveniente

> "conservar-se com maior respeito a do Sacramento (...) que é das mais importantes

---

[11]Cf. AGUIAR, Pinto de. A economia portuguesa no fim do século XVIII. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (daqui por diante: RIHGB), Rio de Janeiro, 298: 276, jan./mar. 1973. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Brasília, Universidade de Brasília, 1963. p. 40ss.

[12]Apud CESAR, Antecedentes ..., p. 327

> hoje que Vossa Majestade tem em seus reais domínios, e que está prometendo para esta Coroa e para os vassalos dela tão notórias conveniências"[13].

Esta posição assumida pelo Conselho, aparentemente contraditória, refletia uma adaptação à realidade econômica do império: diante da inexistência dos meios necessários, adiavam-se os empreendimentos essenciais para a manutenção e expansão da colônia brasileira, respaldando-se nos momentâneos aspectos favoráveis do jogo político europeu.

É importante ter-se em conta que as disputas ibéricas na região platina, como no todo dos impérios coloniais de Espanha e Portugal, eram regidas por interesses mais abrangentes, que se discutiam no cenário europeu, haja visto que Portugal não conseguiu manter a posição assumida ao lado do duque de Anjou quando se iniciou a Guerra de Sucessão Espanhola, e isto lhe valeu a perda da praça da Colônia, de 1706 a 1715.

Ao longo do século XVII Portugal e Espanha perderam "a posição de vanguarda e mesmo de preponderância, reduzidos a estrelas de segunda grandeza"[14], e o século XVIII iniciou-se sob a supremacia inglesa. A manutenção das colônias do ultramar passou a depender das possibilidades de cada metrópole no jogo de interesses que se estabeleceu entre Inglaterra e França, principalmente. Consolidou-se a aliança hispano-francesa

---

[13]Apud CESAR, Antecedentes ..., p. 328.

[14]NOVAES, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). 2ed. São Paulo, HUCITEC, 1981, p. 54.

com a ascenção de Felipe V, Bourbon, no trono de Espanha. Portugal, favorecido por sua aliança com a Inglaterra, pôde,"mais do que Espanha, aliada da França, atravessar a longa sucessão de tensões preservando seus domínios, entre os quais o Brasil é o núcleo essencial"[15]. A assinatura do Tratado de Methuen já implicara no estebelecimento dessa nova ordem: em troca de favores comerciais, a proteção política e a manutenção das colônias.

Para as pretensões expansionistas de Portugal no Prata esta aliança foi fundamental. Foi por força da pressão inglesa que a Espanha se viu obrigada a renunciar à Colônia do Sacramento, "esa brecha abierta en el flanco rioplatense español"[16].

O mercado platino, que desde o século XVII era dependente dos produtos europeus por via brasileira, por ser este acesso mais rápido e econômico que a rota oficial de Lima, adquiriu, com Utrecht, ainda maior importância, devido ao retorno dos luso-brasileiros ao seu cobiçado comércio negreiro, através do "Asiento" obtido pela Inglaterra, pelo prazo de trinta anos. É importante lembrar que durante o século XVII os portugueses chegaram a dominar o comércio de negros no Prata, principalmente de 1601 a 1640, e que, terminada a União I

[15]Ibidem, p. 54.

[16]ABADIE-AICARDI, Aníbal. La idea del equilibrio y el contexto geopolitico fundacional del Virreinado Rioplatense. In: Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirschaft und Gesellschaft Lateinamerikas, Köln-Wien, 17:266, 1980.

bérica, continuaram atuando, como contrabandistas e "asientistas", em larga escala associados aos franceses, num comércio altamente rendoso, vinculado totalmente à frota e ao comércio do Rio de Janeiro. A expansão dessa sociedade se deu a partir de 1681, tendo a Colônia do Sacramento, estrategicamente fundada um ano antes, assumido importância vital para sua continuação, devido à repressão que as autoridades portenhas desencadeavam contra este contrabando[17]. Utrecht alijou os sócios franceses, que chegaram a desfrutar do monopólio de tão disputado negócio durante a Guerra de Sucessão, substituindo-os pelos sócios ingleses. Não eram sem fundamento, portanto, os temores esboçados pelo Conselho português em 1721.

Mas a Colônia do Sacramento passou a ter, publicamente, a proteção da Inglaterra a partir de 1715, e o equilíbrio alcançado em Utrecht, embora precário, garantiu a manutenção dos privilégios portuguêses, que, por sua vez, garantiam à Inglaterra manter "oblicuamente una cuña operativa en el Plata"[18].

A dedicação exclusiva que o Conselho advoga para a praça da Colônia em 1722 tem sua justificativa na medida exata da resposta que o Conselho das Índias deu, em 1713, à Consulta de Felipe V sobre a devolução da praça à Portugal, aconselhando

---

[17]SOUZA, José A.S. O tráfego de negros no Rio da Prata. RIHGB, Rio de Janeiro, 244:447, jul./set. 1959. O autor analisa a obra de Elena F.S. de STUDER, La trata de los negros en el Rio de la Plata durante el siglo XVIII (Buenos Aires, 1959).

[18]ABADIE-AICARDI, op. cit., p. 263.

> "negar absolutamente la pretensión que se intenta por {los} portugueses", ya que, de haberla poseído Lisboa "cuando rompió la guerra con esta Corona"; '"qué consequencias tan infaustas hubieran sucedido, con la influencia y codicia de sus aliados, para una moral pérdida de lo principal del Reino del Perú!"(...) exhorta a Su Majestad "no permita lo mas leve asenso, ni consenso a tal pretensión, por ser mayor servicio y bien universal de estos Reinos"[19].

Neste início de século XVIII, Portugal, que vinha desde a segunda metade do século XVII reestruturando sua economia em função do novo quadro da economia internacional adotou, sempre que possível, uma política de neutralidade, procurando evitar um confronto direto com a Espanha no Prata. Aproveitando o desgaste político, militar e econômico em que se encontrava a Coroa espanhola, D. João V, orientado sabiamente por seu Conselho Ultramarino, optou por uma estartégia de ocupação que se desenvolveu por etapas - gradativamente - e que lhe assegurou a posse definitiva dos territórios almejados. Soube, acima de tudo, respeitar as suas próprias limitações, porque, assim "dependia-se menos da Inglaterra, e esta menos podia exigir pela proteção"[20].

Portanto, o aspecto da falta de recursos para efetivar uma empresa de colonização a curto prazo não determinou, sozi

[19]Ibidem, p. 263.

[20]NOVAES, op. cit., p. 49.

nho, a ação de "muita lentidão"[21] que a Coroa desenvolveu no Brasil Meridional. A conjuntura internacional foi determinante no rítmo desse processo.

Na segunda metade do século XVII, para contrabalançar a perda de mercados que sofriam os produtos brasileiros (açúcar e fumo principalmente), a Coroa portuguesa passara a se preocupar diretamente com a abertura de novas fontes de divisas para o Erário Real, e visando explorar as possibilidades comerciais do mercado platino, situação plenamente favorecida pela política isolacionista que a Espanha devotava à região[22], atuou no sentido de oficializar a posse do território que se estendia do Rio de Janeiro até o Rio da Prata. Em 1676 obteve do Papa Inocêncio XI a bula **Romani Pontifici Pastoralis Solicitudo**, que criou o Bispado do Rio de Janeiro, "com a jurisdição sobre toda a costa e o sertão correspondente que vai da Capitania do Espírito Santo até o Rio da Prata"[23]. No mesmo ano D. Pedro II outorgou ao Visconde de Asseca e a João Correia de Sá a capitania que ia da Laguna ao rio da Prata (que não tendo sido ocupada por seus donatários retornou à Coroa em março de 1727). Em 1680 efetivou-se a audaciosa fundação da Colônia do Sacramento à margem esquerda do rio da Prata, e em

---

[21]ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de história colonial:1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília, Univ. Brasília, 1982. p. 172.

[22]Cf. GARCIA, Emanuel S.V. O comércio ultramarino espanhol no Prata. São Paulo, Perspectiva, 1982. p. 13-32.

[23]CUNHA, Pedro O. Carneiro da. Política e administração de 1640 a 1763. In: História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, 1976. t.1, v.2, p. 20.

1684, a da povoação da Laguna.

A partir da Laguna, formando o eixo com a Colônia do Sacramento, dois ramos de atividades foram intensificadas na região: o antigo comércio de gêneros com o hinterland platino, com sede na praça da Colônia, e o apresamento e a comercialização de cavalos, mulas e gado "cimarrõn" das planícies que se estendiam entre a Laguna e o Prata.

Entretanto, a preia de gado era uma atividade que não propiciava a ocupação efetiva do território:

> "a ocupação das terras era temporária, no regime das 'invernadas', isto é, os tropeiros reservavam-se as áreas de pastagens de que precisavam para seus rebanhos ao longo dos caminhos, durante o tempo que entendiam, sem entretanto possuírem qualquer título de legitimidade"[24].

O projeto do estabelecimento no Rio Grande de São Pedro vai sendo acalentado, e a gente da Laguna tinha ordens de preparar o evento. Francisco de Brito Peixoto, Capitão-Mór da povoação, executa sua missão, povoando de gado "estes pampas do Rio Grande por esta parte, porque sendo servido Sua Majestade a fundar povoação", precisava "ter gado para os gastos dos

---

[24]FORTES, João Borges. Rio Grande de São Pedro - povoamento e conquista. Rio de Janeiro, Bloch, 1941. p. 23 (Biblioteca Militar, 38).

moradores"[25]. Em 1725 parte da Laguna um contingente de trinta homens, na maior parte escravos do Capitão-Mór, comandados por seu genro João de Magalhães. A "frota" estabeleceu-se na margem norte do canal do Rio Grande para barrar a entrada de índios e espanhóis, e para controlar a passagem de gado procedente da margem direita[26]. O general David Marques Pereira, enviado à Laguna pelo Governador de São Paulo "para dar calor à povoação do Rio Grande de São Pedro" e vistoriar o empreendimento dos lagunenses, em Certidão de 20 de abril de 1727, declara ter encontrado Francisco Brito Peixoto:

> "tendo à sua custa no Rio Grande de São Pedro seu genro João de Magalhães com alguns escravos seus para que aquela parte esteja sempre povoada para estar a campanha facilitada para os moradores desta Capitania (São Paulo) poderem mais seguramente com facilidade ir a ela buscar gado como costuma e também para impedir alguns escravos e administrados que não fujam para Espanha ou para o gentio da campanha"[27].

---

[25]Carta de Francisco de Brito Peixoto a Rodrigo Cesar de Menezes (governador de São Paulo), de 22.10.1723. Apud FORTES, op. cit., p. 16.

[26]Cf. FORTES, João Borges. A frota de João de Magalhães. RIHGRS, Porto Alegre, 1 trim. 1934, p. 75. CESAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul (período colonial). 2ed. Porto Alegre, Globo, 1980. p. 91. Não encontramos registro, em obras ou documentos, de que Cristóvão Pereira fosse um dos componentes da "frota", como sugere Amyr Borges FORTES (Compêndio ..., p. 32).

[27]Apud FORTES, A frota ..., p. 77.

Para Borges FORTES, "se evidencia nitidamente o caráter de expedição militar que teve a frota de João de Magalhães"[28], e ela não estaria, inclusive, totalmente desvinculada do fortalecimento dos espanhóis em Montevidéu com a ereção da Fortaleza de San Felipe e Santiago, em reação à tentativa de ocupação portuguesa daquele cobiçado porto, em novembro de 1723[29].

Importante ter-se em conta que a designação de **Rio Grande de São Pedro**, que aparece neste como nos demais documentos da época, refere-se tanto ao território que se estende da Laguna até o rio da Prata - o "continente" - como ao "rio", que era, na verdade, a lagoa dos Patos[30].

Estar "sempre povoada" significava manter aí presença luso-brasileira na preia do gado da região, coibindo a penetração que os espanhóis estavam operando até a Laguna.

A ocupação estável do território ao sul da Laguna só vai se iniciar entre 1730 e 1732, com a migração dos lagunenses, "agora com as suas famílias num êxodo definitivo da terra em

---

[28]FORTES, A frota ..., p. 77.

[29]Sobre a ocupação portuguesa de Montevidéu (1723-1724) veja-se MONTEIRO, J.C. Rego. A Colônia do Sacramento (1680-1777) Porto Alegre, Globo, 1937. v.1, p. 182-90.

[30]Segundo Souza DOCCA, "a atual Lagoa dos Patos passou a figurar na cartografia, com esse nome, em sua verdadeira situação, a partir do mapa de Silveira Peixoto, de 1768. Antes chamavam-na Tebiquari, Yany, Rio da Lagoa, Rio Grande da Alagoa ou Rio Grande de São Pedro". (História do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Org. Simões, 1954. p. 48). A denominação de Rio Grande São Pedro foi homenagem a Pero (Pedro) Lopes de Souza, em 1532.

que viviam", para as terras do Viamão[31], que se estendiam do Guaíba e Jacuí, ao norte da Lagoa dos Patos, pela Serra (Campo de Cima da Serra do Viamão) e atingiam os limites com Santa Catarina[32]. Em 1732 foram concedidas as primeiras sesmarias, em Viamão e Tramandaí[33].

João de Magalhães abandonou a parte do norte do canal e dirigiu-se também para o Viamão, diante da impossibilidade de fazer frente às arremetidas dos espanhóis na disputa pela posse do canal[34]. O canal do Rio Grande ficou desocupado até 1737, assim como todo o território circunscrito à lagoa Mirim e lagoa dos Patos[35].

O primeiro projeto de fortificação portuguesa nas margens do canal do Rio Grande foi elaborado por David Marques Pereira em 1727, prevendo sua instalação na margem sul, e ainda em 1731 o Conselho Ultramarino advogava junto à Coroa a necessiade de executá-lo[36].

A dimensão que assumira o trânsito de tropas de gado na

---

[31]FORTES, A frota..., p. 77.

[32]Cf. NEIS, Ruben. Guarda Velha de Viamão. Porto Alegre, Esc. Sup. Teologia São Lourenço de Brindes; Sulina, 1975. p. 26. LAYTANO, Dante de. A estância. RIHGRS, Porto Alegre, 241:35, out./dez. 1958. (p. 47 e 49).

[33]Cf. LAYTANO, op. cit., p. 26-29. FORTES, A frota ..., p. 82,85.

[34]Cf. LAYTANO, op. cit., p. 35. CESAR, História ..., p. 92.

[35]Vide abaixo, capítulo 2, notas 6 e 8.

[36]Segundo Souza DOCCA, este plano consta da Consulta do Conselho Ultramarino de 19.04.1730. (Gente ..., p. 656-7).

região estava a exigir da Coroa esta atitude, sob pena de per dê-la, e ao rendoso negócio, de que auferia "gordos" impostos, se os espanhóis se decidissem antes a fortificar o canal[37], e a perda desta posição ameaçava, por extensão, as mais ricas regiões do interior do país.

Em 1727 Francisco de Souza Faria, por determinação do governo de São Paulo, abrira o "Caminho dos Conventos", ligando do Araranguá, no litoral, a Curitiba, no interior, descobrindo a **Vaquería de los Pinares**, um reduto de gado estocado das Missões Guaranís[38]. A importância da descoberta desse novo manancial foi imensa, dado o processo de desgaste que já se operava na **Vaquería del Mar**, que vinha sendo explorada incessantemente, desde 1715 com o fechamento da **Vaquería de los Porteños**, por índios missioneiros, por santafesinos, portenhos e portugueses[39]. Em 1731 Cristóvão Pereira aperfeiçoou o caminho dos Conventos com o atalho das Tijucas, e a exploração da Vacaria dos Pinhais foi efetivada sistematicamente pelos portugueses, em função da região mineira.

Os tropeiros procuraram caminhos cada vez mais rápidos,e criaram várias vias de acesso que, pelo interior e pela cos-

---

[37]Cf. FORTES, R.G.S. Pedro - povoamento e conquista. p. 18-9.

[38]O território da Vacaria dos Pinhais foi genericamente denominada de Campos da Vacaria, e compreendia os atuais municípios de Lagoa Vermelha, Vacaria, Bom Jesus e Esmeralda.

[39]Cf. MORNER, Magnus. Os jesuítas, as suas Missões Guaranis e a rivalidade luso-espanhola pela Banda Oriental, 1715-1737. Revista Portuguesa de História, Coimbra, 9:141-75, 1960.

ta - esta percorrida desde a fundação da Laguna - ligaram o "continente" do Rio Grande a São Paulo[40].

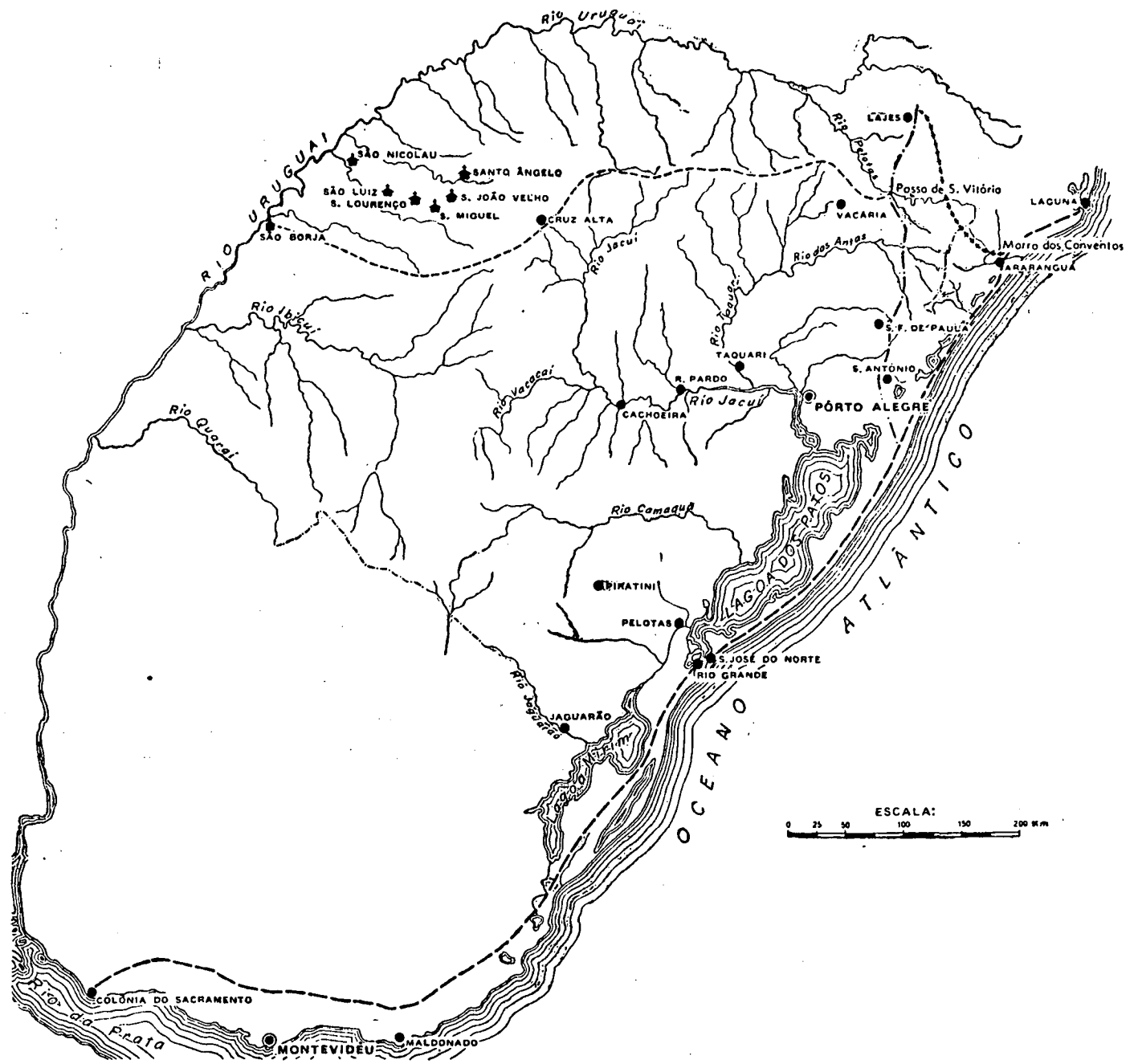
A existência desses caminhos de acesso ao interior do país se transformara em motivo de preocupação para a Coroa, porque assim como serviam para as tropas de gado, poderiam ser utilizadas também pelos inimigos. Nessa nova situação que se criara, e que envolvia a preservação das riquezas do país, colocava-se em evidência a importância estratégica do canal do Rio Grande, e a sua ocupação se fazia necessariamente imediata[41].

A presença portuguesa no Brasil Meridional estava seriamente comprometida, não só pela fortificação espanhola em Montevidéu, que tornara ainda mais vulnerável e isolada a Colônia do Sacramento, como pelo estabelecimento das sete novas missões guaranis na margem meridional do rio Uruguai, entre 1686 e 1707. O governo português tomou conhecimento dessas missões apenas em 1727, através de um mapa que o governador do Rio de Janeiro, Vahia Monteiro, encomendou ao jesuíta portu

---

[40]CF. SPALDING, Walter. Gênese do Brasil-Sul. Porto Alegre, Sulina, 1953. p. 74.

Vide Mapa 1. Os primitivos caminhos nos primeiros tempos do ciclo de tropeiros. Extraído de FERREIRA FILHO, Arthur. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1958. p. 31.

[41]É do que alerta a Coroa o padre Diogo Soares em 27.06.1731: "(...) abertos os 2 caminhos novos (...) tenha Hespanha,e os Padres das Missões huma porta para se introduzirem em nossos sertões e minas". Apud MORNER, op. cit. p. 161-2.

CONVENÇÕES:

- Caminho da praia.
- Caminho do Sousa Farias, partindo do Morro dos Conventos.
- Caminho de Cristóvão Pereira, partindo das proximidades de Palmares.
- Caminho das Missões.

guês Luis de Albuquerque, com as informações que obtivera de um índio tape[42]. Conforme Jaime Cortesão,

> "se a Colônia do Sacramento era, aos olhos dos espanhóis, um espinho cravado na garganta do Prata, as aldeias dos Tapes, sob o mando e o comando dos jesuítas espanhóis, valiam por um cutelo no flanco do Rio Grande"[43].

Portanto, não se trata mais apenas de dar apoio à Colônia do Sacramento. O presídio e povoação do Rio Grande de São Pedro estão, desde já, incorporados ao mais amplo contexto colonial.

Nesse início de século XVIII são tecidos os fios dos mais importantes acontecimentos que terão lugar no Brasil Meridional nas suas futuras décadas. Conforme análise de Piazza,

> "está a se desenvolver nos bastidores da Corte Portuguesa uma ação político-diplomática da mais ampla envergadura - verdadeira glória da inteligência luso-brasileira- visando à formação do princípio do "uti possidetis"[44].

---

[42]Ibidem, p. 163.

[43]CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri. Rio de Janeiro, Min. Relações Exteriores, 1952. v.1, p.304.

[44]PIAZZA, Walter F. A colonização de Santa Catarina. Porto Alegre, BRDE, 1982. p. 41.

2. ACONTECIMENTOS DECISIVOS

O Tratado de Ultrecht, em que se estabelecera a entrega da Colônia do Sacramento a Portugal, em 1715, estava longe de representar um desfecho para as disputas ibéricas na região; constituíra-se, na verdade, em "no más que un pacto de enemigos que hartos de luchar acuerdan un reparo del botín, para no seguir golpeándose"[45].

A devolução da praça fora uma concessão que a Coroa espanhola se empenharia em reaver sempre que lhe surgisse a ocasião, pois somada ao "Asiento" que tivera que ceder aos ingleses em 1713, comprometia seriamente seu domínio no Prata e, por extensão, o domínio colonial da América.

Nesse sentido a ação do Governador de Buenos Aires era orientada com o objetivo de fazer valer a interpretação espanhola do artigo quinto do tratado, que fixava os limites da Colônia ao de um tiro de canhão, exatamente como vigorava em 1705.

A pressão espanhola aumentou por volta de 1730, e não sem motivação. A expansão das atividades da Colônia tomavam rumo inaceitável para os espanhóis, com a dilatação das estâncias e um aumento considerável de seus rebanhos, principalmente o eqüino, que garantia a condição básica de domínio da campanha. Paralelamente, a participação da praça no comércio platino ia

---

[45]ARANA, Henrique de. Expedición de D. Pedro de Cevallos al Rio Grande y Rio de la Plata. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIOGRANDENSE, 2, Rio Grande, 1937. Anais... Porto Alegre, Globo, 1937, v.1, p. 330.

no mesmo rítmo ameaçador, tanto que, em 1732, o próprio governador Antônio Pedro de Vasconcelos, já não descartava a possibilidade de novos protestos por parte dos espanhóis[46].

D. Miguel de Salcedo, ao substituir D. Bruno de Zabala no governo de Buenos Aires, trouxe ordens expressas de, definitivamente, conter essa expansão territorial, reduzindo a Colônia "en los limites de su Cañon", e de proibir qualquer comércio entre a praça e os domínios espanhóis[47].

Como a ação de Salcedo junto a Vasconcelos não surtisse o efeito desejado[48], e diante da evidência de que os portuguêses não estavam dispostos a se sujeitar às suas condições, desistindo do projeto de expansão no Prata, a Coroa espanhola, tendo um bom pretexto no estado de tensão criado entre as duas metrópoles na Europa em virtude de um incidente diplomático, enviou ordem ao governador de Buenos Aires para que:

> "sin esperar a que formalmente se declare la guerra con los Portugueses, y solo en virtud de esta orden, se sorprenda, tome y ataque la Ciudad y Colonia del Sacramiento"[49].

---

[46] Cf. MONTEIRO, op. cit., p. 200.

[47] Cf. CORTESÃO, Jaime. Tratado de Madri-Antecedentes-Colônia do Sacramento (1669-1749). Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1954. p. 420-3.

[48] Cf. correspondência entre os governantes das duas praças, Apud MONTEIRO, op. cit., p. 203-14.

[49] Instrução de D. Jose Patiño a D. Miguel de Salcedo, de 18.04.1735. Apud MONTEIRO, op. cit., p. 217-8.

O incicente na Europa foi contornado, e a declaração formal de guerra não chegou a ser feita; entretanto, o cerco da Colônia, que já vinha sendo preparado, foi imediato.

Os pedidos de socorro enviados pelo governador Vasconcelos foram recebidos no Rio de Janeiro pelo Brigadeiro José da Silva Paes, substituto interino do governador Gomes Freire de Andrada, que se encontrava nas Minas Gerais. Providenciando o envio de socorro e arquitetando os meios para resistir e vencer o cêrco, Silva Paes fêz reviver junto ao Conselho Ultramarino as antigas argumentações em favor da ocupação do Rio Grande de São Pedro, sugerindo, inclusive, que fosse aceito o oferecimento dos particulares Francisco dos Santos e Gaspar de Caldas que se propunham a povoar a região por conta própria, em troca de honras e privilégios[50], para que se pudesse ter no Rio Grande "aquelas individuações" "precisas e úteis para qualquer determinação ou operação"[51].

O Conselho Ultramarino, em Parecer de 2 de janeiro de 1736, acata as sugestões de Silva Paes e retoma junto à Coroa a defesa do antigo projeto de fortificação e povoação da parte sul do canal do Rio Grande, "alertando ser própria a conjuntura presente", aconselhando, entretanto, que a emprêsa

---

[50]Cf. FONTOURA, Edgar. O Rio Grande de São Pedro na visão de José da Silva Paes. Porto Alegre, Globo, 1937. p. 28.

[51]Carta de Silva Paes ao Conde de Sarzedas (governador de São Paulo). Apud FORTES, João Borges. O Brigadeiro Silva Paes e a Fundação do Rio Grande. Separata da RIHGRS, Porto Alegre, 3 trim., 1933. p. 26.

fôsse assumida pela Fazenda Real, e não por particulares, comp sugeria Silva Pires[52].

A conjuntura internacional era, realmente, extremamente favorável à empresa. A Coroa Espanhola encontrava-se debilitada para encetar um confronto armado contra Portugal, em que certamente se veria envolvida em um conflito com a Inglaterra. No incidente recém ocorrido entre as duas Cortes na Europa, a Espanha tinha agido no sentido de contornar a situação, e o fato não escapara aos observadores portugueses. Por outro lado, as forças espanholas no Prata estavam empenhadas em manter o cerco da Colônia e em defender Montevidéu e Buenos Aires contra uma possível arremetida lusa contra essas posições. O plano baseava-se ainda no pressuposto de que a ocupação do canal do Rio Grande só seria muito tardiamente percebida pelos espanhóis, que, caso reagissem, já seriam enfrentados com a infra-estrutura militar montada[53].

---

[52]Apud COLEÇÃO de documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes. RIHGRS, Porto Alegre, 109-112:75, 1948. p. 75. Segundo Abeillard BARRETO, a determinação portuguesa não estaria totalmente desvinculada das notícias que se divulgaram nas Cortes de Madri e Lisboa, de que ingleses ou russos, associados ao traficante português Antonio da Costa e sua família, poderiam ocupar parte desses territórios a qualquer momento. (A expedição de Silva Paes e o Rio Grande de São Pedro. In: História Naval Brasileira. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha,1979. v.2, t.2, p. 30-1).

[53]Cf. documento cit. acima nota 48: "(...) com tudo sempre he justo precaver contra qualquer idea que possa formar aquella nação contra este estabelecimento e que elle se acompanhe de força necessaria para sustentar-se no sítio que eleger".

Portugal desde já não admitia perder a povoação que ia implantar. Com ela estava lançando as bases do princípio de posse baseado na ocupação efetiva do território, que irá invocar quatorze anos mais tarde. Para afastar qualquer futura pretensão da Espanha, o Conselho retoma a tese do transporte de casais açorianos para esta povoação, e projeta o estabelecimento de novas colônias pelo território e costa do "continente", com o parecer de que "a continuação destas povoações será o que melhor disside a questão de limites que ha entre as duas nações"[54].

Através do presídio do Rio Grande ficava garantida a posse de todo o território que se estendia até a Laguna, barrados os espanhóis em suas pretensões de cruzar o canal, ficando sob controle o acesso à imensa rede hidrográfica que penetrava para o interior a partir da lagoa dos Patos. Para o sul, alcançava-se com socorros a Colônia do Sacramento em tempo de guerra, e em tempo de paz, incrementava-se aquela povoação e os negócios desenvolvidos nela. O novo estabelecimento permitia, dessa forma, disputar a posse dos imensos rebanhos platinos e ainda a participação direta no comércio de cavalos e mulas, garantindo o abastecimento dos centros consumidores do país.

A posição na margem sul do canal, além de todas essas vantagens, implicava em corrigir os aspectos negativos da Colônia do Sacramento; sua posição não era tão avançada como a daquela praça, e sua defesa não seria tão dispendiosa, porque,

---

[54] Ibidem.

conforme salientava o Conselho, "a distância em que os Hespanhoes ficão não permite q.possão trazer grandes forças quando intentem desalojarnos"[55].

Sabiam os portugueses que as forças espanholas na região eram insuficientes para dilatar suas conquistas, tanto assim que, inversamente do que se tem acreditado em função da documentação que antecede esse período, nesses novos planos da Coroa, a Colônia do Sacramento é que serviria de baluarte de defesa para o estabelecimento do canal. É o que está expresso na Consulta de 28 de janeiro de 1736; o Conselho entende que estando a Colônia do Sacramento bem defendida, os espanhóis "não se hão de mover a atacar a do Rio de São Pedro e ir a uma larga distância de suas terras deixando Montevidéu exposto a ser atacado"[56]. Era notório que o projeto de expansão lusa no Prata não fora modificado, o que à primeira oportunidade tentariam tomar Montevidéu ou ainda Maldonado.

Sob a justificativa de pôr fim ao cerco da Colônia, a Coroa fêz zarpar de Lisboa, em 25 de março de 1736, sob forte sigilo, uma pequena esquadra, que incorporou novos elementos no Rio de Janeiro, daí partindo em 25 de junho para o rio da Prata, com escala em Santa Catarina. Tratava-se de uma grande operação conjugada por terra e mar, projetada com o objetivo

---

[55]Ibidem.

[56]Apud SPALDING, Walter. A revolta dos Dragões do Rio Grande. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIOGRANDENSE, 2, Rio Grande, 1937. Anais ... Porto Alegre, Globo, 1937, v. 2, p. 139.

de abrir a navegação no Prata para Portugal e Inglaterra, a partir da ocupação dos principais pontos da região: Montevidéu, Colônia do Sacramento, Ilha de São Gabriel, Maldonado e o canal do Rio Grande. A esquadra estava sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Luis de Abreu Prego, as operações de terra e tropas de desembarque eram comandadas pelo Brigadeiro José da Silva Paes e, do Rio de Janeiro, a operação era coordenada pelo Governador e Capitão General Gomes Freire de Andrada[57].

O predomínio do mau tempo contribuiu para que a empresa não fôsse coroada de êxito total, continuando Montevidéu sob domínio espanhol; desistiu-se de Maldonado por não atender às exigências mínimas para sustentar um núcleo de ocupação. O saldo positivo ficou por conta da fundação do presídio no canal do Rio Grande. A Colônia do Sacramento retornou ao domínio português, mas por fôrça do Acordo de Paris (16.03.1737), que pôs fim às hostilidades.

Para Gomes Freire, o fracasso da ansiada conquista de Montevidéu parecia inaceitável. Durante toda a campanha instara com Silva Paes para que não se perdesse aquela ocasião, e em seu juízo, já a escala na Ilha de Santa Catarina por tempo além do que haviam combinado comprometeria o resultado das operações[58].

---

[57]Cf. BARRETO, op. cit., p. 9-17.

[58]Cf. carta de Gomes Freire a Antonio Guedes Pereira, de 08.11.1736. Apud DOCUMENTOS sobre a Colônia do Sacramento e o Rio Grande de São Pedro - 1737 a 1738. RIHGRS, Porto Alegre, (104):389-92, 4 trim. 1946. Veja-se ainda carta de Silva Paes a Gomes Freire, de 14.03.1738, apud COLEÇÃO de documentos sobre o Brigadeiro ..., p. 68-9.

Em consequência de seus comentários sobre o desenrolar da campanha e de suas repreensões a Silva Paes, Gomes Freire foi apontado como "o maior opositor" à fundação da povoação do Rio Grande[59], quando, na verdade, dispensou todo o apoio ao presídio e ao desenvolvimento futuro da colônia. Quando, em 1735, intervira para sustar as negociações para o povoamento do Rio Grande por meio de particulares, sem dúvida agira movido pela convicção de que aquela não era a melhor solução para a delicada questão que se apresentava no sul do Brasil. Enquanto para Silva Paes a utilização dos particulares teria a vantagem de que para os espanhóis "nunca constaria que Sua Magestade ou os seus Governadores concorriam para ela", como no caso de Montevidéu, em 1723, parecendo ser "ação só de hum particular, a que não estão obrigados a responder os Principaes cazo se reparace nella"[60], para Gomes Freire ela se colocava definitivamente como um alerta da pretensão portuguesa de se apossar do canal.

---

[59]Cf. e.g. HAFKEMEYER, op. cit., p. 207. FONTOURA, op. cit., p. 22.

[60]Carta de Silva Paes a Martinho de Mendonça de Proença e Pina, de 14.11.1736. Apud CARTAS do Brigadeiro José da Silva Paes para Martinho de Mendonça de Proença e Pina, Governador de Minas Gerais (1735-1738). RIHGRS, Porto Alegre, 4 trim. 1945, p. 292. Veja-se ainda na mesma coletânea carta de 08.11.1736, à página 292.

3. OCUPAÇÃO DO CANAL E FUNDAÇÃO DO PRESÍDIO

A política de sigilo deu certo. Quando os espanhóis penetraram no território, após o armistício, já as guardas de Chuí e São Miguel estavam montadas, e o forte de Jesus-Maria-José implantado na entrada do canal.

Perante os emissários de Buenos Aires não se eximiram os portugueses de uma demonstração de força, e o alferes Pedro Buitrago, no comando do posto do Taim, ordenou que à saída a comissão fosse conduzida "pelo pé da serra e fizesse arvorar a bandeira de nossa fortaleza, e se salvasse com as cinco peças", e que "também fosse pela guarda de Chuy que já se achava bem guarnecida"[61].

Os espanhóis contestaram a ocupação do forte de São Miguel, alegando que o armistício fôra publicado na Colônia do Sacramento e em Buenos Aires em 2 de setembro de 1736, e que a construção do forte se iniciara em 19 de outubro daquele ano.

A defesa da Junta de Governo que se reuniu no Rio de Janeiro em 13 de abril de 1738 para decidir sobre a validade das contestações espanholas baseou-se no artigo quarto da Convenção de Paris (16.03.1737) que mandava que tudo permanecesse como se encontrasse ao chegarem as ordens das Coroas para a paz, e manteve o parecer de que tudo fora feito "em tempo hábil por ser antes de chegarem as ordens para a suspensão das

---

[61]Carta de Pedro Buitrago a Silva Paes. Apud FORTES, O Brigadeiro ..., p. 101.

hostilidades", que Silva Paes recebeu somente ao retornar da expedição ao forte de São Miguel, em 2 de novembro[62].

A notícia do armistício só chegou ao presídio em 2 de novembro porque a barra estivera desde março impenetrável, e essa situação de isolamento foi explorada por Silva Paes com muita astúcia, como se depreende de sua carta ao Vice-Rei Conde de Galveas, escrita já no Rio de Janeiro em 7 de março de 1738:

> "como até 25 de setembro não tinha chegado a gente que esperava da Ilha de Santa Catarina, e via que por instantes podiam chegar as ordens para o armistício e suspensão das hostilidades, e que cada um dos partidos conservasse o terreno com que se achasse até a decisão da paz, e via que as melhores terras e mais abundantes de gado eram as que corriam das minhas guardas para fora até a serra de S. Miguel junto a Castilhos pequeno e passo de Chuy, sem embargo de me achar somente com 81 soldados prontos para as guardas, fachinas e serviços de fortaleza, me animei a ir aqueles dois pontos com 30 infantes, 10 dragões e paisanos (...) fazendo embarcar no dia 28 de setembro em a falúa segunda (...)"[63].

Aos espanhóis ficava difícil crer que a paz fosse desconhecida no canal, uma vez que a notícia partiu publicamente de

[62]Apud FORTES, O Brigadeiro ..., p. 111.

[63]Apud FORTES, O Brigadeiro ..., p, 89-90.

Lisboa a 30 de maio de 1737 para o Rio de Janeiro e Colônia do Sacramento[64], onde foi recebida em 15 de agosto[65]. Entretanto, na correspondência de Silva Paes há registros que comprovam esta realidade, pela impossibilidade de comunicação com qualquer outra povoação, tanto por via marítima, devido ao "fechamento" da barra, como por terra, seja com a Colônia ou com a Laguna, porque a região estava toda em alagadiços, e ainda pelo sigilo que Silva Paes manteve em torno da posição conquistada e da expedição ao forte de São Miguel, evitando quaisquer contatos que o pudessem denunciar[66].

Ainda quanto ao forte de São Miguel, a idéia difundida por alguns autores, de uma primeira ocupação portuguesa comandada por Cristóvão Pereira[67], parece-nos não ter fundamento. Em nenhum dos documentos que analisamos existe referência a sua estada neste local antes da expedição de Silva Paes, e constata-se que o forte e a serra de S. Miguel estiveram ocupados por uma guarnição espanhola no esquema do cerco à Colônia do Sacramento até a publicação do armistício

---

[64]Cf. DOCUMENTOS sobre a Colônia do Sacramento ..., p. 359-406.

[65]Cf. BARRETO, op. cit., p. 36. Observar que a notícia chegou ao conhecimento dos portuguêses antes do que os espanhóis acreditavam.

[66]Cf. FORTES, O Brigadeiro ..., p. 87-99.

[67]Cf. e.g. DOCCA, História ..., p. 7. CALENDÁRIO Histórico-Cultural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Governo do Estado; IEL, s.d., p. 43. João Borges FORTES sugere este fato em Fortificações do canal do Rio Grande (Porto Alegre, Globo, 1937), à página 3, deixando de mencioná-lo

em Buenos Aires (02.09.1737)[68]. É seguro, entretanto, que ele tenha acompanhado Silva Paes na expedição de tomada e reconstrução do forte em setembro de 1736[69]. As defesas implantadas por Cristóvão Pereira enquanto aguardava a chegada de Silva Paes foram a do Passo da Mangueira e a do Arroio, as duas nas cercanias do canal[70].

A ocupação do canal do Rio Grande não pode ser contestada pelos espanhóis, Silva Paes saíra do Prata a 10 de fevereiro e a 19 desembarcava na margem direita do canal, em plena vigência das hostilidades[71]. Entretanto, para a Coroa portuguesa esta ação estava desvinculada do confronto armado no Prata, e a Ordem dada a Luiz de Abreu Prego ao deixar

---

quando apresenta o histórico do forte, às páginas 22 e 23, e em sua obra especifica sobre Cristóvão Pereira. (Cristóvão Pereira. Porto Alegre, Typ. Centro, 1931).

[68]Cf. RESPUESTA del Marques de Grimaldi, Ministro de España, a la memoria que enero de 1776 le presentó el de Portugal, D. Francisco Inacio de Souza Coutinho, sobre limites en la banda oriental del Rio de la Plata. S.N.T. 72 p. (Obras Raras, Biblioteca Riograndense, 693 CL), p. 31. Veja-se ainda: COLEÇÃO de documentos sobre o Brigadeiro ..., passim e DOCUMENTOS sobre a Colônia do S. Sacramento ..., passim.

[69]Cf. Carta de Silva Paes a Ribeiro Coutinho, de 15.03.1738. Apud FORTES, O Brigadeiro ..., p. 97. O Forte, que era de madeira, foi reconstruído com pedra e barro, e recebeu seis peças de artilharia, guarnição de infantaria e Dragões, segundo o Marquês de Grimaldi (RESPUESTA ..., p. 31).

[70]Cf. BARRETO, op. cit., p. 33.

[71]Ibidem, p. 32-3.

Lisboa com a frota, determinava que se ao chegar ao Rio de Janeiro os espanhóis já tivessem suspendido o cerco à Colônia, não "deveria intentar cousa alguma contra elles, mas só tratar-de da expedição ao Rio Grande de São Pedro"[72], e a Ordem emitida para Gomes Freire na mesma ocasião instruía detalhadamente a implantação do presídio[73].

No julgamento da Coroa espanhola as conquistas portuguesas constituíram uma clara usurpação de seus domínios[74]. Mas, como previra Portugal, Espanha optou por contemporizar, a fim de evitar novos conflitos na área, diante da possibilidade de uma participação direta da Inglaterra[75].

A nível local, houve uma tentativa de reação, articulada por D. Miguel de Salcedo. Seu plano consistia em mobilizar os índios das Missões para um ataque maciço ao Presídio - tudo pareceria uma ação deles - mas a recusa categórica do Provincial jesuíta colocou um fim às especulações[76].

A questão permanecerá aberta, e vai culminar na expedição de D. Pedro de Cevallos aos mesmos territórios em 1763, com a ocupação da Vila do Rio Grande por treze anos[77].

---

[72]Ordem Régia a Luiz de Abreu Prego, de 23.03.1736. Apud COLEÇÃO de documentos sobre o Brigadeiro ..., p. 6-10.

[73]Vide Anexo 1: Carta Régia para Gomes Freire de Andrada, de 24 de março de 1736. (Extraído de COLEÇÃO de documentos sobre o Brigadeiro ..., p. 4-6).

[74]Cf. RESPUESTA del Marques de Grimaldi ..., passim.

[75]Cf. HOLANDA, Sérgio B. de A. A Colônia do Sacramento e a expedição ao extremo sul. In: História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo, DIFEL, 1976, t.1, v.1, p. 358.

[76]Cf. MORNER, op. cit., p. 171-3.

[77]Cf. RESPUESTA del Marques de Grimaldi ..., p. 32-3.

CAPÍTULO II

ASSENTAMENTO E POVOAÇÃO DO "PRESÍDIO" DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO: 1737-1749

1. A GUARNIÇÃO MILITAR

Para a ocupaçao do canal do Rio Grande, Silva Paes contou com o apoio e a orientação do Coronel de Ordenanças Cristóvão Pereira de Abreu, homem com grande conhecimento da região, que desfrutava do monopólio da caça de gados e exportação de couros pela Colônia do Sacramento desde 1702.

A indicação do nome de Cristóvão Pereira para a missão de apoio à expedição partiu de Gomes Freire de Andrada, em ordem emitida a Silva Paes em 12 de junho de 1736:

> "Leva ordem o Comandante do mar de demandar a Ilha de Santa Catarina (...) para V. S. se deligenceen notícias do Coronel de Ordenanças Christovão Pereira de Abreu, o qual, como V.S. não ignora, foi executar o projecto de introduzir cavalhadas na Colônia {do Sacramento}; en este homem se ha reconhecido actividade e zelo (...) tem por aquella parte trato, e comercio com os gentios menuanos (...) se se avistar com V.S. sera conveniente ouça o seu sentimento, por ser hum homem pratico valeroso (...) com discurso claro, e militar, e talvez sera util o seu conselho para o que tocar a Cavallaria e expedição ao continente"[1].

O encontro de Silva Paes com Cristóvão Pereira na Ilha

[1]Apud COLEÇÃO de documentos sobre o Brigadeiro ..., p. 12.

de Santa Catarina ocorreu em 9 de julho de 1736[2], e conforme ficou acertado nesta ocasião, o Coronel foi aguardar o desembarque da expedição no canal com cento e sessenta homens, cuidando para que a região não fosse ocupada pelos espanhóis durante as hostilidades no Prata, reunindo a cavalhada que seria necessária para a defesa do território e tarefa de construção do presídio e providenciando o gado para a alimentação da tropa que ia desembarcar, porque não o havia disponível no canal, "hem de hua nem de outra parte"[3].

A força que Cristóvão Pereira trouxe para o canal do Rio Grande foi arregimentada em Santos e Laguna principalmente[4], e constituía-se de homens experientes em montaria, "muito bons para uma abalroada", que vieram para o Rio Grande na expectativa de prêmios e recompensas que pudessem levar para seus sítios de origem, onde haviam deixado suas casas, lavou-

---

[2]Cf. testemunho de Simão Pereira de Sá. Apud BARRETO, op. cit., p. 18.

[3]Carta de Cristóvão Pereira a Silva Paes, do canal do Rio Grande, 05.12.1736. Apud DOCUMENTOS sobre a Colônia do Sacramento ..., p. 417.

[4]Cf. Walter F. PIAZZA, Cristóvão Pereira foi para a Laguna com ordem de Silva Paes datada de bordo da nau N. Sra. da Vitória, 23.07.1736, que autorizava-o "a requisitar cavalos (...), a recrutar gente (...), ordem esta que foi registrada na Laguna e a deixou esgotada de gente válida". (O Brigadeiro José da Silva Paes, estruturador do Brasil Meridional - Inédito).

ras, mulheres e filhos na "suma miséria" em que viviam[5].

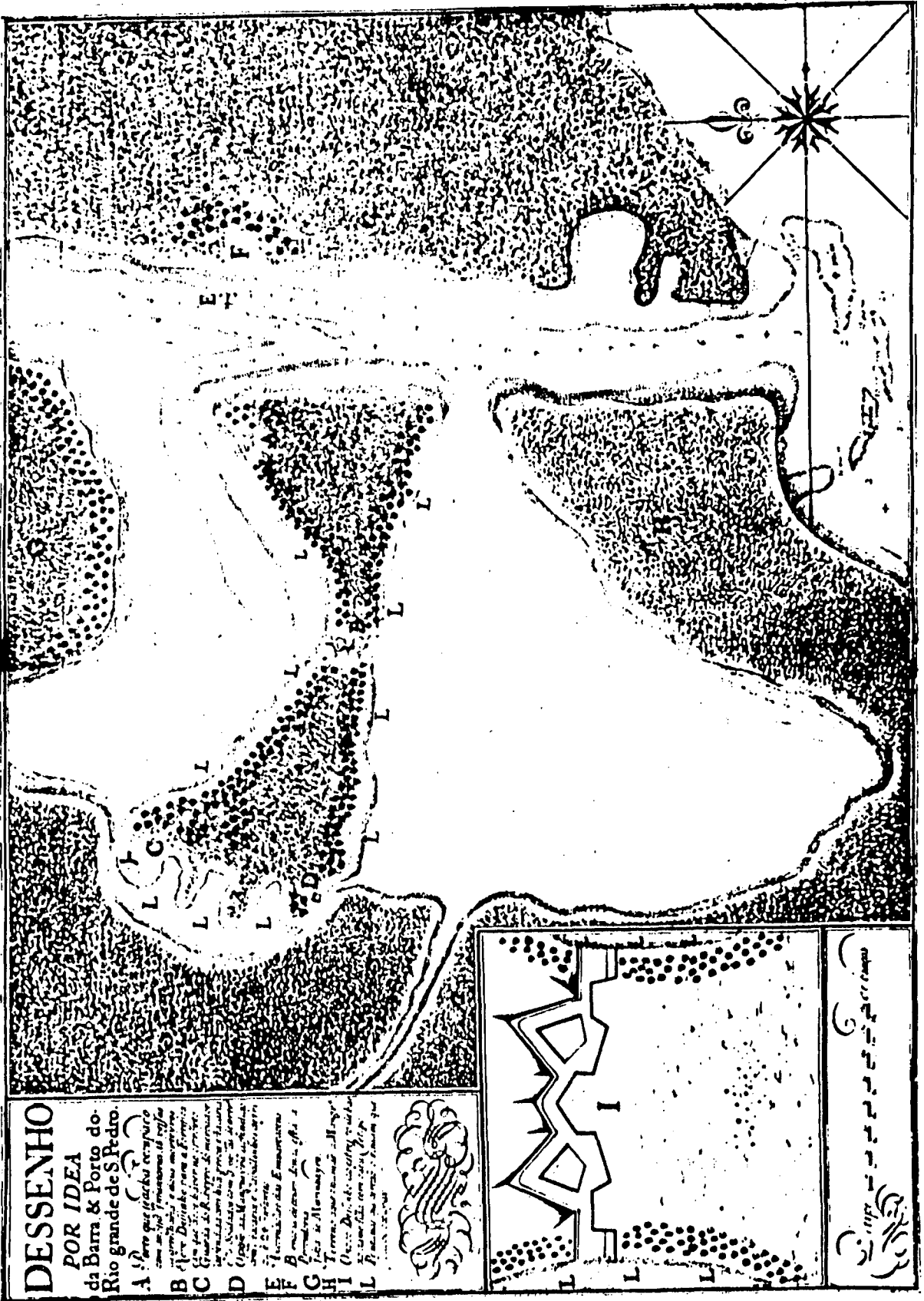
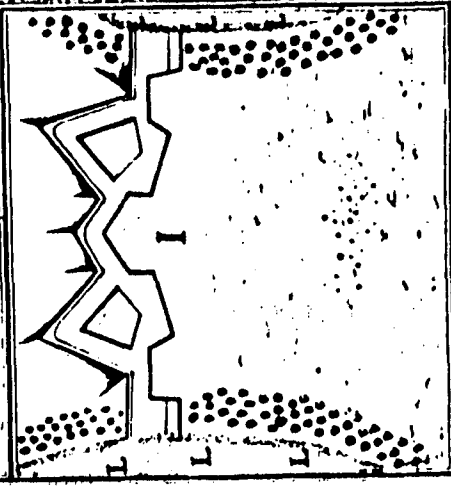
A presença desses homens no Canal do Rio Grande não tem sentido de povoamento e, definitivamente, "nenhuma povoação existia quando Paes chegou ao sítio onde decidiu lançar os fundamentos da futura cidade militar"[6].

Algumas afirmações no sentido de que "encontramos em toda esta terra fazendas estabelecidas antes da fundação de José

---

[5]Carta de Cristóvão Pereira a Silva Paes, cit. acima nota 3. Veja-se o testemunho de Simão Pereira de Sá, Apud BARRETO, op. cit., p. 47, nota 18.

[6]FORTES, João Borges. Fundação do Rio Grande. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIOGRANDENSE, 2, Rio Grande, 1937. Anais ... Porto Alegre, Globo, 1937. v.2, p. 206. Veja-se ainda: BARRETO, op. cit., p. 33-7 e RESPUESTA del Marques de Grimaldi ..., p. 30 e segs.

Vide Mapa nº 2: "Desenho por idea da Barra & Porto do Rio Grande de S. Pedro". Extraído de BARRETO, op. cit., p. 34. Segundo Abeillard BARRETO, este mapa é atribuído a Silva Paes, e o original encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Inv. Castro e Almeida, Rio de Janeiro, 10.364. Legenda: A - Porto que se acha occupado com nossa Infantaria, 15 pessoas de Artelharia e dous morteyros B- Novo Desenho para a Fortificaçam que deve haver no estreito C- Guarda do Rybeiro do mercador defendida por hũa groça estacaria e 70 soldados com 3 pessas de artelharia D- O passo da Mangueyra defendido com estacaria e Cavallinhos de friza e 24 Infantes E- Ancoradouro das Embarcações F- Barracas de couro donde {se acha} a Provedoria G- Ilha do Marinheyro H- Terreno a que chamão Mangr$^{\underline{a}}$. I- O Novo Desenho do atrac. de barcos {...} L- Pantanos que cercão o rincão que {se vae} occupar".

DESSENHO
POR IDEA
da Barra & Porto do-
Rio grande de S. Pedro.
A
B
C
D
E
F
G
H
I
L

da Silva Paes"[7] decorrem, certamente, da coincidência dos nomes da povoação fundada em 1737 na margem sul do canal - futura Vila do Rio Grande - e do território que se estendia desde a margem sul do canal até a Laguna - o "continente" do Rio Grande - perpetuada na denominação da Capitania.

Este equívoco tem acarretado enormes prejuízos à historiografia sul-riograndense, sobretudo no que se refere ao processo de ocupação das terras do "continente", quando se tem confundido, como no caso da afirmação citada, os campos de Viamão, cuja ocupação efetiva iniciara-se em 1732, com os dos arredores do canal, onde as primeiras doações de terra foram feitas a partir de 1738 pela Comandância Militar do presídio[8].

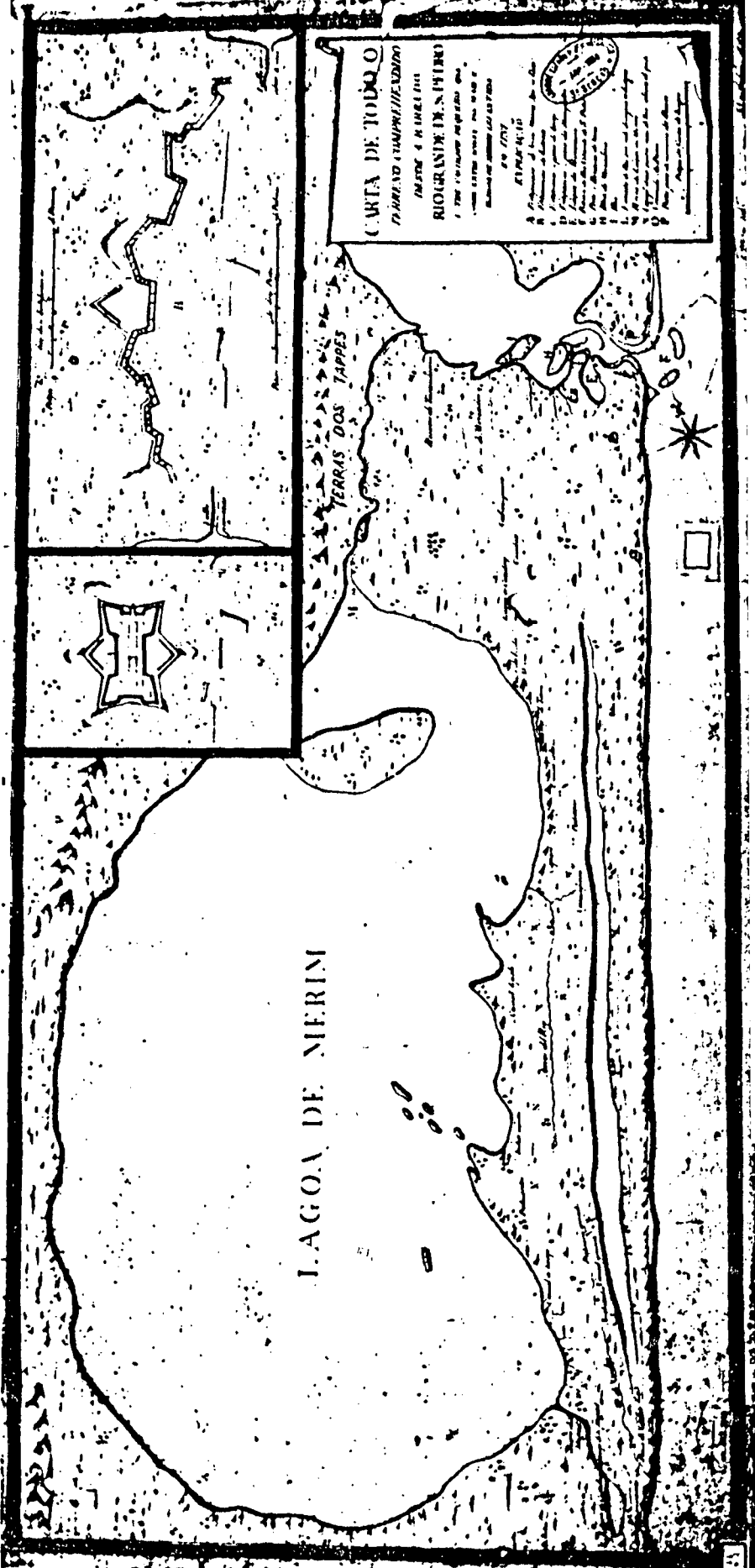
No canal do Rio Grande, os documentos de 1737 foram datados, em sua maioria, com a expressão "Porto do Rio Grande de

---

[7] HAFKEMEYER, J.B. A primitiva Igreja do Rio Grande do Sul. RIHGRS, Porto Alegre, 3 trim. 1929, p. 315. Na mesma linha: DOCCA, História ..., p. 40 e PORTO, Aurélio. O coeficiente lagunista na formação racial do gaúcho. RIHGRS, Porto Alegre, 3, 4 trim. 1931, p. 176.

[8] Cf. LAYTANO, op. cit., p. 37. FORTES, Fundação ..., p. 218-24.

Vide Mapa nº 3: "Carta de todo o terreno comprehendido desde a barra do Rio Grande de S. Pedro" ... "(tirada por ordem do Brigadeiro dos Exércitos de S. Majestade José da Silva Paes, 1737)". Extraído de BARRETO, op. cit., p. 35. Segundo Borges FORTES, esta Carta traz "a planta e perfil das obras de fortificação e o traçado das estradas que buscam o interior, uma pela margem da Lagoa Mirim, a outra costeando o Atlântico", "e mostra a ausência de qualquer núcleo de povoação" nessa região. (Fundação ,,,, p. 207-8).

LAGOA DE MERIM
TERRAS DOS TAPPES
CARTA DE TODO O
RIOGRANDE DE S. PEDRO

São Pedro". Em 1738, com a transferência do governo para o forte do Estreito adotou-se a forma "Estreito do Rio Grande de São Pedro" e ainda, embora raramente, "Povoação de Santa Ana do Rio Grande de São Pedro", por ser esta a invocação deste forte. Nesta mesma época emprega-se ainda a expressão "Rio de São Pedro" simplesmente[9]. Na correspondência avulsa em geral encontramos ainda as formas "Comandância Militar", "Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro" e "Estabelecimento do Rio Grande de São Pedro". Mesmo depois de elevada à condição de vila, permanecem as variações na denominação da povoação, sendo empregadas concomitantemente as formas "Estabelecimento do Rio Grande de São Pedro", "Vila do Rio de São Pedro", "Vila de São Pedro, "Rio Grande" e "Vila de São Pedro do Rio Grande"[10]. A denominação de "Colônia do Rio Grande de São Pedro" foi empregada pela primeira vez na datação de uma portaria de Silva Paes, em 12 de março de 1737[11], mas não foi adotada usualmente.

A expedição de Silva Paes, constituiu, portanto, o primeiro contingente de ocupação do canal do Rio Grande. Ela era formada por:

> "um Comissário de Mostras, um Tesoureiro da

---

[9]Cf. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (daqui por diante AHRS). Anais ..., Porto Alegre, 1977, v.1, passim.

[10]Cf. FORTES, De sertão ..., p. 150. AHRS. Anais, cit., passim.

[11]Apud AHRS. Anais, cit., p. 46.

> Real Fazenda, um Ajudante, 3 Capitães, 3 Alferes, 7 Sargentos, 90 Infantes do Rio de Janeiro, 56 da Bahia, 37 Dragões, 37 Artilheiros e diversas praças, perfazendo ao todo 254 homens, além de marinheiros e outras pessoas, e o comandante da expedição, Sargento-Mór de Batalha José da Silva Paes"[12].

Durante o ano de 1737 as atividades desenvolvidas por estes homens foram eminentemente militares, centralizadas na construção do esquema defensivo da região conquistada.

O sistema de fortificações implantado por Silva Paes neste ano compreendia, além do forte de São Miguel, o forte de Jesus-Maria-José, no porto, que era "um grande reduto de quatro baluartes, de estacaria e trincheira" e, no Estreito, a meia légua do porto, uma fortificação que se estendia da lagoa dos Patos até o saco da Mangueira, numa "extensa linha,

---

[12]SPALDING, Walter. Os Dragões do Rio Grande do Sul. RIHGRS, Porto Alegre, 4 trim. 1936, p. 220. Segundo Borges FORTES, os homens de Silva Paes ao deixar o Prata somavam mais de setecentos, mas nem todos vieram para o Rio Grande: "deixara 130 com o Coronel André Ribeiro Coutinho e só penetrara a barra em 19 de fevereiro com pouco mais de 200 por haverem dois de seus navios seguido até Santa Catarina". (<u>O Brigadeiro</u> ..., p. 66). Sobre o desembarque da expedição no canal veja-se ainda BARRETO, op. cit., p. 32-7.

com 44 peças de artilharia"[13]. Complementava o sistema as guardas do Taim, Chuí, Albardão e passo da Mangueira[14].

O forte do Estreito era estrategicamente o mais importante para a defesa da posição, porque tinha a função de:

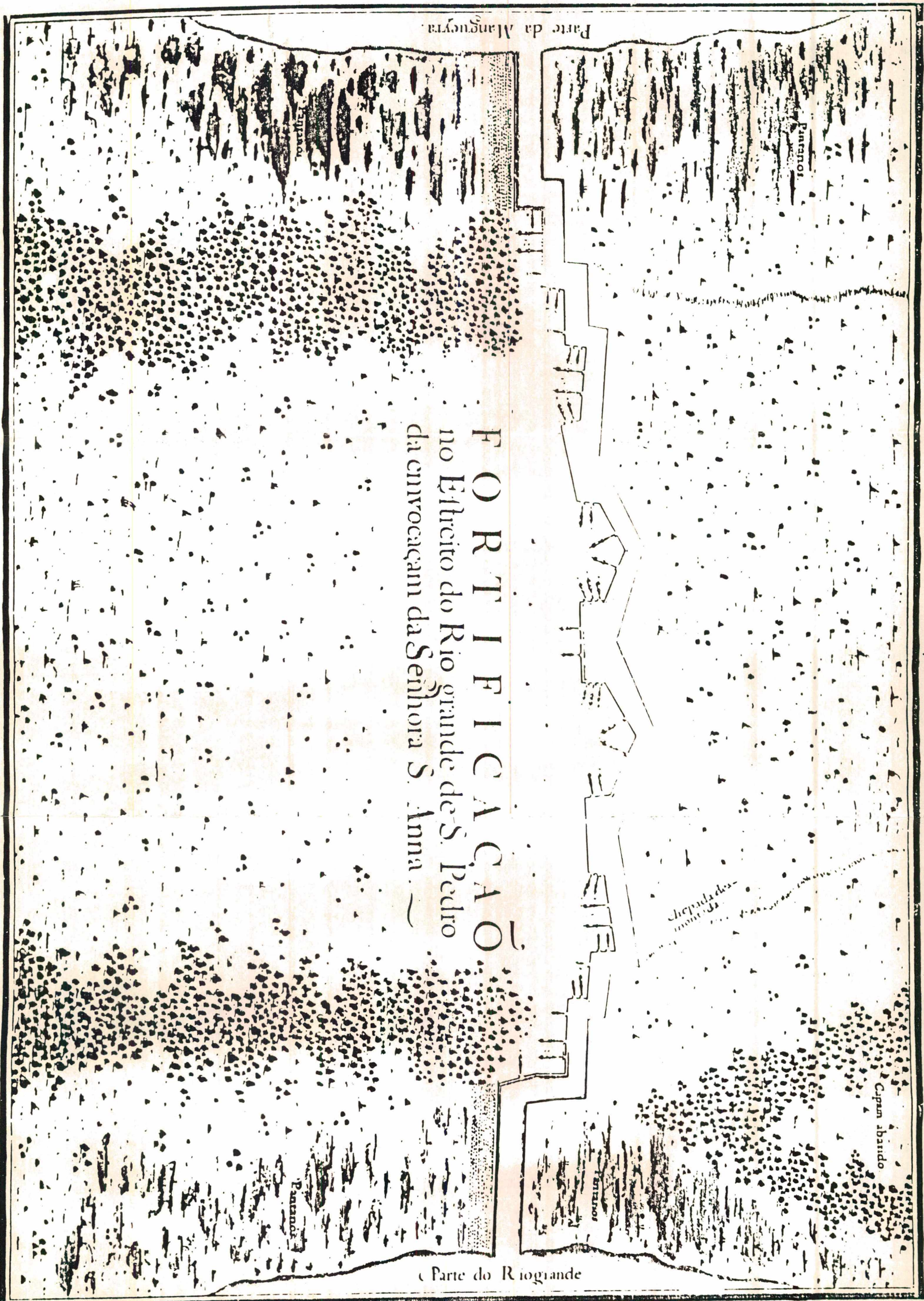
> "afastar da povoação do Porto todo o ataque que os inimigos pretendessem fazer, para se expulsar deste Domínio, livrando aos moradores de todas as hostilidades de guerra, assim para conservar alguma cavalhada (...) e cobrir o desembarque de todas as provisões e petrechos que pudessem ter pela barra e da parte do Norte de nossas terras, incontestadas até a Laguna e Viamão,

---

[13]FORTES, Fundação ..., p. 206.

Vide Mapa nº 4: "Fortificação no Estreito do Rio Grande de S. Pedro da evocaçam da Senhora S. Anna", atribuído ao Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho, cerca de 1740 (Cf. BARRETO, op. cit., p. 44). Extraído de cópia existente na Biblioteca Riograndense. Original: Mss. colorido, $0^{m}.$, $286X0^{m}.$, 419 (segundo anotação de Abeillard Barreto em cópia reduzida existente no acervo da mesma Biblioteca) Esclarecimentos: "Capam abatido", corresponde ao mato de 395 braças de comprimento por 40 de largura, mandado abater por Ribeiro Coutinho, porque "ocultava hum grande terreno e fazia um seguro approxe {de inimigos} à fortificação"; "Chapada desmontada", refere-se a um outeiro, também mandado desmontar por Coutinho, porque "cobria huma chegada ao fosso, na curta distância de 40 palmos" (Cf. BARRETO, Abeillard. Bibliografia Sul-Riograndense. Rio de Janeiro, Cons. Fed. de Cultura, 1973. v.1, p. 380).

[14]Cf. AHRS. Anais, cit., p. 100.

FORTIFICAÇAÕ
no Estreito do Rio grande de S. Pedro
da envocaçam da Senhora S. Anna.
Parte da Mangueyra
Parte do Riogrande
Pantanos
Pantanos
Pantanos
Pantanos
Capam abarido

> como também por ter menos partes acessíveis e indefesas do que no Forte do Porto"[15].

Com a sua conclusão, em janeiro de 1738, para ele foi transferida a tropa e a administração da povoação[16]. A partir de então, o presídio de Jesus-Maria-José, que Silva Paes "só construiu para segurar o primeiropasso que deu neste terreno"[17] passou a abrigar apenas uma "Guarda do Forte", formada por um cabo e nove soldados dragões "para cuidado da casa da pólvora, armazém e instrumentos e materiais da fábrica da igreja"[18]. Esta guarda ficou subordinada, juntamente com a "Guarda do Norte", colocada do outro lado do canal, a uma guarda principal, a "Guarda do Porto", que tinha a atribuição de zelar pela povoação do porto e pelo trânsito entre uma e outra margem do canal.

Mas enquanto o forte do Estreito não ficou pronto, os homens de Silva Paes conheceram, durante o ano de 1737, as mais duras condições de vida no canal do Rio Grande. Abrigados precariamente em barracas, tiveram que enfrentar um rigo-

---

[15]Regimento da Guarda do Porto, instituído por Ribeiro Coutinho em 09.08.1740. Apud AHRS. Anais, cit., p. 128.

[16]Cf. documentos da Provedoria do Rio Grande. Apud AHRS. Anais, cit., passim. Veja-se ainda FORTES, O Brigadeiro ..., p. 106.

[17]Documento cit. acima nota 15.

[18]Ibidem.

roso inverno, todo de fortes temporais[19], sob uma rotina de trabalho de extremo rigor.

A única mão-de-obra disponível no canal eram os próprios soldados, os poucos paisanos que acompanhavam a expedição e alguns escravos de oficiais, e a execução do projeto de construção do complexo militar não podia ser retardada, porque a partir de setembro, segundo o conhecimento que se tinha da região, os campos começavam a secar, e costumavam descer a eles os Tapes, de quem se receava alguma hostilidade[20]. O período mais árduo de trabalho coincidiu, portanto, com o de maior rigor do inverno.

Segundo depoimento de Silva Paes, seus "pobres soldados" viviam "todos miseráveis de roupas", e alguns teriam andado nus se não os tivesse amparado; seus fardamentos se acabavam na faina incessante das incursões à Ilha dos Marinheiros e aos pântanos e alagadiços das margens do canal, sem que as chuvas lhes permitissem alguma recuperação, e na lida das construções[21].

A situação desses homens foi se tornando mais crítica a partir de junho, quando, em pleno inverno, a alimentação começou a ser racionada. Silva Paes não dispunha de mais de cin-

---

[19]Cf. carta de Silva Paes a Gomes Freire, de 07.03.1738. Apud FORTES, O Brigadeiro ..., p. 93.

[20]Cf. Ordem Régia para Gomes Freire, de 24.03.1736. Vide Anexo 1.

[21]Cf. carta de Silva Paes a Gomes Freire, de 21.06.1737. Apud FORTES, O Brigadeiro ..., p. 75.

quenta alquires de farinha*, e reservava-a para os doentes e "mais alguma assistência precisa"[22]. Os soldados passaram a receber quatro arratéis** de carne por dia, "para terem alento e resistirem ao frio e poderem com o trabalho"[23]

O isolamento do presídio tivera início já em março, portanto antes mesmo de começar o inverno, por ter se tornado impraticável a barra. As diversas embarcações enviadas do Rio de Janeiro com mantimentos, dinheiro, gente, e toda a sorte de recursos, tiveram que retornar ao porto de origem ou arribar à Ilha de Santa Catarina, e mesmo daí, por terra, a comunicação tornou-se difícil a partir deste mês, tendo ficado interrompida durante os seis meses de inverno[24].

O quadro de miséria instalado no Rio Grande durante o ano de 1737 pode ser avaliado a partir de um dos apelos de Silva Paes, ansiando que os socorros pudessem entrar a barra em setembro:

---

* cada alqueire equivalia a 13,8 litros.

** cada arrátel equivalia a 429 gramas.
(Cf. HOLANDA, Aurélio B. de. Novo dicionária da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975. p. 74 e 137).

[22] Ibidem.

[23] Ibidem.

[24] Cf. Carta de Gomes Freire ao Vice-Rei em 10.03.1737. Apud FORTES, Fundação ..., p. 211 e cartas de Manoel Saraiva Cabral (do Rio Grande, em 14.09.1737) e Manoel de Barros Guedes Madureira (da Ilha de Santa Catarina, em 08.08.1737) para Martinho Mendonça de Proença e Pina. Apud COLEÇÃO de documentos sobre a Colônia do Sacramento ..., p. 423 e 429.

> "permita Deus seja logo nos princípios e não nos façam esperar mais com tanto detrimento quanto aqui se experimentam com falta de farinha, azeites, vinagres e roupas, de que tanto se necessita e só de carne é que se mantem toda esta guarnição com grande pesar meu; há mais de tres meses e incomodos dos mesmos soldados que sem farinha e vestidos em tempos ásperos como é aqui o inverno passam mal; a esperança de que será breve o seu remédio é que os acalenta"[25].

Dois meses ainda se passaram sem que este sofrimento pudesse ser aliviado. Os recursos só alcançaram o presídio em 1º de novembro de 1737, quando a situação já se apresentava desesperadora.

A miséria desses homens estava profundamente marcada por dois componentes que dificilmente não se teriam associado a ela; de um lado, a rebeldia dos subalternos, como reação ao isolamento, à solidão e ao duro regime de trabalho que lhes era imposto enquanto lutavam com as próprias forças para sobreviver às doenças, ao frio e à fome; de outro lado, a repressão do comando, que sofrendo as mesmas privações, tinha o dever de manter a ordem e levar a missão a seu final a qualquer custo. Os crimes foram constantes durante todo o ano. Os mais frequentes eram o furto e a deserção, embora a lei previsse para ambos a pena capital. Mas ela não foi aplicada, por-

---

[25]Carta de Silva Paes a Gomes Freire. Apud FORTES, <u>O Brigadeiro</u> ..., p. 77 (s/data).

que de nenhum modo atendia às necessidades dessa missão, sendo substituída por outras, como os tratos de polé e os trabalhos forçados com grilhões e serviços nas galés, por períodos que iam de seis meses a cinco anos[26].

Essas punições, ditadas sem a presença de um Auditor Geral contrariavam os Regimentos e Ordenanças do Reino, mas eram justificadas por Silva Paes como sendo o único meio de evitar a evasão da tropa[27]. O soldado Francisco da Costa, por exemplo, que servia na Colônia do Sacramento e viera agregado ao Corpo da praça do Rio Grande, que "nunca recebeu pagamento nem fardas", tendo sido capturado após a deserção, foi condenado a, "com grilhão no pé esquerdo", trabalhar nas obras das fortificações "por tempo de cinco anos sem vencimento de soldo"[28]. Mesmo a ato de planejar uma fuga era punido com o máximo rigor, como aconteceu, por exemplo, a quatro soldados que,por terem "já para esse efeito tudo pronto", foram condenados à "dois anos de serviços nestas fortificações, sem soldo, com grilhão no pé direito, para mais segurança e exemplo dos mais"[29]. A aplicação sistemática da pena de suspensão do soldo, juntamente com os castigos corporais e suspensão da liberdade, provavelmente constituísse a solução encontrada para o segundo maior problema que o comando enfrentava, que era a falta de numerário para o pagamento regular da tropa e de

---

[26]Cf. AHRS. Anais, cit., passim.

[27]Ibidem, p. 44. (Portaria de Silva Paes, de 01.08.1737).

[28]Ibidem, p. 42-3. (Portaria de Silva Paes, de 04.07.1737).

[29]Ibidem, p. 43 (Portaria de Silva Paes, de 01.08.1737).

seus fardamentos.

A primeira embarcação a entrar a barra (01.11.1737), a sumaca "Santo Antonio e Almas" trouxe para esses homens poucos recursos, mas trouxe principalmente a notícia do armisticio celebrado em 16 de março de 1736, e "a esperança de que após ela viriam outras embarcações e cessariam de vez as misérias que os acompanhavam"[30].

---

[30]FORTES, _O Brigadeiro_ ..., p. 100.

2. POVOADORES ÍNDIOS

2.1. Contigente Paulista

As primeiras famílias de povoadores chegaram ao presídio em setembro de 1737[31], procedentes de São Paulo, com a "recondução" de João da Távora, que fora determinada pela Coroa já na Ordem de 4 de março de 1736[32]. Eram cento e duas pessoas, em sua maioria das aldeias de São Miguel, Barueri, Espinheiro (ou Pinheiros) e Nossa Senhora da Escada[33], que foram desde logo incorporadas ao trabalho nas fortificações.

Até a chegada de novos povoadores, em 1738, esse contigente secundou o militar na formação da população do presídio.

Nos dois primeiros anos, 1738 e 1739, segundo os assentamentos de óbitos da paróquia, esse grupo perdeu no mínimo 15% do seu contigente inicial, e teve uma participação de 25% no total de óbitos de livres registrados. Esse índice provavelmente está relacionado às poucas condições de sobrevivência que esta gente encontrou no presídio, após uma longa e difícil jornada, agravadas pelo regime intensivo de trabalho a que foram submetidos. Conforme analisou Borges FORTES, se es-

---

[31]Cf. Portaria de Silva Paes para assentamento desses povoadores no Livro 1 da Provedoria do Rio Grande, registrada em 10.12.1737. Apud AHRS. Anais, cit., p. 53.

[32]Vide Anexo 1.

[33]Cf. Livros Paroquiais de Batismos e Óbitos, de 1737 a 1749.

se contingente constituiu um reforço para os soldados, a sua chegada no auge da fome e da miséria deve ter agravado ainda mais a situação existente[34].

Mas ainda a partir de 1738, essas famílias tiveram uma participação significativa no movimento da população da colônia; em 1738, dos sete batizados de livres registrados, quatro saíram desse grupo. Até 1749 sua participação se manteve estável, embora passando a representar uma proporção cada vez menor dentro do total de batisados de livres registrados - 57% em 1738, 12% em 1739, 8,3% em 1740, e assim regressivamente - devido ao progressivo aumento da população, em decorrência da incorporação de novos contingentes de povoadores.

2.2. Contingente Tape

Também por volta de setembro de 1737 o presídio passou a incorporar elementos índios que eram apresados na campanha durante as diversas incursões que se fazia.

Encontra-se no Livro I de batismos da freguesia vários assentamentos de índio ou índia "apanhado na campanha"; são Tapes (guaranis) procedentes "do sertão de Buenos Aires"[35], sendo em grande número mães apresadas com seus filhos[36].

É provável que muitos viessem dar ao presídio fugidos das Missões, o que não era fato novo para a administração co-

---

[34] FORTES, O Brigadeiro ..., p. 78

[35] Cf. e.g. Liv. 1 Bat., fls. 9, 12, 12v., 13.

[36] Cf. e.g. Liv. 1 Bat., fls. 11, 12, 12v., 13v., 27, 37.

lonial, pois já em 1733 Francisco de Brito Peixoto, em Carta ao governador de São Paulo, fazia referência a esta ocorrência na Vila da Laguna[37].

Em São Paulo a administração agia no sentido de atrair or índios e manter um bom relacionamento com eles, tratando-os "com carinho" mas se decidissem se retirar voluntariamente e essa retirada fosse prejudicial à colônia, eram então represados[38].

Acreditamos que o mesmo procedimento tenha ocorrido na colônia do Rio Grande, visto o interesse com que eram amparados esses novos súditos, principalmente pela carência de mão-de-obra existente, e porque eram mantidos sob extrema vigilância[39]. Há evidências de que alguns se faziam acolher com o objetivo de espionar e desestabilizar o núcleo português, seguindo orientação da administração espanhola, roubando gado, cavalos e escravos e incentivando a fuga de soldados e de índios já submetidos; quando surpreendidos eram presos e punidos severamente, ou degredados para as capitanias do norte[40].

A grande maioria desse contingente, entretanto, contri-

---

[37]Cf. FORTES, João Borges. O tropeiro, In: CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIOGRANDENSE, 2, Rio Grande, 1937. Anais ... Porto Alegre, Globo, 1937, v.2, p. 81-2.

[38]Cf. documento do governo de São Paulo, datado de 17.01.1725. Apud FORTES, Cristóvão Pereira, p. 4-5.

[39]Cf. Regimento da Guarda do Porto, cit. Apud AHRS. Anais,cit., p.132.

[40]Cf. e.g. AHRS. Anais, cit., p. 56, 126, 127.

buiu decisivamente para a implantação da nova colônia, sobretudo pelo engajamento na atividade pecuária, nas estâncias reais e particulares[41].

Nos Livros Paroquiais de batismos e óbitos de 1737 a 1749 foram registrados cento e quatro assentamentos referentes, explicitamente, a índios Tapes: setenta e nove batismos (de adultos e crianças, legítimos e naturais) e vinte e cinco de óbitos (adultos e inocentes).

2.3. Ausência de um contingente minuano

Os minuanos estavam localizados nas imediações do canal, "junto ao rio Jaguarão, laguna Mirim e laguna Negra"[42], e foram alvo de um intenso trabalho de conquista por parte da administração do presídio, mas em nenhuma época tiveram presença marcante na vida da colônia e numericamente foram sempre superados pelos tapes.

O levantamento dos livros paroquiais de batismos e óbitos de 1737 a 1749 acusa ausência total de registros referentes ao grupo minuano. Nesse período eles mantiveram-se à distância, apenas como eventuais fornecedores de gado bovino e eqüino aos portugueses.

Já Silva Paes trouxera instruções de Gomes Freire no

---

[41]Cf. e.g. Cristóvão Poty, "indio Tape a serviço do cortume d'el rei e fregues dessa freguesia".Liv. 1. Ob.,fl. 26v. (registro de óbito de sua mulher).

[42]FLORES, Moacyr. Os índios infiéis. Rev. Est. Ibero-Americanos, Porto Alegre, PUG, 3(1):11, jul. 1982.

sentido de buscar "boas relações com os Minuanos, captando-os para os portugueses", porque podiam "trazer cavalos para negociar"[43], mas na correspondência e nos Atos de Silva Paes não há qualquer referência a um contato com o grupo durante o ano de 1737. André Ribeiro Coutinho, ao que tudo indica, foi a primeira autoridade a manter um entendimento com alguns deles, provavelmente em 1738, e por seu relato evidencia-se o quanto ainda estavam arredios os minuanos:

> "os tractei e fiz presentes, pela Fazenda Real, proporcionados aos seus uzos e em nome de S.M. dei a hum a nomeação e o bastão de capitão e o Padre Fr. Sebastião de Milão, pôde reduzir uma mulher e seus filhos, o marido (por contrato temporal) ao gremio da Igreja"[44].

A expectativa de uma aproximação permaneceu, mas dezesseis meses após a fundação do presídio os minuanos continuavam totalmente fora do controle dos portugueses, conforme se depreende da informação chegada do forte de S. Miguel, em junho de 1738:

> "os minuanos já se acham alguma coisa reti

[43]FORTES, O Brigadeiro ..., p. 62.

[44]"MEMÓRIA dos serviços prestados pelo Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho no govêrno do Rio Grande de S. Pedro", dirigida a Gomes Freire de Andrade, em 1740: RIHGRS, Porto Alegre, 16:245, 4 trim., 1936.

> rados pelo rigor do inverno e por serem estes os tempos em que costumam fazer seus tupambaês* e nunca de todo deixam de vir alguns e trazem mais éguas que cavalos e parece que andam na diligencia deles para se aproveitarem de alguns gêneros quando aqui os hajam"[45].

Não encontramos registro de qualquer outro contato com os minuanos nos próximos anos; apenas, nos documentos portugueses, uma grande preocupação em localizá-los e comerciar com eles.

Parece confirmar-se, portanto, a teoria de Moacyr FLORES de que, movidos pela exaustão da "Vaquería del Mar", dois anos após o estabelecimento dos portugueses no canal do Rio Grande, "os Minuanos tiveram que se mudar para o outro extremo, junto ao rio Uruguai"; apenas não se confirma, na documentação contemporânea, a idéia de que inicialmente os minuanos foram soldados e peões dos portugueses"[46].

---

*"tupa-mbaê": período em que todos, sem exceção alguma, dedicavam-se 'à produção econômica das coisas de Deus". (Cf. SOLER, Maria Nagelica C: Colônia do Sacramento e Reduções: conflitos de interesses políticos. In: SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ... Rio de Janeiro, IHGB/IGHMB, 1979. v.1, p. 133-4).

[45]Carta do Ajudante Manoel Gomes Pereira a Ribeiro Coutinho,do forte de S. Miguel, em junho de 1738. Apud AHRS, Anais, cit. p. 70.

[46]FLORES, op. cit., p. 11.

Os minuanos virão a ser, com efeito, habitantes da colônia do Rio Grande, peões e soldados da Coroa portuguesa, mas em outra fase da vida do presídio, como resultado de um trabalho de aproximação que será iniciado doze anos após a sua fundação; dez anos após o afastamento total do grupo.

A idéia de que os minuanos participaram da implantação da colônia, implicita e explicitamente formulada em todas as obras que abordam o tema deve ter sido absorvida por combinar com aquela, bem mais próxima da realidade, de que eram tradicionalmente amigos e aliados dos portugueses; aos Tapes, tradicionais inimigos, a historiografia regional não admite tal participação.

3. POVOADORES BRANCOS

3.1. Contingente espanhol

Tão logo vigorou a paz na região, os tropeiros espanhóis acorreram ao canal para negociar com os portugueses, pois já se espalhara a notícia de que Silva PAes estava empenhado em obter dois mil cavalos, selas e arreios para a formação do Corpo de Dragões do Rio de Grande[47].

O fato torna-se plenamente compreensível na medida em que constatamos que, na realidade, as rivalidades na região estavam longe de corresponder às dimensões que lhe têm sido dadas pela historiografia regional, e que a cooperação entre portugueses e espanhóis no comércio de gados era um componente antigo dessa vizinhança:

> "já em 1723 se lê numa carta enviada da Laguna que um espanhol ia a caminho de Santa Fé com a intenção de informar 'aos mercadores da dita cidade a maior facilidade que poderão ter no negócio com os portugueses nesta povoação, pela muita incoveniencia e perdas que tem os ditos mercadores' sempre que a Guarda de San Juan conseguia impedir os seus negocios com os portugueses da Colônia do Sacramento"[48].

Seus lucrativos negócios de gado só deixavam de ser pací

---

[47]FORTES, O Brigadeiro ..., p. 66,130.

[48]MORNER, op. cit., p. 164.

ficos quando as duas metrópoles se decretavam estado de guerra, ou quando interesses setoriais - como, por exemplo, a rivalidade entre os índios missioneiros e "pampeanos" - envolviam a um dos parceiros[49]. Fazendo valer a determinação espanhola de que os portugueses não fixassem novos núcleos em seus domínios - como o pretenderam em Montevidéu em 1723 e no canal do Rio Grande em 1725 - os espanhóis, sem negar a fidelidade à sua Coroa, se sentiram sempre livres para ir até a Laguna comerciar seu gado, ou ainda para participar ativamente do contrabando português no Prata, do qual Buenos Aires, desde o século XVI, estivera tão diretamente dependente[50].

Mas o contingente hispânico da povoação do Rio Grande foi formado principalmente pelos espanhóis que acorreram com o objetivo de aí se estabelecerem. É marcante, a partir de 1738, a presença de peões espanhóis, procedentes, a maioria, de Santa Fé, Corrientes, Entre Rios e Paraguai, radicados nas estâncias reais e particulares[51].

Esses homens representavam mão-de-obra altamente especializada, de importância vital para a sobrevivência da colônia,

---

[49]Ibidem, passim.

[50]Cf. GARCIA, op. cit., p. 17-28. SALVADOR, José Gonçalves. Os cristão-novos e o comércio no Atlântico Meridional. São Paulo, Pioneira; INL; MEC, 1978. p. 363.

[51]Cf. e.g. Isidro Maciel, "homem espanhol e domador d'el Rei na Estância de Bojuru" e João Marinho, "peão espanhol na estância de Manuel Jorge". Liv. 1, Ob., fls. 27 e 30. Veja-se outros exemplos no mesmo Livro às folhas 25v., 33, 45, 88v.

cuja economia, de mercado e de subsistência, tinha por base a pecuária. Para as atividades que exerciam - cavalariços, boieiros, carreiros, domadores, laçadores[52] - era impossível contar com os elementos portugueses que desembarcaram no canal: há, na correspondência de Silva Paes, várias referências às dificuldades que enfrentou quando pensou em fazer seus homens, simplesmente, montar[53]. Igualmente os povoadores vindos do Rio de Janeiro eram completamente inabilitados para elas, e a mão de-obra escrava era, por natureza, incompatível com a lida campeira, além de ignorá-la tão completamente quando os demais[54].

Esta pequena migração espanhola para a colônia do Rio Grande vai se manter durante todo o século XVIII, e não deve ser encarada como um acontecimento excepcional. A convivência de portugueses e espanhóis em comunidade vinha se exercendo na região platina desde o século XVI, quando os portugueses acorreram para a nova cidade de Buenos Aires com tudo o que ela mais carecia em recursos humanos - oficiais mecânicos, artesãos, comerciantes - abastecimento de víveres e investimentos financeiros. No início do século XVII, exatamente em 1622, os portugueses chegaram a representar 25% de sua população total

---

[52]Cf. AHRS. Anais, cit., passim.

[53]Cf. e.g. carta a Gomes Freire em 21.06.1737. Apud FORTES, O Brigadeiro ..., p. 67.

[54]Cf. FREITAS, Décio. O capitalismo pastoril. Porto Alegre, Esc. Sup. Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. p. 33-7.

de 1.200 habitantes, e em 1674 (34 anos depois de terminada a União Ibérica!) seu número estima-se entre quatro e seis mil, "muitos dos quais já 'avecinados' na terra"[55].

3.2. Contingente luso-brasileiro

3.2.1. Contribuição da Colônia do Sacramento

Os primeiros povoadores luso-brasileiros civis a chegar ao presídio foram antigos povoadores da Colônia do Sacramento, atraídos pela posição mais segura da povoação do Rio Grande e pelas amplas possibilidades de acesso à terra que esta oferecia, em comparação com a praça da Colônia, limitada pela vigilância constante da administração espanhola.

O governo do Rio de Janeiro já contava com essa migração, e chegou mesmo a incentivá-la. Conforme expõe Goes Freire, em meados de 1737, a Silva Paes,

> "não deixarão de convidar a boa qualidade de esse terreno os moradores da Colonia que de esta parte se acham e se irão estabelecer em essa. Fazem viagem nove famílias e os mais irei trabalhando pelas reduzir a que sigam o mesmo destino, e a miséria em que vivem os há de precisar ..."[56].

---

[55] Cf. SALVADOR, op. cit., p. 353-77.

[56] Carta de Gomes Freire a Silva Paes, em resposta à que este lhe escrevera em 12.03.1737. Apud FORTES, <u>O Brigadeiro</u> ..., p. 81 (s/data).

Em carta de Silva Paes, de abril de 1737, encontramos a confirmação das estimativas de Gomes Freire, e dos verdadeiros interesses que animavam ambas as partes:

> "São sem numero os moradores que querem vir estabelecer-se neste Rio Grande e aqui me segura um Domingos Martins, que saiu da Colonia e tinha levado a sua família para essa cidade, a vai buscar para aqui e alguns mais porem que espera se lhe de terreno para começar as suas searas e algum gado como é costume: para principiar eu lhe segurei se daria a cada casal 10 ou 12 cabeças e menos (sic) terreno para fabricarem {...} e parece-me se lhe deve fazer por ora todo o bom partido e é sem dúvida concorrerá muita gente para o povoar"[57].

A chegada dos primeiros povoadores da Colônia, esperada para 1737, não ocorreu, entretanto, senão em 1738, quando cessadas as chuvas que assolaram a região durante todo aquele ano, o caminho que ligava as duas povoações apresentou condições de ser vencido com sucesso. O primeiro registro de eventos vitais desses povoadores na freguesia do Rio Grande data de 1740[58].

---

[57]Carta de Silva Paes a Gomes Freire em 12.04.1737. Apud FORTES, O Brigadeiro ...,p. 83-4.

[58]Liv. 1 Bat., fls. 15: 02.11.1740 - Maria, filha legítima do furriel de Dragões Matias Francisco Tibau, natural de Veiros, termo de Lisboa Ocidental e de Maria Gomes, natural da Colônia do Sacramento.

3.2.2. Ausência de um Contigente Lagunense

A ausência de uma corrente de povoamento da Laguna para o canal do Rio Grande e, conseqüentemente, de um contigente lagunense no processo de povoamento do presídio evidenciam-se, de forma irrefutável, na documentação contemporânea investigada.

O Livro da Provedoria do Rio Grande registra, em 1738, a entrada de um "casal do número" procedente da Laguna[59], mas esses cônjuges não são naturais daquela vila; ele, Manuel da Silva Vargas, é natural do Bispado de Lamego (Portugal) e ela, Páscoa Maria do Espírito Santo (ou Páscoa Maria da Ressureição), é natural da Ilha do Faial[60], e trazem uma filha menor, que é natural da Vila de Santos[61]. Esta é a única notícia que encontramos, de casal procedente da Laguna.

O levantamento dos Livros da Paróquia, de batismos e óbitos, do período de 1737 a 1749 acusa a inexistência de qualquer casal em que os dois cônjuges fôssem lagunenses, e revela a presença de quatro casais em que apenas as mulheres são naturais da Laguna, e seus cônjuges são de outras origens: Romualdo Correia, natural do Bispado de Lagos, é cônjuge de **Eusébia Pires**; Luiz de Queiróz, comerciante, procedente e natu-

---

[59]Apud AHRS. Anais, cit., p. 61-2.

[60]Informações colhidas nos Livros Paroquiais de Batismos e Óbitos. O primeiro filho do casal na povoação foi batisado em 07.06.1739. (Liv. 1 Bat., f.4).

[61]Rita Maria da Ressureição, conforme registro de batismo de seu filho no Estreito (liv. 1 Bat. do Estreito, f. 101 v.).

ral do Rio de Janeiro, é cônjuge de **Francisca Corrêa**; Antonio Nunes da Costa, Alferes de Dragões natural de Portugal, é cônjuge de **Isabel Antonia Ribeiro**, e Inácio Rodrigues Alvarenga, natural do Rio de Janeiro, é cônjuge de **Lourença Correa de Bonsucesso**; seus primeiros filhos na povoação do Rio Grande foram batisados em 1743, 1745, 1747 e 1748 respectivamente[62]. A conjugação desses dados nos leva a concluir que, seguramente, esses casais se constituíram na própria povoação, a partir da entrada dessas mulheres.

Através desse levantamento identificamos ainda cinco mulheres lagunenses que tiveram filhos naturais na povoação do Rio Grande, sendo que existe a possibilidade de que esse grupo fosse maior, porque os registros de filhos ilegítimos eram, normalmente, muito incompletos, e não raramente omite-se a origem da mãe. As mulheres identificadas são: **Rita Correa de Abreu**, parda, que teve três filhos (1741, 1743 e 1746) com Francisco Antonio Cardoso de Menezes e Souza, Ajudante de Dragões, solteiro[63]; **Francisca Correa**, que teve dois filhos (1741 e 1743) de João de Freitas da Silva, Ajudante de Infantaria natural de Pernambuco[64]; **Januária do Canto**, que teve uma filha (1744) com Antonio Nunes, Alferes de Dragões natural de Portugal[65], sendo que ele veio a casar-se posteriormente com outra

---

[62]Liv. 1 Bat., fls. 43, 53, 59, 82 respectivamente.

[63]Liv. 1 Bat., fl. 16v. (1º filho).

[64]Liv. 1 Bat., fl. 22 (id.).

[65]Liv. 1 Bat., fl. 47v. ("sub conditione por ter sido batizada no Bojuru").

mulher da Laguna, constituindo um dos casais acima identificados; **Petronilha**, índia, que teve um filho (1749) com Antonio Pires Viana, natural de Portugal[66], e que, certamente, era também homem da tropa, e **Josefa Fernandes** (índia administrada por Joana Fernandes), que teve um filho (1749) de pai incógnito[67].

A partir dos registros de óbitos desse período identificamos a presença de cinco homens solteiros naturais da Laguna, o que evidencia, sobretudo, o retorno dos lagunenses que viera, com Cristóvão Pereira àquela povoação.

A inexistência de uma corrente demográfica lagunense em direção ao presídio do Rio Grande enquadra-se plenamente no contexto sócio-econômico da vila da Laguna nesta primeira metade do século XVIII.

Os antecedentes históricos da Vila da Laguna dificilmente lhe permitiriam concorrer para o povoamento do Rio Grande com um maior número de pessoas do que o que se registrou. Não muito tempo antes, em 1726, a Câmara da Laguna havia declarado que a vila estava impossibilitada de atender ao recrutamento que David Marques Pereira lá foi fazer, a mando do governador de São Paulo, de gente para povoar a barra do Rio Grande, "por não os terem", e porque "todos os moradores" "eram muito pobres" e "viviam miseravelmente em ranchos de palha"[68] e, consequentemente não tinham recursos para esta empreitada. Quando

---

[66]Liv. 1 Bat., fl. 85.

[67]Liv. 1 Bat., fl. 89

[68]Documento da Câmara da Laguna. Apud HAFKEMEYER, A conquista ..., p. 211

colocados à margem dos negócios das tropas de gado, que passaram a percorrer os novos caminhos do interior, grande parte das famílias lagunenses trataram de estebelecer-se, e definitivamente, por volta de 1730 a 1732, nos campos de Viamão, onde receberam suas sesmarias, tendo se configurado, realmente, uma corrente de povoamento lagunense para aquela região[69]. Para o canal do Rio Grande, em 1738, já não havia famílias de povoadores a deslocar da Laguna; já o recrutamento de Cristóvão Pereira, em 1736, deixara aquela povoação "esgotada de gente válida"[70], e, de forma alguma, a administração colonial prescindia do povoamento e manutenção daquela vila.

A migração de mulheres solteiras para o canal do Rio Grande, sem o acompanhamento de suas famílias, provavelmente seja um reflexo do baixo nível sócio-econômico daquela povoação. Esta migração se deu, certamente, através da rota de comércio que, em fins de 1737, foi estabelecida entre as duas povoações, e deve ter sido motivada, principalmente, pelas amplas possibilidades de casamento que a concentração de tropas no presídio oferecia.

3.2.3. Os povoadores do Rio de Janeiro

A contribuição mais expressiva para o povoamento do presídio do Rio Grande foi dada pela gente oriunda do Rio de Janeiro - recrutas, moças solteiras e "casais de número", que

---

[69] Cf. RODRIGUES, José Honório. O continente do Rio Grande. Rio de Janeiro, S. José, 1954. p. 35.

[70] PIAZZA, op. cit., acima nota 4.

começam a chegar a partir de 1738.

O primeiro surto de povoamento do presídio, que se estende de 1738 a 1749 é marcado pelo predomínio de cariocas, secundados por mineiros, baianos e paulistas[71]. Conforme observou José Honório RODRIGUES,

> "o povo da Colônia do Sacramento que se transfere para o Rio Grande era, em grande parte, do Rio; os dragões que vão ao Presídio são também em boa parte de cariocas, especialmente recrutas mensalmente apreendidos nas ruas do Rio; as mulheres livres e desimpedidas, as "massuelas" e as moças são também colhidas no Rio de Janeiro"[72].

A idéia de povoar as terras desertas do sul do país com gente do Rio fôra esboçada por Silva Paes em 1735, no governo interino do Rio de Janeiro, visando desafogar a região das minas e o Rio de Janeiro de seu excesso de população, formado por gente que procedia de todos os pontos do Brasil, de Portugal e dos Açores[73]. Nesse mesmo ano encaminhara vinte e sete dessas pessoas para a Colônia do Sacramento, e requereu ao Conselho Ultramarino a aprovação da despesa feita e da que pretendia fazer, com o transporte de novos colonos por conta

---

[71]RODRIGUES, op. cit., p. 35-8

[72]Ibidem, p. 36.

[73]Cf. carta de Silva Paes ao Rei, do Rio de Janeiro, em 12.05. 1735. Apud COLEÇÃO de documentos sobre o Brigadeiro...,p. 84-5.

da Fazenda Real. O Parecer do Conselho foi favorável a que a Coroa aprovasse a despesa feita, mas fez restrições a que continuasse dando esse incentivo para gente de outras regiões do Brasil, porque poderiam vir a "fazer falta" nos lugares de onde saíssem[74]. O estímulo, portanto, ficou restrito, somente, aos que vinham de fora (Portugal ou Açores, por exemplo), e que chegavam por conta própria ao Rio de Janeiro; no mesmo Parecer o Conselho recolocava junto à Coroa a antiga idéia de implantação de uma política de colonização do sul do Brasil com casais açorianos[75], entretanto, com o Cêrco da Colônia do SAcramento, esses projetos não chegaram a ser implantados.

O envio de povoadores do Rio de Janeiro para o presídio do Rio Grande terá início em 1737, sob a direção de Gomes Freire de Andrade, mas os primeiros povoadores ficaram retidos na Ilha de Santa Catarina, pela impossibilidade de entrar à barra do Rio Grande naquele ano, e somente prosseguiram viagem em janeiro de 1738, desembaraçados por Silva Paes em escala que fez nesta Ilha em sua viagem de regresso ao Rio de Janeiro[76].

Cada casal procedente do Rio de Janeiro recebia as passagens e uma ajuda de custo de doze mil réis, enquanto os povoadores que se transferiam das regiões próximas ao Presídio,

---

[74]Parecer do Conselho Ultramarino de 05.01.1736. Apud COLEÇÃO de documentos sobre o Brigadeiro ..., p. 85-6.

[75]Ibidem.

[76]Cf. FORTES, O Brigadeiro ..., p. 85.

por terra, não tinham direito à ajuda, e o transporte era por conta própria[77]. Um "trato" de terra, em princípio, era assegurado a todos os casais.

Os casais do Rio de Janeiro somaram-se aos da Colônia do Sacramento, e deram início ao desenvolvimento sócio-econômico da nova povoação. Entre os do Rio vieram os primeiros comerciantes, como Luis de Queiróz, e entre os da Colônia, os primeiros estancieiros, como Domingos Martins.

Tão logo assumiu o governo interino do Rio de Janeiro no lugar de Gomes Freire, que mais uma vez dirigira à minas, Silva Paes desenvolveu uma atividade intensa objetivando o povoamento do presíido. Deslocou mais casais, recrútas e, principalmente, mulheres solteiras, obrando como profundo conhecedor da problemática da sustentação daquele núcleo. Em julho de 1738 escrevia a Ribeiro Coutinho, que o substituíra no comando do presídio:

> "Não ouço com menos gosto o muito que se acha já povoado essa nova colônia segurando-me todos que de lá vêm que desde o Estreito thé o Porto está tudo com moradores: o ponto é que estes casem e se vão arraigando na terra (para o que lhe tenho mandado mulheres e lhes irei mandando mais enquanto não chegam os casaes {das Ilhas} pois estas são as mais fortes raízes (...): eu

---

[77]Cf. Parecer do Conselho Ultramarino de 23.01.1738. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (daqui por diante IHGB) (Rio de Janeiro). Conselho Ultramarino, 1-1-26, p. 288-9. Veja-se ainda AHRS, Anais, cit., p. 60-1.

me não hei de descuidar de mandar este povoamento"[78].

O envio de mulheres solteiras para o presídio, incluindo-se algumas prostitutas[79], sem sombra de dúvida, constitui um dos elementos de sustentação do sistema de povoamento do presídio. Havia que pensar no contingente masculino retido no canal, sem grandes chances de substituição; eram súditos de Sua Magestade e povoadores, e precisavam ter suas mulheres, por si mesmos, e para prover o povoamento da colônia. A partir de dezembro de 1737, quando chegara Ribeiro Coutinho com a força que o acompanhava, o contingente masculino do presídio alcançou cerca de oitocentos homens[80], e estava frente a um reduzidissimo contingente feminino constituído por algumas índias do grupo que veio de São Paulo, e outras Tapes, e pelas mulheres que chegavam com as famílias de povoadores da Colônia e do Rio nos primeiros meses de 1738, com a agravante de que certamente apenas uma minoria desse contingente estaria descompromissada.

Em 1742, tendo oportunidade de avaliar os resultados

---

[78]Apud FORTES, Fundação ..., p. 214.

[79]A que Silva Paes referia-se como as "mozuelas" ou "mulheres desimpedidas". Veja-se RODRIGUES, op. cit., p. 34-5 e FORTES, O Brigadeiro ..., p. 85-6. Em carta ao Prior de Chaves, datada da Ilha de Santa Catarina, cerca de 1742, Silva Paes refere-se a essas mulheres; "as mais corridas e Galicadas". (Apud CESAR, Os primeiros cronistas ..., p. 128).

[80]Cf. FORTES, O Brigadeiro ..., p. 86.

de sua ação colonizadora, em visita ao presídio, Silva Paes pôde concluir que "quase todas" as mulheres que havia mandado do Rio haviam tido filhos no presídio[81].

Apenas o Livro de Casamentos da Freguesia do Rio Grande desse período, infelizmente perdido, permitiria avaliar quantitativamente o alcance que a iniciativa de Paes teria atingido. Entretanto, há dois indícios claros de que a sua "política de casamentos" tenha sido bem sucedida. O primeiro é a diminuição sensível do número de deserções a partir de 1738[82], mesmo sem que as condições de vida dos soldados tenham se tornado satisfatórias, pois já estão vivendo o drama que os levará à revolta quantro anos mais tarde. O segundo, é o aumento considerável do número de batisados, tanto de filhos legítimos como de filhos naturais[83]; já em 1741, o número de filhos naturais chegou a superar o de legítimos, como também em 1742 e 1743, um dado extremamente significativo, tendo-se em conta que as possibilidades de casamento oficial (civil-eclesiástico) entre as populações pobres, especialmente em terras distantes dos centros maiores, eram extremamente remotas[84].

---

[81]Cf. carta citada acima nota 81.

[82]Cf. AHRS. Anais, cit., passim.

[83]Vide Tabela nº 1, adiante p. 97.

[84]Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O casamento e suas normas eclesiásticas, civis e sociais. In: Cultura no Brasil Colônia. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 28-31 (História Brasileira, 6).

4. RECEPÇÃO AOS POVOADORES

Ao chegar ao Rio Grande os primeiros povoadores foram recebidos pelo Mestre de Campo André ribeiro Coutinho, que governou o presídio de dezembro de 1737 a dezembro de 1740. Em suas "Memórias", aponta a entrada sucessiva de casais e gente solteira, e descreve o atendimento que lhes deu:

> "Levantei casas à maior parte dos Povoadores; dei aos lavradores terras, sementes e instrumentos de agricultura. A alguns ajudei com gado proporcionado às suas famílias; a todos sustentei com mantimentos de farinha e carne e dei materiais para casas (...). Tratei os Povoadores com benevolência; protegi os mais pobres e cuidei na conservação de todos (...)"[85].

As bases do apoio a ser dado aos povoadores já haviam sido estipuladas por Silva Paes, em acordo com Gomes Freire, em 1737: seriam mantidos com farinha até a primeira colheita; para iniciar suas lavouras receberiam grãos, lentilhas e feijões, além de alguns moios de trigo trazidos de São Paulo para serem repartidos entre eles[86]; receberiam ainda dez a doze cabeças de gado vacum[87], ferramentas, dois alqueires de sal[88],

---

[85]MEMÓRIA ... cit., p. 238.

[86]Cf. carta de Gomes Freire a Silva Paes, de 11.05.1737. Apud FORTES, O Brigadeiro ... p. 83.

[87]Cf. carta de Silva Paes a Gomes Freire, de 12.04.1737. Ibidem.

[88]Cf. AHRS, Anais, cit., p. 60.

e dois alqueires de cal[89].

Evidencia-se nessas deliberações a preocupação de fixar os povoadores ao solo e desenvolver a agricultura e a pecuária, porque somente dessa forma seria possível libertar a povoação da dependência ao abastecimento dos gêneros mais indispensáveis, como farinha, sal e açúcar, do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Laguna[90], garantindo alguma produção local.

Esse objetivo não foi alcançado, e o abastecimento do presídio continuou precário e oneroso, dependente em grande parte do abastecimento externo até inícios da década de cinquenta, e somente então a agricultura ganhará impulso, com os açorianos.

Um dos fatores que contribuíram para esta situação prende-se ao fato de que nem todos os povoadores vieram para o Rio Grande para se fixar na terra; um número considerável aí chegou com o propósito de dedicar-se ao comércio, vinculados sobretudo aos negociantes do Rio de Janeiro, atraídos pela proximidade com a Colônia do Sacramento e, consequentemente, com a inesgotável fonte de enriquecimento que representava o mercado platino. Já em 1738 havia cerca de doze comerciantes estabelecidos na pequeníssima povoação[91]. Funcionavam ainda como

---

[89]Ibidem., p. 57.

[90]Sobre a rota de abastecimento através da Laguna veja-se: BASTOS, M. Fernando. A estrada da Laguna ao Rio Grande. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIOGRANDENSE, 2, Rio Grande, 1937. Anais ... Porto Alegre, Globo, 1937, v.1,p. 313.

[91]Cf. COPSTEIN, Raphael. Evolução urbana do Rio Grande. RIHGRS, Porto Alegre, 122:56, 1982.

fortes atrativos para esta atividade a condição de porto à entrada do vasto território do "continente", que fazia prever para o futuro um grande movimento comercial, e o numeroso contingente militar sediado no presídio, que representava, de imediato, um considerável mercado consumidor local.

A alimentação de civis e militares, durante os primeiros anos de fixação da povoação constituiu-se basicamente de farinha e carne.

A distribuição de farinha aos povoadores foi fixada por Silva Paes, em Portaria de 10 de março de 1737:

> "O Comissário da Expedição passará bilhetes, todos os dias, destinados para receberem mantimentos, de farinha, aos novos povoadores e aos mais que tiveram o assento do serviço de S.M. pelos quais será obrigado o Tesoureiro a assistir a todos os que lhos apresentarem e por eles pretenderá se lhe faça sua descarga na forma dos regimentos e ordens de S.M."[92]

Durante toda a década de quarenta o presídio permaneceu dependente do abastecimento de farinha da Laguna e da Ilha de Santa Catarina e, eventualmente, do Rio de Janeiro.

O único gênero para subsistência existente na região era o gado, mas a própria manutenção de rebanhos, contrariando a expectatvia que existia em torno dessa riqueza, apresentou uma série de dificuldades, devido à escassez e à má qualidade

[92]Apud AHRS. Anais, cit., p. 46.

do pasto na região do canal[93]. Do lado sul do canal o gado da Coroa foi acomodado no rincão da Torotama - "Estância Real da Tororitama" - a três léguas das fortificações, protegido por guardas avançadas. Na parte do norte, organizou-se a Estância Real de Bojuru, a quatorze léguas do canal, onde ficou guardada a maior parte desse gado, dada a sua maior extensão, mas que sempre apresentava a dificuldade da travessia do canal.

A extinção do gado no canal do Rio Grande era fato consumado desde 1736, quando Cristóvão Pereira teve que comprar todo o gado necessário para prover a manutenção de seus homens e da tropa que ia desembarcar com Silva Paes[94]. O que ainda existia pela campanha, daí ao forte de S. Miguel, foi arrebanhado por Silva Paes nas Estâncias Reais, e o restante, pelo interior, pelos povoadores que receberam terras na região. Coutinho tentara preservar o gado que restava pela campanha para garantir a suaprocriação, proibindo a "corredoria" de vacas e a faina de couros, em 22 de dezembro de 1738[95], mas a medida não foi imposta com rigor, porque dimi-

---

[93]Cf. Carta de Silva Paes a Gomes Freire, de 21.06.1737. Apud FORTES, O Brigadeiro ..., p. 47-8. Veja-se Mapa nº 4 (p. 54) que fornece uma clara visão da qualidade do terreno nas margens do canal. Conforme observou Borges FORTES, "o local onde as conveniencias militares impuseram as construções de defesa era o menos propício à existência da gente, à manutenção dos cavalos e dos bovinos de abastecimento". (op. cit., p. 72).

[94]Cf. documento cit. acima nota 3.

[95]MEMÓRIA, cit., p. 242. Veja-se AHRS, Anais, cit., p. 77-8. (Bando, de 23.12.1738).

nuía a arrecadação dos quintos sobre o couro, e sua fiscalização era praticamente impossível[96]. Desse modo, a solução encontrada para diminuir a demanda sobre as Estâncias Reais foi o corte do fornecimento aos povoadores - a ração para cada habitante era de três arráteis de carne por dia - por conta da Fazenda Real, pela Ordem de 10 de novembro de 1739:

> "Como quer que esteja extinto o gado destes campos com a extraordinária despesa que neste Domínio se tem feito com os casais que para ele vieram, mantendo-os de carne e farinha, ao mesmo tempo que nele residem tantas guarnições que para sua defensa se deve sustentar, para o que me foi já preciso comprar gado de fora e fazer a despesa que se não esperava: Ordeno que, visto haver açougue na terra, com preço tão acomodado que não passa de dez réis a libra de carne, e se continua com farinha aos ditos casais (...) se não dê ração de carne a mais pessoa alguma que aos oficiais de guerra e fazenda, sacerdotes e religiosos, soldados e índios"[97]

[96]Cf. Regimento para "fatura, guarda e arrecadação da courama", de 02.06.1739. Apud AHRS. Anais, cit., p. 97-103.

[97]Apud AHRS. Anais, cit., p. 1189-9.

5. A FORMAÇÃO INICIAL DE DOIS NÚCLEOS POPULACIONAIS E A UNIFICAÇÃO DA VILA RIOGRANDENSE

No período de 1738 a 1749 o presídio do Rio Grande agrupou dois núcleos populacionais distintos - o do Porto e o do Estreito.

Toda a documentação deste período aborda cada povoação de forma específica; por exemplo:

> "deve na Povoação do Estreito assistir, nos dias das datas dos mantimentos de carne (...) e na povoação do Porto deve assistir na mesma diligência (...)"[98].

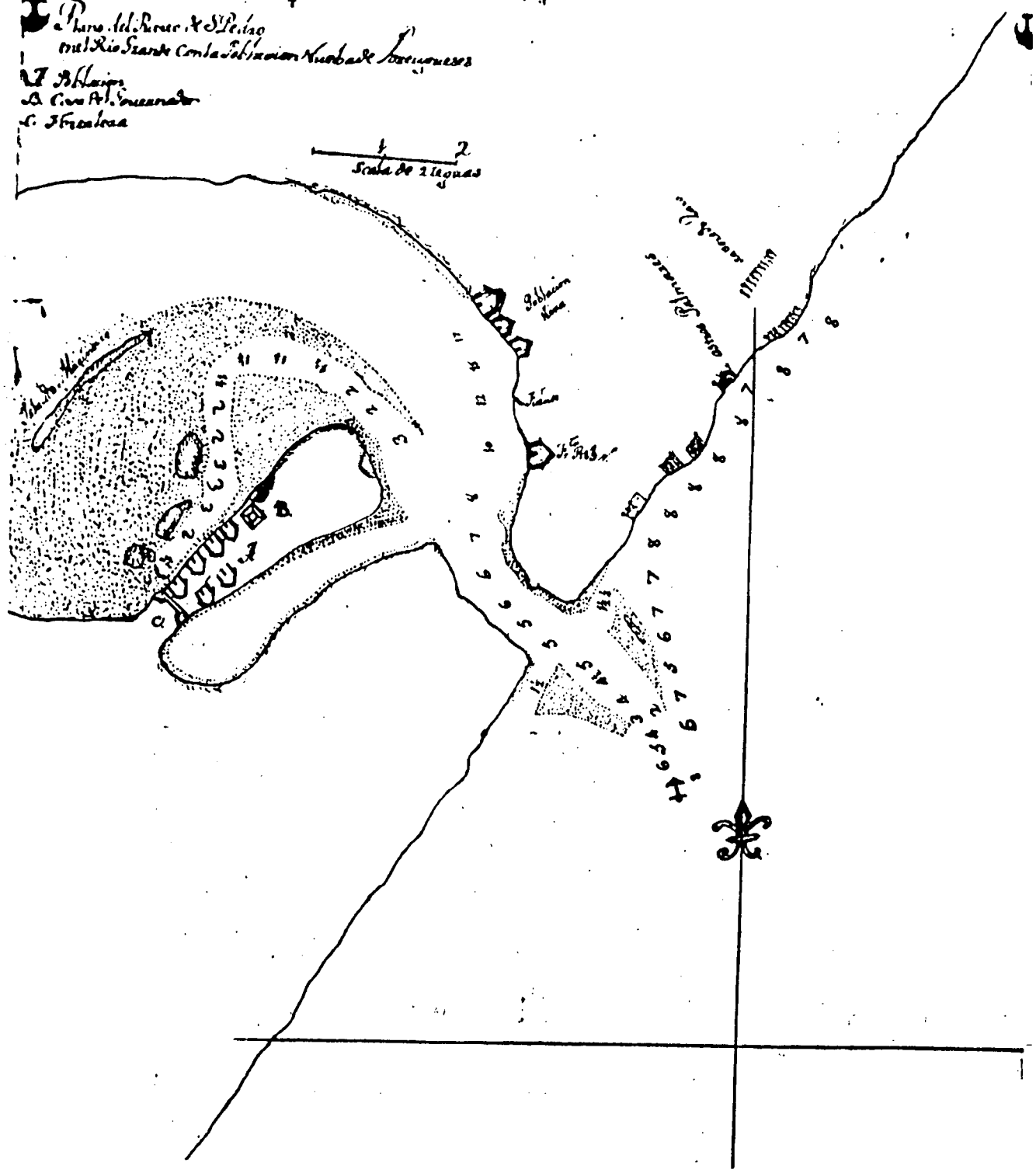
A Povoação do Estreito agrupava-se em torno do Forte do Estreito[99]. Nela estava localizada a sede da Comandância Militar, com jurisdição sob o território ao sul do canal[100], e o maior contingente populacional, formado por civis e por ses-

---

[98]Regimento de 02.06.1739. Apud AHRS. Anais, cit., p. 99.

[99]Vide Mapa nº 5: "Plano del Puerto de S. Pedro en el Rio Grande con la Población Nueba de Portugueses". (1739).Extraído de BARRETO, A expedição ..., p. 42. (Original: Arch. Gen. Indias, Sevilha, Planos de Buenos Aires, 55). Este mapa espanhol não indica a povoação do Porto, apenas a "nova" do Estreito e o Arraial da parte do norte do canal. Legenda: "A- Población B- Casa del Governador C- Fortaleza".

[100]Nesta época a parte do norte do canal estava sob a jurisdição do governo de São Paulo. Veja-se carta de Gomes Freire a Silva Paes, de 1737, apud FORTES, O Brigadeiro ..., p. 82.

1 2
Scala de 2 leguas

senta e cinco por cento (65%) de todo o efetivo militar - 31 oficiais e 414 soldados[101]. Aí estavam os edifícios mais importantes:

> "quartéis [de Dragões] de 120 palmos cada hum (...) 3 quartéis para officiaes de Infantaria e 2 para os de Artelharia; huma pequena caza de polvora (...) uma vedoria e caza para o comissário de mostras de 70 palmos; caza para o Govêrno; outra para o Coronel de Dragões, outra para o Sargento-Mór; (...) hum corpo da guarda de 100 palmos, hum armazém, hum Hospital e huma caza para o Thesoureiro e officiaes de carpinteiros, cada huma de 150 palmos"[102].

A povoação do Estreito contava ainda com o maior número de casas de moradia, principalmente de oficiais e soldados que constituíram família. A vida religiosa desta povoação concentrava-se na Igreja de Santa Ana, do forte do Estreito.

A Povoação do Porto era menor e mais simples; agrupava-se em torno do Forte de Jesus-Maria-José [103], e era formada

---

[101] Cf. MEMÓRIA dos Serviços Prestados pelo Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho ..., p. 239.

[102] Ibidem, p. 238.

[103] Segundo Raphael COPSTEIN, o Forte de Jesus-Maria-José "ocupava terras situadas no quarteirão formado pelas atuais ruas Andrade Neves, Francisco Marques, República do Líbano e General Bacelar" (op. cit., p. 35).

por algumas poucas moradias,

> "huma Igreja {de Jesus-Maria-José} de 92 palmos de comprido, incluindo cruzeiro e Capela-Mór e 40 palmos de largo; hum corpo de guarda de 34 palmos; 4 quartéis pequenos para os soldados; hum armazem para a courama de 105 palmos; huma Ferraria, huma casa para o armeiro"[104].

Na Povoação do Porto estava localizada a fiscalização da atividade comercial do presídio: o controle da entrada e saída de embarcações e de mercadorias, o controle da remessa dos quintos do couro, que eram arrecadados e aí ficavam sob a responsabilidade de um guarda, e o controle da passagem de gado pelo canal[105]. Até 1739 esta passagem do gado era feita a nado e os tropeiros aproveitavam a maré baixa para cruzar o canal; neste ano Ribeiro Coutinho inaugurou o serviço de transporte de gado por embarcações, que era explorado pela Fazenda Real, à razão de um tostão por cabeça[106].

A edificação das duas povoações apresentou grandes dificuldades. No Rio Grande as construções deviam ser feitas, obrigatoriamente sobre as areias, e havia uma carência total

---

[104] MEMÓRIA dos Serviços Prestados pelo Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho ..., p. 239.

[105] Cf. AHRS. Anais, cit., p. 100-2, passim.

[106] MEMÓRIA ..., cit., p. 245.

de material de construção resistente. Ribeiro Coutinho registra em suas memórias que "todos os sobreditos quartéis, armazéns e mais obras" foram feitos "de pao a pique e barro"; somente as casas dos officiais eram "assoalhadas e fôrradas" com couro[107].

A madeira empregada nas "estacas e faxinas" foi retirada da Ilha dos Marinheiros, o único local onde as havia em quantidade e com qualidade. Ribeiro Coutinho mandou construir uma falua* grande "para a contínua condução de madeiras para todas as casas, quartéis e fortificações"[108]. A cal e a madeira de boa qualidade enviadas por Gomes Freire do Rio de Janeiro nesta época foram empregadas apenas no reforço das fortificações mais importantes.

O couro, "com que ao princípio, pela falta de todos os meyos, se fizerão muitas cazas", e "officinas", em seguida deixou de ser empregado, como afirma Coutinho nas suas memórias (1740), pois sua utilização indiscriminada implicava na diminuição dos couros remetidos para a Fazenda Real no Rio de Janeiro, sendo logo substituído pelo uso da palha nas cobertas das casas[109]. Até mesmo a capela e o palácio do governa-

---

*falua: embarcação de bôca aberta, proa e popa afilados, com dois mastros e velas latinas triangulares, usadas para transportar mercadorias e pessoal em portos, rios, etc. (Cf. HOLANDA, Dicionário, cit., p. 612).

[107]Ibidem, p. 239.

[108]Ibidem, p. 245.

[109]Ibidem, p. 241.

dor eram cobertos de palha, segundo um testemunho de 1744 [110]. A colonia tinha, por isso, casas com aspecto de "muito miseráveis"[111]. Os dois núcleos se expandiram à medida que os povoadores chegaram ao presídio, e em fins de 1738 já haviam sido distribuídos quarenta e nove (49) lotes de terra nas margens do canal [112], não da melhor parte do terreno, que esta foi reservado para a cavalhada do Regimento dos Dragões - "todo o terreno que ficava na retaguarda da obra-coroa" [113], mas da parte "que se avança aos pantanos"[114]. Esses lotes eram repartidos com o critério de

> "dar-se somente a cada um dos povoadores sortes de terra de um moio de trigo até dous em semeadura, a que em Portugal chamamos ferrasais, para que em eles se semearem legumes e trigo que os sustente e as as famílias que levam, livrando-os sempre de uma, duas ou quatro pessoas ficarem senhores da peninsula e os mais seus dependentes" [115].

---

[110] Cf. carta do Padre Melchior Straser, missionário do Chile, ao padre Santiago Dedelley, da Alemanha, em 15.09.1744. Apud COPSTEIN, op. cit., p. 56. Veja- se o mesmo documento em: ORNELLAS, Manoelito de. Gaúchos e Beduínos. Rio de Janeiro, José Olympio, 1948. p. 20. Veja-se ainda a respeito, documento cit. abaixo nota 117.

[111] Cf. carta citada acima nota 110.

[112] Cf. COPSTEIN, op. cit., p. 56.

[113] Cf. carta cit. acima nota 100.

[114] Ibidem

[115] Ibidem

Mas a especulação imobiliária, os abusos e a corrupção desde cedo passaram a constituir um sério problema para o governo que em dezembro de 1738 viu a necessidade de instituir, através de uma Ordem para o Guarda-Mór da colônia, as primeiras normas extraordinárias para regular a distribuição dos terrenos. A concessão de mais de um lote ao mesmo beneficiário não era proibida, apenas instituía-se que os que já possuíssem um lote no Estreito só poderiam receber outro no Porto, e vice-versa [116].

Não há registros sobre a obediência ou não a esta determinação, mas de qualquer modo, a natureza encarregou-de de retirar esses benefícios. Por volta de 1747 o avanço das areias sobre a Povoação do Estreito já se fazia incontrolável,e a população já a havia praticamente abandonado. Coube a Gomes Freire, ao chegar à Vila em 1752, transferir oficialmente a Povoação para a do Porto. Conforme registrou em seu diário,

> "a povoação do Estreito (na Vila do Rio Grande) se desfez toda, e de novo se passou tudo para a do porto, e cauzou grande admiração ver donde vivia maior parte deste povo todos cobertos de areya, que muitas vezes lhes tapa as portas das cazas em que morão" [117].

---

[116] Vide Anexo 2: "Registro de uma ordem do Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho passada ao Guarda-Mór Antônio Gonçalves Chaves". Extraído de AHRS. Anais, cit., p. 76.

[117] Apud BARRETO, Bibliografia ..., v.1, p. 47 (Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguay.Mss).

As ruínas da Povoação do Estreito sob as areias ainda chamavam a atenção dos viajantes que passavam pela Vila do Rio Grande em princípios do século XIX.

LUCCOCK teve a impressão errônea de que a antiga povoação ficava "sobre um banco de cerca de vinte pés de altura", tal era o resultado do acúmulo das areias em 1809. Ele nos dá a notícia de que ela fora "circundada por um parapeito de céspedes à guisa de barreira contra as areias invasoras", acreditando que esta povoação tivesse sido de "pouca importância", por não se encontrarem aí os vestígios de uma igreja[118].

Luccock não poderia mesmo ter localizado a igreja de Santa Ana, porque ela fazia parte do Forte, e com ele desapareceu. Além disso, parte das construções que ainda estavam em condições haviam sido desmontadas, e o material aproveitado na transferência para o Porto, por determinação de Gomes Freire[119]. Como sabemos, a povoação do Estreito, em sua existência, não foi tão pouco importante como imaginou Luccock. O seu parecer, ao que tudo indica, foi vítima do processo de esquecimento que envolveu o importante Forte e sua povoação. É Nicolaù Dreys, outro viajante da mesma época, quem documenta esse esquecimento:

> "Ninguém pôde nos dizer as causas que determinaram a mudança da vila; é tradição perdida no comum da população presente, bem

---

[118] LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia; S. Paulo, USP, 1975. p. 146 (Reconquista do Brasil, 21).

[119] Cf. BARRETO, Bibliografia ..., p. 380.

que os documentos históricos a mostram como um fato acontecido entre 1747 e 1750"[120].

[120] DREYS, Nicolau. Notícia descritiva da Província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, INL, 1961. p. 117. Segundo Abeillard BARRETO, este viajante esteve na vila do Rio Grande entre 1818 e 1828. (Bibliografia ..., p. 424).

6. ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DO PERÍODO

A primeira informação sobre o total da população do presídio data de 1744, e acusa a existência de "1.400 almas"[121].

Esta população era formada predominantemente por militares e, dentro desta ordem, entre noventa e noventa e cinco por cento ocupavam a categoria de soldados.

Segundo os dados fornecidos por Ribeiro Coutinho, em dezembro de 1740 o contigente militar da área estava em 666 homens - Dragões, Infantes e Artilheiros. Deste total, 482 estavam dentro da povoação, nos fortes do Estraito (445) e do Porto (37); os outros 184 estavam destacados em São Miguel (29), Chuí (36), Taim (24), Albardão (17), Passo da Mangueira (15),Arroio (9), Torotama (11), "Passo Novo - a 3 léguas do Estreito" (7), Guarda do Norte (5), Guarda do Viamão (22) e Guarda do Tramandaí (9)[122].

Considerando-se que nessa estimativa de população estão inseridas crianças, conclui-se que este contingente representava cinquenta por cento da população adulta, e acreditamos que tenha se mantido neste nível, a partir das evidências que encontramos na documentação oficial e no levantamento de famílias, de que a entrada de povoadores reduziu-se sensivelmente a partir de 1740, mantendo-se inexpressiva até o fim desta década.

A outra metade da população era civil, formada pelos contingentes brancos, índios mestiços que se estabeleceram no

---

[121]Cf. carta cit. acima nota 110, apud ORNELLAS, op. cit. p. 20.

[122]MEMÓRIA ..., cit. p. 239-40.

presídio, agrupando homens e mulheres de todas as idades. O elemento escravo teve participação extremamente reduzida no conjunto da população neste período, conforme se infere do levantamento dos livros paroquiais (tabelas 2 e 3) e da documentação contemporânea.

No conjunto da população livre constata-se, no período de 1737 a 1749, a presença de apenas cento e sessenta e dois casais legítimos e de onze casais vivendo em regime de concubinato regular, conforme especifica a tabela 1.

Tabela nº 1 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: Identificação dos casais do período de 1737 a 1749

Casais	nº	%
Brancos	111	64,2
Indios	33	19,1
Forros	2	1,1
Origem não identificada	27	15,6
TOTAL	173	100,0

A inexistência de censos e listas nominativas de população neste período impossibilita a identificação da população segundo faixa etária, sexo, categoria social, ou ainda o número de fogos existentes.

Os registros paroquiais de eventos vitais são bastante incompletos para a população índia e escrava, e não são uniformes quanto às informações referentes à população branca, o que impede sua utilização para essas e outras inferências. Eles constituem, entretanto, o dado mais eloqüente quanto ao compor

tamento demográfico desta população, permitindo estabelecer o movimento anual de batismo e óbitos do período. (tabelas 1 e 2).

Tabela nº 2 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: Movimento anual de batismos de 1738 a 1749.

Data	População livre				Escravos		
	filhos legítimos	filhos naturais	expostos	Total	nascidos no Brasil	nascidos na África	Total
1738	7			7	1	1	2
1739	15	10		25	3	2	5
1740	19	16	1	36	7	3	10
1741	18	24		42	5	3	8
1742	21	25		46	3		3
1743	31	36	1	68	12	1	13
1744	19	16		35	8		8
1745	31	8		39	8		8
1746	18	11		29	5		5
1747	46	9		55	14		1
1748	28	12		40	12		12
1749	36	63		99*	9	3	12

* Neste ano ocorre a entrada do primeiro grupo minuano: são batizados 53 homens e 23 mulheres.

Tabela nº 3 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: Movimento anual dos óbitos de 1738 a 1749.

Ano	População livre			Escravos		
	menor*	adulto	total	menor	adulto	total
1738	4	16	20		2	2
1739		37	37	1		1
1740		11	11	1	2	3
1741	4	6	10		1	1
1742	3	20	23		1	1
1743	7	6	13	1	2	3
1744	11	17	28		3	3
1745	5	8	13	2	3	5
1746	6	11	17	2	8	10
1747	5	15	20	1	5	6
1748	5	17	22	3	5	8
1749		15	15		11	11

* Refere-se a "inocentes", "menores" e aqueles que têm idade calculada ou declarada de até dez anos, para livres e escravos.

7. ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA

7.1. Hierarquia social

A formação social da povoação do Rio Grande obedeceu aos moldes da sociedade colonial brasileira do século XVIII. Vigorava uma hierarquia social rígida, onde o segmento dominante era formado pelo alto comando militar, tendo a seu lado os sacerdotes. Este segmento ocupou, neste período, além do seu próprio espaço, o vazio deixado pela inexistência de uma elite civil economicamente poderosa.

A ascendência desse grupo dominante manifestava-se em todos os eventos da comunidade; na distribuição das "datas" de carne, por exemplo:

> "o oficial de guerra em primeiro lugar mandará fazer as rações de todos os oficiais da guarnição, preferindo sempre os de maior caráter, e por todos repartirá as línguas, conforme o número deles, das quais mandará também aos sacerdotes, que houver nas duas povoações"[123].

Entre o primeiro segmento e o povo estavam os soldados:

> "a todo soldado que maltratar pessoa alguma do povo, o prenderá e com maior castigo satisfará a qualquer soldado a quem paisano fizer desatenção, fazendo entender a todos

---

[123] Regimento de 02.06.1739. Apud AHRS. Anais, cit., p. 97.

> que aos soldados se deve ter o segundo respeito, pois se não nega o primeiro aos sacerdotes"[124].

Os civis - o "povo" - eram, neste período, alguns marítimos e artesãos estabelecidos na povoação (havia, nestas profissões, elementos engajados na tropa), os empregados de estabelecimentos comerciais, os peões, as mulheres e crianças; todos, enfim, que não pertenciam à tropa: eram brancos, índios mestiços, de ambos os sexos, a quem era negada expressão social.

A categoria dos escravos ocupava o seu lugar na base dessa sociedade, com uma representação extremamente reduzida.

As prerrogativas dos soldados sobre a população civil, entretanto, se existiam de direito, não existiam de fato, no presídio do Rio Grande, até o ano de 1742.

7.2. Revolta dos Dragões

Desde a implantação do presídio, em fevereiro de 1737, os soldados vinham sendo mantidos como prisioneiros; não podiam ter cavalos ou arreios seus e eram impedidos de se locomoverem de uma povoação para a outra sem a autorização dos oficiais, sob "pena de prisão e severos castigos", e eram trancafiados às oito horas da noite, sendo submetidos a mostras, à meia-noite, ao meio-dia e às dezoito horas que, não raro, cul

---

[124] Regimento de 06.02.1740. Ibidem, p. 130.

minavam com "prisões e pancadas com insígnias"[125].

As condições mínimas de sobrevivência, que lhes eram devidas pela Coroa eram satisfeitas de forma extremamente precária; a Fazenda Real faltava-lhes até mesmo com a carne, e mais do que a carne, faltava a farinha, porque dependia de abastecimento externo. A ração que estavam recebendo ao findar o ano de 1741 constituía-se de uma espiga de milho por dia e uma abóbora para quinze dias, sendo-lhes proibido caçar, ter canoas para pescar ou prover sua subsistência de qualquer outra forma. Andavam "despidos e em suma miséria com a falta de pagamentos e fardas, impossibilitados para poderem continuar no serviço"[126].

As arbitrariedades e os maus tratos a que eram submetidos, sem o direito de manifestar-se às autoridades, assim como a indigência completa em que viviam, levou-os a se amotinarem no dia 5 de janeiro de 1742.

A historiografia regional caracteriza o movimento como uma revolta militar - a Revolta dos Dragões[127] - mas há dois

---

[125] Vide Anexo 3: "Registro de Representação que fez o Corpo de Dragões ao Governador Diogo Osório Cardoso", de 11 de janeiro de 1742 (nos Livros da Vedoria). Extraído de AHRS. Anais, cit., p. 152-6.

[126] Ibidem.

[127] Cf. SPALDING, Os Dragões ..., p. 219-51. SPALDING, Walter. A Revolta dos Dragões do Rio Grande. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIOGRANDENSE, 2, Rio Grande, 1937. Anais ... Porto Alegre, Globo, 1937. v.2, p. 137-67. FORTES, João Borges. O levante dos Dragões do Rio Grande em 1742, RIHGRS, Porto Alegre, 2 trim. 1939, p. 217-23. MAIA, João. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Franco

aspectos neste enfoque a considerar. Primeiro, que não foi um movimento só de Dragões, e este corpo era, inclusive, minoritário; foi também um movimento da Infantaria e da Artilharia[128]. Segundo, que analisar este acontecimento sob o ponto de vista estritamente militar é desprezar o seu componente mais forte; a sua dimensão social.

A Revolta dos Dragões configura nitidamente uma revolta de cunho social, a primeira do Brasil Meridional. Temos testemunhos de que a população civil não apenas apoiou, como participou ativamente do levante, que expressava plenamente a sua própria realidade:

> "2 de fevereiro de 1742 (...) O povo tem estado, há vários dias, sem farinha, que é do que fazem o seu pão (...) O Guarda do presídio mostrou-me todo o stock que havia, o qual, considerando-se o número de pessoas a serem mantidas por ele era, de fato, muito escasso, e não duraria mais de seis semanas, na base da ração distribuída presentemente (...)
> 21 de fevereiro de 1742 - quanto ao pão, não

& Simão, 1898. p. 12. TESCHAUER, Carlos. História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos. Porto Alegre, Selbach, 1918, v.2, p. 127. CESAR, História ..., p. 118-24.

[128] Cf. "Registro do perdão que o Coronel Diogo Osório Cardoso deu aos soldados e cabos de seu Regimento, Infantaria e Artilharia, do que cometeram". Apud. AHRS. Anais, cit., p. 156-7. Cf. ainda documentos anexos 3 e 4.

havia mais"[129].

Este depoimento dos náufragos do "Wager" refere-se ao povo como agente dos "distúrbios do Rio Grande". Na realidade, o povo e a soldadesca da povoação do Rio Grande fundiam-se em um só corpo social, na medida em que eram do povo as mulheres, amantes, filhos e amigos dos soldados, e que constituíam, juntos, a quase totalidade da população. A realidade local não deu lugar para a formação de segmentos intermediários nesta sociedade. A pauperização dos soldados anulava as prerrogativas de suposta participação na casta militar; esta era, na prática, formada apenas pela oficialidade, cujos membros estavam identificados diretamente com os setores dominantes da Metrópole e do Brasil.

> "6 de março de 1742 - Faz vários dias que **o povo** está agitado, porque o navio não chega, apesar do vento ter estado favorável há mais de três semanas; a escassez de mantimentos torna-o receoso do futuro" [130].

Alguns autores afirmaram que a Revolta dos Dragões termi

---

[129] BUCKELEY, John & CUMMINS, John. Uma viagem aos mares do sul (1740-1741). Rio de Janeiro, Ed. Brasil, 1936, p. 151. (Trad.) Trata-se do diário dos náufragos ingleses do navio Wager; eles se encontravam no porto do Rio Grande aguardando oportunidade de seguir para o Rio de Janeiro ou Inglaterra, e presenciaram os acontecimentos que aí se desenrolaram de janeiro a março de 1742.

[130] Ibidem, p. 158 (grifo nosso).

nou já no encontro que os revoltosos tiveram com Diogo Osório no início do levante, quando deram vivas ao rei [131]. Estas saudações, segundo entendemos, exprimiam a fidelidade à Coroa portuguesa, diante das promessas do Coronel no sentido de agir para que suas reivindicações fossem atendidas, e de ser concedido o perdão real para os revoltosos, tendo assinado seu próprio perdão em seguida.

Na essência, o movimento não visava "usurpar, nem perturbar a jurisdição real, nem fazer sublevações contra a fé pública e serviço de S. Majestade", mas pôr fim às arbitrariedades a que eram submetidos sob a administração de Osório [132]. Este princípio não apenas está contido na petição encaminhada ao Coronel, como foi constatado por nossas testemunhas: "seus projetos eram contra o Governador, mas por suas palavras e promessas de atender às reclamações ele desviou de sua pessoa a tempestade que ameaçava, podendo assim continuar no seu posto" [133]. A revolta vai estender-se até o dia 29 de março.

Silva Paes chegou ao presídio no dia 1 de fevereiro para colocar um fim ao movimento, mas sua presença sem os soldos atrasados e sem os mantimentos provocou entre os soldados "gran de amotinação" [134]. Paes tentou deixar o presídio logo na manhã seguinte, mas não o conseguiu sem muita dificuldade; o comando

---

[131] Cf. e.g. SPALDING, Os Dragões ..., p. 226-7. FORTES, O levante ..., p. 223.

[132] Vide Anexo 3.

[133] BUCKELEY & CUMMINS, op. cit., p. 151.

[134] Ibidem, p. 150.

da situação estava com os revoltosos, e

> "não permitiram que o Brigadeiro voltasse, como era sua intenção fazer esta manhã, enquanto não prometesse remeter o dinheiro, roupa e providenciar para que todas as suas queixas fossem atendidas. Só assim consentiram na sua partida. Esta tarde {2 de fevereiro} partiu de volta a Santa Catarina" [135].

Mas Silva Paes não retornou a Santa Catarina, como fez acreditar, e sim retirou-se para a Estância Real de Bojuru, onde permaneceu aguardando a chegada do navio procedente do Rio de Janeiro com o dinheiro para o pagamento da tropa e mantimentos [136]. O navio entrou à barra no dia 29 de março; Paes foi avisado e retornou ao presídio quando enfrentou ainda a revolta da tropa, diante do pagamento de apenas a terça parte dos atrasados.

Nesse momento a fidelidade dos revoltosos à Coroa portuguesa foi mantida com grande esforço; "alguns eram de opinião a passar ao lado do rei da Espanha" e insuflavam os demais. Coube ao líder do movimento ("davam-lhe mais atenção que ao Brigadeiro ou mesmo ao Governador") conduzir à aceitação do que recebiam, diante da palavra de Silva Paes de que o restante estava a caminho, e diante do termo de ratificação do perdão, assi

---

[135] Ibidem.

[136] Cf. Carta de Silva Paes a Gomes Freire, de 06.04.1742. Apud PIAZZA, O Brigadeiro ..., p. 185.

nado por Gomes Freire[137]. O perdão foi concedido, principalmente, por ser o presídio "em uma parte dificultosa de fazer reduzir os amotinados à obediência", e para evitar de se "perderem aquelas tropas, passando-se amotinadas para o domínio de El-Rei Católico"[138].

A real dimensão da Revolta dos Dragões só será captada à luz de nova documentação e novos estudos que tratem de dados importantes como a participação de "muitos soldados", aos quais o Conselho Ultramarino atribui a responsabilidade da revolta, por terem participado "nas antigas da Bahia e do Rio de Janeiro", dizendo que eles tinham "por vida a revolução", e ainda a eclosão de movimento idêntico na Ilha de Santa Catarina, na mesma época[139].

7.3. A posse da terra

Esses acontecimentos de inícios de 1742 nos colocam diante de uma questão fundamental: qual seria a situação econômica da povoação do Rio Grande em geral?

O espectro da fome, que alarmava a população, e a sua dependência ao abastecimento do Rio de Janeiro ainda neste ano são evidentes, e nos levam a concluir que não se confirmaram as

---

[137] Cf. BUCKELEY & CUMMINS, op. cit., p. 159

[138] Cf. exposição de Gomes Freire à Junta que se reuniu no Rio de Janeiro, para deliberar sob o perdão, Apud CESAR, História ..., p. 122-3.

[139] Parecer do Conselho Ultramarino de 25.02.1743. Arquivo do IHGB. Conselho Ultramarino: 1-1-27, p. 19-23v.

expectativas iniciais de que partilharam seus governadores Silva Paes e Ribeiro Coutinho, tendo este, inclusive, definido a colônia como "a terra dos muitos", que podia produzir "muita balancia, muita abóbora, muito legume, muita hortaliça"[140].

Desde a ocupação, em 1737, ficara patente a impossibilidade de grande exploração da península; o pasto era pouco para os cavalos, e o gado foi estocado em posições mais distantes. Os terrenos dados aos povoadores eram aí, os de mais difícil trato, além de serem de reduzido tamanho, permitindo apenas uma criação e lavoura "de quintal", para consumo doméstico.

Ainda assim, da massa de soldados, poucos desfrutavam do direito de ter um lar na povoação; todos vieram de outras partes do Brasil - Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Minas ou São Paulo - onde deixaram suas famílias, tendo sido a retenção indefinida no presídio, com o abandono de suas casas, uma das causas explícitas da revolta de 1742 [141]; apenas alguns solteiros puderam constituir famílias com as moças que chegaram ao presídio.

Um aspecto importante a considerar é a extensão da participação dos soldados na distribuição das terras da freguesia do Rio Grande. Alguns trabalhos que abordam esta questão afirmam que eles receberam largamente as sesmarias distribuídas[142]. En

---

[140] Carta de Ribeiro Coutinho, a um amigo do Rio de Janeiro, em setembro de 1737. Apud FORTES, O Brigadeiro ..., p. 49.

[141] Cf. Petições e outros documentos registrados nos Livros da Vedoria. Apud AHRS, Anais, cit., passim.

[142] Cf. e.g. FORTES, R.G.S. Pedro-povoamento e conquista, p.102 SPALDING, Revolta ..., passim.

tretanto, o que se pode concluir da confrontação dos levantamentos realizados por Borges FORTES e Dante de LAYTANO, com as informações dos registros paroquiais e demais documentos que analisamos é que, definitivamente, os soldados que desembarcaram no canal do Rio Grande não receberam sesmarias.

Os donos de sesmarias foram os povoadores da Colônia do Sacramento e em maior número os do Rio de Janeiro, alguns oficiais superiores, e pessoas destacadas em serviços ã Coroa no "continente" do Rio Grande, como Cristóvão Pereira[143].

Grande parte dos estancieiros que aparecem com títulos militares são do Corpo de Ordenanças. As Companhias de Ordenanças eram unidades auxiliares permanentes, formadas por todos os homens civis da colônia; seus integrantes não recebiam soldos, mas os postos de comando gozavam de "honras, privilégios, liberdades, isensões e franquezas"[144], e eram ocupados pelos homens "principais da terra, da melhor consciência e os mais ricos", que deveriam ter ã própria custa "o fardamento, o cavalo e o aparelhamento deste"[145].

Segundo recenseamento de propriedades realizado em

---

[143] Cf. dados fornecidos por FORTES, op. cit., p. 68 e segs. FORTES, Fundação ... p. 218-21. LAYTANO, op. cit., p. 37 e 56.

[144] Cf. Cartas Patentes registradas nos Livros da Vedoria. Apud AHRS. Anais, cit., p. 248 e segs.

[145] Cf. CANABRAVA, Alice Piffer. Decadência e Riqueza. Revista de História. São Paulo, 50 (100): 335-9, out.-dez. 1974.

1741[146], neste ano estavam estabelecidas onze estâncias particulares na margem sul do canal, até o Chuí. Seus proprietários eram povoadores do Rio e da Colônia, um oficial de carreira (Ajudante João Gomes de Melo), um povoador de naturalidade espanhola (Francisco de Seixas) e outro procedente da América espanhola (Miguel Moreira).

Na parte do norte as propriedades que estão voltadas para a freguesia do Rio Grande, em 1741, são as de Manuel da Silva Vargas, povoador procedente de Laguna, João da Silva e Souza, povoador procedente do Rio de Janeiro, e Cosme da Silveira.

Deste ano até o fim da década de quarenta, novas sesmarias serão doadas e outras serão transferidas por venda a novos proprietários, e também não se encontram soldados entre esses, mas sim os futuros potentados da vila do Rio Grande[147].

7.4. Trabalho livre: população assalariada

Na estância sul-riograndense a pecuária estava assentada sobre o trabalho livre, e as atividades melhor remuneradas seriam aquelas responsáveis diretamente pelo desempenho da produção: feitor, carreiro, vaqueiro, domador, etc.

Essa mão-de-obra especializada era acessorada por uma cli

---

[146] Vide Mapa nº 6: "Mapa das Fazendas Povoadas de gados, no Rº Grande de S. Pedro, athe hoje 13 de 8brº de 1741". Extraído de cópia existente na Biblioteca Riograndense (procedência anotada por Abeillard Barreto: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, latas ainda não catalogadas).

[147] Vide capítulo 3, p. 154-68.

FAZENDAS DAPARTE DONORTE
FAZENDAS DAPARTE DO SUL

entela de agregados, cuja prestação de serviços ao proprietário não era recompensada com salários, mas com a proteção deste e a permissão para estabelecer-se com um trato de terra dentro da propriedade, para prover ao próprio sustento. Era assessorada, ainda, por numerosa mão-de-obra indígena "administrada", remunerada com ínfimos salários, nem sempre pagos[148].

Na realidade, portanto, o contingente assalariado da pecuária, ainda incipiente, era social e economicamente inexpressivo.

O setor assalariado da povoação do Rio Grande neste período tinha sua representatividade maior no contingente militar sediado na área, mas este tinha, entretanto, sua expressão social e econômica estrangulada pela falta de pagamento de seus soldos durante meses seguidos.

A debilidade do setor assalariado projeta-se, decisivamente sobre a conjuntura sócio-econômica da povoação neste período.

7.5. O quadro geral do fim do período

O setor comercial permanece atrofiado, na medida em que não se concretizam as premissas essenciais para o desenvolvimento do mercado interno, e tendo ainda contra si os naufrági

---

[148] Cf. GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 2 ed., São Paulo, Ática, 1978, p. 291-7, 476-81 (Ensaios, 29). A presença de índios "administrados" nas estâncias está fartamente registrada nos Livros Paroquiais de Batismos e Óbitos desse período.

os na barra, que vitimavam os navios chegados do Rio de Janeiro com suas mercadorias[149].

A produção "de quintal" era voltada apenas para o consumo doméstico, e a ampliação do setor urbano de subsistência só se dará na década de cinquenta, com a chegada dos açorianos.

As estâncias mantinham-se como unidades produtoras fechadas; a inexistência de uma demanda segura determinava a formação de um setor agrícola apenas de subsistência doméstica; a pecuária, voltada para a exportação, centralizava a existência da propriedade. Deve-se ter em conta que à Coroa era facultado o direito de requisitar os bens de particulares para a manutenção da tropa, sob pagamento a tempo indeterminado, e que a fama de mal pagadora, não sendo infundada, levava os donos de propriedades à única forma de defesa que possuíam, que era não produzir esse excedente; o governo não podia requerer o que não existia. Se não fosse desse modo, provavelmente os soldados não estariam recebendo uma ração de uma espiga de milho por dia e uma abóbora para quinze dias; o queijo, o leite e as hortaliças que, segundo se tem notícia, eram consumidos nas estâncias, teriam entrado em suas dietas, e é significativo ainda o fato de os soldados terem aspirado apenas à pesca como forma de complementar a sua ração.

A própria situação econômica dos estancieiros da freguesia do Rio Grande estava muito aquém daquela desfrutada pelos estancieiros da região de Viamão.

Em 1741, as onze propriedades situadas na parte sul do

[149] Cf. e.g. MEMÓRIA dos serviços prestados pelo Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho ..., p. 245.

canal somavam apenas 1.680 cabeças de gado vacum e 1.370 é-guas, que junto com o rebanho de 1.200 cabeças das Estâncias Reais (Bojuru e Torotama), representavam apenas 15,7% do rebanho vacum e 6,0% do rebanho eqüino reunidos naquela região[150].

Durante a década de quarenta, a situação econômica e social da freguesia do Rio Grande foi de estagnação e precariedade. A Coroa abandonou o estabelecimento à sua própria sorte, na medida em que nada além da manutenção de um contingente ordeiro e suficientemente capaz de garantir a posição de vital importância que representava o porto do Rio Grande, justificava a euforia inicial de vencer a barra ou de promover o aumento da população. O gado continuava sendo comercializado da mesma forma como antes, em pé, e os couros se arrecadava, sobretudo nas praças do interior do país, onde era consumido o rebanho.

A povoação foi elevada à condição de Vila em 1747, mas a Câmara não será instalada antes de 1751.

A colônia chegou ao fim dos anos quarenta limitada à Povoação do Porto, contando com apenas "100 vecinos con las mismas casas" e mais "30 casas de ofiziales y las barracas correspondientes a los soldados, poca cubiertas con texa"[151].

---

[150] Cf. Mapa nº 6, à p. 111.

[151] Relatório de D. Francisco de Gorriti para autoridades espanholas, datado de Buenos Aires, 17.09.1749, com base nas informações obtidas pelo Tenente de Forasteros D. Luiz Liscano, em missão de espionagem na povoação do Rio Grande nesta mesma época. Apud CORTESÃO, Tratado de Madri-Antecedentes ..., p. 367.

A situação captada pelo "observador" espanhol que anotou estes dados era de que

> "las familias del Rio Grande estan muy disgustadas por la mala situación del terreno que ocupan, y la razõn de tener otras es para animar a estas a que permanescan"[152].

A atenção da Coroa volta-se novamente para a povoação do Rio Grande, na passagem desta para a próxima década, mas ainda como ação vinculada aos interesses estratégicos sobre a região, agora sob a égide da demarcação do Tratado de Madri.

152 Ibidem, p. 368.

CAPÍTULO III

CONSOLIDAÇÃO E PERDA DA VILA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO:

1750-1763

A década de 1750 vai encontrar a Vila do Rio Grande fortemente atrelada à questão ibérica sobre a fronteira de domínios na região platina; todos os acontecimentos ocorridos neste período estão, de alguma forma, ligados a ela, mas as peculiaridades desta nova fase vão ter o efeito de permitir que, embora parcialmente, seja superada a sua característica essencialmente militar da primeira década, e propiciarão a formação de uma sociedade política civil bastante sólida em relação aos limites impostos pelo contexto local.

1. NOVA ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

1.1. Absorção de novos contingentes índios

A política de aliciamento dos grupos indígenas da região, que vinha sendo desenvolvida desde a fundação do presídio, em 1737, alcançou, no início desta década, seus resultados mais expressivos.

1.1.1. Minuanos

Por volta de 1749, portanto dez anos após o recuo para o interior, os minuanos retornaram às cercanias do presídio. O primeiro contato com eles foi feito na Guarda do Chuí, resultado ao que tudo indica, de um processo difícil de aproximação. A ordem emitida pelo governador Diogo Osório autorizando as despezas por conta da Fazenda Real constitui um raro depoimento da grande importância desse acontecimen-

to[1]. Em 8 de setembro de 1749, e não em 15 de agosto como desejava o coronel, celebrava-se o batisado de 54 minuanos - 30 do sexo masculino e 24 do sexo feminino - tendo o vigário declarado que não pôde fazer o termo "com mais clareza por lhe não entender a língua ainda que se lhe fez a diligência"[2].

As informações mais detalhadas sobre esses indios encontramos no relatório de D. Luiz Liscano, oficial espanhol que a época andava espionando na Vila do Rio Grande:

> "En el Rio Grande estan 80 familias de Yndios Minuanes de los que estavan en los Campos de Montevideo terra adentro y su Casique son, Casildo y Tacu, y dellos el dia 8 de Septiembre de 1749 se devian Bauptisar 40 niños, y el mantenim^to^. de todos corre por cuenta del Oficial de la Guarda del Chuy por el Rey"[3].

Pudemos constatar, através do Livro 1 de Batismos da freguesia que essas famílias minuanas foram se incorporando à colônia em pequenos grupos, durante os anos de 1750, 51 e ainda

---

[1]Vide Anexo 5: "Registro de uma ordem que deu o Coronel Governador Diogo Osório Cardoso para serem enroupados os índios Menuanes". (Nos Livros da Vedoria do Rio Grande). Extraído de AHRS. Anais, cit., p. 235-6).

[2]Liv. 1 Bat., fls. 98 e 98v. Os batismos foram celebrados pelo missionário Francisco de Faria, da Companhia de Jesus, na Capela de Santa Ana do Forte do Estreito.

[3]Relatório de D. Francisco de Gorriti, cit. acima nota 152, p. 368. Sobre a catequese e aldeamento dos minuanos veja-se ainda CESAR, Primeiros cronistas ..., p. 141-5.

em 52. O primeiro grupo foi composto predominantemente por crianças; nos demais registra-se uma maioria adulta, com idades que variavam até os oitenta anos[4].

O levantamento dos registros de óbitos referentes aos Minuanos evidencia que, entre os mais idosos, muitos encontravam-se doentes ao chegar à Vila, tendo alguns recebido o batismo às vésperas de falecer[5]. Há casos em que estes chefes de famílias já haviam batizado numerosas proles[6].

Ainda que os registros de óbitos, de modo geral, sejam bastante incompletos, pudemos constatar que entre 15 e 20% do contingente minuano absorvido nesses três anos veio a falecer, em tempos variáveis, no máximo um ano após seus batisados.

Teoricamente esses índios eram recebidos na forma de povoadores:

> "O Dr. Provedor da Fazenda Real mande o seu Escrivão passar mostra aos índios Minuanes, suas mulheres e filhos (...) para se lhe dar a farinha e carne que S.M. manda aos novos povoadores que por suas reais ordens são conduzidos a este estabelecimento"[7].

---

[4]Cf. documentos cits, acima notas 1 e 3 e informações dos registros paroquiais.

[5]Cf. e.g. Liv. 1 Ob., fls. 45, 48, 49v., 50, 52, 53, 53v., 54.

[6]Cf. e. g. Dom Agostinho (liv. 1 Ob., fl. 52), que batizara oito filhos no grupo de 1749.

[7]Portaria de Diogo Osório Cardoso, de 7 de julho de 1750. Apud AHRS. Anais, cit., p. 258.

Mas foram, na realidade, aldeados na Estância Real de Bojuru, sob a administração do Guarda-Mór João Antunes da Porciúncula[8].

1.1.2. Tapes

Por esta mesma época, os Tapes, cujo processo de incorporação à colônia vinha se operando desde 1738, estavam sendo definitivamente absorvidos pela expansão lusa.

Com a ocupação sistemática dos campos do norte do "continente" pelos estancieiros de Viamão, e dos campos do sul pelos da Vila do Rio Grande, tendo a oeste a acirrada disputa entre tropeiros e índios missioneiros em torno da Vacaria dos Pinhais, e pressionados pela expansão portuguesa em direção ao interior, mas, sobretudo, premidos pelas dificuldades de sobrevivência em meio a esta expansão, os Tapes descem a serra, buscando o litoral, onde eram ansiosamente esperados pela administração portuguesa, que já planejava a melhor forma de acomodá-los; conforme expressa Gomes Freire ao Governador da Vila do

[8]Cf. portaria de Gomes Freire. Apud REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (daqui por diante RAPM), 1929, p. 447. Conforme GORENDER, "do ponto de vista legal eram os índios aldeados homens livres, postos numa condição de tutela. Obrigados ao trabalho, costumavam ser empregados na execução de obras públicas ou cedidos a particulares em regime de salário"; segundo o autor, a ação conjugada dos administradores, dos particulares e da legislação complacente instituíram, de fato, formas incompletas de escravidão, que "resultaram mais pesadas para o índio que a escravidão completa" (op. cit., p. 476-80).

Rio Grande:

> "Bem desejava eu saber a esta hora onde se acham os Índios Tapes ou Chimarrões, para poder dar a providência que sou obrigado segundo as respeitosas Ordens de S. Maj., mas como da carta que Vm. me escreve mais me persuado que eles estão juntos a essa Vila, nesta suposição se me oferece dizer é preciso que Vm. os receba e à conta da Real Fazenda os faça sustentar passando-os à outra banda do Rio Grande e mandando-os situar na parte que lhe parecer mais própria para poderem plantar como pretendem"[9].

Na parte do norte, a quarenta quilômetros do canal, foi criada para os Índios Tapes a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição do Estreito, em princípios de 1753; coube a tarefa de organizá-la ao Tenente Francisco Pinto Bandeira, indenizado posteriormente em 72$960 rs. que "dispendeu com os peões que o acompanharam na diligência em que andou (...) de reduzir os índios novamente submetidos à vassalagem de S.M."[10].

A vida religiosa na aldeia, a exemplo das missões guaranis, foi regida por padres jesuítas, por determinação de Gomes

---

[9]Carta de Gomes Freire a Pascoal de Azevedo. Apud NEIS, Ruben. A Aldeia de N. Sra. da Conceição do Estreito. In: O Índio no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Gov. do Estado, 1975. p. 126. Segundo o autor, esta carta seria de fins de 1752 ou inícios de 1753. Gomes Freire encontrava-se, ao escrevê-la, nas cercanias da Colônia do Sacramento.

[10]Portaria de 30.01.1753. Apud AHRS. Anais, cit., p. 325-6.

Freire, visando uma administração pacífica e proveitosa desses índios[11].

A parte do norte, que até então tinha rala população, passou a contar com os índios da aldeia tape e com os minuanos de Bojuru, dedicando-se ambos, basicamente, às atividades da pecuária e a uma incipiente agricultura de subsistência.

Com a ocupação espanhola da Vila do Rio Grande, em 1763, a vida nas aldeias foi totalmente alterada, com a verdadeira "invasão" processada pelos brancos e seus escravos, que lá foram se refugiar, e após a restauração portuguesa, em 1776, essas aldeias não tornarão a existir[12].

---

[11]Conforme GORENDER, "os aldeamentos permanentes de indígenas interessavam particularmente à Coroa e às autoridades coloniais (...). Além de abastecerem os colonos de gêneros alimentícios e constituírem viveiros de força de trabalho baratíssima para obras públicas, deviam os índios aldeados servir como tropas de guerreiros na defesa da colonização portuguesa". (op. cit., p. 476). Sobre a administração jesuíta nesta Aldeia veja-se NEIS, op. cit., p. 128.

[12]NEIS, op. cit., p. 129.

1.2. Presença açoriana na Vila do Rio Grande

1.2.1. Antecedentes dessa imigração

Embora a corrente açoriana já estivesse entrando em Santa Catarina desde janeiro de 1748, a década de 40 encerrava-se sem que ela chegasse à Vila do Rio Grande.

Em setembro de 1749, D. Luis Liscano informava às autoridades espanholas que "ningunas" famílias das que eram esperadas haviam chegado ao canal[13].

O interesse de Espanha em certificar-se das notícias que corriam justificava-se plenamente, pois nessa mesma época estavam sendo acertadas entre as duas Coroas as cláusulas do Tratado de Madri, que será assinado em janeiro de 1750, e Portugal invocava o princípio do "uti possidetis" para requisitar a posse das terras que iam de Castilhos Grandes ao rio Uruguai.

A chegada dos casais açorianos ao Brasil estava, verdadeiramente, vinculada a esse acontecimento, e concretizava os antigos planos de consolidação portuguesa no Brasil Meridional. Visava, sobretudo, o fortalecimento de seus dois importantes portos, na Ilha de Santa Catarina e no canal do Rio Grande de São Pedro, e a expansão do povoamento ligando esses dois pontos pelo litoral[14] e daí rumo ao oeste, até a ocupação das ter

---

[13]Cf. Relatório de D. Francisco de Gorriti, cit. acima capítulo 2, nota 151.

[14]Cf. e.g. carta de Diogo de Mendonça Corte Real a Manuel Escudeiro (Governador de Santa Catarina), de 08.04.1752, incentivando a criação de núcleos de povoamento fora da Ilha:

ras a serem incorporadas oficialmente através de ação diplomática.

A impossibilidade de ocupar o vasto território com gente de outras partes do Brasil e a pressão exercida pelos açorianos junto à Coroa, motivados pelas circunstâncias adversas que prevaleciam em suas ilhas[15], fizera do açoriano o agente natural para a implantação desta política.

A imigração de açorianos para o Brasil não era um fato novo. Já no século XVIII, registram-se entradas no Maranhão em 1619 - duzentos (200) casais, somando mil (1000) pessoas - e no Pará em 1666, cinquenta (50) casais. Mas prevaleceram naquele século as entradas de caráter individual, "quase todas de homens solteiros", açorianos, madeirenses e caboverdeanos, principalmente na região de Pernambuco, onde a maioria teria sido incorporada à luta contra os holandeses[16].

No século XVIII inicia-se a "política de casais", em 1735, com a autorização da Coroa para que "em cada navio que

---

"porque são muito úteis estas Povoações e as mais que se forem fazendo até ver se podem comunicar até o Rio Grande". Apud CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Os açorianos. CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE, 1, Florianópolis, 1948. Anais ... Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950. v.2, p. 529.

[15]Cf. PIAZZA, A Colonização ..., p. 43-4. MACEDO, Riopradense de. Viagem dos açorianos ao Rio Grande do Sul. RIHGRS, 122:27-9, 1982.

[16]Cf. DIEGUES Jr., Manuel. A contribuição dos casais ilhéus à fixação do "uti-possidetis". CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE, 1, Florianópolis, 1948. Anais ..., Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950. v.2, p. 471-80.

partisse das Ilhas dos Açores para o Brasil se enviasse cinco casais para os presídios da Ilha de Santa Catarina e Rio Grande de S. Pedro[17].

Em agosto de 1746 os açorianos encaminharam um pedido ao Rei no sentido de promover a emigração em massa de pessoas para o Brasil[18]. Em agosto de 1747, a Coroa assinava o primeiro contrato, com Feliciano Velho Oldenberg, para o transporte de 1.000 pessoas para o porto do Desterro, que foi o porto de chegada de todos os transportes de açorianos que se dirigiram para o sul do Brasil. Os contratos seguintes foram feitos com Francisco de Souza Fagundes: em 3 de julho de 1749 para 4.000 pessoas, em 28 de setembro de 1751 para 1.000 pessoas e em 26 de setembro de 1754 para 500 pessoas da Ilha da Madeira. Segundo PIAZZA, todos os contratos foram cumpridos, e 6.071 ilhéus foram transportados para a Ilha de Santa Catarina[19].

As instruções da Coroa para Gomes Freire determinavam acomodar os casais que fossem chegando em colônias de "pouco mais ou menos sessenta casais", em locais escolhidos "assim na mesma Ilha como nas terras adjacentes, desde o Rio de São Fran

---

[17]PIAZZA, <u>A colonização</u> ..., p. 44.

[18]Ibidem, p. 60. Segundo o autor, alistaram-se para os transportes 6.939 açorianos e 2.370 madeirenses.

[19]Ibidem, p. 46-59. Segundo Manuel DIEGUES Jr., dentro do mesmo espírito a Coroa assinou em 26.08.1750 um contrato com José Alvares Torres para o transporte de 1.000 açorianos para o Pará; a entrada desses casais ocorreu em 1752, e deu origem às vilas de Guamá e Cayeté. (op. cit., p. 478).

cisco do Sul até o cerro de São Miguel correndo deste distrito"[20].

Seguindo a orientação do governo do Rio de Janeiro, o governador Manuel Escudeiro deslocou, em 1750, uma leva de casais para o sítio de Magalhães, "no rumo dos campos de Viamão"[21], mas a má qualidade do terreno e as dificuldades enfrentadas levaram-nos a abandonar o local e voltar para oito léguas ao norte da Laguna, onde fundaram a Vila Nova de Sant' Ana, perto da atual Imbituba[22].

Mas a migração para o sul foi sustada no mesmo ano de 1750, por razões que acreditamos não se prenderam diretamente aos problemas dessa primeira tentativa desse núcleo de Viamão, uma vez que a notificação do fato à Corte data de 4 de março de 1751, e a "repugnância ou rebeldia" desses povoadores ao local só começou a ser discutida em abril de 1752[23]. Pela Provisão de 20 de novembro de 1750 a Coroa alterou as ordens de 1749 e recomendou a Escudeiro que enviasse casais para o Rio Grande somente depois de povoada a Ilha de Santa Catarina[24].

---

[20]Ordem Régia de 07.08.1749. Apud AHRS. Anais, cit., p. 267-72.

[21]CABRAL, op. cit., p. 528.

[22]Cf. FORTES, João Borges. Os casais açorianos. Porto Alegre, Martins, 1978. p. 47. CABRAL, op. cit., p. 529.

[23]Cf. correspondência mantida entre Manuel Escudeiro e Diogo de Mendonça Corte Real em torno deste fato. Apud CABRAL, op. cit., p. 529.

[24]Ibidem, p. 528: "(...) sou servido recomendar-vos que mandeis os casais que puderdes para o Rio Grande depois de povoada essa Ilha".

O embarque regular de casais para a Vila do Rio Grande foi retardado, então, não só por essas determinações, como pelas dificuldades que o governador enfrentava em "selecionar aqueles que ainda estivessem em condições de poder suportar um acréscimo de vários dias aos que já traziam de viagem", e em "conseguir embarcações de pequeno calado capazes de transpor o porto do Rio Grande, pouco franco"[25].

O problema do transporte foi contornado com a instrução do Conselho Ultramarino para que Gomes Freire "determinasse, obrigatoriamente, a todas as embarcações que se destinassem ao Rio Grande fizessem escala em Santa Catarina para transportar os casais em condições"[26].

A forma pela qual esse transporte se processou, na dependência de oportunidades ocasionais em que navios pequenos, notadamente os de carga - que, carregados como andavam, comportavam apenas pequenos grupos de pessoas - fizessem ligação de Santa Catarina com o Rio Grande[27], constitui, a nosso ver, o principal impedimento à sua reconstituição (número de transportes, suas datas, número de pessoas, etc). Algumas tentativas nesse sentido foram feitas por historiadores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas elas apresentam poucos pontos

[25]Ibidem, p. 530-1

[26]Ibidem, p. 531.

[27]Cf. e. g. carta de Escudeiro a Corte Real em 16.04.1752: "Espero que continuem a vir as mesmas sumacas ou outras embarcações semelhantes para se prosseguir no transporte dos que tiverem saúde", Apud CABRAL, op. cit., 532.

de concordância, e chegam a resultados divergentes[28].

As divergências entre os historiadores situam-se a partir da fixação da data do primeiro transporte. Para Borges FORTES e CABRAL, baseando-se em carta de Escudeiro datada de 13 de abril de 1752, o ano inicial da partida de ilhéus para o Rio Grande[29], teria sido 1752, entretanto Guilhermino CESAR alerta que, "se bem que de abril desse ano, a carta podia referir-se a transporte efetuado em época anterior"[30].

Nos livros eclesiásticos da Freguesia do Rio Grande o primeiro assentamento referente aos "casais" data de 22 de novembro de 1750[31], e pela mesma época registra-se a existência de casais já formados no Brasil, provavelmente na própria Vila[32]. Esses registros nos levam a crer que houve alguma pe

---

[28]Cf. FORTES, Os casais ..., p. 61-7. CABRAL, Os açorianos, p. 530-3. CESAR, História ..., p. 129-31. WIEDERSPHAN, Henrique Oscar. A colonização açoriana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Esc. Sup. Teologia S. Lourenço de Brindes; Inst. Cultural Português, 1979. p. 33-40.

[29]FORTES, op. cit., p. 75. CABRAL, op. cit., p. 532.

[30]CESAR, op. cit., p. 130.

[31]Liv. 1 Bat., fl. 110v.: Ana, filha legítima do casal Francisco Leal Carvão e Josefa Maria, ambos naturais da Ilha do Pico.

[32]Liv. 1 Bat., fl. 109v.: 25.10.1750-Teresa, filha legítima do casal Antonio Francisco dos Santos, natural do Arcebispado de Braga e de Mariana Felícia, natural da Ilha Tercerira.

Liv. 1 Bat., fl. 111: 05.12.1750 - José, filho legítimo do casal Antonio da Silveira, natural da Ilha do Faial e Joana de Camargos, natural de São Paulo. Estes ca-

quena entrada de açorianos na Vila em princípios de 1750, e que, provavelmente, a Provisão Real de 20 de novembro daquele ano se referia a este fato.

1.2.2. Identificação do contingente açoriano

A Vila do Rio Grande foi a porta de entrada da corrente açoriana que se deslocou da Ilha de Santa Catarina para o "continente" do Rio Grande. Atendendo ao objetivo principal de sua imigração, os casais deveriam ser deslocados em grupos para o interior e lá aguardar a ocasião de ocupar a região das Missões. Entretanto, a resistência indígena, já a partir de 1753, e a consequente Guerra Guaranítica, que se estendeu até 1756, tornaram impossível a concretização desses planos e determinaram a permanência da quase totalidade do contingente açoriano na própria Vila do Rio Grande.

É provável que entre 1752 e 1754 grupos de casais tenham apenas passado pela Vila, seguindo logo para o interior; nessa época Gomes Freire fortificava três áreas estrategicamente importantes para manter o acesso à região a ser incorporada: Santo Amaro, onde estabeleceu os armazéns de abastecimento do exército, Rio Pardo, onde erguera o forte de Jesus-

---

sais foram, sem dúvida, formados neste ano, porque até 1749 registra-se a presença de apenas onze açorianos (sete homens e quatro mulheres, todos casados com não-açorianos), que vieram para o presídio durante a década de quarenta, procedentes do Rio de Janeiro, estando, por isto, excluídos do cômputo do contingente açoriano que entrou a partir de 1750.

Maria-José para garantir aquela fronteira, e o porto do arraial de Viamão, base de manutenção dos outros dois pontos[33]. Esses núcleos estavam, então, sob a jurisdição eclesiástica da Capela Grande de Viamão, e por isso os registros referentes a esses casais encontram-se em seus livros[34].

Há indícios de que, no mesmo período, 59 casais inicialmente estabelecidos na Vila do Rio Grande, onde chegaram a registrar seus primeiros filhos no "continente", tenham também se transferido para essas regiões, porque nenhuma notícia se tem desses casais além desses registros.

Tabela nº 4 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: Emigração provável de casais entre 1752-1754 (c.a.)

Fonte	Identificação do casal		Total
1 registro de batismo	os 2 cônjuges açorianos	1 só cônjuge açoriano	
em 1752	24	5	29
em 1753	8	1	9
em 1754	17	4	21
total	49	10	59

Segundo os registros paroquiais, o contingente açoriano que se estabeleceu na Vila do Rio Grande a partir de 1750 era formado conforme os dados das Tabelas 5 e 6.

[33]Cf. WIEDERSPHAN, op. cit., p. 71

[34]Ibidem.

Tabela nº 5 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: Ingresso de açorianos entre 1750 e 1763.

Total de casais	432
Pessoas de casais	864
Pessoas adultas que não eram de casais	409
Total de pessoas adultas	1.273

Tabela nº 6 - Identificação de açorianos adultos que não eram pessoas de casais.

Sexo	Fonte de Identificação	nº	Total
MASCULINO	Reg. de casamentos e batisados de filhos legítimos	135	
	Registros de filhos naturais	2	
	Registros de óbitos	1	138
FEMININO	Reg. de casamentos e batisados de filhos legítimos	239	
	Registros de filhos naturais	26	
	Registros de óbitos	6	271

Não foi possível determinar o número de crianças que entraram com os casais, porque elas não constam dos livros de batisados, e só atingirão a idade adulto no período de dominação espanhola (1763/1776), do qual não chegaram até nós os registros de casamentos ou os de óbitos.

Comparando os resultados desse levantamento com a informação do governador Escudeiro de que até fins de julho de 1752 tinha enviado para o Rio Grande 278 casais com 798 pessoas[35], pudemos constatar que as entradas de açorianos na Vila concentraram-se principalmente de 1751 a julho de 1752 com 64,3% dos casais e 61,7% das pessoas, transportadas até esta data.

Tabela nº 7 - Cronograma da entrada do contigente açoriano na Vila do Rio Grande

	Pessoas	Casais	Pessoas de Casais	Outras Pessoas
Total de imigrantes	1.273	432	864	409
Até julho de 1752	798	278	556	242
Após julho de 1752	475	154	308	167

Em 1752 as levas de imigrantes que chegaram a Santa Catarina já entravam em decadência; em abril, o Governador Escudeiro notificava ao Rei, "não ter vindo das Ilhas até agora transporte de gente tão miserável, entre a qual mandaram um grande número de velhos, velhas, decrépitos e aleijados"[36]. Se

---

[35]Cf. "Relação de todos os casais que têm vindo das Ilhas dos Açores e Madeira para esta de Santa Catarina no ano de 1748 até o de 1752", inserta em carta de Manuel Escudeiro a Diogo de Mendonça Corte Real. Apud FORTES, op. cit., p. 37-8 (s/ data).

[36]Carta de Manuel Escudeiro ao Rei. Apud FORTES, op. cit., p. 39 (s/data). Sobre a decadência dos transportes veja-se, mesma obra, página 40 e CABRAL, op. cit., p. 535-41.

gundo seu sucessor, dos últimos transportes chegados dos Açores, provavelmente em 1752[37], "todos ficaram naquela Ilha", sem condições físicas "de passar adeante ao Rio Grande"[38].

Não temos referências concretas sobre a transferência de açorianos para a Vila do Rio Grande depois de julho de 1752. Sabemos, apenas, que em 1753 dois navios que saíram para o Rio Grande com 250 pessoas naufragaram na ponta sul da Ilha, estimando-se que dos 77 sobreviventes "poucos foram para o Rio Grande"[39], e que em maio de 1754 uma corveta com povoadores retornava ao porto do Desterro sem ter conseguido transpor a barra do Rio Grande[40]; esta embarcação teria se juntado à frota, que se encontrava na Ilha, e com ela entrado no porto do Rio Grande em 10 de junho de 1754, sem que se saiba com

---

[37]Cf. PIAZZA, A colonização ..., p. 59.

[38]Carta de D. José de Melo Manuel (que substituiu Manuel Escudeiro, no governo de Santa Catarina em 1753) ao Rei, em 1754, Apud FORTES, op. cit., p. 67.

[39]FORTES, op. cit., p. 64. Veja-se ainda CABRAL, op. cit., p. 532-3. Os dois autores citam ainda um transporte que teria saído da Ilha de Santa Catarina, segundo Cabral em 1752 e para Borges Fortes em 1753, que foi arribar a Cabo Frio, tendo retornado ao porto de saída sem que nenhum desses casais passasse ao Rio Grande na ocasião.

[40]Cf. ANDRADA, Gomes Freire de. Diário de Demarcação da América Meridional e das campanhas das Missões do rio Uruguai. BN. Montevidéu. Fondo Caviglia, Mss. 11.2., v.1, fl. 60v. "24-XI-1754- Introu huma cruveta arribada, q. tinha sahido desta Ilha com cazaes para o Rio Grande, com 30 dias de viagem, envestindo tres vezes a barra, faltando-lhe já cinco vellas".

quantos ilhéus[41].

O último transporte das Ilhas chegou a Santa Catarina em julho de 1756, com 520 pessoas da Ilha da Madeira[42]. Desse transporte podemos assegurar que não houve uma transferência numericamente significativa de pessoas para a Vila do Rio Grande. Nos registros paroquiais encontramos, ao longo de toda esta década, apenas cinco madeirenses, todos homens, sendo que destes somente três poderiam ter chegado à Vila após esse transporte, porque constam dos Livros de Casamentos em anos posteriores[43]; os outros dois chegaram com os açorianos, e nesta época já registravam seus primeiros filhos na paróquia[44]. Todos casaram-se com mulheres açorianas, e não há registro de qualquer casal com os dois cônjuges madeirenses na Vila do Rio Grande, até 1763.

1.2.3. A aplicação da "política de casais" na Vila do Rio Grande

Com o objetivo de garantir e ampliar a aplicação da "po-

---

[41]Cf. FORTES, op. cit., p. 79. A expedição de Gomes Freire havia deixado a Colônia do Sacramento em abril de 1754, buscando o porto do Rio Grande, de onde se dirigiria às Missões, mas não conseguiu transpor a barra e foi arribar à Ilha de Santa Catarina.

[42]Cf. PIAZZA, op. cit., p. 59.

[43]Cf. Liv. 1 Cas., fls. 16v., 14, 53v.: José da Costa e José Gomes Jardim, que casaram em 1758 e Manoel Jacinto, que casou em 1762.

[44]Cf. Liv. 2 Bat., fls. 79 e 120v.: Cristóvão Ferreira e Antonio Pereira.

lítica de casais" no Brasil Meridional, a Coroa adotou medidas que visavam incentivar o casamento dos açorianos no Brasil. Por Resolução de 20 de novembro de 1749[46], estendeu aos casais que se formassem dentro do primeiro ano a contar da chegada dos noivos, as mesmas concessões feitas aos casais açorianos pela Provisão de 1747[46]. A realização desses csamentos perante a Igreja foi garantida pela Provisão do Bispo do Rio de Janeiro, de janeiro de 1750, que respondia ao estado de extrema pobreza dos imigrantes, isentando-os das diligências e emolumentos, normalmente exigidos pelas paróquias[47].

---

[45]Apud AHRS. Anais, cit., p. 322.

[46]Ibidem, p. 267-72. Neste ponto cumpre esclarecer que a expressão "casal de número" não foi adotada apenas para designar os casais açorianos ligados à Provisão de 1747, como entenderam João Borges FORTES (op. cit., p. 53) e Henrique Oscar WIEDERSPHAN (op. cit., p. 63-4); a designação aplicava-se também aos novos casais formados por açorianos no Brasil, e já era empregada no Rio Grande desde 1738, em referência aos casais de povoadores que vinham de outras partes do Brasil e que eram registrados nos Livros de Matrícula da povoação para serem atendidos pela Fazenda Real, procedimento que se manteve idêntico para os açorianos na década de cinquenta. (Cf. e.g. AHRS. Anais, cit., p. 59-61).

[47]Cf. "Portaria e Ordem para os Vigários da Vara não levarem estipêndio algum com os casamentos dos novos povoadores e antes os persuadam para tomar o estado de casados ajuntando-os com algumas esmolas". Apud NEIS, Ruben. A Igreja no pastoreio do Rio Grande do Sul luso-brasileiro. <u>Renovação</u>, (CNBB Regional Sul 3), Porto Alegre, (122):10, nov. 1978. Para bem avaliar a extensão desta medida veja-se a

Provavelmente deve-se a esses incentivos o predomínio de pessoas adultas solteiras no contingente açoriano que se deslocou para a Vila do Rio Grande, em que se registra a prevalência significativa do elemento feminino, possivelmente atraído pelas possibilidades imediatas de casamento, face a sua população ser predominantemente masculina, e de passar a contar, também, com os açorianos solteiros que para lá se dirigiram.

Tabela nº 8 - Identificação do contingente açoriano que entrou na Vila do Rio Grande segundo sexo e estado civil.

	homens	mulheres	total
Casados	432	432	864
Solteiros	137	262	399
Viúvos	1	9	10
Total	570	703	1273

Respondendo aos estímulos da Coroa, ou atendendo aos seus próprios interesses, os açorianos formaram 259 novos casais na Vila do Rio Grande entre 1750 e 1763.

---

a análise de Maria Beatriz Nizza da SILVA sobre os "obstáculos sócio-econômicos ao casamento" no Brasil Colonial. (O casamento e suas normas ..., p. 28-31).

Tabela nº 9 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: Casais constituídos com a participação de açorianos: jan. 1750/abr. 1763*

Noivo e noiva açorianos	115
Noivo não-açoriano e noiva açoriana	124
Noivo açoriano e noiva não-açoriana	20
Total	259

* inclui viúvos

Tabela nº 10 - Identificação dos cônjuges não-açorianos referidos na tabela 9.

	Origem	homens	mulheres
Brasil	Não identificada	6	7
	Freguesia do Rio Grande	-	6
	Rio de Janeiro	14	1
	Colônia do Sacramento	11	1
	Minas Gerais	-	1
	Bahia	4	-
	Outros	12	-
	Sub-total	47	16
Portugal	Lisboa	17	1
	Porto	21	1
	Arcebispado de Braga	28	-
	Outros	11	-
	Sub-total	77	2
	Freguesia S. Nicolau de Buenos Aires		1
	Pretos Forros		1
	Total	124	20

Diante da inexistência dos registros de casamentos realizados na Paróquia do Rio Grande até setembro de 1756, o levantamento anual desse evento só é possível a partir desta data, até abril de 1763, quando ocorre a ocupação da Vila pelos espanhóis. A identificação dos casais da época anterior foi feita a partir dos registros de batismos dos filhos (legítimos) e dos registros de óbitos em geral.

A partir dos registros de casamento existentes pudemos constatar que 33,6% dos casamentos com participação dos açorianos foram realizados até setembro de 1756 e 66,4% de outubro de 1756 a abril de 1763.

Tabela nº 11 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: jan. 1750/abr. 1763. Casamentos com participação dos açorianos

	Nº	%
1ª fase		
(jan. 1750/set. 1756	87	33,6
2ª fase		
(out.1756/abr.1763)	172	66,4
Total	259	100,0

Este levantamento nos permitiu concluir ainda que numa primeira fase - 1750 a 1756 - predominaram os casamentos mistos, ou seja, de açorianos com não-açorianos, ocorrendo uma inversão desse comportamento na fase seguinte, de 1757 a 1763.

Tabela nº 12 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: jan.1750/abr.1763. Análise da formação dos casais com participação açoriana de acordo com o cronograma.

	Total de casamentos	1º fase 1750/1756	2º fase 1756/1763
Apenas 1 dos cônjuges é açoriano	144	87 (60,4%)	57 (39,6%)
Os 2 cônjuges são açorianos	115	-	115
TOTAL	259	87	172

É provável que nesta segunda fase os cônjuges fossem rapazes e moças que chegaram com seus pais no início da década e que atingiam então a idade para o casamento; a cessação dos transportes das Ilhas a partir de 1752 é um dado importante para essa hipótese. Por outro lado, a dilatação do prazo de acesso aos direitos de "casal de número" de um para cinco anos[48] e a organização da vida comunitária dos açorianos devem ter favorecido a esses jovens a escolha de seus parceiros dentro do próprio grupo. Devemos considerar ainda que para as mulheres as possibilidades de casamento com elementos não-açorianos deverem ter diminuído sensivelmente com a transferência da tropa para Rio Pardo em 1755.

[48]Cf. WIEDERSPHAN, op. cit., p. 63.

1.2.4. Os resultados demográficos da presença açoriana na Vila do Rio Grande

A importância da imigração açoriana para a Vila do Rio Grande em termos demográficos foi excepcional. Ela representou um acréscimo, em menos de cinco anos, de pelo menos 1.273 pessoas adultas brancas, a uma população que, incluindo todos os grupos raciais, na metade da década anterior, teria "1.400 almas"[49].

De imediato estabeleceu-se um predomínio numérico do grupo sobre a população branca da vila e, possivelmente, também sobre o conjunto da população livre. Essa prevalência foi identificada a partir do levantamento da participação do grupo nos eventos de casamento e batismo, conforme especificam as tabelas 13 e 14[50].

---

[49]Cf. documento cit. acima capítulo 2 nota 110.

[50]Os índices da Tabela nº 11 concorrem decisivamente para crermos que em 1752 já se encontrava na Vila do Rio Grande a quase totalidade do contingente açoriano que para ela se dirigiu; deve-se ter em conta que pessoas que se fixaram naquele ano poderão figurar nos registros de batismos apenas a partir de 1753 ou 1754, e que muitos registros de 1755 em diante referem-se já a segundos e terceiros registros de casal entrado até aquele ano.

Tabela nº 13 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro. Avaliação dos csasmentos da população livre quanto à participação açoriana: out. 1756/abr.1763.

Total de registros	com participação açoriana	outros
223	172 (77,1%)	51 (22,9%)
Total de "pessoa de casal"	açorianos	outros
446	287 (64,3%)	159(35,7%)

Tabela nº 14 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: Avaliação dos batizados da população livre quanto à participação açoriana: jan. 1750/abr. 1763.

Ano	Total de registros	Participação açoriana nº de registros	%
1750	44	4	9,1
1751	53	4	7,5
1752	78	42	53,8
1753	87	56	64,3
1754	144	111	77,1
1755	160	124	77,5
1756	194	155	79,9
1757	171	148	86,5
1758	169	134	79,3
1759	178	145	81,5
1760	174	136	78,2
1761	162	135	83,3
1762	180	151	83,9
1763	42	20	47,6

O predomínio do grupo açoriano determinou mudanças importantes na estrutura da sociedade riograndina na década de cinquenta. Se na década anterior o número de famílias radicadas na freguesia não foi maior que 162, nesta década os açorianos trarão para ela um acréscimo de 691 novas famílias. As famílias de outras origens serão 236, neste período.

Os efeitos da participação açoriana se manifestam principalmente no aumento extremamente significativo do número de batizados de crianças legítimas na década de cinquenta. O registro de filhos naturais sofre, proporcionalmente, uma queda bastante acentuada, em relação à década anterior, conforme demonstra a tabela 15.

Tabela 15 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: Levantamento de batizados da população livre-jan. 1738/abr.1763.

jan. 1738/dez. 1749			jan. 1750/abr. 1763		
f.leg.	f. nat.	total	f.leg.	f. nat.	total
289 (62%)	177 (38%)	466 (100%)	1.836 (89%)	277 (11%)	2.063 (100%)

O levantamento de filhos naturais entre os açorianos fica prejudicado pela ausência de informações essenciais nesses registros, em que constam somente o nome incompleto da mãe (o prenome) e muito raramente o local de origem, o que torna impossível a identificação dos grupos a que pertencem.

Entre os registros que apresentavam dados precisos pudemos identificar 25 mulheres açorianas solteiras, que foram responsáveis pelos registros de 39 filhos naturais, de pais incógnitos, entre 1753 e 1762, e que representam 24,3% do total desses registros no mesmo período: existe, evidentemente, a possibilidade de haver outras açorianas nessas condições, que não foram identificadas.

Quanto aos homens, logramos identificar apenas três, já que na minoria desses registros não consta o nome do pai; desses, dois viviam aparentemente em regime de concubinato regular com mulheres não-açorianas, sendo que um deles legitimou a união após o registro do primeiro filho, e por isto está computado entre os casais legítimos e o outro permanece na mesma condição ainda no registro do segundo filho; o terceiro registrou apenas um filho, e é o único cuja mulher é açoriana[51].

Aspectos importantes da estrutura e do comportamento demográficos da Vila nesta década foram revelados pela análise dos registros de óbitos. A identificação do grupo açoriano nesse evento permitiu avaliar aspectos da perda do contingente inicial e acrescentou novos e importantes elementos para a análise da participação do grupo no conjunto da população.

[51]Sobre as implicações do concubinato no século XVIII veja-se SILVA, O casamento e suas normas ..., p. 15.

Esta análise demonstrou, em primeiro lugar, que apesar do componente feminino ter sido maior que o masculino no contingente açoriano, foi no masculino que se registrou, em números absolutos, o maior índice de óbitos do grupo, de 1750 a 1763.

Devido à insuficiência de informações nos registros foi impossível estabelecer os fatores que determinaram essa tendência. Normalmente estão indicadas as causas apenas nos casos de morte acidental. Entre os açorianos identificamos 6 casos de afogamento, três de "acidentes" (2 homens e 1 mulher), dois assassinatos a facadas (1 homem e 1 mulher) e duas mortes causadas por um raio (2 mulheres). Fatores como idade avançada, doenças, endemias e epidemias não puderam ser avaliados neste período.

Também no conjunto da população a incidência maior de óbitos foi registrada entre os homens, resultado que parece-nos ser determinado pela prevalência da população masculina ainda depois da transferência de tropas para Rio Pardo. A manutenção dessa característica justifica-se plenamente, em se tratando de uma área de colonização recente[52], associada à condição de fronteira militarizada, fatores que determinaram o deslocamento de grande contingente masculino em idade ativa

[52]Cf. WACHOWICZ, Ruy C. População curitibana e paranaense de 1780. In: BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMARIO MARTINS, Paraná, (36):19.

Tabela nº 16 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: levantamento de óbitos da população livre de jan. 1750 a abr. 1763.

Ano	Homens			Mulheres					
	Total regs.	Açorianos		Total regs.	Açorianos		Total Reg.	Açorianos	
		nº	%		nº	%		nº	%
1750	16	-	-	7	-	-	23	-	-
1751	14	-	-	6	1	16,6	20	1	5,0
1752	29	5	17,2	7	3	42,8	36	8	22,2
1753	11	1	9,1	7	6	85,7	20	1	38,9
1754	16	6	37,5	5	4	80,0	21	10	47,6
1755*	8			3			11		
1756	12	6	50,0	9	6	66,6	21	12	57,1
1757	15	6	40,0	7	5	71,4	22	11	50,0
1758	20	9	45,0	6	3	50,0	26	12	46,1
1759	18	6	33,3	7	2	28,5	25	8	32,0
1760	19	9	47,3	12	7	58,3	31	16	51,6
1761	19	7	36,8	8	4	50,0	27	11	40,7
1762	25	12	48,0	6	2	33,3	31	14	45,1
1763	3	1	33,3	5	4	80,0	8	5	62,5
TOTAL	225	68		95	47		320	115	

* Não há indicação de origem em nenhum registro desse ano.

Avaliando os efeitos da ocorrência desses óbitos sobre os 432 casais açorianos que chegaram à Vila no início da década, pudemos constatar que 79 casais foram desvinculados pela morte de um dos cônjuges (51 homens e 28 mulheres) e 8 casais pela morte dos dois cônjuges, totalizando 87 casais imigrantes desfeitos neste período.

Tabela nº 17 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: casais açorianos desvinculados por morte - jan. 1750/abr. 1763.

Ano	esposo	esposa	pessoas de casais
1750	-	-	-
1751	-	1	1
1752	7	3	10
1753	-	5	5
1754	6	2	8
1755 *			
1756	4	7	11
1757	4	3	7
1758	8	2	10
1759	7	1	8
1760	9	4	13
1761	4	1	5
1762	9	3	12
1763	1	4	5
TOTAL	59	36	95

* Não há indicação de origem em nenhum registro deste ano.

A ocorrência de segundas núpcias entre os viúvos de origem açoriana obedeceu aos índices apontados na tabela 18:

Tabela 18 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: Recasamento de açorianos entre 1750 e 1763.

1750-1763		Total de Recasamentos		c/ cônjuge açorianos		c/ cônjuge não-açorianos	
		nº	%	nº	%	nº	%
Viúvos	59	17	28,8	16	94,0	1	6,0
Viúvas	36	29	80,5	18	62,0	11	38,0
Total	95	46	48,4	34	74,0	12	26,0

A freqüência de recasamentos registrada para ambos os sexos parece-nos prender-se aos mesmos fatores que prevaleciam em relação aos primeiros casamentos, ou seja, a composição da população com predomínio do elemento masculino, criando maior possibilidade de casamento para as mulheres; devemos considerar, entretanto, a possibilidade da existência de uma parcela de pessoas, de ambos os sexos, em idade já avançada, entre os que permaneceram viúvos.

1.3. Identificação dos casais de origem não-açoriana deste período

Conviveram com os açorianos 236 famílias legítimas, cujos cônjuges, de acordo com as informações contidas nos Livros Paroquiais, tinham as següintes origens:

Tabela nº 19 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: Casais não-açorianos do período de 1750 a 1763.

	Origem dos cônjuges	Nº de casais
Cônjuge com mesma origem	Rio de Janeiro	21
	Portugal	7
	América Espanhola	3
	Colônia do Sacramento	1
	Freguesia do Rio Grande	1
	Índios	21
	Forros	4
	Sub-total ...	58
Cônjuges de origens diferentes	De diversas capitanias do Brasil	46
	brasileiros e portugueses	67
	Da América Espanhola, brasileiros e portugueses	9
	Da América Espanhola e índios Tapes	7
	Índios e não índios de diferentes origens	6
	outros	19
	Sub-total ...	154
Cônjuges com origens não identificadas		24
TOTAL		236

A prevalência numérica recai sobre os casais brasileiros e portugueses. Entretanto, o pequeno número de famílias índias identificadas parece não corresponder à totalidade das famílias que, seguramente, estavam vivendo sob a jurisdição da Vila do Rio Grande nesse período. Tendo sido deslocados, em sua maior parte, para as aldeias da parte do norte, onde tinham administração religiosa independente, é provável que seus registros tenham sido feitos em livros próprios e que estes tenham sido levados pelos missionários na retirada de abril de 1763[55].

Quanto aos índios que vieram de São Paulo, das 13 famílias identificadas na década anterior apenas quatro comparecem aos registros paroquiais nesta década, mas apesar da ausência de registros somos levados a supor que algumas outras ainda estivessem presentes na comunidade, já que é pouco provável que tivessem migrado para outras regiões; é possível que estes casais apenas não tenham tido filhos, talvez por estarem em idade já avançada.

[55]Esses livros não se encontram nem no Bispado do Rio Grande, nem na Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

1.4. Os escravos e os senhores de escravos

A reconstituição da população da Vila do Rio Grande neste período não estaria completa sem uma avaliação da parcela representada pelo contingente escravo. Entretanto, vários obstáculos impedem a quantificação dessa participação; o primeiro é a inexistência, nesse período, de censos demográficos, listas de escravos ou listas nominativas de confirmação, que permitiriam inferir a composição desse contingente ou avaliar seu efetivo total. Se os registros paroquiais suprem a deficiência documental existente também para a população livre, o mesmo não se verifica quanto aos escravos; o segundo obstáculo à identificação desse contingente prende-se exatamente às inúmeras e evidentes irregularidades que cercam os registros de eventos vitais dos escravos que são, sem dúvida alguma, muito distantes da real ocorrência de eventos.

Os registros de óbitos de escravos são os mais inexatos e a justificativa desse fato pode ser encontrada não só na tendência do senhor em fugir às despesas de enterro do escravo (como a simples mortalha), cuja morte já significara prejuízo considerável, como pela generalização do hábito de enterrar os escravos nas propriedades onde morriam, sem levar o fato ao conhecimento do Vigário, que lançaria nos livros paroquiais; há indícios claros de que a maior parte dos óbitos registrados referem-se aqueles ocorridos na área urbana da Vila.[56]

---

[56]A partir das análises de Jacob GORENDER (op. cit., p. 344) e Maria Luiza MARCILIO (A população de São Paulo..., p. 63 e 65), constatamos que o comportamento dos senhores-de-es-

Maiores cuidados eram dedicados aos registros de batismos, não só por despertar maior interesse no senhor, pelo aspecto de confirmação da posse, como pela admoestação constante dos representantes da Igreja, frequentadores assíduos tanto das grandes propriedades rurais como das moradias urbanas; as ordenações do reino determinavam que os escravos fossem batisados dentro de seis meses após a compra[57]. No caso do batismo, o passar do tempo agia favoravelmente, ao contrário do que ocorria com os óbitos, pois a simples presença do escravo, fosse recém-nascido ou adulto africano, tinha o efeito de lembrar esta obrigação.

Entretanto, havia poucas garantias de que o batismo realizado fora da Matriz fosse registrado nos livros paroquiais. O pároco demorava-se muitos dias pelos campos "a desobrigar", e com as condições adversas que caracterizavam essas viagens não seria muito difícil esquecer-se de anotar alguns nomes de escravos, sempre muito iguais e, menos ainda, que se perdessem algumas anotações. Instalava-se a consciência do dever cumprido, e provavelmente ninguém reclamava esses registros. No âmbito da Vila esses casos devem ter sido muitos raros, mas, como veremos, os plantéis de escravos eram, aí, os mais reduzidos.

---

cravos da freguesia do Rio Grande, quanto aos registros de eventos vitais de seus escravos, parece não diferir daquele identificado em outras regiões do país, na mesma época.

[57]Cf. MALHEIROS, A.M. Perdigão. A escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1866.

É interessante notar que entre os registros de escravos não ocorre a repetição de termos já lançados, como acontece nos registros da população livre, provavelmente naqueles casos em que o Vigário não tinha certeza de ter feito o assentamento[58].

Os casamentos e óbitos dos escravos foram registrados juntamente com os da população livre até o fim deste período; os de batismos passaram a ter um livro a partir de 1760, mas os registros desse ano até abril de 1763 encontram-se desaparecidos.

O levantamento das famílias de escravos processou-se do mesmo modo que o da população livre, a partir, básicamente, dos registros de batisados e de óbitos, e acusou a èxistência de apenas dezoito casais legítimos na freguesia em todo o período. O baixo índice de famílias escravas não se explica por uma relação com o efetivo do contingente aí existente, mas sim pelo desinteresse da classe senhorial em legitimar as relações de concubinato entre seus escravos, refletido no direito escravista brasileiro, que não impedia a venda de pais e filhos a senhores diferentes até os últimos anos da escravidão no Brasil[59].

---

[58]Os Livros Paroquiais não saíam da Matriz; os eventos realizados fora dela eram lançados em data posterior (os casamentos, conforme certidão), com a menção da data do evento e daquela em que o termo e lavrado, sendo todos os registros, sem exceção, assinados pelo Vigário ou, em sua ausência, pelo Reverendo Coadjutor.

[59]Cf. GORENDER, op. cit., p. 343. MATOSO, Kátia M. de Queirós.

Os registros de eventos vitais dos escravos trazem poucas informações sobre eles; em geral, apenas o nome do escravo e, nos registros de batismos de filhos naturais, a quase totalidade nesse evento, o nome da mãe, sendo raro, nesse caso, a indicação do nome do pai. A procedência do escravo vem quase sempre indicada, mas pudemos constatar que com muitos equívocos, pois uma mesma escrava aparece quase sempre com origens diferentes nos diversos registros de batismos de seus filhos. A única informação regular nesses assentamentos, e comprovadamente digna de confiança, é a indicação do nome do dono do escravo. A partir desse dado pudemos levantar o rol dos senhores de escravos e uma amostra de seus respectivos plantéis.

Entre 1750 e 1763 a população da freguesia do Rio Grande contou com 139 senhores de escravos: 72 eram chefes de famílias radicadas na freguesia; os outros 67 não estavam nesta condição[60].

Ser escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 126. NIELSEN, Lawrence James. Uma metodologia de pesquisa para a história demográfica. Florianópolis, UFSC, s.d., p. 6. Mimeografado.

[60]Foram identificadas ainda senhoras-de-escravos que acreditamos serem, na maior parte, pertencentes às famílias radicadas na Vila, já que não era comum que as mulheres exercessem atividades intinerantes naquela época. Por não haver condição de identificá-las, devido à ausência de seus nomes de famílias, e à incidência de mesmos prenomes para diversas mulheres, este grupo não será considerado nesta análise.

A distribuição das famílias que possuíam escravos, no conjunto da população, obedece aos seguintes índices:

Tabela nº 20 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: 1750-1763 - Propriedade de escravos quanto ao grupo familiar do proprietário.

Grupo familiar	nº de senhores	% sobre o grupo fam.
Famílias açorianas	10	1,8
Famílias mistas (um dos cônjuges açoriano)	12	5,7
Famílias não-açorianas	50	21,2
TOTAL	72	7,2 *

*Sobre o total de famílias

Tabela nº 21 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: 1750-1763 - Propriedade de escravos quanto à naturalidade do proprietário.

Senhores	nº	% sobre o total de senhores
brasileiros e portugueses	54	75,0
açorianos	14	19,4
espanhóis	2	2,8
franceses	1	1,4
ingleses	1	1,4
TOTAL	72	100,0

Tabela nº 22 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: 1750-1763 - Propriedade de escravos quanto à profissão do proprietário.

Identificação do Proprietário	Atividades			
	militares		não consta	
	nº	%	nº	%
brasileiros e portugueses	21	38,9	33	61,1
açorianos	3	21,4	11	78,6
outros	-	-	4	100,0
TOTAL	24	33,3	48	66,7

A identificação dos 67 senhores que não são chefes de famílias radicadas na freguesia torna-se difícil, na medida em que os registros de escravos são os únicos que se referem a eles, e aí consta somente seus nomes; apenas se tinham títulos ou função que os diferenciava na sociedade, havia essa indicação complementar, e a partir desses dados, então, conseguimos identificar 25 desses senhores: 12 militares, 4 padres, 1 licenciado, o Provedor da Fazenda Real do Rio Grande, o Patrão-Mór do porto do Rio Grande e um preto forro; identificamos ainda cinco senhores que não residiam na Vila; três eram do Rio de Janeiro, um de São Paulo e um da Colônia do Sacramento, e acreditamos tratar-se de militares que serviram no presídio e partiram deixando seus escravos a serviço de outras pessoas.

Para decompor a camada senhorial da freguesia do Rio Grande classificamos o conjunto de senhores de escravos em cinco faixas, segundo o número de registros de escravos efetu

ados por cada senhor.

Tabela nº 23 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: 1750-1763.

Nº de registros	Senhores de escravos	
	nº	% sobre o total
15	1	0,7
8 a 10	5	3,6
5 a 7	10	7,2
2 a 4	53	38,1
1	70	50,4
TOTAL	139	100,0

O primeiro dado relevante desta análise é que 21 desses senhores já se encontravam estabelecidos na freguesia desde a década anterior, e que exatamente entre esses se encontram aqueles classificados nas três primeiras faixas de registros.

A partir das diversas ordens reais, petições e nomeações em que estes homens são citados, e com os dados levantados nas Fichas de Famílias, logramos reconstituir a escalada de cada um rumo ao ápice da sociedade rio-grandina em sua segunda década de formação.

a. Faixa de 15 registros:

Domingos Gomes Ribeiro: povoador do presídio, de 1738. Em 28.02.1750 foi nomeado Capitão da Infantaria de Ordenança da Vila do Rio Grande, e em 16.06.1755 passou a Sargento

Mór do mesmo Corpo. Em documento de 1752 é apontado como uma das "pessoas mais abonadas e estabelecidas nos continentes desta Vila e Praça do Rio Grande"[61].

b. Faixa de 8 a 10 registros:

b.1. Domingos Martins: foi um dos primeiros povoadores do presídio, procedente da Colônia do SAcramento em 1738, quando recebeu terras e gados. Era soldado do destacamento da Bahia e passou para o Regimento de Dragões, formado naquele ano, mas deu baixa ainda no mesmo ano. Ocupou o posto de Capitão de Infantaria da Ordenança da Vila do Rio Grande até 20.06.1755, quando passou a Capitão de Cavalaria da Ordenança que então se criava[62].

b.2. Lucas Fernandes: está entre os primeiros casais de povoadores estabelecidos no Rio Grande, entre 1738 ou 1739. Figura como costumeiro fiador de tropeiros junto à Fazenda Real[63].

b.3. João Gomes de Melo: chegou ao Rio Grande como Cabo-de-esquadra de infantaria da guarnição da praça da Bahia, e devido aos cursos que possuía, de Arquitetura Militar e

---

[61]Cf. AHRS. Anais, cit., p. 317-8 e F.R.F.

[62]Domingos Martins solicitou baixa do Corpo de Dragões porque "servindo no trabalho de cortar madeira para as fortificações e depois entrar no de abrir a vala e andar com os carros a conduzir as ditas madeiras e tudo o mais que se oferecia (...) sucedeu render os peitos, queixa que o impossibilitava para o Real Serviço". (Cf. AHRS. Anais, cit., p. 89). Veja-se ainda RAPM, 1933, p. 166).

[63]Cf. AHRS. Anais, cit., p. 235, 238.

Geometria, foi indicado por Ribeiro Coutinho para Ajudante de Engenheiro do Estabelecimento do Rio Grande, tendo saído sua nomeação para o cargo em 09.02.1740[64].

b.4. João Antunes da Porciúncula: natural de Portugal, encontra-se estabelecido com propriedade na parte sul do canal deste 1738 ou 1739. Foi o administrador dos índios minuanos, a partir de 1749, Usava o título de Guarda-Mór[65].

b.5. Francisco Barreto Pereira Pinto: natural de Portugal, participou da fundação do presídio com o regimento de Minas Gerais, que fazia parte da expedição de Silva Paes. Em 01.10.1737 era tenente de Dragões do Rio Grande, e, em 02.12.1750 foi promovido a Capitão de uma das companhias desse Regimento. Em 1755 aparece como Sargento-Mór do mesmo Corpo[66].

c. Faixa de 5 a 7 registros:

c.1. João da Cunha: era natural de Portugal, e encontra-se no presídio em 1739 como Sargento do Número[67]. Em 1740 registrou seu primeiro filho legítimo na freguesia: o primeiro registro de escravos data de 1741.

c.2. Manoel da Cunha e Souza: era natural de Portugal e parece ter chegado ao Rio Grande com a Expedição de Silva Paes. Em 1742 era Furriel de Dragões e no mesmo ano solici

---

[64] Ibidem, p. 124-6

[65] Ibidem, p. 215.

[66] Ibidem, p. 277. Veja-se ainda RAPM, 1933, p. 154, 264 e 265.

[67] Cf. AHRS. Anais, cit., p. 147-8.

citou licença para ir à Minas Gerais onde tinha "certas dependências", a tratar. Em 1751 era Alferes de Dragões e em 1756 foi promovido a Tenente do mesmo Regimento[68].

c.3. José da Silveira Bitencourt: encontrava-se estabelecido com escravos na freguesia do Rio Grande desde, pelo menos, 1742. Em 1750 assumiu o posto de Capitão de uma das oito Companhias de Infantaria da Ordenança que então se criava[69].

c.4. José Rodrigues Nicola: estava estabelecido no presídio com a família e escravos desde 1740. Parece ter vindo da Colônia do Sacramento, de onde era natural sua mulher; ele era natural de Portugal.

c.5. Antônio Simões: encontra-se estabelecido no Rio Grande desde 1740, com propriedade na parte sul do canal. Faleceu em 1758 e a propriedade tornou-se conhecida pelo nome de sua mulher: "rincão de Quitéria Marques"[70].

c.6. Eusébio Álvares de Souza: era natural da "cidade da Bahia", e parece ter pertencido às tropas deslocadas para o presídio. Era mestre armeiro em quem Gomes Freire depositava inteira confiança; seus contratos com a Fazenda Real incluíam obras dos ofícios de ferreiro e serralheiro[71].

c.7. Lourenço Marques: estabelecido na freguesia desde, pelo menos, 1743. Pertencia ao Corpo de Dragões e era natural da Bahia.

---

[68]Ibidem, p. 288-9. Veja-se ainda RAPM, 1933, p. 274.

[69]Ibidem, p. 243-4 .

[70]Ibidem, p. 214.

[71]Ibidem, p. 292-5. Veja-se ainda RAPM, 1927, p. 523-4. Vide localização adiante mapa nº 12, p. 251.

c.8. Padre Manuel Henriques; encontrava-se no presídio desde 1745[72], e seus registros de escravos iniciam-se em 1752.

c.9. Domingos de Lima Veiga: registrou seu primeiro filho legítimo na freguesia em 1750. Em 1752 foi nomeado para o posto de Sargento de Ordenança, e ao findar a década ocupava o posto de Capitão do mesmo Corpo[73]. Era natural de Portugal.

c.10. João de Souza Rocha: à partir de 1750 ocupou o cargo de Tesoureiro da Fazenda Real do estabelecimento do Rio Grande[74]. Seu primeiro registro de escravos é de 1752. Não constituiu família na freguesia.

Conclui-se, portanto, que à exceção dos dois últimos nomes indicados, os maiores senhores de escravos da freguesia estão entre os primeiros povoadores do presídio, aqueles a quem a Coroa distribuiu as terras do Rio Grande em grandes extensões, e que participaram da exploração das grandes reservas de gado aí existentes[75]. Ao longo de duas décadas eles acumularam riquezas e honrarias e constituíram a pequena elite local.

---

[72]Cf. AHRS. Anais, cit., p. 214.

[73]Cf. RAPM, 1929, p. 482.

[74]Cf. AHRS, Anais, cit., p. 297-9.

[75]Constatamos que na implantação do presídio a alta patente militar não só foi compatível com outras atividades de interesse particular como favoreceu a participação nos negócios mais rendosos; um dos exemplos desse fato é o requerimento do Tenente de Dragões Antonio José de Figuei-

Os índices de registros evidenciam que os maiores plantéis do Rio Grande eram bastante reduzidos, se comparados com os das áreas de economia de exportação nessa mesma época [76]. Ocorre que no Rio Grande, como nas áreas pecuaristas do norte e nordeste o trabalho escravo foi empregado em complemento ao trabalho livre. No "continente" do Rio Grande a mão-de-obra básica da pecuária foi o indígena da região - Tapes, Minuanos, Charruas, etc - que além de naturalmente identificados com a atividade pastorial era compulsado a oferecer-se para o trabalho assalariado nas estâncias, à medida que se expandia a colonização[77].

Assistidos pela abundante mão-de-obra local, que o sistema de exploração extensiva da terra trazia em sua maioria ociosa, o estancieiro estava longe de se tornar dependente do

---

roa, (30.06.1739), sobre o pagamento dos quintos sobre seiscentos novilhos que mandara vir de Montevidéu para courama e charqueada, (Apud AHRS. Anais, cit., p. 103). Entre os soldados, entretanto, não há registro desses fatos; a sorte desses era extamente oposta, como se depreende das petições de auxílios registradas nos Livros da Provedoria. (Cf. e.g. Petição de Pedro Feliz a Gomes Freire, em 31.05.1952. Ibidem, p. 300-1).

[76] Cf. dados apresentados por GORENDER, op. cit., p. 95, 216-23 e 200-1.

[77] Ibidem, p. 418-22. FREITAS, op. cit., p. 10, 29, 30.

braço escravo[78]. O salário pago ao índio era irrisório[79], e o trabalho livre surgia, dessa forma, como o mais compatível com a baixa rentabilidade da pecuária, cuja função de economia subsidiária das áreas de exportação, responsáveis, em última análise, pela fixação da demanda e do preço do escravo no Brasil, criava entraves às aspirações escravocratas do setor[80]. Essas aspirações alimentadas pela mentalidade senhorial dominante na sociedade colonial brasileira, determinaram a formação de plantéis de escravos nas estâncias do Rio Grande, destinados principalmente às atividades domésticas, consideradas economicamente não produtivas[81] e ao setor de subsistência da propriedade (horta, pomar, lavoura e indústria doméstica de queijos, linguiças, charque, ect)[82], quando não tanto pela

---

[78]Além disso, a exigência de mão-de-obra na estância era muito pequena; segundo Caio PRADO Jr., seis pessoas em média eram suficientes para atender de quatro a cinco mil cabeças de gado. (História Econômica do Brasil. 26 ed., São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 98).

[79]Cf. GORENDER, op. cit., p. 476-81.

[80]Segundo Celso FURTADO, tanto na pecuária nordestina como na do sul, "as inversões fora do estoque de gado eram mínimas, pois a densidade econômica do sistema em seu conjunto era baixíssima". (Formação Econômica do Brasil. Brasília, Univ. de Brasília, 1963. p. 72). Veja-se ainda a respeito: GORENDER, op. cit., p. 418; PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p. 13-9; CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 55.

[81]Cf. GORENDER, op. cit., p. 461.

[82]Cf. FREITAS, op. cit., p. 36-7. CARDOSO, op. cit., p. 49.

necessidade do serviço, pelo zêlo da ostentação e do luxo[83].

Secundava o pequeno grupo de grandes senhores um grupo mais denso formado pelos 53 senhores que registraram entre 2 e 4 eventos vitais de seus escravos nesta década. Entre eles não se econtram figuras de grande proeminência local, ficando os destaques para os funcionários da Coroa, mas permanecem para alguns de seus membros algumas das características essenciais do grupo mais poderoso, conforme acusa a identificação do grupo nas tabelas 25 e 26.

No terceiro grupo, daqueles que registraram apenas uma ocorrência de eventos vitais de seus escravos, de modo geral diluem-se as características encontradas nos dois outros grupos. Ao contrário daqueles, a maior parte desses senhores pode ser considerada como recém-chegada à Vila no início desta década, e não pertencem à fase inicial de povoamento do presídio. A composição do grupo é bastante heterogênea: com origens geográficas diversas, participam, comprovadamente, militares, desde soldados a capitães, padres, agricultores e negros forros; supostamente aí estão, também comerciantes e profissionais de diversos ofícios. A única identificação possível desses senhores é quanto à tipologia empregada para o estudo das famílias radicadas na freguesia nesta década:

---

[83]Cf. GORENDER, op. cit., p. 194 e 418.

Tabela nº 24 - Senhores-de-escravos da faixa de um registro

Grupo Familiar do Senhor	Nº de Senhores	% sobre o total de senhores do mesmo grupo familiar
famílias açorianas	8	80,0
famílias mistas (cônjuge feminino não-açoriano	3	25,0
famílias não-açorianas	17	34,0
sub-total	28	
não são chefes de famílias da freguesia	42	62,7*
TOTAL	70	

*sobre o total de senhores de um registro

Tabela nº 23 - Senhores de escravos da faixa de 2 a 4 registros; identificação quanto ao grupo familiar e profissão

Identificação do grupo familiar	Nº de senhores	% s/total de senhores do grupo familiar	entre os 1ºs povoadores	militares	Corpo de Ordenança	Tabelião	Comerciante	Licenciado	Calafate	Ouvidor Geral	Escrivão Faz. Real	Patrão-Mór Porto	Padre	Ativ. não Identif.
famílias açorianas	2	20,0	-	-	-									2
famílias mistas	9	75,0	2	-	2	1	1*							6
outras famílias	19	38,0	9	8	-			1	1					9
sub-total	30		11	8	2									17
Senhores que não são chefes de família da freguesia	23	34,3	3	9	3					1	1	1	1	7
TOTAL	53		14	17	5	1	1	1	1	1	1	1	1	24

* também faz parte do Corpo de Ordenanças

Tabela nº 26 - Senhores de escravos da faixa de 2 a 4 registros: identificação quanto à naturalidade.

Origem	nº	%
portugueses	22	41,5
brasileiros	7	13,2
açorianos	2	3,8
espanhóis	1	1,9
pardos	1	1,9
sub-total	33	62,3
origem não identificada	20*	37,7
TOTAL	53	100,0

* 17 não são chefes de famílias da freguesia

A presença de oito famílias açorianas neste grupo caracteriza, sobremodo, o aspecto predominante de formação inicial do patrimônio; em seus registros fica evidente a intenção da formação de um plantel de escravos: 6 são de escravos adultos (3 homens e 3 mulheres), e 2 são registros de batismo de crianças, fruto de investimento inicial recente.

Avaliado dentro de seu grupo familiar, o insignificante número de famílias açorianas que se tornaram proprietárias de escravos até abril de 1763 significa claramente que nesta fase a mão-de-obra básica das pequenas propriedades - as chácaras ou sítios - que os casais açorianos partilharam com tios, primos, sogros, e outros casais, foi essencialmente livre, branca, açoriana; os açorianos constituíram a autênctica classe camponesa da sociedade rio-grandina deste período[84].

---

[84]Conforme Jacob GORENDER, os pequenos cultivadores não-escra

De modo geral, entre os proprietários das pequenas e médias propriedades que se dedicavam à agricultura para o mercado local, quer fossem açorianos ou não, tanto na década anterior como nesta década, as próprias limitações do mercado impediram a formação de um pequeno grupo de senhores de escravos agricultores poderosos[85].

Neste período, ainda de formação, a sociedade rio-grandina esteve longe de conhecer os níveis de expansão do sistema escravista registrado em vilas com idêntica condição de capital e porto marítimo das regiões de colonização mais antiga do país, onde "os mais despossuídos têm ao menos um escravo"[86], e onde o "homem livre, cuja pobreza o impedisse de possuir ao menos um escravo, dificilmente escapava da marginaliade"[87]. Sem dúvida, as condições sócio-econômicas da região determinaram esta diferença.

---

vistas formaram "a classe camponesa 'possível' numa formação social escravista". (op. cit., p. 300)

[85]Segundo CARDOSO (op. cit., p. 54); o mesmo ocorreu na região de Viamão.

[86]Cf. MATOSO, op. cit., p. 125.

[87]Cf. GORENDER, op. cit., p. 450-67.

2. ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO

A absorção de novos contingentes populacionais teve o efeito de agravar ainda mais as condições de vida que prevaleciam no presídio do Rio Grande, e os primeiros anos da década de cinquenta foram de grandes privações para os colonos, principalmente porque a Provedoria do Rio Grande encontrava-se sem recursos para assistir os novos povoadores dentro das normas estipuladas pelas Provisões Reais.

Os estoques de gado das estâncias reais estavam tão reduzidos que o governo não pôde cumprir as determinações da Coroa para auxiliar no sustento dos açorianos que chegavam à Ilha de Santa Catarina desde 1748. Já o primeiro pedido, de 600 reses, 100 éguas e 30 cavalos, inexpressivo diante dos imensos rebanhos que se supunha disponíveis no Rio Grande, deixou de ser atendido, antes mesmo que aumentasse a demanda na própria colônia, e Escudeiro representou contra Diogo Osório junto à Coroa, que o repreendeu severamente, ratificando as mesmas ordens[88]

No Rio Grande o problema açoriano surgiu em decorrência da frustração do projeto inicial de transferência para as terras incorporadas pelo Tratado de Madri. Faltava ao governo um plano de acomodação para esses colonos, mas acreditamos que dificilmente teria sido possível evitar a dolorosa experiên-

---

[88]Cf. CABRAL, op. cit., p. 534. Veja-se ainda Parecer do Conselho Ultramarino de 26.10.1750, Apud CORTESÃO, Alexandre de Gusmão ..., p. 476. AHRS. Anais, cit., p. 278-9.

cia vivida pelos açorianos no presídio, porque não havia alojamentos, víveres, roupas e medicamentos para as mínimas necessidades de centenas de pessoas, de ambos os sexos e de todas as idades, e porque não havia também terras para a doação de datas às centenas de casais, a não ser que fossem indenizadas aos proprietários, para o que não havia recursos[89]; igualmente não havia gados e sementes para que os açorianos pudessem iniciar prontamente suas lavouras. Por tudo isso, os açorianos, ainda em 1752, andavam "mendingando pelas portas" a sua sobrevivência[90], sem a perspectiva de verem cumpridas as promessas reais.

O problema açoriano parece ter sido em parte resolvido a partir da administração direta de Gomes Freire no Rio Grande; entretanto, em sua vasta correspondência deste período não há referência ao assunto, como também não há nos livros da Provedoria qualquer registro de ordens ou portarias que te-

---

[89]Cf. carta do Vice-Rei Conde da Cunha para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 09.03.1765: no "continente" do Rio Grande "as terras se repartiram todas em sesmarias, sem se reservar as que agora nos são necessárias para se repartirem pelas famílias dos Ilhéus". Por carta de 10.11. 1765, endereçada ao Ministro Carvalho, o Conde da Cunha pede à Coroa que autorize a expropriação de terras para a colocação dos ilhéus. (Apud DOCUMENTOS para a História do Rio de Janeiro (Vice-Reinado). Século XVIII. RIHGB, 254:302,344, jan-mar. 1962).

[90]Cf. carta de Gomes Freire ao Provedor do Rio Grande de 26. 02.1752. Apud RAPM, 1929, p. 425. Veja-se ainda FORTES, op. cit., p. 77.

nha emitido a esse respeito[91].

O processo de acomodação dos casais açorianos nesta década - quantos, quando e onde teriam recebido terras ou foram simplesmente arranchados para aguardar as doações - permanece uma incógnita na história do Rio Grande. Sabemos apenas, com certeza, que a quase totalidade do contingente esteve, até 1763, na freguesia do Rio Grande, e a regularidade dos registros paroquais indica que não muito distantes de seu núcleo. O único local especificamente citado é a Ilha da Torotama, onde registra-se a existência de uma aglomerado de ilhéus na época da invasão espanhola, sendo, entretanto, impossível determinar o início de sua existência e a sua extensão.

O fato é que o colono açoriano foi também excluído do projeto de divisão do território já incorporado em função do Tratado; as melhores terras, que se estendiam de Castilhos Grandes às Missões, estavam reservadas para os povoadores da Colônia do Sacramento desde 1750[92], e em 1752 Gomes Freire iniciou a sua distribuição, sob a forma de sesmarias, agraci-

---

[91]Cf. DEMARCAÇÃO no Sul do Brasil (Extratos de 1752-1755). RAPM, 1927, p. 511-49; 1929, p. 429-575; 1933, p. 47-146. AHRS. Anais, cit., p. 290-328.

[92]Cf. carta de Gomes Freire ao Mestre-de-Campo Manoel Botelho de Lacerda, governador da Colônia do Sacramento, do Rio de Janeiro, 20.09.1750: "se estabelecerão no mais pingue e comodo deste vasto terreno as famílias colonesas que quiserem passar àquela parte e donde acharão casas, Igrejas e terras cultivadas, certas que na repartição delas os não preferirão nem ainda as famílias que S.M. tem ao presente na Ilha de Santa Catarina tiradas das Ilhas, para povoar seus antigos e novos domínios". (Apud. FORTES, op. cit., p.90).

ando também os antigos povoadores e militares destacados da Vila do Rio Grande[93]. Os açorianos deveriam esperar para ocupar as terras que, ao final, não tivessem interessado a ninguém[94].

Ao mesmo tempo em que se defrontava com o problema de atendimento dos açorianos e dos grupos indígenas que chegavam, a Vila do Rio Grande viu-se com a incumbência de receber a Expedição de Demarcação do Tratado de Madri e de prestar-lhe todo o tipo de apoio que se fizesse necessário. Foi então, em função desse evento, que a administração central tomou conhecimento das dificuldades enfrentadas pela colônia e do estado de abandono em que se encontrava a sua tropa, reflexo da situação de indigência em que vivia[95].

Ainda no Rio de Janeiro, durante os preparativos para a viagem, Gomes Freire emitiu severas críticas ao Governador Osório e ao Provedor do Rio Grande, Manuel da Costa Moraes Barbarica, e determinou uma série de providências que deveriam remediar a situação e preparar os trabalhos da Expeidção[96],mas, ao chegar à Vila, praticamente nada do que determinara havia si-

---

[93]Cf. e.g. cartas de sesmarias em favor do Tenente de Dragões Antonio José de Figueiroa, para o Ajudante João Gomes de Melo e para Domingos Martins. Apud RAMP, 1929, p. 495,502 e 556.

[94]Cf. FORTES, op. cit., p. 90-1.

[95]Cf. carta de Gomes Freire e Diogo Osório Cardoso, do Rio de Janeiro, 10.01.1752. Apud RAMP, 1927, p. 523.

[96]Cf. cartas de Gomes Freire para as autoridades da Vila do Rio Grande. Apud RAMP, 1927, p. 522-5; 1929, p. 431-4.

do feito[87]. O fato, de tamanha gravidade, só se explicaria pelo quadro que temos descrito, mas o governador e o provedor foram responsabilizados pessoalmente, e na correspondência de Gomes Freire sobre esses acontecimentos do Rio Grande não há qualquer referência às suas causas estruturais[98].

O Coronel Osório foi substituído no governo pelo Coronel Pascoal de Azevedo em 28 de junho de 1752, por encontrar-se com a saúde gravemente abalada e sem condições de governar[99].

O Provedor Barbarica, apesar de Gomes Freire tê-lo denunciado várias vezes à Corte por desmando, incapacidade, corrupção e roubo, tendo inclusive sugerido a sua substituição imediata[100], permaneceu no mesmo cargo até a invasão de 1763[101].

---

[97]Cf. carta de Gomes Freire ao Secretário de Estado Sebastião de Carvalho e Mello, do Rio Grande, 2.6.1752. Apud RAPM, 1927, p. 538.

[98]Apud RAMP, 1927. p. 525-44.

[99]Cf. carta de Gomes Freire a Diogo de Mendonça Corte Real, do Rio Grande, 1.06.1752. Apud RAMP, 1927, p. 543. AHRS, Anais, cit., p. 305.

[100]Cf. carta cit. acima nota 99, em que propõe sua substituição "já na frota vindoura". Por não confiar em Barbarica, Gomes Freire trouxe o Provedor de Santa Catarina para, junto com os oficiais da Fazenda que trouxe do Rio de Janeiro, cuidar das contas da Expedição: segundo Gomes Freire, se elas fossem "mescladas na forma que tem aquella Provedoria (do Rio Grande) ficarião todas em confuzão". (Cf. documento cit. acima nota 97).

[101]Segundo Rego MONTEIRO, Barbarica morreu em Rio Pardo, em 26.07.1764 ainda como Provedor da Fazenda Real do Rio Grande. (A dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777 . SIMPÓSIO COMEMORATIVO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRAN-

e é importante ter-se em conta, para qualquer julgamento, que esses problemas do Rio Grande datavam da sua fundação, e que Barbarica assumira o cargo dois anos antes, em 11.02.1750, exatamente quando o acúmulo de exigências sobre a precária estrutura da colônia fê-la entrar em colapso[102].

DE(1776-1976). Rio de Janeiro, 1976, Anais ... Rio de Janeiro, IHGB/IHGMB, 1979. v.4, p. 45-6).

[102] Uma semana após ter chegado à vila, Gomes Freire intimou os vários devedores da Fazenda Real a saldar seus débitos em dinheiro "com toda a brevidade", para permitir à Provedoria "satisfazer as consideráveis despesas a que é obrigada". (Cf. Portaria de 14.04.1752, Apud AHRS, Anais, cit., p. 301).

3. A NOVA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A ação de Gomes Freire na Vila do Rio Grande foi decisiva para dotá-la de uma estrutura administrativa compatível com a sua condição de Vila e de sede do governo do "continente", que a essa época contava com apenas mais uma povoação, em Viamão, criada freguesia em 1747[103].

Os cargos de Escrivão da Câmara, Escrivão de Órfãos e Almotaçaria, Tabelião do Público, Judicial e Notas foram preenchidos regularmente a partir das renovações imediatas das provisões semestrais, o que era possível apenas com a sua presença na região. Do mesmo modo, os cargos de apoio ao funcionamento da administração central, de Tesoureiro da Fazenda Real, Meirinho Geral da Ouvidoria e Escrivão da Ouvidoria, foram exercidos ininterruptamente neste período[104]. Eles formavam a base da estrutura do goveno local, que tinha em seu ápice as figuras do Governador e do Provedor da Fazenda Real, secundados pelo Senado da Câmara, instalado em Rio Grande em 16.12.1751.

O Terço das Ordenanças, instituição básica na estrutura das comunidades coloniais portuguesas, foi então definitivamente estruturado. Em 1754 ocorre a criação da Companhia da Ordenança de pé dos Casais das Ilhas[105], que somada às quatro

---

[103] Cf. NEIS, Guarda ..., p. 19-38.

[104] Cf. Provisões de Gomes Freire. Apud RAPM, 1929, p. 448-52; 1933, p. 48, 136, 199, 200.

[105] Cf. Carta Patente de Capitão desta Companhia, conferida a Antonio Pereira de Frias. Apud RAPM, 1929, p. 566.

companhias criadas em 1750[106], completa a formação de cinco Companhias de Infantaria, com sessenta homens cada. Em 1755 o Terço passou a contar também com uma Companhia de Cavalaria, formada por estancieiros situados da Vila até a Guarda do Chuí[107]. Tanto a Companhia de Cavalaria como a de Ilhéus foram criadas com o objetivo específico de suprir a ausência da tropa regular e do Corpo de Dragões, transferidos para a região de Rio Pardo[108]. Esta formação será desfeita com a invasão de 1763.

O General Gomes Freire trouxe para a Vila do Rio Grande ordens expressas da Coroa "para dar forma a tudo o que a necessitar"[109], e, sem dúvida, essa estrutura política-administrativa foi o seu maior legado à povoação.

Quanto aos melhoramentos físicos que pretendeu realizar, apenas a Matriz de São Pedro chegou a se concretizar, graças à grande participação da população[110]. Os edifícios públicos: Casa da Câmara, Palácio do Governador, Casa de Contos e o novo hospital, cujas plantas foram desenhadas sob sua orientação[111], não chegaram a ser construídos, certamente devido à inexistência de recursos.

---

[106] Cf. Provisões de Gomes Freire, de 28.02.1750. Apud AHRS, Anais, cit., p. 250 e segs.

[107] Cf. Nombramentos de Gomes Freire, assinados na Vila do Rio Grande em 25.06.1755. Apud RAPM, 1933. p. 168.

[108] Cf. documento cit. acima nota 105.

[109] Cf. Carta Patente conferida por Gomes Freire a Domingos Martins em 20.06.1755. Apud RAPM, 1933. p. 168.

[110] Cf. BARRETO, <u>Bibliografia</u> ..., p. 46-7

[111] Ibidem.

4. A VILA DO RIO GRANDE À MARGEM DOS INTERESSES DOMINANTES NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

4.1. A guerra guaranítica e a crise econômica do império

Com a ida de Gomes Freire para o Rio Pardo e a eclosão da Guerra Guaranítica, iniciou-se para a Vila do Rio Grande mais uma fase de abandono por parte da administração metropolitana. No plano econômico, não só ficou na contingência de transferir os recursos da Provedoria para aquela fronteira, como teve que contribuir diretamente, principalmente com víveres, animais e carros, para a manutenção dos exércitos. Isto porque a evolução dos acontecimentos no "continente" do Rio Grande colidiu, em meados da década, com a manifestação da grave crise que se abaterá sobre o sistema econômico português até o fim do reinado de D. José I [112].

A economia portuguesa, fortemente minada pelo contrabando, nacional e internacional, passou a sofrer a concorrência inglesa aos seus produtos comerciais mais importantes, com o açúcar começando a perder mercados já a partir de 1749 [113]. A produção de ouro do Brasil, responsável pelo equilíbrio da balança comercial, começa a entrar em declínio na mesma época [114]. Com os pilares do sistema econômico abalados, a Coroa

---

[112] Cf. MACEDO, Jorde de. Portugal e a economia pombalina. <u>Revista de História</u>. São Paulo, (19):86, jul.-set. 1954.

[113] Ibidem.

[114] Cf. BOXER, C.R. <u>A idade de ouro do Brasil</u>. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1969. p. 304.

portuguesa concentrou as atenções e os esforços sobre as áreas do Império economicamente mais importantes, produtoras dos artigos de exportação como tabaco, açúcar, madeiras e escravos [115]. O Rio Grande, sendo região de economia subsidiária, esteve à margem desse esforço, e os reflexos da crise se fizeram sentir, aí, em todos os níveis [116].

Na Vila do Rio Grande, em 1755, vamos encontrar o Senado da Câmara com dificuldades para manter-se em funcionamento, porque fôra instalado "sem patrimônio que assegurasse a sua conservação, faltando-lhe até o necessário rendimento para pagar os indispensáveis ordenados ao Escrivão, Porteiro, Alcaide e o aluguer das Cazas que servem de paços ao Concelho"[117], e, sem recursos para solucionar alguns do problemas mais graves que afetavam a administração local, como a construção do prédio para abrigar a própria Câmara[118], a construção de uma cadeia, inexistente ainda, e imprescindível, por

---

[115]Cf. MACEDO, op. cit., p. 87, 92.

[116]O "continente" do Rio Grande participa nesta década somente com o fornecimento de gado, cavalos e principalmente mulas, para outras regiões do país, sobretudo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; o gado era comercializado em pé e os couros e o charque eram produtos secundários nesse comércio. (Veja-se HOLANDA, <u>A Colônia</u> ..., p. 361-2).

[117]Cf. Consulta do Conselho Ultramarino, de 28.01.1757. Arquivo do IHGB. Conselho Ultramarino 1.1.28-p.47-9v.

[118]"(...) com a possível decência que se não acha nas {casas} de aluguer por serem cobertas de palha e paredes de pau a pique sem forro, nem soalho de taboado" (Ibidem).

ser a sede do "continente", "sendo muitos os malfeitores que vão degredados para ella" [119], e também a construção de uma cadeia para mulheres, que não podiam ser mantidas no Corpo da Guarda, onde já se guardavam os homens, "não sem incommodo e risco grande" [120].

Para prover-se de recursos a Câmara requereu ao Conselho Ultramarino o subsídio dos licores que saíam pela barra, dispondo-se a aceitar dois mil réis por pipa, ao invés dos quatro mil réis concedidos anteriormente à Câmara de Paranaguá, provavelmente pelo fato de estar a produção ainda em fase inicial. Em 1757 o Conselho aprovou a concessão do subsídio, pelo prazo de dez anos, somente para execução dos prédios, e para a manutenção da Câmara determinou que lhe fôsse concedida uma sesmaria "junto à Villa" para dela tirar rendimento [121]. Entretanto, pelo que pudemos constatar, esses benefícios não se concretizaram durante os cinco anos que transcorreram até a invasão dos espanhóis.

Além de conviver com os problemas decorrentes da falta de estrutura urbana, a população da colônia via-se obrigada a submeter-se a salários bastante inferiores aos que vigoravam no país, com o agravante de serem pagos em letras, e não em dinheiro, ao mesmo tempo que tinha que conviver com um custo de vida - alimentação, vestuário, medicamentos - consi-

---

[119] Ibidem.

[120] Ibidem.

[121] Ibidem.

derado muito alto[122].

O saldo positivo deste período ficou por conta da produção açoriana, que afastou da colônia o espectro da fome que a rondava desde a sua fundação. A população já não dependia apenas da carne e da produção de farinha para sobreviver, e podia contar com hortaliças, legumes e frutas que eram produzidas para o consumo interno. Como bem salientou Borges FORTES, "só a Vila do Rio Grande tinha se beneficiado com a esplêndida sementeira que ali ficara retida" [123]. Na verdade, esses eram os resultados esperados pela Coroa ao promover a imigração açoriana para o sul do Brasil [124], e certamente mais amplos teriam sido se as terras, animais e implementos, tivessem sido distribuídos na forma proposta [125].

---

[122] Cf. Requerimento dos oficiais de carpinteiros e povoadores deste Continente e Vila do Rio Grande de São Pedro que se acham trabalhando no real serviço", encaminhado a Gomes Freire em 12.05.1750, com pedido de equiparação de salários, que foi negado. (Apud AHRS. Anais, cit., p. 295). Veja-se ainda o Edital de 09.08.1750 que restringia e normatizava o atendimento no hospital real. (Ibidem, p. 259).

[123] FORTES, op. cit., p. 99.

[124] Cf. Consulta do Conselho Ultramarino, de 26.08.1738. Apud COLEÇÃO de documentos sobre o Brigadeiro ..., p. 61-2.

[125] Os casais que ficaram em Santa Catarina também não receberam as datas de terras e animais como estava estipulado na Provisão de 1747, mas com a sua fixação a partir da criação de diversas freguesias, já em 1756 traziam uma contribuição extremamente significativa para o desenvolvimento da tecelagem manual (266 novos teares com produção de linho e algodão e de algodão puro), das "armações" de baleias e da produção de farinha de mandioca. (Cf. PIAZZA, <u>A colonização</u> ..., p. 61-4). A frustração da colo-

Na segunda metade da década o clima de euforia e a expectativa de prosperidade mantidos até a conquista das Missões cederam lugar, rapidamente, a uma situação real de desalento diante da falência política e econômica que se abateu sobre todo o "continente"[126].

O fim da Guerra Guaranítica, em junho de 1756, não trouxe a planejada expansão sobre as benfeitorias e férteis territórios missioneiros; ao contrário, acarretou para o Tesouro português o encargo da manutenção de milhares de índios que Gomes Freire trouxe para dentro de Rio Pardo a fim de garantir o domínio sobre eles[127]. Obviamente, o ônus dessa política recaiu sobre a economia privada, eternamente sangrada pelo "confisco" real em nome dos interesses do Império[128]; as estâncias de Viamão foram "devoradas" e os açorianos ficaram "reduzidos à maior pobreza"[129]. Nos primeiros anos da década fora a obrigação de manter as tropas da Expedição aquarteladas no

---

nização açoriana no "continente" do Rio Grande nesta fase que antecede a ocupação espanhola (veja-se FORTES, op. cit., p. 99), assume proporções ainda maiores diante desses dados.

126 Cf. FORTES, op. cit., p. 93.

127 Ibidem, p. 92.

128 Ibidem, p. 92: "a economia pública, como a economia privada, deseorganizava-se completamente no turbilhão desse desmoronamento"

129 Cf. carta do Conde da Cunha para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 19.09.1764. Apud DOCUMENTOS para a História do Rio de Janeiro ..., p. 301: o consumo desses índios era de milhares de reses por ano e maior era a despesa com vestuário e farinha; os índios "não se ocupavam mais que em comer e furtar".

"continente" [130], agora, os Índios e as tropas estacionadas em Rio Pardo durante quase três anos de inação (1756-1759).

A Coroa permanecia ausente, absorvida pelos problemas econômicos, o terremoto de Lisboa (01.11.1755) ... e pelo intrincado e extremamente delicado momento político europeu [131].

4.2. A situação internacional

Para Portugal tornava-se cada vez mais difícil manter, com efeito, a "neutralidade" que vinha adotando no cenário político europeu desde a assinatura do Tratado de Utrecht em 1715, que lhe permitira conservar diante da Espanha as avançadas posições conquistadas no Brasil Meridional, ao mesmo tempo em que se via a braços com intermináveis problemas financeiros que jamais lhe permitiram investir numa política efetiva de ocupação dessas terras, haja visto o abandono a que foram relegados os açorianos.

O Tratado de Madri, magistralmente idealizado por Alexandre de Gusmão para afastar definitivamente esta questão do

[130] Em 1757 Gomes Freire admite que aos casais açorianos havia que se dar mais tempo para se prepararem para a transferência para os novos territórios, "por se haverem gasto em serviço de S. Majestade Católica nos quatro passados anos os carros, cavalos e bois dos mesmos colonos, e de todo aquele Continente". (Cf. carta ao Marques de Valdelírios e ao Governador Cevallos, em 15.05.1757. Apud CESAR, História ..., p. 158-9).

[131] Cf. CARNAXIDE, Antonio de Souza Pedroso, Visconde de. O Brasil na administração pombalina. São Paulo, Cia. Ed. Nacional; Brasilia, INL, 1979. p. 52, 68,105, 119-24.

rol de dificuldades da política portuguesa, não conseguiu sobreviver à morte de seus defensores[132]. A política espanhola evoluiu no sentido de não submeter-se à troca dos territórios que, em última análise, deixava vulnerável a fronteira do Peru e não resolvia o problema do contrabando, antes o agravava, com a fixação da presença portuguesa nas proximidades dos rios Uruguai e da Prata[133], e a política portuguesa, conjugando as exigências da crise econômica com as diretrizes mercantilistas do Ministro Sebastião de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e futuro Marques de Pombal, não mais se permitia abrir mão do imprescindível comércio da praça da Colô

---

[132] Faleceram, em seguida à sua assinatura, o rei de Espanha, Fernando VII, sua esposa portuguesa D. Maria Bárbara de Bragança (filha de D. João V e irmã de D. José), o ministro espanhol Carvajal y Lancaster (que desenvolvera uma política de aproximação entre Espanha, Inglaterra e Portugal) e Alexandre de Gusmão (seu idealizador). Desde que suas cláusulas se tornaram públicas o Tratado de Madri ganhou muitos opositores, conforme CARNAXIDE, "tanto na corte de Lisboa como na de Madri, tanto na Colônia do Sacramento como nas Missões". (op. cit., p. 107).

[133] Cf. ABADIE-AICARDI, La idea ..., p. 266-73. Segundo este autor, o Tratado de Madri, "ademas de una desventajosa atribución de territorios, aparejo para España, al sustituir la línea geografico-matematica de Tordesillas por una línea geodésica basada en limites naturales, la introducción de incertidumbre sobre los limites precisos entre ambas Coronas, lo que sólo podia beneficiar a Portugal, al 'dejar abiertas todas aquellas brechas y disputas de demarcación', como observa Lastarria". (Portugueses y Brasileños hacia el Rio de la Plata. Recife, POOL, 1977, p. 13).

nia do Sacramento[134].

O Tratado de Madri foi formalmente anulado em 15 de a-gosto de 1761, quando as duas Coroas assinaram o Tratado de El Pardo, que fazia retornar a fronteira da América ao "status quo ante". Mas, embora tenha se empenhado nesse acordo, e apesar das poucas forças militares de que dispunha então no "continente", Portugal insistitu em manter a região conquistada a oeste, alegando que fora tomada aos índios e não à Espanha, e em não devolver a Colônia do Sacramento[135]. Esta decisão, estimulada e apoiada pelos interesses inglêses, coinci-

---

[134] Cf. CORTESÃO, Alexandre de Gusmão ..., parte IV, t.2, p. 6: "(...) educado na escola inglesa e convencido de que os lucros do comércio, embora clandestinos, com a Colônia do Sacramento, valiam mais do que a fronteira do Uruguai, ele vai pouco a pouco sapar, absurdamente, auxiliado pelos jesuítas espanhóis, as bases do Tratado de Madri". Segundo Aníbal ABADIE-AICARDI, na resistência ao Tratado de Madri o Ministro era apoiado "por el sector de comercio clandestino português e inglês que no se avenia a renunciar a la Colonia del Sacramento como base y como brecha de penetración rioplatense"; a Inglaterra surgia como a maior beneficiária do Tratado, "tanto por las virtualidades de penetración inglesa por las nuevas fronteras hispano-lusitanas, como por las muy ventajosas tarifas obtenidas por Londres en el Tratado comercial hispano-inglés (5-X-1750), más que compensatorias del abandono por Inglaterra de su privilegio del Asiento, al que además sólo le quebadan dos años de vigencia. (La idea ..., p. 271, 269).

[135] CARNAXIDE, op. cit., p, 127-34.

de com a negativa de participar da aliança borbônica ao lado de Espanha, França, Nápoles e Parma, formalizada no III Pacto de Família (15.08.1761) para fazer frente à política expansionista inglêsa [136]. Portugal abandonava a "neutralidade" e contribuía a romper o precário equilíbrio europeu, determinando o alinhamento da Espanha ao lado das nações que estavam em guerra contra a Inglaterra (Guerra dos Sete Anos, 1756/1763) e o seu próprio alinhamento ao lado desta e da Prússia [137]. O estado de guerra foi instalado em Portugal em a-

---

[136] Conforme Maria de Fátima PIAZZA, a adesão de Portugal ao Pacto significaria para a Inglaterra a perda dos privilégios comerciais de que desfrutava; diante dessa possibilidade o governo inglês, representado por Mr. Punch, não hesitou em avisar ao rei de Portugal: "se o comércio o inglês fracassar, encorajando o da França e Espanha, adeus à liberdade de seu país". (A Península Ibérica no jogo das relações internacionais nos séculos XVII e meados do XVIII, Florianópolis, UFSC, s.d., p. 12, Mimeografado).

[137] Cf. NOVAES, op. cit., p. 53-4. Conforme ABADIE-AICARDI, "una perspectiva global y critica trasunta (...) las dos debilitadas monarquias ibéricas divididas entre si e imperialmente enfrentadas, padeciendo ambas el rigor creciente de la supremacia britanica. España, desde su indómita y frontal oposición; Portugal, desde los comprometidos y sinuosos mecanismos de una alianza que lo subyuga y cuya aspereza leonina busca atenuar, pero en que reincide siempre, porque equilibra a su favor la balanza de poder inter-iberica. Dos talantes diversos del mismo juego por la supervivencia de dos potencias mundiales en curso de paulatina e inflexible recesión". (La idea ..., p. 47).

bril de 1762, diante da eminência de um ataque franco-espa nhol[138].

A assinatura de paz na Europa (Tratado de Paris, 18.02. 1763) desta vez não trouxe a paz à América. Portugal e Espanha, resolvida a questão primordial da garantia da integridade dos territórios metropolitanos, estarão inteiramente voltados não só para a manutenção dos territórios coloniais, como para o alargamento das respectivas arrecadações (tributos e mercado rias). A prioridade justificava-se, porque ambos estavam com os Tesouros exauridos pela guerra recém finda e, principalmente, devido ao agravamento do conflito entre os interesses impe rialistas de cada um que, em última análise, terminam por pesar mais fortemente nas respectivas políticas.

Para Portugal a posse da Colônia do Sacramento e dos territórios "continentais" do Rio Grande coloca-se, então, como questão prioritária; o antigo projeto de expansão sobre o rio da Prata - Maldonado, Montevidéu e Buenos Aires - e sobre o comércio do Vice-Reinado do Peru, fôra revivido com maior ênfase pela administração pombalina, não só como solução para a crise econômica, que já ia aguda no início dos sessenta, mas por ser parte fundamental do projeto de expansão e arredon damento territorial já formulado no Tratado de Madri.

A Espanha respondia a essa ameaça com um projeto igualmente expansionista que visava os territórios portugueses

[138] Cf. CARNAXIDE, op. cit., p. 127-34.

desde o Rio Grande até Santa Catarina [139]. Mas para a Espanha colocavam-se, nesse momento, algumas circunstâncias agravantes: primeira, a indiscutível penetração inglêsa no rastro desses interesses portuguêses; segunda, a necessidade de compensar a perda recente (Guerra dos Sete Anos) de importantes partes do Império para a Inglaterra (Flórida e Havana) terceira, o fato de que, nesse aspecto, Portugal saíra ileso do conflito[140], e muito mais fortalecido com o respaldo do avanço imperialista inglês, que garantia a manutenção dos territórios ocupados e, consequentemente, disparava a ameaça contra os domínios espanhóis; esses objetivos estavam claramente formulados na expedição inglêsa que veio em socorro da Colônia do Sacramento em 1762 [141].

---

[139] Sobre os dois projetos veja-se SOARES, Teixeira. A diplomacia portuguesa na luta pela reconquista do Continente de São Pedro. SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ..., Rio de Janeiro, IHGB/IGHMB, 1979. v.2, p. 566 e segs. ABADIE-AICARDI, Anibal. La Isla de Santa Catalina y el Atlantico Sur en la visión geopolitica del Virrey Cevallos. In: Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas, Köln-Wien, 19:45, 1982.

[140] Cf. NOVAES, op. cit., p. 48.

[141] Cf. carta de Inácio Eloi de Madureira (Governador do Rio Grande) a Gomes Freire em 25.1.1763. "(...) creio que os ingleses depois de tomada a Colônia se não esquecerão de saquear Buenos Aires e de irem atacar Montevidéu (...). Considere V.E. que ocasião tão oportuna de atacarmos Maldonado, mas para isto precisa-se do que eu não tenho, que é gente, dinheiro e todas munições préciosas para semelhante função". (Apud ABADIE-AICARDI, La Isla de Santa Ca

Na América a notícia da guerra chegou em setembro do mesmo ano, e encontrou D. Pedro de Cevallos, que governava Buenos Aires há seis anos, preparado para garantir as posições espanholas no Prata contra um esperado ataque conjugado de forças inglesas e portuguesas, convicto, desde a anulação do Tratado de Madri, de que os portugueses não devolveriam as terras à Espanha[142].

No Rio Grande a situação era bem diferente. Desde princípios de 1759, quando Gomes Freire retornara para o Rio de Janeiro, onde chegou em abril, levando as tropas de Infantaria

---

talina ..., p. 51). Derrotada a esquadra inglesa, os oficiais aprisionados por Cevallos teriam lhe informado de que "a instancias del Embajador de Portugal en Londres, se formó el proyecto de conquistar a Buenos Aires" e tirar os espanhóis "sucessivamente de todos los puertos" do rio da Prata. (Cf. carta de Cevallos ao Ministro Arriaga, da Colônia do Sacramento, 20.02.1763. Apud ABADIE-AICARDI, op. cit., p. 50).

[142] Em 03.03.1761, em carta ao Ministro Arriaga, Cevallos afirma que os portugueses "no evacuarán las tierras de España que tienen ocupadas, y (...) mientras sus negocios en Portugal no se ponen en mejor estado, lo irán dilatando con varios pretextos, hasta ponerse en disposición de poder sostener allá y acá la guerra con sus fuerzas y la de sus aliados ingleses, quienes {se} interesan aun más que los portugueses en la conservación de lo que nos han usurpado". (Apud ABADIE-AICARDI, La Isla de Santa Catalina ..., p. 49). Em 16.02.1762, receando a formação de Portugal, declaradamente, ao lado da Inglaterra na guerra contra a Espanha, o Ministro Arriaga instruiu Cevallos para que procedesse "con esa desconfianza y obrando desde luego (...) dando preferencia a la conservación de lo que actualmente se posee, pues, probable como es que, aun cuando se mantu

que de lá trouxera para a Demarcação, a defesa do "continente" ficaria por conta apenas do Regimento de Dragões de Rio Pardo, e a invasão das forças castelhanas, iniciada pela tomada da Colônia do Sacramento (25.10.1762) encontrou o Rio Grande "abandonado aos conquistadores"[143].

4.3. O caos no "Continente" do Rio Grande

A Vila do Rio Grande, ao findar a década de cinquenta, estava completamente aberta ao inimigo; o forte do Estreito (Santa Ana), que fôra construído para bloquear qualquer avanço sobre a península, estava completamente soterrado, e o do Porto (Jesus, Maria, José), em ruínas. Essa situação existia desde o início da década e nenhuma obra de fortificação foi feita para modificá-la. Em agosto de 1761, como solução de emergência, Gomes Freire determinou a construção de "um reduto ou trincheira estacada" no alto do hospital[144], que foi construído porque, segundo o governador, o local estava "cercado de areias e assim estaria na ocasião e só servia para os moradores entenderam se cuidava na defensa da Vila"[145].

A Vila do Rio Grande era, naqueles dias, um local aberto e indefensável, por isso Gomes Freire projetou a sua linha

---

viese Portugal indiferente, intenten los ingleses alguna expedición contra Montevidéu o apoderar-se de Maldonado, ha de mirar estos objetos como primeros". (Ibidem, p. 48).

[143] Cf.FORTES, op. cit., p. 95.

[144] Cf.MONTEIRO, op. cit., p. 45.

[145] Ibidem, p. 66.

de defesa para a Angustura de Castilhos, caminho obrigatório, naquela época, entre o canal e o Prata, e em maio de 1762 determinou ao Coronel Tomás Luis Osório a construção de um forte nesse local.

Segundo Rego Monteiro, o Coronel Osório falhou no cumprimento de sua missão quando, ao invés de optar por uma linha fortificada, possível de ser construída em um mês sem o conhecimento das patrulhas espanholas, empreendeu a construção de uma fortaleza que, dificilmente sem o conhecimento dos espanhóis, levaria pelo menos um ano para ficar pronta[146]. A pedra fundamental do Forte de Santa Teresa foi lançada somente em 4 de dezembro, mas sem qualquer chance, não apenas de prontificar-se, como de garantir a defesa da Vila, porque na escolha do local, Osório avançou seis léguas para o sul, e a nova posição passava a exigir a fortificação da passagem entre as pontas de S. Miguel e a lagoa dos Defuntos para evitar que o Forte de Santa Teresa fosse contornado e atacado pela retaguarda[147].

O refôrço de tropas para o Rio Grande foi, mais uma vez, solicitado à Capitania de São Paulo, que enviou quatro Companhias de "aventureiros", com cinquenta homens cada; três foram para Rio Pardo e uma para Rio Grande.

Em Castilhos Osório contou com os Dragões e milicianos que trouxera de Rio Pardo, somando quatrocentos homens, e com duas companhias de Infantaria da Ordenança do Rio Grande;

---

[146] Ibidem, p. 50-1.

[147] Ibidem, p. 59-60.

a de Domingos Martins, com trinta e sete homens e um alferes, e a de ilhéus com quarenta e dois homens, segundo julgamento do Coronel, "os mais incapazes que acharam naquela Vila"[148], mas que, na verdade, haviam sido arrancados de suas colheitas de trigo para serem levados para o forte em princípios de 1763[149]. A força concentrada em Castilhos em abril de 1763 atingia 1.140 homens, "entrando Dragões, Infantes e Payzanos, pretos e dezertores"[150].

A discussão em torno da construção do forte de Castilhos arrastava-se sem conclusão. De concreto, nada fora feito que pudesse sustar qualquer pequena "diversão" espanhola, menos ainda a marcha determinada de Cevallos[151].

Diante da visível possibilidade de perder a Vila do Rio Grande e todo o seu território sul, o Governo do Rio de Janeiro[152] enviou instruções a Osório autorizando a retirada para a Vila caso o avanço do inimigo fosse insustentável, e ao Governador Madureira determinou a evacuação da Vila

---

[148] Ibidem, p. 60.

[149] Ibidem, p. 53.

[150] DEVASSA sobre a entrega da Vila do Rio Grande às tropas castelhanas - 1764, Rio Grande, Biblioteca Rio-Grandense, 1937. p. 39.

[151] Conforme Rego MONTEIRO, as fôrças de Cevallos somavam "cerca de 3.000 homens entre tropas pagas e milícias e índios, com 20 peças de artilharia e quatro morteiros". (op. cit., p. 79).

[152] A Junta que assumiu o governo do Rio de Janeiro com a morte de Gomes Freire em 01.01.1763 era formada pelo Bispo do Rio de Janeiro, D. Antonio de Desterro, pelo Coronel José Fernandes Pinto Alpoìm e por Alberto de Castelo Branco. Esta Junta era assessorada por um Conselho formado

com antecedência, de modo a garantir a integridade física das pessoas, dos bens de particulares e da Fazenda Real. A linha de defesa passaria a ser, então, na margem do norte do canal.

Mas ambos decidiram agir segundo os próprios arbítrios, numa atitude, no fundo, coerente com a situação caótica em que se encontrava o governo do "continente", onde cada comando agia de forma independente, sem se subordinar ao Governador, que, por sua vez, vivia envolvido com seu delicado estado de saúde e com questões pessoais, principalmente com o Provedor Barbarica, que, conforme observou Rego Monteiro, traduzem, nesse momento, "o grau de desrespeito e desorganização que existia na Vila do Rio Grande"[153]. Osório permaneceu em Castilhos, terminando por entregar o forte a Cevallos, em 18 de abril sem qualquer resistência[154], e o Coronel Madureira só comunicou as ordens recebidas às demais autoridades da Vila quando os espanhóis já marchavam em sua direção[155].

---

pelos Coronéis Pascoal de Azevedo, Miguel Angelo Blasco, José Inácio de Almeida e José Custódio de Sá e Faria, que já haviam estado anteriormente no Rio Grande. (Cf. MONTEIRO, op. cit., p. 123-8).

[153]MONTEIRO, op. cit., p. 66.

[154]O Coronel Osório foi condenado à forca por crime de traição, e executado em Lisboa em 21.04.1768.

[155]Cf. MONTEIRO, op. cit., p. 98. DEVASSA, cit., passim. O Coronel Madureira faleceu em 26.01.1764 na Ilha de Santa Catarina, sem ter recebido sentença de julgamento.

5. ABRIL DE 1763: INVASÃO DE CEVALLOS E PERDA DA COLÔNIA

5.1. Os acontecimentos marcantes da Retirada

A retirada, de 20 a 24 de abril, foi então desastrosa. No porto havia apenas duas embarcações pequenas e algumas canoas, totalmente insuficientes para a transferência de armamentos, mercadorias e centenas de pessoas; a travessia era longa, e foi dificultada pela ação adversa dos ventos. A força das armas e a força do dinheiro garantiam a prioridade para os interesses da Coroa e das pessoas abastadas[156]. Contudo, toda a ação resultou num grande fracasso.

O início da retirada coincidiu com a chegada dos soldados e paisanos que deixaram o forte de Santa Teresa na véspera da rendição. A partir daí, segundo as testemunhas, ao pânico existente juntou-se o desespero, miséria e vandalismo desses homens - dragões e paisanos - que "embebedaram-se com muito vinho e aguardente que havia nos armazéns e tavernas" [157], e cometeram "as mayores hostilidades em os moradode hum e outro sexo, roubando a uns e maltratando a outros com injúrias e crueldades" [158], violentando e sequestrando mu

---

[156] Cf. e.g. DEVASSA, cit., p. 47: o Sargento Mór, que era "o homem mais rico que havia naquela Vila" foi um dos primeiros a passar para a parte do norte. Nenhuma pessoa de prestígio ficou retida na vila, de acordo com os depoimentos da Devassa.

[157] Ibidem, p. 32.

[158] Ibidem, p. 7.

lheres[159]. A fome e a miséria dos soldados e colonos do Rio Grande ditaram seus atos. Os Armazéns Reais foram imediatamente saqueados. Soldados armados obrigaram o Almoxarife a abrir-lhes as portas, "dizendo se queriam vestir por se acharem rottos e nus" [160]. O armazém de farinha foi aberto por pessoas do povo, "a mayor parte della cazaes das Ilhas", que o fiel encontrou já "ensacando a dita farinha", quando foi defendê-lo[161].

Nas lojas de comércio, vinho, aguardente, fumo e açúcar foram consumidos ou espalhados pela Vila com grande participação dos negros[162]. As fazendas e mercadorias de uso pessoal foram alvo de soldados e civis, tanto homens como mulheres, e alguns comerciantes, tendo-as já como perdidas, fizeram pessoalmente a sua distribuição[163].

Sempre com o pretexto de nada deixarem aos inimigos,"tanto soldados como payzanos e negros pegavão no que achavão pel-

---

[159] Ibidem, p. 167 e 168.

[160] Ibidem, p. 55.

[161] Ibidem, p. 77.

[162] Ibidem, e.g. p. 26.

[163] Ibidem, e.g. p. 230. A maior parte dessas mercadorias ainda era devida aos comerciantes do Rio de Janeiro, e a ameaça de execução judicial por parte dos credores levou os comerciantes da Vila do Rio Grande, refugiados em Viamão, a requerer ao Rei, em 23.08.1765, o impedimento a essas execuções até que a situação voltasse à normalidade, o que lhes foi concedido em 20.04.1766. (Cf. Parecer do Conselho Ultramarino de 12.04.1766. Arquivo do IHGB. Conselho Ultramarino: 1.1.27, p. 145-6v).

las cazas e quebravam o que dentro dellas achavão" [164].

Alguns soldados bêbados entraram a cavalo na Matriz de São Pedro e de lá saíram vestidos com as Opas da Confraria do Santíssimo[165]. Muitos objetos sagrados, de grande valor material, teriam sido roubados então, mas foram recuperados aos poucos pelos mais devotos na trilha seguida pelos fugitivos. O "Vaso do Sacrário", que na ocasião foi dado também como roubado, foi visto pelo Capitão Antonio Pinto Carneiro quando foi à Vila conferenciar com Cevallos, dentro da mesma Matriz, sendo usado para dar comunhão aos fiéis que lá se encontravam [166].

Ainda no dia 23 de abril, véspera de chegada dos espanhóis, às três da tarde achava-se "a mayor parte dos Povos pellas prayas e já todas as casas destruhidas" [167].

---

[164] DEVASSA, cit., p. 15.

[165] Ibidem, e.g. p. 74.

[166] A Matriz de São Pedro foi sede religiosa dos espanhóis e portugueses da margem sul do canal durante os treze anos de ocupação espanhola. Voltou ao domínio português intacta. Os Livros Paroquiais de eventos vitais que, ainda em nossos dias, muitas vezes são dados como perdidos nesta época, foram recuperados ilesos. Na coleção desses livros faltam apenas o de casamentos, encerrado em 1756, e o de batisados de escravos, que estava em aberto. Estas perdas dificilmente podem ser atribuídas aos espanhóis, tanto pela ausência de interesse que pudessem despertar, como pelo fato de todos os outros terem sido preservados, e principalmente pelo fato de que, sendo também católicos, esta atitude teria constituído não somente barbárie, mas sacrilégio!

[167] DEVASSA, cit., p. 230.

Os acontecimentos da parte do Norte não foram diferentes daqueles da Vila; repetem-se os roubos, as violências contra as pessoas e as propriedades, Os poucos armamentos trazidos da Vila (cinco peças pequenas e dois barris de pólvora) ficaram abandonados, e o que não estragou com a água acabou em mãos dos invasores[168].

O governador iniciou a retirada para Viamão; diante de sua atitude, "se dezanimou inteiramente todo o Povo e se retirou cada hum para onde pode deixando quazi tudo o que tinham salvado para esta parte na praya e dezamparando inteiramente aquella Barreyra na mayor consternação e dezordem que se pode considerar"[169].

A marcha tinha que ser feita, obrigatoriamente, a pé, porque os cavalos da região foram tomados pelos soldados e pelos ladrões. O resultado foi que, "muitas pessoas chegaram a falecer por esses campos de pura necessidade e mizeria que experimentaram na falta do necessário"[170]; inclusive crianças morreram[171].

Segundo Miguel Lopes de Toledo, capataz das carretas e boiadas da Coroa, feito prisioneiro em Castilhos e trazido pelos espanhóis para a Vila do Rio Grande, estes encontraram "pessoas desamparadas" na parte do Norte, "que ali ficaram por

---

[168] Ibidem, e.g. p. 21.

[169] Ibidem, p. 166.

[170] Ibidem, p. 114.

[171] Ibidem, e.g. p. 46.

falta de condução, que com fogos e tiros faziam signaes aos mesmos inimigos para que os fossem tomar por se acharem ali morrendo de fome" [172].

A fronteira não foi organizada militarmente, como determinara o governo do Rio de Janeiro, e os espanhóis, vinte dias depois de terem tomado a Vila, puderam atravessar o canal e marchar três léguas rumo ao Norte [173]. A suspensão do estado de guerra entre as duas Coroas (a notícia da paz de Paris chegou ao Rio de Janeiro em 10.05.1763) determinou a assinatura do Convênio que estabeleceu as bases da convivência entre as duas partes e os respetivos limites de posse. Os portugueses fixaram posição na estância de Tratadas, a quatro léguas do canal, e os espanhóis, na estância do Tesoureiro, a três léguas do canal [174].

A sede do governo português foi estabelecida na Capela de Viamão, onde inatalou-se também a Câmara da Vila do Rio Grande de São Pedro, que manteve esta denominação até a transferência oficial da capital para Porto dos Casais, em julho de 1773. O Tenente-Coronel Francisco Barreto Pereira Pinto assumiu o governo entre o licenciamento do Coronel Madureira (10.06.1763) e a chegada do novo governador, José Custódio de

---

[172] Ibídem, p. 79.

[173] Cf. MONTEIRO, op. cit., p. 112,

[174] Convênio assinado em 06.08.1763, na Vila do Rio Grande, pelos representantes de Portugal, Capitão de Dragões, Antonio Pinto Carneiro, e de Espanha, Capitão de Infantaria, D. José de Molina (Ibidem, p. 114-7).

Sá e Faria, em julho de 1764. A Guarda do Norte, estabelecida na Estância de Tratadas, ficou sob o comando do Ten. Cel. Luis Manoel da Silva Paes [175].

Na Vila do Rio Grande, comandou a ocupação espanhola o Capitão D. José de Molina.

5.2. A dispersão da população

Pouco conhecimento teve o governo português dos tumultuados acontecimentos que marcaram a retirada da população da Vila do Rio Grande, devido à ausência das autoridades locais logo após as primeiras horas.

Muitas dúvidas e incertezas dos depoentes ficaram registradas nos autos da Devassa; algumas foram logo confirmadas ou rejeitadas dentro do inquérito; outras permaneceram até nossos dias. Uma das grandes questões ainda existentes em torno daqueles acontecimentos refere-se à dispersão da população. As testemunhas dos últimos momentos acreditavam que bem poucas pessoas haviam conseguido passar para a parte do Norte [176], principalmente porque mais de cem haviam sido surpreendidas pelos invasores em meio ao canal, e tiveram que retornar à Vi-

---

[175] Ibidem, p. 109-11.

[176] Cf. DEVASSA, cit., p. 129: "do que havia na Praça só se passarão para a dita banda do Norte algumas pessoas a que verdadeyramente não sabe o numero". Após três dias de retirada, "achava-se a mayor parte dos Povos pellas prayas". (Ibidem, p. 230).

la [177].

A investigação dos rumos seguidos pela população da Vila do Rio Grande - 545 casais açorianos e mistos com açoriano e 169 casais não-açorianos, num total de 714 casais - possibilitou a fixação de dados essenciais para o esclarecimento desta questão [178].

---

[177] Ibidem, e.g. p. 35.

[178] O estudo da migração das famílias da Vila do Rio Grande a partir de 20.04.1763 tem por base a seguinte documentação: Livros Eclesiásticos de eventos vitais da Freguesia do Rio Grande de São Pedro: 1737-1822; Livro 1 de Batismos (livres e escravos) do Estreito: 1763-1779; Lista de Confirmação administrada à população do Estreito de 27.05.1770 a 28.08.1770 pelo Padre Manuel Francisco da Silva, registrada no Livro 1 de Batismos do Estreito, cit.; DEVASSA sobre a entrega da Villa do Rio Grande às tropas castelhanas (1764), cit.; "Relassão dos Moradores que têm Campos na Freguezia da Villa de S. Pedro do Rio Grande ...", por Inácio Osório Vieira, Provedor da Fazenda Real, assinada em Porto Alegre, 2 de março de 1786. (BNRJ. MSS. 9,4,15; 25-31); "Relación de las familias que marcharan de esta Ciudad (Rio Grande) voluntariamente a establecerse en el nuevo pueblo de SN. Cárlos con expressión de las personas que consta cada una y los carros que lleban, y de los desertores que passan a presentarse al Comandante de Maldonado", de 27.12.1763 e relações de 17.10.1764 e 16.03.1765 (apud MONTEIRO, op. cit., p. 180-6).

Tabela nº 27 - Vila do Rio Grande: Retirada da População - 20 a 24 de abril de 1763

	casais açorianos		casais não-açorianos		total	
	nº	% s/ o grupo	nº	% s/ o grupo	nº	% s/o grupo
Permaneceram na Vila	140	25,7	16	9,5	156	21,8
Passaram para a parte do Norte	179	32,9	48	28,4	227	31,8
Destino não identificado	226	41,4	105	62,1	331	46,4
TOTAL	545		169		714	

5.2.1. Situação da população que se manteve na Vila durante o domínio espanhol

A presença de maior parcela de açorianos entre os colonos que permaneceram na Vila pode ser entendida, basicamente, pela sua representação majoritária no conjunto da população da Vila (76,3%). Entretanto, as condições que prevaleceram durante a retirada contribuiram grandemente para este resultado; os colonos mais pobres, em que se inclui a maioria açoriana e os que residiam mais afastados do porto - como os da ilha da Torotama -ficaram sem meios de transpor o canal, ainda que deixando seus pertences[179].

Os depoimentos da Devassa são unânimes em afirmar a total impossibilidade de se passar toda a população para a parte do Norte, e atestam também as inúmeras tentativas que muitas famílias fizeram com grande risco de vida, ou inutilmente. Mas, apesar disso, a permanência dos colonos da Torotama, posteriormente divulgada em Viamão, valeu aos açorianos, perante a administração da colônia e da Metrópole a imputação de traidores, e de se terem passado para o lado dos espanhóis[180].

---

[179] Cf. DEVASSA, cit., e.g. p. 35: "os Ilheus que assistiam na Ilha da Torotama que não quizeram sahir della porque as embarcaçõez de mayor porte se achavam Ryo a sima e as canoas que passaram por esta parte se arrombaram a mayor parte dellas como tambem se arrombou a Falua de El Rey".

[180] Cf. e.g. carta de Agostinho Felix dos Santos Campello, encarregado da Devassa, ao Conde da Cunha, em 13.07.1764. (Apud DOCUMENTOS para a História do Rio de Janeiro ...p.

A hipótese da deserção, torna-se viável diante da dura realidade vivida pelo colonos açorianos desde que deixaram suas ilhas supondo-se amparados pela Provisão Real, mas a atitude dos colonos da Torotama parece refletir simplesmente a decisão de não abandonar mais uma vez suas casas e lavouras, tão duramente e há tão pouco tempo conquistadas, para lançar-se numa nova aventura cujo desfecho era, a seus olhos, evidente. Arvoraram bandeiras brancas para receber os espanhóis" [181] porque queriam paz, e pelo que pudemos constatar, a mensagem açoriana foi plenamente captada pelos invasores.

O esquema de segurança adotado pelos espanhóis impedia a permanência de portugueses no centro da Vila ou nas proximidades do canal, e determinou o assentamento de quatro núcleos de colonos nas suas imediações[182]:

---

297) e carta do governador José Marcelino de Figueiredo ao Gal. Böhm em 17.04.1777, em que determina "fazer mudar do Povo da Torotama para a Frag.ª do Arroyo todos aquelles moradores, e queimar dito povo de Palha, pois que são Ilheos rebelados que já quizerão ficar com os castelhanos na invasão passada". (apud MONTEIRO, op. cit. p. 380).

[181] DEVASSA, cit., p. 77.

[182] Cf. BOHM, João Henrique de. Ten. Gal. Mémories Relatifs à l'Expedition au Rio Grande, SIMPÓSIO COMEMORATIVO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ... Rio de Janeiro, IHGB/IHGMB, 1979, v.3., p. 120-1.

Nota: Segundo Cláudio Moreira BENTO, o Gal. Böhm "nasceu em Bremem a 20 de junho de 1708. Em 1762 foi contratado por Portugal para auxiliar o Conde (de Lippe) na reorga-

- núcleo da Torotama, que já existia anteriormente, recebeu a maior parte das famílias portuguesas, formando o Povo Novo, nas terras pertencentes a Manuel Fernandes Vieira[183], que se retirara na invasão. Com a volta do proprietário, em 1777, as cento e doze famílias de Povo Novo da Torotama foram transferidas pelo Coronel Böhm para o Rincão d'el Rey, no continen-

---

nização do exercito daquele país (...) lutou contra Espanha e França. Foi mandado para o Brasil com as funções de Inspetor Geral, Comandante e Administrador de todas as tropas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia do Vice-Reino do Brasil (...) aqui devia introduzir as reformas implantadas no Exército de Portugal pelo célebre Conde de Lippe (...). No Brasil o Gal Böhm teria como único superior hierárquico o Vice-Rei, no Rio de Janeiro, desde que não contrariasse as instruções que recebera de Portugal. (...) Trazia como Ajudante - General o Marechal sueco Jacques Diogo Funck, contratado por Portugal para colocar em ordem suas fortificações e a artilharia que as guarnecia. O Gal. Böhm "desembarcou no Rio de Janeiro em 05.10.1767, em companhia de sua esposa Agnes Judith Sibylle von Dinklage, que aqui ainda viveu doze anos". O Gal. Böhm faleceu em 1783 e foi sepultado no Convento Santo Antônio, no Rio de Janeiro. (Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul: 1635-1870 . Porto Alegre, A Nação; IEL ; DAC; SEC, 1976).

[183] Cf. BOHM. "Je vis le Povo Novo que me plaisoit par sa regularitê et m'en fus aux Paulistas dans mon retour â la Vila, quì n'est rien auprès du premier", (op. cit., p. 118). "La Village de Povo Novo est très bien assis, ses rües bien ouvertes, les maisons (ou cabanas) voisines , sans s'embarasser, une belle place au millieu, et une seconde par l' Église". (op. cit., p. 121).

te [184].

- núcleo "dos Paulistas", ao longo do caminho que vai da Vila do arroio do Taim. O nome do local é anterior à invasão, e origina-se do principal colono que aí se estabelecera.
- núcleo do Saco da Mangueira, nas proximidades deste local.
- núcleo dos Carreiros, a uma légua da Vila.

Esses núcleos, formados a partir da população portuguesa que permaneceu na Vila, foram aumentados durante o período de ocupação com a constituição de novas famílias portuguesas, pelo casamento entre seus filhos, com a vinda de famílias espanholas e com o casamento dos filhos destas com filhos de famílias portuguesas [185].

O Povo Novo teve origem durante o período de ocupação espanhola, e não com a chegada dos açorianos, como supõem alguns autores, e.g. WIEDERSPHAN, op. cit., p. 36; LAYTANO, Dante de. Os açorianos. In: Enciclopédia Sul Rio-Grandense. Canoas, Regional, 1956, v.1, p. 47.

[184] BOHM, op. cit., p. 219. "Aux premiers jours de Décembre {1777} je fus faire une visite aux Colons établis de noveau dans le Rincão del Rey, depuis la restitution des terres du Povo Novo au propriétaire légitime Manoel Fernandez Vieira, et eus lieu d' être três satisfait de la façon que le Capitaine de Dragons Carlos José da Costa les avoit établis et arrangés. Le nombre de families alloit à 122". Veja-se referência à primitiva localização do núcleo do Povo Novo adiante Mapa nº 12, p. 251.

[185] Cf. carta do gov. José Marcelino ao Vice-Rei Marques do Lavradio, de 24.03.1779, em que defende a necessidade de "deslocar de perto da Vila do Rio Grande de São Pedro um centro de Espanhóis casados com portugueses". (apud MONTEIRO, op. cit., p. 335-6).

Mas nem todos os casais portugueses aí permaneceram durante o período da ocupação; parte deles transferiu-se para a freguesia de Maldonado, tendo alguns destes contribuído para a formação do povoado de São Carlos[186].

Tabela nº 28 - Vila do Rio Grande: 1763-1776. Migração de Casais Portugueses para Maldonado.

	Nº	% s/ o grupo existente
casais açorianos	39	27,8
casais não-açorianos	6	37,5
TOTAL	45	28,8

Aos casais portugueses estabelecidos em São Carlos jun

[186] A maioria dos autores tem acatado a tese lançada por Rego MONTEIRO (op. cit., p.146-7), de que Cevallos fez transferir à força toda a população portuguesa que encontrou na Vila do Rio Grande, para dar origem à povoação de São Carlos, o que, consequentemente, desacreditava os documentos espanhóis que atestam a voluntariedade dessa migração (Cf. e.g. WIEDERSPHAN, O famoso Conde de Lippe e o primeiro exército luso-brasileiro unificado nas lutas contra os hispânicos no sul até 1777. SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ... Rio de Janeiro, IHGB/IHGMB, 1979. v.1, p. 278). A edição de documento da Câmara da Vila do Rio Grande, de 1804 (apud SPALDING, Walter. Pecuária, Charque e Charqueadores no Rio Grande do Sul. RIHGRS, 3 trim. 1943, p. 131), incontestavelmente sem conhecimento direto desses fatos,

taram-se algumas famílias espanholas, e os casamentos entre os dois grupos e entre seus filhos elevara a população do povoado para cerca de pouco mais de cem famílias no início dos anos setenta [187].

O povoado de São Carlos estava localizado a duas léguas ao norte de Maldonado; o seu terreno era excelente, tanto para a lavoura como para a criação de animais, e constituía peça fundamental para a manutenção das posições espanholas, de Maldonado ao rio Grande[188]. É muito provável, portanto, que esses aspectos, altamente positivos dentro do contexto regional, e principalmente a possibilidade de participar do comércio platino, tenham atraído os portugueses, inclusive alguns dos mais abastados, que para lá se transferiram com seus carros e escravos, ao longo dos primeiros anos da dominação espanhola [189].

---

muito contribuiu para a continuidade desta interpretação.

[187] Cf. MILLAU, Francisco. Descriptión de la Provincia del Rio de la Plata (1772). Buenos Aires, Calpe Argentina S. A., 1947. p. 96.

[188] Ibidem, p. 97.

[189] Segundo as informações colhidas por Böhm entre os moradores que encontrou na Vila do Rio Grande na restauração, a respeito dos que migraram para São Carlos e Maldonado, "ce fût l'interêt qui les portât à deserter leurs maisons, emportant tout ce qu'ils pouvoient". (op. cit., p. 126). Veja-se "Relación de las famílias que marcharan de esta Ciudad {Rio Grande} voluntariamente ... (Apud MONTEIRO, op. cit., p. 180-6). Em Francisco MILLAU, o esquema de comércio clandestino no Prata nesta época envolvendo Buenos Aires, Montevidéu, Maldonado e Colônia do Sacramento. (op. cit., p. 115-8).

O povoado de São Carlos, entretanto, mostrou-se não ser totalmente favorável aos interesses dos povoadores. Era função de seus habitantes fornecer carretas e gado para o transporte de mercadorias entre Maldonado e Rio Grande, e nessas ocasiões mais da metade da população deixava suas atividades de produção para empregar-se nesse serviço, e embora houvesse algum ganho assegurado nessas empreitadas, os custos e perdas que ocasionavam, e o fato de os levarem a afastar-se de suas casas durante longos períodos, deixava-os desanimados, e alguns com idéia de se retirar ao fim do primeiro decênio[190].

Entretanto, de 32 casais (26 açorianos e 6 não-açorianos) das Relações de Voluntários que analisamos, apenas 3 - açorianos - retornaram à Vila do Rio Grande após a restauração portuguesa. Esses documentos indicam ainda 2 viúvas, 2 casais que não foi possível identificar o grupo a que pertenciam e 6 casais que não constavam da população existente até a invasão; nenhuma dessas famílias voltou para a Vila do Rio Grande, jamais. É certo, entretanto, que nem todas as famílias portuguesas foram especificamente para o povoado de São Carlos; algumas teriam se estabelecido no porto de Maldonado, e é provável que os que tivessem deixado São Carlos seguissem esse caminho [191].

---

[190]Cf. MILLAU, op. cit., p. 96-7. Segundo o autor, as famílias portuguesas que se retirassem de São Carlos deveriam ser substituídas por novas famílias espanholas.

[191]Cf. levantamento dos registros dos eventos vitas da Freguesia do Rio Grande de São Pedro, referentes aos filhos de casais que retornaram à vila no período de 1777 a 1822.

As Relações de Voluntários analisadas nomeiam 36, das 45 famílias portuguesas que deixaram a Vila do Rio Grande. É provável que as outras nove famílias estejam relacionadas em documentos que ainda não foram localizados, uma vez que essas migrações deveriam ter, obrigatoriamente, cobertura oficial.

A migração compulsória atingiu, especificamente, a prisioneiros e desertores, em que se incluem alguns naturais do Rio Grande[192].

Foram levados terra adentro, pela Província de Buenos Aires e Vice-Reinado do Chile[193], tanto pelas razões estratégicas das fronteiras, como pelo aproveitamento que tinham, enquanto bons camponeses, em terras de lavoura.

O que se evidencia, a partir das informações deixadas pelo Gal. Böhm, e da inexistência de fontes que as contrariem, é que a convivência de portugueses e espanhóis no Rio Grande ocupado transcorreu em clima predominante de harmonia e de colaboração mútua. O governo espanhol manteve uma política incomum, abrindo mão da cobrança de direitos ou tributos dos portugueses durante todo o período da dominação, e indenizando pontualmente, e a preço justo, o seu fornecimento de

---

[192] Cf. "Relación de las familias que marcharan de esta Ciudad {Rio Grande} voluntariamente ..." .(Apud. MONTEIRO, op. cit., p. 180-6).

[193] Cf. BOHM, op. cit., p. 209.

gêneros[194], tratamento que, sem dúvida, os casais açorianos não haviam recebido ainda da administração portuguesa[195].

5.2.2. Situação da população refugiada na parte do Norte

Acontecimentos trágicos marcaram o início do exílio das famílias da Vila do Rio Grande na parte do Norte; abandonadas pelas autoridades do governo, dada a escassez dos meios de comunicação e a fraca integração territorial do Rio Grande, elas conviveram com sofrimento, humilhação, fome, e com a morte[196].

Mas a população dispersa pelo território, e a conseqüen

---

[194] Ibidem, p. 121: "une chose qui me surprend (vû les depenses faite pour la conservation de ce Pais) est de n' entendre parler d'aucun droit ni tribut, qui ces Paysans ayent payê au Roi Catholique. Ils faisoient des corvées, de temps en temps, mais le produit de leurs terres leur fut payé â grand prix: le vicaire percevoit le dixme, mais le Colonel Molina se souffrit pas qu'on les vêxat".

[195] Conforme pode constatar Böhm em 1774, os açorianos arranchados no Estreito ("la meilleure et la plus utile Partie de ces Habitantes, un Peuple laborieux, frugal, simple et soumis") viviam uma situação bastante diferente: "ces hommes feroient de grands Progrès dans l'Agriculture et enrichiroient le Pais, si on les enseignoient et animoit. Mais, en s'assurant de leur Recolte pour compte du Roi, qui n'en fait rien, en mettant leurs fils dans les Trouppes, contraire aux formelles Assurances du Souverain, et â les obligeant â des Corvées de toute espêce, ils sont fort découragés". (op. cit., p. 23).

[196] Cf. DEVASSA, cit., passim.

te invasão de propriedades, tornou-se muito cedo um problema que a administração não podia ignorar, e a sua solução respondia à necessidade vital de reorganizar a produção para manter a resistência nos territórios portugueses.

Havia então apenas três povoações no "continente", Rio Pardo, Santo Amaro e Porto dos Casais, sem condições de receber novos contingentes de população; as pequenas porções de terras devolutas de que dispunham não apresentavam "as circunstâncias precisas para povoação" [197], e não apenas as famílias retirantes da Vila do Rio Grande, mas também as mais de seiscentas famílias de índios missioneiros aguardavam acomodação.

Em 1764 foi formado o primeiro núcleo de casais açorianos em Taquari com objetivos eminentemente militares; fazer frente à penetração espanhola na barreira natural do Taquari, garantindo a posição portuguesa em Viamão, e receber os retirantes de Rio Pardo, que o governo decidira abandonar se a pressão espanhola se intensificasse [198].

Ao fim deste mesmo ano o governo decidia introduzir parcelas de índios missioneiros nas povoações açorianas que planejava criar, embora ciente de que esta medida desagradaria imensamente aos colonos. O Alvará Régio de 04.04.1755 foi então revivido com ênfase, estimulando ocasamento de portugue-

[197] Cf. carta do Gov. José Custódio de Sá e Faria ao Conde da Cunha, datada de Viamão, 16.12.1764. Apud DOCUMENTOS para a História do Rio de Janeiro ..., p. 312.

[198] Cf. FORTES, op. cit., p. 100.

ses com índias, garantindo-lhes a dignidade de mercês e honras[199].

Em novembro de 1765 o governo do Rio de Janeiro ainda pedia à Coroa autorização para expropriação de terras para o assentamento de índios missioneiros e de ilhéus[200]. Nesse ano o "povo do Estreito""foi elevado à categoria de freguesia[201], mas sem demarcação de terras.

Ao fim do ano seguinte - setembro de 1766 - o Vice-Rei resolvia deslocar-se do Rio de Janeiro para Viamão a fim de dirigir pessoalmente o estabelecimento de ilhéus, que ainda "dispersos andão vagando por toda a parte, sem se lhe cumprirem as promessas que Sua Magestade foi servido mandar-lhes fazer, para virem povoar aquelle grande terreno, que está todo ocupado por pessoas que não o cultivam" [202].

---

[199]Cf. documento cit. acima nota 197. Sobre o Alvará Régio de 04.04.1755 veja-se: NEIS, Ruben. O índio na mestiçagem riograndense. In: O índio no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Gov. do Estado, 1975, p. 132. Em 31.07.1773 o Governador Marcelino publicou um Edital garantindo preferência aos portugueses casados com índias na repartição das datas de terras: ambos deveriam ser "de bom procedimento e de sangue limpo". (Cf. NEIS, op. cit., p. 132).

[200]Cf. carta do Vice-Rei Conde da Cunha ao Conde de Oeiras, do Rio de Janeiro, 10.11.1765. Apud DOCUMENTOS para a História do Rio de Janeiro ..., p. 344.

[201]Cf. SPALDING, Pecuária ..., p. 125.

[202]Cf. carta do Vice-Rei Conde da Cunha a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, do Rio de Janeiro, 26.09.1766. Apud DOCUMENTOS para a História do Rio de Janeiro ...,p. 351.

Entretanto, por mais três anos os colonos permaneceram à espera. Somente a partir de 1770 foram formadas as novas povoações: Santa Ana do Morro Grande (1770), São Luis de Mostardas (1773), Estreito (1774), Conceição do Arroio (c.a.1773). A partir de 1771 foram demarcadas as "datas" das antigas povoações de Porto dos Casais e Santo Amaro (criadas freguesias em 1772 e 1773 respectivamente), o que ainda não havia sido feito em cerca de dezoito anos de existência dessas povoações[203].

A esta altura o quadro da população refugiada na parte do Norte estava bastante alterado. Durante o tempo transcorrido desde a invasão, houve casais que conseguiram colocar-se nas povoações já existentes na época da retirada, e outros que foram para mais longe, para a Ilha de Santa Catarina e o Rio de Janeiro e novos casais foram constituídos durante esta longa espera; os casais retirantes da Vila do Rio Grande formaram, perto desses, apenas uma pequena parcela entre os 60 casais que receberam datas em cada povoação criada.

---

[203]Cf. FORTES. Os casais. p. 99-135.

Tabela nº 29 - Vila do Rio Grande: 20-24 de abril de 1763 - casais que passaram para a parte do Norte.

Destino	casais açorianos	casais não-açorianos	total
Rio de Janeiro	2		2
Ilha de Santa Catarina	2	1	3
Viamão	14	8	22
Rio Pardo	4	1	5
Taquari	15		15
Morro Grande de Santa Ana	17		17
Porto Alegre	24	1	25
Santo Amaro	8		8
Mostardas	9		9
Estreito	81	37	118
Triunfo	3		3
TOTAL	179	48	227

Na povoação do Estreito apenas 27 casais retirantes da Vila do Rio Grande receberam datas de terra; os demais permaneceram na condição de refugiados e deverão voltar, na maioria, para a Vila do Rio Grande após a Restauração. Os casais localizados nas outras povoações recém-criadas receberam suas "datas", e ao lado deles encontramos 16, daquelas 54 famílias açorianas que deixaram a Vila do Rio Grande antes de 1754: 3 no Estreito, 1 em Santo Amaro, 4 em Taquari, 4 em Porto Alegre e 4 em Santa Ana do Morro Grande e dos 33 casais não-açorianos emigrados com estes, localizamos 3 em Rio

Pardo, provavelmente militares, e 1 noEstreito.

Nenhum dos casais estebelecidos na criação da povoação de Conceição do Arroio era proveniente da Vila do Rio Grande.

5.2.3. População que teve destino não identificado

A partir da retirada perdemos completamente o contato com quase metade da população da Vila (46,4%).

É provável que parte desse grande contingente (331 casais) tenha permanecido no "continente", mas que seus nomes tenham dado lugar ao de filhos adultos no recebimento de datas, seja por estarem em idade avançada ou por falecimento dos cônjuges, mas principalmente pela exigüidade de terra distribuída, que determinava o agrupamento da grande família numa só propriedade.

A ausência de dados complementares, como filiação ou nome do cônjuge, no recenseamento das propriedades de 1786, impede a identificação dessas famílias; o esclarecimento desta questão só será possível a partir do levantamento dos Livros Eclesiásticos dessas freguesias, com a reconstituição de famílias, a partir da sua implantação.

As famílias que prosseguiram na retirada, deixando o "continente" rumaram para a Vila da Laguna e para a Ilha de Santa Catarina[204]. Os casais açorianos, conhecendo a existência das várias freguesias formadas por seus antigos companheiros de imigração na Ilha de Santa Catarina e seu conti-

---

[204] Cf. DEVASSA, cit., p. 46.

nente, teriam facilmente optado por este destino, e sem dúvida vieram a ser absorvidos por essas comunidades. Casais não açorianos teriam, provavelmente, buscado aquelas regiões que melhores condições ofereciam aodesenvolvimento de suas atividades; os agricultores podem ter seguido o rumo dos açorianos, e os profissionais de ofícios e os comerciantes devem ter preferido São Paulo ou Rio de Janeiro [205].

---

[205] Sobre a situação da Capitania de São Paulo a partir da década de sessenta veja-se MARCILIO, A cidade de São Paulo ..., p. 21-3; LISANTI & MARCILIO, A estrutura ..., la. parte; SANTOS, Corcino M. dos. Algumas notas para o estudo da e-conomia de São Paulo no final do século XVIII. Revista Estudos Históricos, Un. Marília, (13,14):111,1974/75.

CAPÍTULO IV

RECONQUISTA E REPOVOAMENTO DA VILA DO RIO GRANDE

1776-1790

1. ASPECTOS FÍSICOS DA VILA RECONQUISTADA

A Vila do Rio Grande voltou ao domínio português em 2 de abril de 1776. Na reconquista, como na ocupação treze anos antes, não houve combates dentro da Vila; na noite do dia anterior, com a queda dos fortes do canal, o comando espanhol determinou a retirada das tropas e dos civis[1].

Os portugueses encontraram a Vila deserta[2]; dominava o quadro geral os vestígios da recente retirada espanhola, e também nesse aspecto, a situação identifica-se com aquela vivida entre 20 e 24 de abril de 1763: as casas estavam abertas e seus interiores revirados; havia carne podre e lixo acumulado por todos os cantos e pelas ruas, e os ratos domina

---

[1]Cf. BOHM, op. cit., p. 111. Sobre as operações militares de reconquista veja-se SIMPÓSIO COMEMORATIVO AO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ..., Rio de Janeiro, IHGB/IGHMB, 1979, v. 1, p. 249-83; v.2, p. 659-70; v.3, p. 249-52; v.4, p. 275 317. Veja-se ainda CESAR, História ..., p. 192-4; WIEDERSPHAN, A colonização ..., p. 119-29.

Vide Mapa nº 7: "Planta do Rio Grande de S. Pedro - 1776". de autoria espanhola. Extraído de cópia existente na Biblioteca Riograndense. Legenda: "a. Navios de Guerra Portuguezes b. Navios de Guerra Espanhoes c. Villa do Rio Grande de S. Pedro".

[2]Segundo Rego MONTEIRO, teriam ficado no hospital um enfermeiro espanhol e oito feridos. (op. cit., p. 294).

1776

vam o ambiente[3]. A principal missão da força de reconquista dentro da Vila consistiu em eliminar, de imediato, a terrível ameaça da peste; as ruas foram limpas, o lixo queimado, e a Vila pode então ser ocupada[4]; de início, apenas pelas tropas[5], mas à medida em que os antigos moradores começaram a retornar, os Regimentos foram transferidos para o Povo Novo e Arroio do Pau, e as casas foram entregues a seus donos para que pudessem ser recuperadas e habitadas[6].

---

[3]Cf. BOHM, op. cit., p. 115,116.

[4]Ibidem, p. 115.

[5]Vide Mapa nº 8: "Demonstração da Vila de S. Pedro do Rio Grande, situada na Latetude Setentrional de 32 graos". Original inserto em SOUZA, Francisco Ferreira de. Descripção a Viagem do Rio Grande ... (Apud SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE DO (1776 1976, cit. acima nota 1, v.3, p. 261). Cópia extraída da existente na Biblioteca Riograndense. Legenda: "A-Armazém B-Hospital C-Vendas D-Freguesia E-Quartel do Regim^{to}. Xichorro F-Quartel do Regim^{to}. Velho G-dos Srs. Officiaes H-Quartel do Regim^{to}. de Moura I-Casas do assento L- Quartel da Cavalaria M-Logas de Fazenda N- Ferraria O-Quarteis P-Quarteis Q-Estrada R-Quarteis dos Srs. Oficiaes S-Macega T-Vendas" (Cf. SILVA). Chamamos atenção para: em baixo, à direita, o Forte da Vila e os Quartéis de Índios; no canal a Sumaca Velha.

[6]Cf. BOHM, op. cit., p. 139,142. Permaneceu dentro da Vila apenas uma Companhia, e outra de Granadeiros na Guarda do Forte. Veja-se ainda SOUZA, op. cit., p. 254.

Vide Mapa nº 9: "Demonstração do acampam^{to}. que fizerão o Regim^{to}. de Moura e o Regim^{to}. Velho em o campo do Arroyo de Pao". Original inserto em SOUZA, <u>Descripção</u> ..., p.260.

Demonstração da Villa de S. Pedro do Rio Grande, situada na Latetude Setentrional de 32 graos (1776).

Soldados
Guardas da Vanguarda
Guardas da Retaguarda
Vendas
Rio

Durante o longo período de ocupação, as areias e os prolongados invernos do Rio Grande haviam arruinado as precárias habitações deixadas pelos retirantes em 1763; elas estavam, agora, "inclinadas à retaguarda" ou "caídas à vanguarda", "tão mal empalhadas, tão mal escoradas, tão velhas e tão caducas, que à força de muletas se conservam em pé"[7]; constituíam exceção apenas a Matriz de São Pedro, a casa do governador e o hospital, que por suas funções, essenciais à vida da comunidade, receberam dos espanhóis cuidados especiais de conservação[8].

A Vila contava, então, com 131 casas, das quais apenas

Cópia extraída da existente na Biblioteca Riograndense. Legenda: "A-Regim^{to}. de Moura B-Regim^{to}. Velho C- Barraca do Sr. Coronel D-Dos S^{rs}. Mayores E-Capitaens F- Subalternos G-Estado Maior H-Soldados (...) M-Guardas da Vanguarda N-Guarda da Retaguarda O-Cozinhas P-Vendas Q-Cabanas dos Soldados R-Rio S-Estrada que vai p^{a}. S. Thereza T-Arroyo de Pao V-Arroyo Pequeno X-Arroyo do (...) Z-Bosque do Regim^{to}. Velho Y-Artilheiros". Veja-se a localização do Arroio de Pau, no Mapa nº 12, adiante p.251.

[7]SOUZA, op. cit., p. 254. Segundo o engenheiro espanhol Joaquim del Pino, em 1772, "a L e S entre a povoação e a Mangueira formão-se uns grandes cômoros de areia que se mudam de uma para outra parte, incomodando as casas e que se acostam, sobrepujando-se com sua altura e embaraçando os caminhos ao mar (...). As hortas que lá tinham uns Portuguezes estão estragadas". (Apud TESCHAUER, C. Porand'uba Rio Grandense. RIHGRS, Porto Alegre, 2 trim., 1921, p. 242).

[8]Cf. BOHM, op. cit., p. 116.

14 eram cobertas com telhas; as demais tinham paredes "de lama, e os reboques de bosta, com capim por cobertura"[9], tipo de construção que atendera ao repentino aumento da população na década de cinquenta, contornando o problema crucial da inexistência de material mais resistente e da insuficiência mesmo dos mais precários, como madeira e couro[10]. As próprias construções feitas pelos espanhóis nesses mesmos moldes e ainda com o reforço de ossos dos animais consumidos, estavam em tal estado que "com bem pouca chuva mais pareciam esqueletos que quartéis"[11].

Além da ação do clima e dotempo, e das características geológicas da região, concorreram ainda decisivamente para a decadência física da Vila, o caráter mesmo da ocupação e a concentração das funções administrativas e militares em suas instalações; a própria população civil espanhola permaneceu, em grande parte, afastada, instalando-se nas imediações dos quartéis e guardas dos arredores ou ainda nos núcleos portugueses próximos a estas. Os espanhóis mantiveram as casas da da Vila intactas, mas "como quem não esperavam nelas habitar[12].

---

[9]SOUZA, op. cit., p. 254.

[10]Na parte do norte, em 1776, predominava o mesmo tipo de habitação, certamente difundido pelos retirantes da Vila a partir de 1763, diante da inexistência, também aí, de outros meios para construção. (Cf. SOUZA, op. cit., p. 254). Sobre a decadência das reservas de madeira da Ilha dos Marinheiros, veja-se BOHM, op. cit., p. 126,130.

[11]SOUZA, op. cit., p. 254.

[12]Ibidem, p. 254. Segundo BOHM, "les Espagnols n'aâant songe d'acune façon à l'entretien des maisons de la Ville".(op. cit., p. 116).

2. O REPOVOAMENTO

2.1. População encontrada na Vila pelas forças de reconquista

A Vila do Rio Grande ao ser reconquistada em 02.04.1776 contava com uma população livre de 686 habitantes, estabelecidos nos núcleos de Torotama, Paulista, Mangueira e Carreiros, ocupando ralamente um território que não excedia a um raio de seis léguas da Vila[13].

Tabela nº 30 - Vila do Rio Grande: população livre em abril de 1776

	Idade	nº	total
Homens	0- 7	64	
	8- 15	60	
	16- 60	213	
	60- 90	24	
	+ 90	1	362
Mulheres	0- 7	47	
	8- 14	58	
	15- 40	170	
	40- 90	48	
	+ 90	1	324

(Cf. SOUZA, Francisco Ferreira de. Descripção ..., p. 268)

Esses dados permitem inferir a existência de cerca de

---

[13]Cf. BOHM, op. cit., p. 134: "L'Habitant le plus ēloignē ne l'est pas de six lieues du Bord Mēridional de la Riviēre, la pluspart ne le sont qu'ā moins de 2, au delā de ces termes tout est désert".

219 casais nesta data, dos quais, segundo o levantamento de famílias (1737-1822) apenas 65 eram dos que permaneceram na Vila em 1763; registra-se, portanto, a presença de 154 novos casais. Esse cálculo, entretanto, deve ser tomado com reserva, na medida em que é pouco provável que toda a população adulta feminina estivesse acompanhada de seus maridos; há que se ter em conta a presença de viúvas nesse contingente. A possibilidade da existência de mulheres adultas solteiras também deve ser considerada, embora pareça mais remota, uma vez que a população masculina apresenta um efetivo 9% maior que o feminino. Entre os homens é igualmente impossível determinar o índice de solteiros ou de viúvos, mas fica bem mais clara a existência, senão das duas, pelo menos da segunda condição, principalmente a partir da diferença sensível dos 9% a seu favor.

Segundo nos informa Böhm, esta população vinha sendo vitimada por uma epidemia de varíola e encontrava-se extremamente debilitada[14]. Nesse contingente, difusamente identificado em dilatadas faixas de idade, na realidade não se encontravam homens capazes para o serviço, mas apenas velhos, mu-

[14] Ibidem, p. 133. A epidemia de varíola na margem sul do canal foi constatada por Böhm logo da retomada da Vila, e, seguramente, não tinha relação com a varíola endêmica que vinha acompanhando o Exército da reconquista desde São Paulo. Veja-se LINS, Maria de Lourdes Ferreira. Martins Lopes Lobo Saldanha: a presença de S. Paulo nas guerras do sul (1775-1776). SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ..., Rio de Janeiro, IHGB/IGHMB, 1979, v.1, p. 325.

lheres, crianças e doentes de varíola[15].

Os reduzidos efetivos de população das faixas de 0-7 e 8-15 anos (8-14 para as mulheres) acusam uma média de apenas dois filhos vivos por casal (no máximo três, considerando a possibilidade de que o número de casais fosse menor) e evidenciam taxas altíssimas de mortalidade infantil, que podem ser uma conseqüência da epidemia.

A avaliação dos efeitos da doença sobre as faixas etárias mais altas torna-se difícil diante da inexistência de dados complementares. Há que se registrar, entretanto, que a população adulta apresenta uma razão de masculinidade de 108,6 que pode ser considerada excessivamente alta e fora dos padrões comuns das populações de tipo antigo do século XVIII, que registram, normalmente, índices decrescentes abaixo de 100 nas faixas de idades mais elevadas, com predomínio do contingente feminino[16]. Este índice estaria, provavelmente, vinculado ao surto da varíola, que tende a provocar o óbito na população feminina atacada pela doença ao entrar em estado de gestação, no parto ou após o parto, principalmente com as precárias condições de vida que prevaleciam na região. Fica afastada, em princípio, a hipótese de uma forte emigração do contingente masculino neste período, que poderia jus-

---

[15]Cf. BOHM, op. cit., p. 121.

[16]Cf. HENRY, Louis. Técnica de análise em Demografia Histórica. Curitiba, Univ. Fed. Paraná, 1977, p. 27-9. Razão de Masculinidade: "relação entre o número de homens e o de mulheres e a quantidade de homens para cada 100 mulheres". (Ibid.).

tificar o baixo índice de crescimento da população caso tivesse ocorrido.

2.2. A volta dos retirantes de 1763

A partir de junho de 1776 começaram a retornar os casais que se retiraram em 1763, reclamando as antigas posses, Vieram primeiro os que estavam estabelecidos na parte do Norte. De Porto Alegre e Viamão ninguém retornou antes de setembro[17].

Em 1780 a população da freguesia do Rio Grande, era maior do que a das demais freguesias do "continente" contando com um contigente de 1.166 homens e 848 mulheres e 601 escravos (385 homens e 216 mulheres)[18].

Não foi possível determinar a época em que teria cessado o movimento de volta. Os seus resultados, entretanto, puderam ser avaliados a partir do levantamento de famílias da Vila do Rio Grande (1737-1822), com um enfoque específico sobre o período de 1776 a 1789, em que se desenvolve o processo de recolonização.

---

[17]Cf. BOHM, op. cit., p. 125,137.

[18]Vide Mapa nº 10: "Mappa Geografico do Rº Grande de São Pedro, suas Freguezias, e moradores de ambos os sexos, com a declaração das diferentes condiçõens, e idades em q. se achão em 7 de outubro de 1780". Cópia obtida junto à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (BNRJ, Mss: 9, 4, 9: 90, 134).

Tabela nº 31 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro; 1776-1789
Retorno dos casais retirantes de 1763

Procedência	Fonte de identificação		Total	
	Reg. de óbitos	Bat. filhos após 1776	nº	% *
Rio de Janeiro	1		1	50,0
do "continente" Viamão	1	1	2	9,1
do "continente" P. Alegre	1		1	4,0
do "continente" Morro G. de Santa Ana	1		1	5,9
do "continente" Triunfo	1		1	33,3
do "continente" Taquari	1		1	6,7
do "continente" Estreito	6	16	22	18,6
TOTAL			29	

* Este cálculo incide sobre o número de imigrantes que se dirigiu para estes locais. Vide Tabela 29.

Tabela nº 32 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: 1776-1789
Presença de casais que permaneceram na Vila em 1763

	Fonte de Identificação		Total	
	Reg. de óbitos	Bat. filhos após 1776	nº	%
estavam estabelecidos na Vila	62	3	65	58,6
retornaram de Maldonado	9	6	15	33,3
TOTAL			80	51,2

O levantamento das tabelas 31 e 32 inclui casos em que temos apenas o óbito de um dos cônjuges, o que coloca a possibilidade de que este fosse viúvo, mas a precariedade dos registros de óbitos para o período posterior à reconquista e a inexistência dos mesmos registros no período de dominação espanhola nos levam a computá-los como casal, ainda porque, de todo modo, este cônjuge representa a continuidade do casal na recolonização da Vila.

Tabela nº 33 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro - 1776-1822
Avaliação da presença de filhos de casais do período anterior à conquista espanhola.

Casais retirantes cujos filhos voltaram		Filhos vivos até 1763	Presentes após 1776		Filhos nascidos entre 1763 e 1776	Presentes após 1776	
		nº	nº	%	nº	nº	%
DE: Maldonado	21	53	21	39,6	37	37	
Rio de Janeiro	1	-	-	-	2	2	
Viamão	8	24	4	16,6	17	17	
Porto Alegre	7	17	3	17,6	7	7	
Morro G.S.Ana	1	11	1	9,1	-	-	
Triunfo	3	5	1	20,0	4	4	
Taquari	3	12	3	25,0	1	1	
Estreito	63	230	84	36,5	198	59	29,8
Rio Pardo	4	7	-	-	4	4	
Mostardas	3	8	1	12,5	8	8	
TOTAL	114	314	97	30,9	241	102	
Casais que permaneceram na Vila, cujos filhos estão presentes após 1776:	104	324	168	51,8	121	121	-

Nota referente tabela nº 33:

A identificação dos filhos nascidos entre 1763 e 1776 só foi possível a partir dos registros do novo casal na freguesia do Rio Grande a partir de 1776 (casamento e/ou batisados de filhos e óbitos), daí a coincidência dos totais dos itens 5 e 6. Sem dúvida, o número de filhos que esses casais tiveram nesse período terá sido bem maior, por isso omitimos o cálculo das percentagens. Apenas no caso do Estreito dispomos do Livro de Batisados daquela Freguesia neste período.

Não constam desse levantamento os retirantes que foram para a Ilha de Santa Catarina (3) e Santo Amaro (8), porque nenhum de seus filhos retornou à Vila depois de 1776.

Tabela nº 34 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: Resultados Demográficos da Retirada de 1763.

Avaliação dos casais		
	nº	%
Casais existentes na Vila em 1763	714	100,0
Casais que estavam na Vila em 1776	65	
Casais que retornaram em 1776	44	
Casais recuperados	109	15,3
Casais cujos filhos voltaram	114	15,9
Perda total de casais	491	68,8

Avaliação dos filhos dos casais					
	nº de filhos vivos até 1776	filhos presentes após 1776		perda total de filhos	
	(100,0)	nº	%	nº	%
Casais retirantes	555	199	35,9	356	64,1
Casais que permaneceram na Vila	445	289	64,9	156	35,1
Casais de que não se tem mais notícia desde a retirada	684	-	-	684	100,0

Filhos de casais recuperados para a Freguesia: 488 (28,9%)

Perda total de filhos de casais 1.196 (71,1%)

Os índices apontados neste levantamento traduzem a significativa perda demográfica sofrida pela Vila do Rio Grande em decorrencia da retirada de 1763 e explicam, em última análise, os totais de população alcançados pelas demais freguesias em 1780[19]. A perda de casais e filhos de casais que cruzaram o canal para a parte do Norte demonstra que não era sem fundamento o parecer do Gal. Böhm de que o repovoamento da Vila através do retorno dos antigos moradores provocaria, inevitavelmente, o despovoamento do "continente"[20].

O caso do Estreito resulta o mais significativo, porque aí se deteve o maior contingente de retirantes. Entretanto, a transferência definitiva de população para aquela povoação foi compensada, em parte, pela interação social que se estabeleceu entre as duas freguesias em função de suas vinculações políticas e econômicas favorecendo o permanente contato entre os ramos de famílias que ficaram territorialmente divididas; era comum, a partir de 1776, que habitantes do Estreito se casassem ou batisassem seus filhos na Matriz de São Pedro.

Quanto à perda representada pelos filhos de casais que não retornaram à Vila, vale salientar que a própria freguesia do Estreito sofreu prejuízo demográfico considerável com a evasão de filhos de casais, principalmente do sexo femini-

---

[19]Cf. Mapa nº 10, à p. 228.

[20]Cf. BOHM, op. cit., p. 125,134. "Pour bien peupler ce Pais (...) il sera toutefois necéssaire qu'il viennent de nouveaux Colons des Isles".

no, a partir de seus casamentos com elementos procedentes de diversas regiões do país, de Portugal ou Açores, que se encontravam na parte do Norte como efetivos do Exército do Sul[21].

No contigente de casais cujos cônjuges (apenas um ou os dois) eram filhos de casais do período anterior à conquista espanhola, estabelecidos na Vila entre 1776 e 1789 (Tabela 35), registra-se, também para as mulheres, a maior incidência de casamentos com cônjuges de outras origens (que não são da Vila nem do "continente" do Rio Grande). A persistência desta formação entre os casais que se constituíram após a retirada das tropas do "continente" (1778) estabelece a dúvida quanto à força desta presença como fator determinante deste comportamento. É certo que uma desproporção numérica dentro da população entre os contingentes dos dois sexos na faixa de idade do casamento (essas mulheres casaram-se geralmente entre 15 e 20 anos de idade), poderia determinar um excedente feminino, e justificaria a escolha fora do grupo, mas devemos considerar ainda a hipótese de que ela fosse estimulada por fatores de ordem econômica e social, na medida que esses homens chegavam à Vila, alguns ainda com o status

[21]Cf. levantamento de batismos do Estreito (1763-1779). A defesa da barreira do norte determinou a permanência de tropas na região durante todo o período de dominação espanhola na margem sul do canal; a partir de 1775 o "Exército do Sul" atingia a um efetivo de mais de sete mil homens, constituindo-se o maior exército até então reunido no "continente". (Cf. bibliografia cit. acima nota 1).

de militar, e, a maioria, como livres investidores, atraídos pelas novas possibilidades econômicas que se abriram na região a partir de 1780[22].

[22]A razão de masculinidade na Vila do Rio Grande em 1776 era de 108,6 e em 1780 de 115,2, índices que tendem a justificar a segunda hipótese. A partir do histórico da povoação estes índices se explicariam pela absorção de contingente masculino proveniente de fora. Na população de São Paulo e Curitiba, por exemplo, que perdeu desse contingente em favor de outras regiões, inclusive para a Vila do Rio Grande desde a década de quarenta, a razão da masculinidade era, em São Paulo, de 95,54 em 1765 e de 83,52 em 1780 (Cf. MARCILIO. A cidade de São Paulo..., p. 106-11) e em Curitiba, de 46,4 e 53,9 em 1780 (Cf. WACHOWICZ, População ..., p. 117 e segs.).

Tabela nº 35 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro; 1776-1789 - Novos casais em que participam filhos de casais do período anterior à conquista espanhola.

	Cônjuge Masculino / Cônjuge Femin.	M. Gerais	R. Janeiro	I.S.Catarina	Vila R. Grande	Viamão	Rio Pardo	Vacaria	Triunfo	S.Antº G.Velha	Santo Amaro	Estreito	C.Sacramento	Açores	Maldonado	TOTAL
Capitania do Brasil	Bahia				2											2
	Minas Gerais				4							1				5
	Rio de Janeiro				14										2	16
	São Paulo				12							2			1	15
	I. Santa Catarina				18				1			2				21
do "continente"	Vila do R. Grande	1	1	1	159	6	2	2	2	1	1	10	9	14	3	212
	Viamão				4											4
	Rio Pardo				2	1										3
	Estreito				3							1				4
	Colônia Sacramento				6	1						1			2	10
do Reino	Portugal				25		2					4			5	36
	Açores				37							4				41
domínio espanhol	Espanha				7					1					2	10
	Montevidéu				1											1
	Maldonado				1									3	2	6
Origem não identificada					1											1

2.3. Acorrência de novos povoadores

Para a recolonização da Vila do Rio Grande no período de 1776 a 1789, ao lado dos 104 casais do período anterior à conquista, e dos 387 casais em que participavam filhos de casais daquele período concorreu, ainda, um terceiro contingente, numericamente mais expressivo, constituído por casais que não tinham qualquer vinculação com o período anterior. Trata-se de casais formados por cônjuges de diversas origens, que chegaram à Vila já constituídos ou aí se constituíram no período de 1776 a 1789 (Tabela nº 36).

Os casais açorianos que comparecem neste contingente, assim como os cônjuges açorianos que figuram entre os casais com participação dos filhos de casais do período anterior à conquista (Tabela nº 35) não têm qualquer vinculação com a grande migração açoriana de 1747 a 1756 para o sul do Brasil. Trata-se de uma nova corrente de migração, de menor proporção, que chega à Vila do Rio Grande procedente tanto do Rio de Janeiro como dos Açores[23]. A significativa participação de cônjuges masculinos açorianos e alguns madeirenses nos casamentos de mulheres do "continente" deve-se, sobretudo, à presença de um Regimento de Infantaria dos Açores na formação

---

[23]Cf. "Relação da despesa que faz a Real Fazenda com a assistência de Carne e Farinha, distribuída pelos moradores que forão da Praça da Colônia, e Casaes vindo das Ilhas proximam^{te}.", do Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara, datada da Vila do Rio Grande, 23.11.1780. AHRS, códice 104, v.2, p. 222.

do "Exército do Sul"[24].

A nova contribuição açoriana para o povoamento da Vila do Rio Grande expressa-se de acordo com os índices das Tabelas 37 e 38[25].

---

[24]Cf. CARNAXIDE, op. cit., p. 151, 201. O regimento reunia recrutas da Ilha da Madeira e dos Açores e saiu da cidade de Angra (Ilha Terceira) para o Brasil em outubro de 1774.

[25]Conforme levantamento do Livro 1 de Batismos do Estreito (1763-1779), formaram-se no Estreito dez casais com cônjuge masculino açoriano e cônjuge feminino da Vila do Rio Grande; estes casais não se transferiram para a Vila depois da Restauração.

Tabela nº 36 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: 1776-1789: Casais com diversas origens

	Cônjuge feminino → / Cônjuge Masculino ↓	Caps. do Brasil						do "continente"											Outros					Am. Espanha							
		Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	I. S. Catarina	Viamão	Aldeia N. Sra. dos Anjos	Rio Pardo	Vacaria	Triunfo	Santo Antonio	G. Velha	N. Sra. Conc.	Arroyo	Estreito	C. Sacramento	Indias s/id. or.	Forra	Escrava	Portugal	Açores	Espanha	Maldonado	Montevidéu	Córdova	Santa Fé	Marrocos	s/id. origem	sub-total
Capitanias do Brasil	Maranhão																	1													1
	Pernambuco							1																							1
	Bahia																						1								1
	Minas Gerais				1		1					1	1					1		2			2							1	10
	Rio de Janeiro		1		1		1	3			2						1	9		3	1				1					2	25
	São Paulo			1		6	2	9	4	1	1	3					1	2					3		1	1				4	39
	I. Santa Catarina		1				2	9		3		1					1	3					5							2	27
do "continente"	Viamão			1		1		3			1							2					3								11
	Aldeia N.S. dos Anjos				1				24											1											26
	Rio Pardo									1																			1	1	3
	Tramandaí							1																							1
	Vacaria										1																				1
	Mostardas											1																			1
	Estreito							1			1	1	1				2														6
	Colônia Sacramento																	13					2								15
	Indio s/ id. origem																		1												1
	Negro Forro																			31											31
	Portugal	1			3	2	1	1							1		1	21				1	5							6	43
	Açores				1	1	1	4				1	1				3	8				1	63							4	88
	Ilha da Madeira																	1												1	2
Am. Espanha	Espanha						1	1			1	2											2	1						1	9
	Buenos Aires							2																			1				3
	Paraguai									1																		1			2
	Santiago del Estero																		1												1
	Sardenha				1																										1
	Roma																1														1
	Gênova																													1	1
	s/ id. origem				4		1			1								4		1	1	2	8							34	56
	total	1	2	2	12	10	10	35	28	7	7	10	3		1		10	65	2	38	2	4	94	1	2	1	1	1	1	57	407

Tabela nº 37 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro: Novos casais com participação açoriana: 1776-1789.

Cônjuge Masculino	Cônjuge Feminino	nº
Açoriano	Açoriano	63
Açoriano	Não-açoriano	66
Não-Açoriano	Açoriano	48
TOTAL		177

Nesse terceiro contingente há que se destacar ainda a participação dos retirantes da Colônia do Sacramento, que deixando para trás suas casas e terrenos por fôrça da entrega da praça à Espanha, buscaram sobretudo a Vila do Rio Grande[26], que em tempo de reocupação do território abria a perspectiva da recuperação de um trato de terra.

[26]Cf. Ofício do Governador José Marcelino ao Vice-Rei, de Porto Alegre, 15.10.1779: "Aquela V^{a}. de S^{m}. Pedro tem chegado muitos cazaes da Praça da Colonia, e ultimam^{te}. chegão mais quarenta famílias, todos pobres e arrastados; pedem farinha e carne para comer, e eu não tenho nem para a Tropa (...) tanto povo perecerá, porque todo se tem juntado na V^{a}. de Sam Pedro, aonde se conservão em a rumassão, e sem ter que comer, nem modo de viver (...)" AHRS, códice 104, v.1, p. 35. As famílias mais abastadas, que tinham vinculações econômicas com o norte do país, principalmente com o Rio de Janeiro, certamente deixaram a praça por mar, diretamente para os portos de seus interesses. Veja-se a respeito o ofício do Governador Sebastião X.V.C. Câmara ao Vice-Rei, de Porto Alegre, 22.12.1780. Apud RIGGB, v. 40, parte I, p. 244.

Tabela nº 38 - Identificação dos cônjuges açorianos segundo a Ilha de origcm.

	Faial	Pico	São Jorge	São Miguel	Terceira	Santa Marta	Graciosa	s/id.	Total
homens	65	16	10	17	16	1	1	3	129
mulheres	80	15	11	3	-	1	-	1	111
Total	145	31	21	20	16	2	1	4	240

3. REOCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

3.1. A nova formação territorial da freguesia

Com a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso (01.10.1777) o "continente" do Rio Grande perdeu as lagoas Mirim e da Mangueira, que ficaram dentro da faixa de campo neutro que passou a existir entre as possessões de Espanha e Portugal no Brasil Meridional; o limite sul deixou de ser no Chuí, passando para o Taim. A oeste, o território das Missões voltou para o domínio de Espanha; a linha divisória passou a correr "pelo Piratini até o Covilhão e por esta afora até a Serra"[27].

Essas disposições modificaram sobretudo a formação territorial da freguesia do Rio Grande, a que pertenciam as lagoas perdidas e também grande extensão de campos incorporados a oeste; os limites da freguesia, a sul e oeste vão coincidir com aqueles do "continente". Ao norte, pelo interior, alcança o rio Jacui; o território da parte do Norte, pelo litoral, ficou perdido para as freguesias do Estreito e Mostar

---

[27]MONTEIRO, op. cit., p. 317.

Vide Mapa nº 11: "Planta do Continente do Rio Grande dividido em quatro Províncias a saber: Rio Grande, Viamão, Rio Pardo ou cima da Serra". Por Antonio Rodrigues de Córdova, 1780. Original colorido. Cópia extraída da existente na AHRS (rolo 015, movel 1, azul).

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

das[28].

Os campos do São Gonçalo, do Pelotas e do Cerro Pelado, incorporados a oeste, haviam pertencido ao "continente" e à freguesia do Rio Grande no período de vigência do Tratado de Madri (1750 a 1761), mas a ocupação de parte dessas terras dera-se apenas nominalmente, através da doação de algumas sesmarias por Gomes Freire, retida sua ocupação pelos embaraços que cercaram a demarcação; somente agora, em 1777, registra-se o avanço sistemático da colonização sobre essas terras.

3.2. A freguesia do Rio Grande dividida em 3 Distritos

Com a ampliação do território a Freguesia do Rio Grande foi dividida em três distritos[29]: o primeiro distrito abrangia a região ocupada desde a fundação até a invasão espanhola; o segundo e terceiro distritos eram formados por terras de ocupação posterior à reconquista.

---

[28]Cf. BETTAMIO, Sebastião Francisco. Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul ... (1780). RIHGB, 21: 223, 226,1958: Freguesia do Estreito" - principia nas margens do norte do Rio Grande, na entrada da barra, e segue até Capão Comprido, com extensão de dezoito légoas"; Freguesia de Mostardas - "principia em Capão Comprido e segue até o Quintão, com extensão de vinte e sete legoas". As duas freguesias permaneceram sob a jurisdição civil da Vila do Rio Grande; tinham apenas jurisdição eclesiástica independente.

[29]Cf. "Relassão dos Moradores que têm Campos na Freguesia da Vila de S. Pedro do Rio Grande...", cit. acima cap. 3,nota 178.

1º Distrito: Vila do Rio Grande de São Pedro

2º Distrito: Povo Novo

3º Distrito: Cerro Pelado

Em 1786 a divisão fundiária de cada distrito era a seguinte:

Primeiro Distrito - Vila do Rio Grande

Proprietários	Tipos de Propriedades		
	Estâncias	Campo e Terreno (com lavoura e criação)	Terreno (somente c/ lavoura (b)
Casais açorianos do período anterior à conquista espanhola	1	12	21
Casais não-açorianos do período anterior à conquista espanhola	5	1	3
Novos casais	4	7	13
Padres		2	
Não residiam na Freguesia (a)	4	5	
Não identificados entre as famílias da Freguesia			24 (c)
Total	14	27	61

a. Um dos proprietários que não residiam na Freguesia era Rafael Pinto Bandeira.

b. Localizados na Ilha da Torotama. São datas de terra doadas pelo proprietário Capitão-Mór Manuel Bento da Rocha a casais procedentes de Maldonado e da Colônia do Sacramento, que vieram transferidos do Rincão de Correntes (3º Distrito), do mesmo proprietário, onde haviam sido estabelecidos em 1777 por ordem do governador José Marcelino.

c. Sete desses proprietários venderam a terra a casais da região; os demais dezessete se permaneceram em suas posses, não teriam comparecido aos registros paroquais até o ano de 1822, o que nos leva a crer que tenham também deixado a freguesia em seguida.

Segundo Distrito: Povo Novo

Tipo de propriedades: terrenos com lavoura e criação		
Proprietários	estabelecidos ao tempo dos espanhóis	receberam concessão entre 1779 e 1782
Casais açorianos	9	21
Novos casais	23 (a)	42
Viúvas de açorianos	6 (b)	6
Padres		1
Não identificados	4	16 (c)
TOTAL	42	86

a. Quinze são, com certeza, descendentes de casais do período anterior à conquista.

b. Uma viúva possui duas propriedades.

c. Neste grupo há alguns com patentes militares que não constituíram família na freguesia; um deles recebeu também uma sesmaria. Cinco deste grupo adquiriram a propriedade por compra.

Terceiro Distrito: Cerro Pelado

Proprietários	Tipos de propriedades	
	Estância	Terrenos (a)
Novos casais	14	12
Viúvas	3	
Padres	1	3
Não identificados entre as famílias da Freguesia	16 (b)	4
TOTAL	34	19

a. São "moradores por quem se repartiram duas léguas e hum terço de terreno desmembrado da Estância do Alferes Ignácio Antonio da Silveira, por Ordem do Brigadeiro Governador actual (Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara), como consta dos Despachos e Certidoens da medição que apresentaram".

b. Estão neste grupo dez militares da alta patente da Milícia Auxiliar (Tenentes e Capitães). À época do levantamento alguns encontravam-se ausentes da freguesia.

Nota: No Terceiro Distrito estão instalados os maiores proprietários da Freguesia, que possuem ainda grandes e pequenas propriedades no primeiro e no segundo distritos: Cel. Rafael Pinto Bandeira (7 propriedades); Capitão-Mór Manoel Bento da Rocha (4 propriedades); Afonso Pereira Chaves (2 propriedades) e João Pereira Chaves (3 propriedades). Há ainda o Sargento-Mór Manuel Marques de Souza que a essa época possuía apenas uma grande propriedade nesse Distrito.

3.3. Consolidação da estrutura fundiária

Deprcende-se dos levantamentos das propriedades da freguesia do Rio Grande em 1786, que o sistema de reocupação do território e de ocupação dos novos campos foi em tudo semelhante ao da fase inicial de ocupação de "continente", com o predomínio das sesmarias sobre as maiores e melhores extensões de terra[30].

As dimensões dessas propriedades obedeciam, em geral,às estabelecidas pelas Ordenações Filipinas, de uma légua de comprimento por três léguas de largura[31], e as variações existentes não ultrapassavam a área total permitida, com exceção de duas propriedades do Capitão-Mór Manuel Bento da Rocha, de uma légua de largura por cinco de comprimento, cada uma. Entretanto, grandes extensões do território ficaram concentradas em mãos de um só proprietário, seja por ter obtido concessão de sesmarias adjacentes, seja pela expansão da concessão

---

[30]Vide Mapa nº 12: "Carta Corographica, que comprehende a Barra do Rio Grande de S. Pedro, e o terreno que medea entre a Freg^{a}. do Estreito, o Arroyo de Taym, e Campos de Piratini nas vezinhanças do Cerro Pelado". "Elevado por Manoel {...} do Couto {...}, Tenente de Granadeiros do Regimento de Infantr^{a}. de Santos no anno de 1789, copiado pelo {...} Engr^{o}. José Corr^{a}. Rangel em 1791". Cópia extraída da existente no AHRS (013, móvel 5, gaveta 2).

[31]Cf. RODRIGUES, José Honório. A concessão de terras no Brasil In: História e Historiografia. Petrópolis, Vozes, 1970. p. 56-64. HAFKEMEYER, J.B. A conquista portuguesa do Rio Grande do Sul. RIHGRS, 1, 2 trim., 1928, p. 214-5.

inicial pela compra de propriedades vizinhas[32]. No Cerro Pelado apenas duas léguas e um terço foram repartidas em pequenas propriedades, assim mesmo por fôrça da ação do governo, e as dezenove famílias aí estabelecidas receberam as menores porções registradas em toda a freguesia - 1.500 a 1.800 braças superficiais de terreno - sendo superadas até mesmo pelas menores chácaras da Vila do Rio Grande e Povo Novo (1º e 2º Distritos), sem que se colocasse o problema da exiguidade de terrenos que esses conheciam.

A "corrida" ao domínio de grandes extensões era estimulada, como sempre o fôra no "continente", pela expectativa de dilatação da atividade pecuária, e contava, nesse momento, com o favorecimento da decadência da pecuária do nordeste, que a-

---

[32] O governador Sebastião X.V.C. Câmara, em ofício de dezembro de 1783, afirma que essas posses "procedem não só do legítimo título de sesmaria, ou despachos competentes, mas também do reprovado abuso de fantásticas vendas e cavilosos trespasses, e o que mais é de intrusões escandalosas, capeadas com frívolos pretextos de descobridores dos expressados terrenos de que apenas assinalados com uma cruz ou outra qualquer baliza, pretendem se lhes dê o domínio". (Apud FORTES, R.G.S., povoamento ..., p. 113). Veja-se : Provisão do Conselho Ultramarino, de 26 de novembro de 1735; Alvará Régio de 3 de janeiro de 1781; Aviso de Martinho de Melo e Castro, de 14 de abril de 1789; Edital do Governador de São Paulo, de 24 de setembro de 1800: todos têm por preocupação central a regulamentação da posse da terra e evitar os abusos e desmandos que se cometiam. (AHRS. Correspondência do Governo, maço 1). Veja-se ainda: MAGALHÃES, Manoel Antonio. Almanak da Villa de Porto Alegre com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul, 1808. RIHGRS, Porto Alegre, 3 trim., 1940, p.53.

bria a perspectiva de ampliação da demanda do centro do país sobre o gado sulino.

Enquanto as grandes e médias propriedades - estâncias, campos e rincões - se expandiam pelas novas terras do interior da freguesia, as pequenas propriedades - terrenos, sítios e chácaras - permaneceram adstritas aos arredores da Vila e Povo Novo, embora também aí se registre a existência de grandes propriedades, como as estâncias de Cayubá e dos Palmares, as Fazendas da Mangueira e do Albardão e inúmeros campos sem denominação, algumas doadas nas décadas de quarenta e cinquenta por Gomes Freire, e a maioria pelo Gal. Böhm e pelo Gov. Marcelino entre 1776 e 1780.

As dimensões das pequenas propriedades variavam de acordo com a área em que estavam localizadas. Na Ilha da Torotama, onde os terrenos foram repartidos oficialmente para o estabelecimento de 61 casais, prevalece a divisão equitativa, com setenta e cinco mil braças superficiais para cada propriedade. Entretanto, ainda nesse caso, encontram-se as exceções, que ultrapassam largamente a média geral; treze propriedades têm entre cem e duzentas mil braças superficiais e três estão acima deste limite.

Do levantamento do Povo Novo conclui-se que a ocupação dos terrenos se deu sem qualquer planejamento ou critério, uma vez que raramente coincide o dimensionamento de, pelo menos, duas propriedades. Ao que tudo indica, a ação oficial nesta área limitou-se apenas, entre 1776 e 1782, a legitimar a posse das terras que cada casal havia logrado ocupar a partir da reconquista; tanto havia terrenos de seiscentas mil braças

superficiais (dois), como de menos de dez mil (dezenove).

As chácaras dos arredores da Vila, principalmente da Torotama, e as mais distantes, do Povo Novo, permaneceram responsáveis pela produção agrícola da freguesia, que respondia pelo abastecimento do mercado local. Estranha-se o fato de que o recenseamento de 1786 não registra a presença de qualquer tipo de gado na Torotama, fazendo supor que esta lavoura fosse trabalhada sem qualquer auxílio de fôrça animal; em outras áreas, mesmo a existência de apenas um ou dois animais era registrada.

4. A ESTRUTURA ECONÔMICA NESSE PERÍODO

4.1. Situação dos rebanhos

No Povo Novo a criação em pequena escala era praticada ao lado da agricultura, registrando-se rebanhos de, em média, quatro a cem reses, dois a vinte bois, um a oito cavalos e três a vinte éguas por propriedade, sendo que as doze maiores apresentam rebanhos proporcionalmente maiores do que este. Destaca-se aí nitidamente uma certa preferência pela criação de éguas e, em muitos casos seu número é maior do que o de reses, mesmo nas menores propriedades, que chegam a ter até de trinta a cem éguas, sendo este o maior rebanho registrado nesse levantamento[33].

Nos arredores da Vila (1º Distrito), em 1786, registrava-se a criação de apenas cavalos e mulas, sem referência a qualquer rebanho vacum na região. As maiores propriedades possuíam em média de sessenta a quatrocentos cavalos, e de cem a mil mulas, e nas cinco menores registra-se a posse de, pelo menos, dois cavalos e quatro mulas. O fato, em princípio, parece justificar-se pela culminância do processo de exaustão dos rebanhos bovinos nessa região, precipitada pelo abandono das estâncias nos treze anos de ocupação espanhola. Já neste período o abastecimento se fizera principalmente a

---

[33]Esses dados devem ser avaliados tendo-se em conta que era comum aos colonos sonegar informações ao governo, como forma de esquivar-se das sucessivas requisições, quase nunca indenizadas.

partir dos domínios espanhóis pela rota Maldonado-São Carlos-Rio Grande[34], e à época da reconquista a população da Vila do Rio Grande não possuía qualquer tipo de rebanho[35]. A opção pela criação de cavalos e mulas a partir da reocupação do território acreditamos ter derivado ainda, em grande parte, pela injunção de novos condicionamentos de ordem econômica, principalmente pela concentração do gado bovino nos campos de Pelotas e do Piratini, que atendiam melhor às exigências, tanto da pecuária como do estabelecimento das charqueadas, ficando para a região sul da freguesia - da Vila para o Taim - a criação de animais de carga, que forma, sem dúvida, a peça fundamental, como transporte e como mercadoria, da ligação comercial do porto do Rio Grande, sediando as transações do "continente" e a região platina, a partir da década de oitenta.

4.2. Situação da agricultura

O setor agrícola da Freguesia do Rio Grande conheceu o início de sua recuperação a partir do reassentamento de pequenas propriedades nos arredores da Vila (principalmente na

[34]Durante o período de ocupação espanhola o confronto entre as duas forças antagônicas concentrara-se principalmente no saque dos rebanhos adversários, sobretudo na fronteira do Rio Grande.

[35]Cf. BOHM, op. cit., p. 121: "Cependant, quoique les Espagnols ne leurs ayent enlevé ni vache de lait, ni veau, ni cochon, (...) ces pauvres villageois, n'ayant, ni bœufs, ni chevaux, ni mules, ni charrettes (...), servent de peu utilité pour le présent".

Torotama) e no Povo Novo[36], o que se dará até fins de 1778. Enquanto isto, as forças de reconquista aquarteladas na região reviveram a dramática situação vivida pelos homens da expedição de Silva Paes entre 1737 e 1740[37].

Evidencia-se nos registros do General Böhm que a recuperação econômica da região, sobretudo da agricultura, não foi imediata à reconquista, não somente devido à rala presença de colonos e sua chegada progressiva ao longo dos quatro primeiros anos, mas sobretudo pelo conhecimento que os colonos tinham de que o comando militar não possuía numerário para pagamento das mercadorias que adquirisse[38], sendo-lhes já o gado tirado a força[39].

A recuperação da agricultura na freguesia se dará a partir de 1780, dentro dos padrões conhecidos na década de cinquenta: as chácaras estarão produzindo legumes e hortaliças para abastecimento do mercado local, e as grandes propriedades estarão garantindo, apenas, a própria subsistência. Mantém-se, ainda, a característica de um mercado consumidor retraído, na medida em que a mesma demanda extraordinária representada pe-

---

[36]Ibidem, p. 216

[37]Ibidem, p. 133 e segs. Veja-se ainda MONTEIRO, op. cit., p. 344.

[38]Ibidem, p. 214: "le paisan n'en conduit point où il sait qu'il n'a point d'argent". Veja-se ainda: ofício do governador José Marcelino ao Vice Rei, de 25.02.1780, apud FORTES, R.G.S. Pedro, povoamento ..., p. 109.

[39]Cf. BOHM, op. cit., p. 213-214.

lo aquartelamento de um exército nos arredores da Vila estava atrofiada pela falta de pagamento dos soldos, chegando neste momento mesmo os oficiais à "vergonha" de pedirem aos negociantes da Vila que lhes vendessem fiado o necessário "para se vestirem e sustentarem as suas famílias", tendo como resposta "continuadas escuzas, com maus modo"[40].

A reestruturação da economia da freguesia do Rio Grande colocava-se dentro do quadro geral da economia do "continente", em que somente dedicava-se à agricultura aquele colono cuja propriedade não permitia viver da criação. Tratava-se de uma agricultura praticada apenas por necessidade[41], e a razão da miserabilidade do setor prendia-se fortemente aos calotes oficiais de que eram vítimas os lavradores, há longos anos, por todo o "continente". Conforme reconhecia o governador Câmara, em 1783, para que qualquer política fomentista para o setor agrícola pudesse lograr êxito, seria necessário "desterrar antes a preguiça e a miséria" em que viviam "a maior parte dos lavradores", e demover a desconfiança reinante de que "para o futuro se lhes fará a mesma violência", pois a partir da per-

---

[40] Cf. Ofício do Coronel Joaquim Ribeiro da Costa (governador interino do "continente" na ausência de Cabral Câmara) ao Vice-Rei, da Vila do Rio Grande, 1.7.1787. AHRS, códice 104, v.9, p. 176v. Segundo o Coronel, esta tropa encontrava-se em "tão deplorável estado", que muitos homens não podiam sair do interior dos quartéis "por estarem sem fardamento e descalssos".

[41] Cf. Ofício do Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara ao Vice-Rei, da Vila do Rio Grande, 10.12.1783. Apud.RIHGB, Rio de Janeiro, Z. 40:259, 1877.

sistência dela sem dúvida os colonos se deixariam "antes constranger que cultivar mais que preciso para saciar a fome e precaver a nudez". O governador atribui, com segurança, que a preferência pela carne de gado para a alimentação, cujo preço "muito limitado" era tido como grande "felicidade", devia-se ao "regimen de se conservar no maior descuido a agricultura , e em particular auge a preguiça"[42].

A reorganização da agricultura na freguesia do Rio Grande na década de oitenta coincidiu com o fim da crise econômica que assolou o império português desde a década de cinquenta e com a adoção de uma série de medidas fomentistas por parte do governo português, que objetivavam valorizar a produção agrícola no Brasil, sobretudo a partir da introdução de novas culturas como algodão, arroz, anil, cochonilha e linho, visando diminuir o peso desses produtos na pauta de importação do império. A intenção era ainda de passar a exportar produtos como algodão e linho, sobretudo para França e Inglaterra, que iniciavam a fase de processamento industrial de matérias-primas[43].

Entre todos os produtos coube ao linho o maior incentivo do governo, que devido aos aumentos constantes de preços que vinha tendo no mercado internacional desde 1765, comprome

---

[42]Ibidem, p. 251. Veja-se ainda MONTEIRO, op. cit., p. 340.

[43]Cf. WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. RIHGB, Rio de Janeiro, 316:185, jul.-set. 1977.

tiam mais seriamente a balança de comércio português[44].

Em 1782 foi instalada na Freguesia do Rio Grande a Real Feitoria do Linho Cânhamo, em terras compradas pelo governo na Fazenda de Cangussu. A feitoria foi instalada com quarenta escravos trazidos da Fazenda Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e doze homens livres; posteriormente ela foi transferida para o Faxinal da Coirita[45].

O objetivo da Real Feitoria era "realizar experiências com o produto e distribuir sementes aos lavradores" para disseminar o cultivo[46]. Segundo Arno WEHLING, esta feitoria configura "uma medida extrema, fora dos quadros normais", de atuação do governo português, determinada pela resistência dos lavradores a novas culturas[47].

Entretanto essa resistência não foi vencida pela feitoria, nem pela ação do governo do "continente", e os colonos demonstraram muito pouco interesse pela nova produção, a maioria recusando-se a plantar o linho por dar preferência à pecuária, agora com maior ênfase devido ao advento da era da charqueada"[48]. Arno WEHLING coloca ainda como fatores que concor-

---

[44]Ibidem, p. 237.

[45]Cf. WEHLING, Arno. Conjuntura portuguesa e ação econômica no Rio Grande de São Pedro. SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ... Rio de Janeiro, IHGB/IHGMB, 1979, v. 1, p. 237-8.

[46]Cf. WEHLING, O fomentismo ..., p. 262.

[47]Ibidem.

[48]Cf. WEHLING, Conjuntura ..., p. 239.

reram para o fracasso "parcial" do linho no Rio Grande, a falta de recursos da Fazenda Real para estimular com prêmios o cultivo, ou mesmo para garantir o pagamento da produção, a insuficiência de conhecimentos técnicos, problemas com a mão-de obra escrava, deficiência de administração, desencontro entre autoridades e "manobras" de comerciantes metropolitanos, que, conforme salienta, são problemas que transcedem a problemática regional e estão longe de ser específicos desta produção, mas que estavam encrustados ao sistema colonial português de fins do século XVIII".[49]

Também o algodão não encontrou receptividade entre os colonos do Rio Grande. Em 1780, segundo BETTAMIO, há teares no "continente", mas "trabalham muito pouco e não se alcança deles obra alguma, ou por falta de algodão, ou por falta de o beneficiarem"[50]. Na Freguesia do Rio Grande, ainda em princípios do século XIX, o algodão era cultivado nas margens da lagoa dos Patos, mas o seu consumo, mesmo para a vestimenta de escravos, era preterido pelo uso da lã[51].

O fomentismo agrícola dos anos oitenta envolveu também o cultivo do trigo no "continente" do Rio Grande, com especial

---

[49]Ibidem, p. 243.

[50]Cf. BETTAMIO, Sebastião Francisco. Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul. 1780. RIHGB, Rio de Janeiro, 1930, p. 240.

[51]Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. (1820-1821). Trad. Leonam A. Penna. São Paulo, USP; Belo Horizonte, Itatiaia, 1974. p. 77,87; veja-se ainda p. 49 e 75.

interesse para o fornecimento de pão à tropa. Registraram-se, entretanto, para o desenvolvimento da cultura do trigo, os mesmos problemas que atingiram a produção do linho e do algodão, e a produção econômica do "continente" em geral. O interesse dos lavradores foi muito pequeno, e nocaso específico do trigo, a inexistência de celeiros na maior parte das propriedades que faziam o cultivo acarretava grandes perdas[52]. Segundo registro de BETTAMIO, o trigo era tomado aos colonos por meio de uma "derrama", e só muito mais tarde lhes era feito o pagamento, o que os levava "a esconderem a produção que tinham, e talvez a plantarem menos do que poderião"[53].

A agricultura da Freguesia do Rio Grande, como no restante do "continente", manteve-se portanto, neste período, até fins do século XVIII, ao nível de subsistência, desprezadas as possibilidades viáveis de uma vinculação com o mercado internacional[54]. Conforme salienta Mircêa BUESCU, apesar da dilatação da área economicamente ocupada, o predomínio do gado carreava a economia rio-grandense no sentido da "interiorização" do sistema e de desligamento do modelo mercantilista, o que concorreu grandemente para a configuração de uma

[52]Cf. BETTAMIO, op. cit., p. 234.

[53]Ibidem, p. 250.

[54]Cf. WEHLING, Conjuntura ..., p. 231.

economia de subsistência "próspera" e "diversificada"[55].

---

[55]BUESCU, Mircêa. Legitimação econômica da ocupação do Rio Grande de São Pedro. SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ... Rio de Janeiro, IHGB/IHGMB, 1979. v. 1, p. 592-3. Veja-se ainda: TRUDA, Francisco Leonardo. Aspecto Econômico do Rio Grande antes da independência nacional. IN: ________ A colonização alemã no Rio Grande do Sul. RIHGRS, Porto Alegre, 2 trim. 1930, p. 163-76. MORAES, Carlos Dante de. O povo rio-grandense nas vésperas de 35. IN: Figuras e Ciclos da história rio-grandense. Porto Alegre, Globo, 1959. p. 99-101.

CAPÍTULO V

CONSOLIDAÇÃO DEFINITIVA: 1790-1822

1. O QUADRO GERAL DA CAPITANIA

Neste capítulo apresentamos apenas uma apreciação geral do período enfocado. Deixamos de proceder a uma análise sócio econômica nos moldes em que procedemos para os períodos anteriores dado o volume de fontes primárias inéditas coletadas, que demanda, por sí só, uma tarefa das dimensões da que desenvolvemos para o conjunto dos períodos anteriores.

A opção pela pecuária, redefinida fisicamente a partir de 1780, com a extensão de estâncias de criação e charqueadas sobre as novas terras economicamente ocupadas, teve como fator determinante as secas que desarticularam a produção do norte e do nordeste (sobretudo do Ceará, Piauí, e interior da Bahia), e as charqueadas estabelecidas no "continente" a partir de 1780, já como reflexo da seca de 1774-1777[1], estarão em pleno funcionamento para abastecer o mercado interno do país ao iniciar-se o segundo período de seca, de 1791 a 1793; e esta terá o efeito de ampliar ainda mais o setor charqueiro do Rio Grande. Mas a ampliação do setor deve-se sobretudo ao aumento crescente da demanda de gêneros alimentícios nas áreas urbanas e rurais do centro e norte do país, em virtude do aumento também crescente da população (em que se incluem os escravos), conjugada ao espaço deixado pela quebra da pro-

---

[1]O cearense José Pinto Martins estabeleceu a primeira charqueada do Rio Grande em 1780, em terras cedidas pelo Governador da Capitania a Manoel Carvalho de Souza, junto ao arroio Pelotas (Cf. SPALDING, Pecuária ..., p. 134).

dução nordestina. Esses fatores estimularam o Rio Grande a aumentar com segurança a sua produção nesse curto período de tempo e a transformar-se numa das áreas de crescimento (medido em termos de importação e exportação per capita) mais rápido no império português, no período de 1780 a 1820, e determinaram, sobretudo, a definitiva integração da capitania com o centro e o norte do país[2].

Com o fim do monopólio do sal, em 1801, a pecuária gaúcha pôde colocar seus produtos a preços mais baixos com maiores margens de lucros, o que viabilizou uma maior penetração no mercado nordestino. Conforme BAUSS, por volta de 1805 o comércio de charque gaúcho estava totalmente estabelecido e contava com um crescimento comercial garantido[3]. A terceira seca nordestina, de 1803 a 1810 vai firmar, definitivamente, a posição dos produtos da pecuária gaúcha no mercado nacional.

Embora parte da produção do Rio Grande fosse reexportada do Rio de Janeiro para o mercado internacional, os mercados por excelência dos produtos gaúchos foram os centros litorâneos brasileiros e o interior desses centros[4].

Entre 1790 e 1815 os produtos da pecuária respondem por setenta por cento do total de exportações da Capitania, des-

---

[2]Cf. BAUSS, Rudy. Rio Grande do sul in the portuguese empire: the formative years, 1777-1808. The Americas, 39(4): 521, 526, 535, abr. 1983.

[3]Ibidem, p. 527.

[4]Ibidem, p. 524.

tacando-se a carne salgada (charque), couro cru, sebo e graxa em primeiro lugar, e a exportação de gado em pé - cavalos e mulas para São Paulo e bovinos para o Rio de Janeiro, onde eram reexportados para outras regiões, em segundo lugar. Os restantes trinta por cento da exportação gaúcha eram preenchidos por trigo, queijos, peixe salgado e "outros artigos de menor representação"[5].

Os importadores dos produtos gaúchos efetuavam seus pagamentos com pouco dinheiro, muitas mercadorias européias, e principalmente com vinhos, sal, açúcar, rum, especiarias, chapéus, fumo, escravos, toda espécie de tecedura, ferragens, aço e ferro para obrar[6]. Com a centralização da produção econômica no setor pecuário, o Rio Grande via-se inteiramente dependente do abastecimento desses produtos via mercado externo, mas embora a população gaúcha viesse em ritmo de crescimento acentuado desde 1780, passando de 18.000 habitantes neste ano, para 44.500 em 1807[7], o volume de ingresso de grande parte dessas mercadorias excedia de longe as necessidades internas de consumo, sobretudo no que se refere aos artigos de vestimenta e

---

[5]Cf. FERNANDES, Domingos José Marques. Descrição geográfica, política, civil e militar da CApitania do Rio Grande de São Pedro do Sul: 1804. Pesquisas, Porto Alegre, (15):45-7, 1961. Veja-se ainda: BAUSS, op. cit., p. 525. MORAES, op. cit., p. 104.

[6]Cf. FERNANDES, op. cit., p. 47. BAUSS, op. cit., p. 528. Veja-se ainda: CHAVES, Antônio José Gonçalves, Memórias economo-políticas sobre a administração pública do Brasil. Quinta Memória. Separata da RIHGRS. Porto Alegre, 2-3 trim. 1922, p. 115-38.

[7]BAUSS, op. cit., p. 522.

habitação, que estavam acima do padrão comum de vida dessa população, dona de hábitos simples e rudes[8], arraigados na pobreza e miséria que marcaram o "continente" desde sua ocupação inicial e que ainda agora só estão superados pelas camadas hegemônicas dos maiores centros, que são Porto Alegre, Rio Pardo e Rio Grande.

Mas o sistema de trocas mantido entre o Rio Grande e o centro-norte do país, na realidade, visava apenas em parte o mercado interno da Capitania, estando voltado muito mais diretamente para o antigo, dependente e essencial mercado platino. Desde o restabelecimento da paz, em 1777, as ligações comerciais clandestinas entre o Rio Grande e o Rio da Prata haviam sido restabelecidas, e tanto a criação do Vice-Reinado do Rio da Prata em 1776, como a permissão para comércio direto de Buenos Aires com sua metrópole em 1777, não foram suficientes para minimizar o vulto do tradicional comércio de contrabando da região. A permissão obtida por Buenos Aires estava longe de corresponder às suas reais necessidades, e o apelo ao abastecimento via Rio Grande, sobretudo entre 1777 e 1815, adquiriu ainda maiores proporções, na medida em que também as províncias platinas experimentavam o seu surto de crescimento populacional e econômico[9].

Em função de seu tradicional comércio com o Rio da Pra-

[8]Cf. FERNANDES, op. cit., p. 243, 266, 267. LUCCOCK, op. cit., p. 123, 130, 131. SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 19, 20, 21, 80, 86, 90, 187, 188.

[9]Cf. GARCIA, op. cit., p. 112. BAUSS, op. cit., p. 530-1.

ta, a Capitania do Rio Grande adquire, na última década do século XVIII, a função de principal centro de contrabando do país, unindo o Rio de Janeiro e o nordeste aos territórios platinos[10]. Embora controlado pelos comerciantes do Rio de Janeiro, para onde era remetida a maior parte da prata recebida de Buenos Aires em pagamento dos produtos, esse comércio era altamente rendoso para todas as partes.

O vulto desse comércio ilegal era, agora, inúmeras vezes maior do que fora até 1763[11], e a sua nova sede, diante da perda definitiva da Colônia do Sacramento, ficou assentada na Vila do Rio Grande de São Pedro, concretizando-se, dessa forma, os antigos projetos e previsões dos fundadores do presídio do Rio Grande.

---

[10]Cf. BAUSS, op. cit., p. 530-1.

[11]Ibidem, p. 530-4.

2. O QUADRO GERAL DA FREGUESIA DO RIO GRANDE

Ao ser discutida a transferência da capital para Porto Alegre ou seu retorno para a Vila do Rio Grande, pesaram em favor da primeira localidade fatores como a facilidade de defesa, a centralização do território, a fertilidade do solo para a agricultura, a existência de madeiras de boa qualidade para construção, inclusive naval, a abundância de água potável, a segurança do terreno para a construção e a existência de boa fábrica de telhas e tijolos.[12] Tudo isto faltava à Vila do Rio Grande, e a sua existência fora até então marcada pela luta constante de seus habitantes contra essas adversidades.

O advento da era da charqueada surpreende a Vila do Rio Grande completamente arruinada, com suas casas de madeira e palha em processo de decomposição após os treze anos de abandono, e na luta incessante contra as areias invasoras. A reocupação do território atrelou novamente a Vila e sua Freguesia ao processo de desenvolvimento do "continente", e em plena fase de reestruturação, na década de pitenta, a Vila do Rio Grande foi envolvida pelos novos acontecimentos econômicos da Capitania. É pelas terras da Freguesia que se estendem, um após outro, os estabelecimentos de charqueadas.

---

[12]Cf. OFÍCIO do Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara, ao Vice-Rei, em 22.12.1780. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 40, parte I, p. 243-6. Veja-se ainda: FORTES, João Borges. Velhos caminhos do Rio Grande do Sul. RIHGRS, Porto Alegre, 4 trim., 1938, p. 248. FORTES, _De sertão_ ..., p. 160.

O comércio interno da Capitania se processa principalmente pela via fluvial, através de hiates que descem ou sobem do porto do Rio Grande pela lagoa dos Patos até o canal de São Gonçalo, buscando os rios que desaguam na lagoa Mirim -o Pelotas, o Santa Bárbara, o do Pestana, o da Palma, o do Chasqueiro {sic}, o Arroio Grande, o das Bertanhas {sic}, o dos Arrombados, o do Juncal e o Jaguarão, ou os da lagoa dos Patos - arroio de Contagem, de Correntes, o Cangussu, o São Lourenço, o Boqueirão e o Camaquã[13]. Estes são, na verdade, os rios da integração do setor charqueiro, e localizam-se, os mais importantes, em terras da Freguesia do Rio Grande[14], que abrange um terço do território da Capitania[15].

A ocupação econômica do território da Freguesia, através da pecuária, das charqueadas e, secundariamente, do trigo, que são atividades que acarretam, normalmente, fraca densidade demográfica em suas áreas de expansão, para a freguesia do Rio Grande acarretou um importante crescimento populacional. A estrutura sócio-econômica da charqueada e das estâncias, configurando estabelecimentos autônomos, que garantiam a própria subsistência, permitia-lhes ter uma existência quase de isolamento do centro da Freguesia; a vida religiosa, para ser preservada, era mantida pelo estancieiro através da construção de Oratórios em suas propriedades, com párocos contrata-

---

[13]Cf. FERNANDES, op. cit., p. 18-9.

[14]Cf. CHAVES, op. cit., p. 287. Veja-se ainda LUCCOCK, op. cit., p. 122, 143. Sobre a produção econômica da Freguesia veja-se CHAVES, op. cit., p. 108-14.

[15]Cf. FERNANDES, op. cit., p. 34.

dos, algumas vezes por vários estabelecimentos da mesma região, ou por párocos que eram membros da própria família do proprietário, havendo casos em que estes mesmos eram párocos. A ocupação demográfica do território da Freguesia do Rio Grande pode ser avaliada pelo alastramento desses Oratórios por suas propriedades, a partir dos registros de casamentos assentados nos livros da Matriz de São Pedro, ante a apresentação da certidão do evento[16]. Até 1793 registra-se a existência apenas da Capela Filial do Povo Novo; em 1794 surgem as primeiras referências aos Oratórios: o de Nossa Senhora dos Prazeres (da Fazenda de Pelotas), o de São Francisco de Paula de Piratini, o do Reverendo João Alves Chaves, o da Fazenda de João Cardoso da Silva, e o do Erval. Em 1795 surgem: o de Nossa Senhora da Conceição e São Domingos (de Cangussu), o do Espírito Santo do Piratini (de José Alves Chaves) e o do Reverendo João de Castro Ramalho; em 1796, os Oratórios de Camacuam, Capão Grande, Nossa Senhora do Amparo (de Piratini) e de Nossa Senhora da Conceição dos Serros de Santa Ana (do Vigário da Vara, Dr. Pedro Pereira Fernandes de Mesquista) ;

---

[16]Nos Livros da Matriz não se verifica o mesmo procedimento em relação aos eventos de batisados e óbitos. Segundo Carlos Dante de MORAES, "em virtude de uma pastoral do Bispo do Rio de Janeiro, ninguém podia batisar os filhos fora da Matriz, a não ser munidos de uma provisão do Vigário da Vara, à razão de oito patacas". (op. cit., p. 112). Certamente o baixo poder aquisitivo da população dos campos impedia o uso generalizado dos batismos e óbitos nos Oratórios.

em 1798: o Oratório da Guarda do Arroio Grande, o de Nossa Senhora da Conceição do Arroio das Pedras, o do Reverendo Feliciano Antônio de Almeida (em sua Fazenda), o de São José (de Piratini) e o da Guarda de São José da Coxilha; em 1800 aparecem as primeiras referências aos Oratórios de São Lourenço e de Nossa Senhora da Conceição (do Piratini), à Capela de São José do Norte e ao Oratório do Arroio do Moreira; em 1801, os Oratórios do Taim, de Mostardas, de Nossa Senhora do Livramento e o da Fazenda do Capitão Vieira; em 1804 : o de Nossa Senhora da Conceição da Guarda do Serrito e o de São Francisco de Paula do rio São Gonçalo; em 1805: o de Nossa Senhora da Conceição do Serro da Buena e o de São João Batista (da Fazenda de João Cardoso); em 1809: o Oratório do Padre Antonio Pereira (cujo local não conseguimos identificar), o de Santa Cruz (do Piratini), o da Fazenda da Candiota e o da Fazenda da Boa Vista do Boqueirão; e em 1813 surge a primeira referência ao Oratório das Bertanhas.

Entre 1795 e 1812, de 66,2% (em 1799) a 86,6% (em 1806) do total de casamentos registrados nos livros da Matriz de São Pedro foram realizados nesses Oratórios, conforme demonstra a tabela 39.

Tabela nº 39 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro.
Casamentos realizados de 1794 a 1812.

Ano	Total de Registros	Local de Celebração			
		Matriz S. Pedro		Oratórios	
		nº	%	nº	%
1794	79	44	55,7	35	44,3
1795	81	47	58,0	34	42,0
1796	57	13	22,8	44	77,2
1797	57	39	68,4	18	31,6
1798	65	21	32,3	44	67,7
1799	64	21	32,8	43	67,2
1800	71	24	33,8	47	66,2
1801	75	25	33,3	50	66,7
1802	61	16	26,2	45	73,8
1803	49	14	28,5	35	71,4
1804	90	20	22,3	70	77,7
1805	78	27	34,6	51	65,4
1806	90	12	13,4	78	86,6
1807	65	12	18,5	53	81,5
1808	90	14	15,5	76	84,5
1809	88	19	21,6	69	78,4
1810	76	19	25,0	57	75,0
1811	50	10	20,0	40	80,0
1812	47	18	38,3	29	61,7
TOTAL	1.333	415	31,1	918	68,9

A ocupação econômica da Freguesia determina um expressivo aumento demográfico: em 1780, eram 2.421 seus habitantes (1.825 livres e 596 escravos)[17]; em 1803 esse número eleva-

[17] Cf. Mapa nº 10. (Capítulo IV, p. 228).

se em 246,5%, chegando-se ao total de 8.390 habitantes, sem contar a tropa de linha, os que têm menos de um ano de idade e aqueles que andam nos campos, pelas charqueadas, sem domicílio certo[18].

O crescimento econômico e populacional da Capitania, e principalmente os graves problemas causados pela centralização de toda a administração civil e judiciária em Porto Alegre, que sediava a única Câmara existente (cujo foral pertencia ainda à Vila do Rio Grande, que se via privada de qualquer órgão de justiça), determinaram, em 1809, a dividão do território em quatro municípios: Porto Alegre, Rio Pardo, Santo Antonio da Patrulha e Rio Grande[19].

A Vila do Rio Grande foi mantida na condição de sede do seu Município, e teve instalada a sua Câmara em 12 de fevereiro de 1811[20] conseguindo a sua própria magistradura: um

---

[18]Cf. CAMARGO, Antonio Eleutério de. Apenso ao Quadro estatístico e geográfico da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Typ. do Jornal do Comércio, 1868.

[19]Cf. BARROSO, Vera Lúcia Maciel. A formação da primeira rede de vilas no Rio Grande de São Pedro. Revista de Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, PUG, 6(2):154, dez. 1980.

Vide Mapa nº 13. Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, 1809. Reconstituição histórico-cartográfica, executada no Dep. de Estatística do Estado do Rio Grande do Sul por João C. Campomar Jr. em julho de 1942. Cópia obtida junto ao AHRS (017).

[20]Cf. MONTEIRO, Antenor de O. Os homens do segundo vilamento do Rio Grande. RIHGRS, Porto Alegre, (105-108): 123, 1947. O autor apenas incorre em equívoco ao supor que a insta-

Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul
1809
MUNICIPIO DE RIO PARDO
MUNICIPIO DE MISSÕES
MUN. DE STO. ANTONIO
MUN. DE P. ALEGRE
MUN. DE RIO GRANDE
S.Nicoláu
Santo Angelo
S.Luiz Gonzaga
S.Lourenço
S.João Baptista
S.Miguel Archanjo
S.Francisco de Borja
N.S. da Oliveira de Vacaria
Cima da Serra
Sta. Christina
Santo Ant.º da Patrulha
S.José do Taquary
N.S. do Rosario do Rio Pardo
N.S. da Conceição da Cachoeira
N.S. do Rosario de S.Gabriel
N.S. da Assumpção de Caçapava
Sta. Barbara da Encruzilhada
N.S. MADRE DE DEUS DE PORTO ALEGRE
N.S. da Conceição de Viamão
S.Luiz Gonzaga de Mostardas
N.S. do Rosario do Serrito de Canguçu
N.S. da Conceição de Piratiny
S.Francisco de Paula
N.S. da Conceição do Estreito
S.José do Norte
Rio Grande de S.Pedro do Sul
S.João Baptista do Herval
N.S. Virgem da Conceição do Jaguarão
Sta. Victoria do Palmar do Lemos
Terras do Arapey, então pertencentes á Capitania, segundo os limites demarcados para o Municipio de N.S. da Conc. do Alegrete em 25-10-1831.
CONVENÇÕES:
Vila, séde do Governo
Vila, séde de municipio
Freguezias
Capelas
Povoados
Sete povos das Missões
Limite municipal
Limite exterior
Reconstituição historica-cartografica, executada no Dep. Est. de Estatistica do Estado do Rio Grande do Sul por João C. Campomar Jor., desenhista-cartografo. Julho, 1942.

juiz ordinário e de órfãos, vereadores, procuradores, almotáces, escrivães, tabelionatos, alcaides, distribuidores e contadores[21]. No mesmo ano tem instituído o seu primeiro Código de Posturas[22]. O Município do Rio Grande compreendia, além da Freguesia do Rio Grande, as Freguesias de Estreito e Mostardas[23].

No ano seguinte - em agosto de 1812 - a Freguesia da Vila do Rio Grande sofre perda considerável em sua jurisdição com o desmembramento da então criada Freguesia de Pelotas, elevada a paróquia com o nome de São Francisco de Paula[24]. Esta perda faz com que o total de população da freguesia desça, nos mapas de população, de 8.390 habitantes, em 1803, para 3.590, em 1814[25].

Os Oratórios da Freguesia são agora apenas o do Taim, o do Forte de Santa Tereza, o do Padre Francisco Pereira Duarte; abrange ainda a Capela Filial do Povo Novo[26]. No perío

---

lação de uma segunda Câmara na Vila do Rio Grande devia-se ao fato de não terem sido "observadas certas formalidades" na instalação da primeira Câmara, em 1751.

[21]Cf. FORTES, R:G:S. Pedro povoamento e conquista. p. 136. Veja-se CHAVES, op. cit., p. 104.

[22]AHRS. Correspondência do governo, maço 1.

[23]Cf. BARROSO, op. cit., p. 158. Veja-se ainda: MACEDO, Francisco Riopardense de. Urbanização, história e revolução urbana. Correio do Povo. Porto Alegre, 7 abr. 1973. Caderno de Sábado, p. 16.

[24]Cf. SPALDING, op. cit., p. 134.

[25]Cf. CAMARGO, op. cit.

[26]Cf. registros de casamentos nos livros da Matriz de São Pedro, de 1813 a 1822.

do de 1813 a 1822 a quase totalidade dos casamentos da Freguesia do Rio Grande foi celebrada dentro da Matriz de São Pedro, conforme demonstra a Tabela **40.**

Tabela nº 40 - Freguesia do Rio Grande de São Pedro.
Casamentos realizados de 1813 a 1822.

Ano	Total de registros	Local de Celebração			
		Matriz S. Pedro		Oratórios	
		nº	%	nº	%
1813*	46	21	43,6	25	54,3
1814	27	21	77,7	6	22,3
1815	19	16	84,2	3	15,8
1816	21	16	76,2	5	23,8
1817	22	21	95,5	1	4,5
1818	17	13	76,4	4	23,6
1819	17	12	70,6	5	29,4
1820	35	29	82,8	6	17,2
1821	21	14	66,7	7	33,3
1822	30	20	66,7	10	33,3
TOTAL	255	183	71,8	72	28,2

* Ano de transição.

O desenvolvimento da Freguesia e da Vila do Rio Grande nas duas primeiras décadas do século XIX esteve, sem dúvida, vinculado estreitamente à expansão da região pelotense, mas o seu desligamento não trará efeitos sensíveis sobre a dinâmica de sua evolução. Prevalece, até o fim do período colonial, a centralização das atividades econômicas da Capitania em torno da pecuária e do charque, cujas transações comerciais eram centralizadas no porto e Vila do Rio Grande.

A vida econômica, política e social da Capitania corre homogênea: as guerras platinas (com a desgastante prontidão militar), as deficiências da máquina administrativa e o início da desorganização da economia que se dará a partir da decadência da qualidade do charque em função do aumento desordenado da produção e da concorrência da produção platina através do contrabando, afetarão igualmente os setores de produção e os setores de comércio. Mas a Vila do Rio Grande, através de seu porto, teve garantido um considerável nível de desenvolvimento, que se reflete, sobretudo, no crescimento de sua área urbana; desenvolvimento que ganha vulto assombroso se consideradas as críticas condições que marcaram sua existência ao longo dos mais de setenta anos decorridos desde sua fundação, e sobretudo se levado em conta que as suas condições físicas adversas prevalecem ainda nesta fase de prosperidade.

3. CONSOLIDAÇÃO DA VILA DO RIO GRANDE NO CONTEXTO NACIONAL

Ao iniciar-se o século XIX a Vila do Rio Grande de São Pedro havia se transformado, portanto, no principal centro de comércio - legal e ilegal - da Capitania[27]. Os reflexos do movimento portuário determinaram e condicionaram, de forma decisiva, o crescimento sócio-econômico da Vila e a sua modernização urbana.

A nível sócio-econômico repercute principalmente o aumento da demanda de serviços portuários e de reparos e serviços nos navios, gerando uma gama considerável de empregos locais.

Ainda neste nível situa-se o desenvolvimento de uma elite comercial abastada, em não raros casos associada aos setores de produção do interior da Freguesia ou mesmo da Capitania. Essa elite começara a formar-se por volta de 1780[28], e em 1808 o número de comerciantes estabelecidos na Vila alcança a quarenta[29]; desses, dezenove são portugueses, e os demais procedem da Colônia do Sacramento, de Viamão, da Ilha de Santa Catarina e do Rio de Janeiro; um é espanhol, e um outro é italiano, e apenas um é natural da Freguesia do Rio Grande[30].

---

[27]Cf. BAUSS, op. cit., p. 531.

[28]Cf. OFÍCIO do Governador Cabral Câmara, cit. acima nota 12.

[29]Cf. GODINHO, Manuel Antonio de Magalhães. Relação dos comerciantes da Capitania de todo o Rio Grande de S. Pedro do Sul. 1808, BNRJ, Mss. I-29, 20, 2:27.

[30]Cf. Levantamento dos livros de casamentos, batizados e óbitos da Matriz de São Pedro: 1780-1822. (FRF)

Ao iniciar-se os anos dez, segundo LUCCOCK, os principais negociantes da Capitania residiam ou tinham seus agentes estabelecidos na Vila do Rio Grande, o que na opinião desse viajante lhe dava a dimensão de "maior mercado do Brasil Meridional"[31].

Em 1809 havia uma casa comercial inglesa estabelecida na Vila. Segundo ainda LUCCOCK, numa restrospectiva de toda a década seguinte, em que esteve na Vila, "os residentes eventuais britânicos não constituíam número grande"; formavam uma pequena comunidade, da qual LUCCOCK fez parte, que se reunia em "uma espécie de clube inglês", devido à falta de restaurantes ou cafés na Vila e aos bilhares serem "locais de frequência bastante mesclada, onde frequentemente se verificavam cenas de bulhentas disputas"[32].

Em nenhum exagero incorre a afirmação de que todo o progresso e desenvolvimento da Vila do Rio Grande adveio da sua função comercial e da ação interessada e direta de seus comerciantes diante de seus problemas mais graves, substituindo a inércia a que a Câmara local se via obrigada em razão de contar com rendimentos que não garantiam, sequer, a sua própria manutenção[33].

Em 1804 esta elite comercial consegue do governo central a instalação da Alfândega do Rio Grande. Mas essa Alfân

---

[31]LUCCOCK, op. cit., p. 116.

[32]Ibidem.

[33]Cf. MONTEIRO, Os homens ..., p. 127-8.

dega era tão precária e deteriorou-se tão inteiramente, que LUCCOCK compara-a a "uma velha cocheira inglesa"[34], e para Gonçalves CHAVES ela "não vale a pena de se botar embaixo"[35]; em 1833, entretanto, o viajante Arsène ISABELLE nos dá notícia de uma Alfândega "espaçosa", construída pelos "negociantes de São Pedro", com o objetivo de "atrair o comércio estrangeiro"[36].

A dragagem do cais e a construção do porto, concluídas em 1823, trouxeram para a Vila do Rio Grande os navios com mais de duzentas toneladas, que anteriormente só tinham acesso ao porto de São José do Norte, para onde as mercadorais eram levadas e trazidas, com passagem pela Alfândega do Rio Grande, em embarcações menores, numa operação muitas vezes arriscada devido à ação dos ventos no canal, e sempre bastante onerosa para os armadores[37]; estas também foram obras construídas, segundo ISABELLE, com parte da "fortuna" dos comerciantes da Vila[38].

As principais obras públicas da Vila do Rio Grande ao iniciar-se a década de trinta, são, ainda segundo ISABELLE , fruto do empreendimento financeiro de seus comerciantes: um

---

[34]LUCCOCK, op. cit., p. 118.

[35]CHAVES, op. cit., p. 141.

[36]ISABELLE, Arsène. Viagem ao Rio Grande do Sul. (1833-1834) Trad. Dante de Laytano. Porto Alegre, SEC, 1946. p. 77.

[37]Cf. FERNANDES, op. cit., p. 15-6, 35. ISABELLE, op. cit., p. 77.

[38]Cf. ISABELLE, op. cit., p. 77.

teatro, que substituía o arruinado Teatro São Pedro, estava pronto, e as obras do Paço do Conselho estavam em andamento. O grupo é exaltado pelo "espírito de associação"[39] e pelo progressismo de suas idéias[40].

A histórica função militar da Vila do Rio Grande, mantida até o Tratado de 1777, termina definitivamente substituída pela função comercial ao iniciar-se o século XIX. A atividade mais importante desempenhada pelo antigo forte de Jesus-Maria-José gira, agora, em torno do mastro semáforo nele localizado, e consiste em assinalar a chegada de navios à barra e o número dos que entram nela durante à noite; segundo LUCCOCK, os seus canhões herdados aos espanhóis, estão montados sobre carretas que estavam colocadas "num círculo suficientemente distante do canal para não causar o mínimo aborrecimento a um inimigo que se aproxima", e "se desmantelariam ao primeiro disparo"[41].

O complexo comercial da Vila do Rio Grande em 1822 compreende vinte e quatro lojas de fazenda, quinze armazéns de atacado, três boticas, dois ferreiros, dois tanoeiros, dois ourives, duas lojas de louça, dois latoeiros e um cäldereiro[42], a maior parte localizada junto ao porto, na rua da Praia, que margeia o canal.

No início do século XIX pertencem às famílias de comerciantes as melhores residências de tijolos e telhas (importa

---

[39]Ibidem.

[40]Cf. DREYS, op. cit., p. 113, 118, 164.

[41]LUCCOCK, op. cit., p. 117.

[42]Cf. CHAVES, op. cit., p. 325.

dos de Porto Alegre) da Vila. Elas estavam localizadas também na rua da Praia, e segundo a crítica aguçada de SAINT-HILAIRE, eram "belas casas", todas com sacadas e balcões de ferro[43].

Ao finalizar o período colonial a Vila era formada por seis ruas consideradas principais, que corriam paralelas ao porto, atravessadas por vários becos estreitos. Em nenhuma delas existia calçamento[44]. A mais importante era a rua da Praia - a mais comprida, também - e juntamente com a sua primeira paralela agrupava a quase totalidade das construções mais importantes e mais modernas; segundo SAINT-HILAIRE, apenas seis ou oito sobrados não estavam nestas ruas[45].

---

[43]Cf. SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 64.

[44]Cf. DENIS, Ferdinand & TAUNAY, Hipollyte. Le Brésil; ou Histoire, moeurs, usages et costumes des habitantes de ce Royaume.Paris, Nepveu, 1822. p. 270: "les rues, au lieu d'être paveés, sont couvertes d'un sable excessivement fin, qui au moindre vent forme des tourbillons excessivement incommodes". Veja-se ainda: SAINT-HILAIRE,op. cit., p. 64. LEITÃO, C. de Mello. O Brasil visto pelos ingleses. São Paulo, Ed. Nacional, 1937. p. 177. (testemunho de Henderson).

[45]Cf. SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 64. Veja-se COPSTEIN, Evolução ..., p. 43-68.

Vide Mapa nº 14: Planta do Rio Grande de São Pedro do Sul tirada por ordem da Câmara Municipal em 8 de abril de 1829. Cópia obtida junto à Prefeitura Municipal do Rio Grande. Esta planta, embora tenha sido levantada sete anos após a descrição de SAINT-HILAIRE, permite uma excelente avaliação do que seria a Vila descrita e do nível de expansão que se vinha operando.

PLANTA DA VILLA DO RIO
GRANDE DO SÃO PEDRO DO
SUL, TIRADA POR ORDEM DA
COMARCA MUNICIPAL EM
8 DE ABRIL DE 1829
AS QUADRAS ADOÇADAS DE INCARNADO, MOSTRÃO TUDO
QUANTO ESTÁ EDIFICADO, ISERCADO
AS ADOÇADAS DE VERDE, MOSTRÃO OS TERRENOS DEVOLUTO,
E DISPOVOADO, QUE SEAXÃO EMTERMOS DESEEDIFICAR
DALINHA ADOÇADA DE AMARELO Pa FORA, HÉ TERRENO
ARENOZO COM COMBROS; EPOR ISSO INCAPAS DESEPOVOAR
DA LINHA DEBISTRE SALPICA DEPONTINHOS, Pa FORA, MOSTRA
OSPATANOS DESTA POVOAÇÃO
A PRAÇA DE SÃO PEDRO CRIADA PELO MERITISSIMO JUIZ
DE FORO DESTA VILLA AGOSTINHO MOREIRA GUERRA EM
1828 QUE DESPOIS DESTA PLANTA FEITA SESOUBE.
CAMINHO DA MARGUEIRA
RUA DO PANTANO
BECO DO CARMO
RUA DO CORPO DA GUARDA
RUA DA ALFADIGA
RUA DO ASSOUGUE
BECO DO JOAQUIM MIZ
RUA DO ROZARIO
RUA DOS COMOROS
PRAÇA DO POÇO
BECO DE FCO. MARQUES
RUA DO POÇO
RUA DO PITO
RUA DO CUNHA
RUA HOSPITAL
RUA DIREITA
BECO DA D. GENOVEVA
RUA DA PRAIA
TRAV. DO CUNHA
BECO FCO. MARQUES
BECO E TRAV JOAQUIM MIZ
BECO DO CAPITÃO MOR
BECO DO CARMO
RUA NOVA DAS FLORES
BECO TRAV DA CATRAIA
PRAÇA DA ALFANDIGA
S. PEDRO
BECO DO BRAGA
BECO DO LIMA
BECO DO PALACIO
BECO DO LOUZADA

O setor "antigo" da Vila, formado pelas outras quatro ruas paralelas e seus becos, era ocupado pela população pobre, com suas "cabanas pequeninas e baixas, feitas de barro e cobertas de plha"[46]. Entre essas moradias, entretanto, seguramente se encontrariam, se as houvesse, poucas que fossem testemunhas de períodos anteriores da evolução histórica da Vila; a ação constante das areias agia sobre o precário material de que eram feitas, obrigando seus moradores a sucessivas renovações, e com muita freqüência essas casas iam sendo abandonadas diante da invasão das areias[47].

As adversidades impostas aos habitantes e a todos quantos passassem temporariamente pela Vila, principalmente no que se refere aos ventos e à areia e à sua existência monótona, marcavam fortemente a divulgação do seu perfil. A crítica severa a esses incovenientes não escapou a nenhum dos viajantes que por aí passaram [48]. Em 1816 foi publicado em Lisboa um soneto que retrata a amarga vivência de seu autor

---

[46]LUCCOCK, op. cit., p. 117. Veja-se ainda: SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 64. Sobre a divisão natural das vilas coloniais brasileiras em áreas específicas de raças, classes e ofícios veja-se OMEGNA, Nelson. A cidade colonial. 2 ed. Brasília, EMBRASA; INL; MEC, 1971. p. 21.

[47]Cf. CHAVES, op. cit., p. 142-3. LUCCOCK, op. cit., p. 117.

[48]Cf. LUCCOCK, op. cit., p. 118. DENIS, op. cit., p. 270. SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 57, 61, 63. DREYS, op. cit., p. 54-5. ISABELLE, op. cit., p. 78. MAWE, John. Viagens ao interior do Brasil. Trad. Fr. Polidoro de N. S. da Lapa, Impressão Régia, 1819. p. 88.

na Vila do Rio Grande poucos anos antes:

> "Tetos de erva, paredes de pântano,
> nome de Vila e construção de aldeia,
> quase coberta de volante areia
> dos cômoros que aqui crescem todo o ano:
>
> brisas do vento leste e minuano,
> de moscas, pulgas, bichos é bem cheia;
> não sei quem tanto inseto aqui semeia
> para causar às gentes nojo e dano!
>
> De pé um diminuto batalhão,
> de cavalo os dragões mais esforçados,
> de voluntários uma legião.
>
> Dizem que há nos campos muitos gados;
> esta é do Rio Grande a habitação
> onde purgando estou os meus pecados"[49]

Mas apesar das areias, dos ventos, dos bichos, e de tudo o que nela pudesse faltar, a Vila do Rio Grande entrava pelo século XIX a dentro em franco desenvolvimento. Entre 1811 e 1819 o número de suas habitações sobe de 269 para 348, e já nesse período possui três boas igrejas: a Matriz de São Pedro, a da Ordem Terceira de São Francisco e a de Nossa Senhora do Monte do Carmo[50].

---

[49]Apud SPALDING, Walter. O porto do Rio Grande nos primeiros anos de 1800. O Rio Grandense, Rio Grande, 18 dez. 1936. p. 1.

[50]Cf. CHAVES, op. cit., p. 141. SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 65. A Igreja de N. Sra. do Monte do Carmo localizava-se onde é atualmente o cruzamento das ruas Marechal Floriano e Benjamin Constant, segundo testemunho de pessoas que a

A elite comerciante faz seu processo de modernização importando os hábitos de viver das capitais européias[51], enquanto as camadas da população que se seguiam permaneciam à margem desse processo. A primeira escola da Vila, para ensino de latim, será criada somente em 2 de outubro de 1822[52]. Mas as preocupações com cultura e modernização de hábitos, mesmo para a classe hegemônica estavam, sem dúvida, em segundo plano. A luta dos habitantes da Vila do Rio Grande era dirigida para a dominação do meio físico-geográfico que lhe era, de todos os modos, adverso. Na percepção de Nicolau DREYS, a Vila parece "indiferente e como estrangeira ao território que ocupa", e isto não se devia "senão ao caráter ativo e empreendedor dos habitantes" dela. A natureza ia sendo vencida, e em lugar da impotência e miséria que caracterizavam sua existência durante o século XVIII, havia a prosperidade. Na visão de

conheceram antes de ser demolida; os livros de óbitos da Matriz do início do século XIX já acusam a existência de suas catacumbas, de que existem fotografias de inícios do século XX na Biblioteca Rio-Grandense.

[51] Cf. LUCCOCK, op. cit., p. 130-1. SAINT-HILAIRE, op, cit., p. 80, 81, 86, 90, 187, 188.

[52] Cf. SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 64. O primeiro estabelecimento de ensino de toda a Capitania foi o Colégio das Servas de Maria, criado pelo Governador José Marcelino em 1778 para crianças indígenas (Cf. CALENDÁRIO histórico escolar do Rio Grande do Sul, cit., p. 8). O subsídio literário vinha sendo cobrado desde 1813, com o objetivo de criar escolas, mas era desviado para outros fins, e somente em 1820 foram criadas as primeiras escolas (de latim), em Porto Alegre, Santo Antonio, São Francisco de Paula,

DREYS, a Vila do Rio Grande, "com suas casas suntuosas, seus ricos armazêns, seus caes regulares e seu porto retificado, pode agora concorrer com as mais notáveis cidades da América do Sul"[53].

Triunfo e Missões. (Cf. ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do estado do Brasil. Rio de Janeiro, Imp. Régia, 1820. p. 345-7).

[53]DREYS, op. cit., p. 110-1.

CONCLUSÃO

Tivemos a preocupação de analisar de forma compreensiva e conclusiva, e com rígida observância da cronologia, cada aspecto levantado para o esclarecimento do tema e alcance dos objetivos propostos. Este procedimento levou à conformação, ao final, de um esboço de reconstituição histórica da Vila do Rio Grande no período colonial, o que, por si, inviabiliza a elaboração de uma conclusão final, que se desejaria abrangente, enquanto concisa.

Há que se destacar, entretanto, a constatação de que a estrutura política, econômica e social da Vila do Rio Grande constitui o modelo básico da formação histórica colonial do Rio Grande do Sul. Somente a partir da realização de novos estudos com referência às demais Vilas e freguesias surgidas na segunda metade do século XVIII, que permitam a realização de estudos comparativos e de evolução dessas estruturas, assim como de pesquisas específicas no campo da demografia histórica para cada um desses núcleos, será possível pensar-se em termos de uma história da formação social do Rio Grande do Sul.

ANEXO 1

Carta Régia para Gomes Freire de Andrada: 24 de março de 1736.

"GOMES FREIRE DE ANDRADA, Govº. e Cap.am Gral. das Capitanias do Rio de Janrº. e Minas Gerais: Eu El-Rey vos envio mto. saudar. Pello Hyate, que em dose do corrente partio deste porto, mandei já participarvos a resolução, q. havia tomado de não dissimular mais tempo as continuas violencias, com q. os meus Vassallos são vexados pellos Hespanhoes no Rio da Prata, mandando a elle huma Esquadra de Naus de Guerra pª. facilitar aos Navios Portugueses de commercio a livre navegação do dº. Rio, que o Govº.r de Buenos Ayres, e o Commandante do Registro pretende embaracarlhes por ordem, que dizem ter da sua corte sem embº. de ser na forma dos tratados indisputavelmente commum a ambas as Nações e juntame. pª. tomar satisfação das presas, q. tem feito em alguns dos dº.s navios, e socorrer a Colonia do Sacramtº. livrandoa do citio, ou bloqueo com que mostravão querer invadilla os dº.s Govº. e Comte. conforme as noticias, que proximame. se receberão assim do Rio de Janº. como da Bahia, e Pernambuco, e pella copia q. com esta vos será entregue da instrução, que fui servido mandar ao Comandante da Dª. Esquadra o Capªm. de mar, e guerra Luis de Abreu Prego, ficareis entendo as ordens, que leva, e o uzo q. eve fazer-se da dª. Esquadra segundo o Estado, em q. as couzas do dº. Rio da Prata se acharem, e os differentes cazos, q. devem figurarse para se proceder com o devi-

do acerto, e conforme as minhas instruções em matéria de tanta ponderação, visto não permitir a distancia, que se possão dar ordens mais posetivas; e todas as q. vão expressadas na dita instrução, o recebereis como parte desta para as executares pello que vos toca com o cuidado, e zello que merece a confiança que fiz da nossa capacide., valor a prudencia, deixando no vosso arbitrio a ultima resolução do q. se deve obrar como o vereis da dita instrução.

Para as expedições de terra, de que nella se trata, he preciso destinar hum Command.e de notoria capacid.e, sciencia, e experiencias, e como todas essas circunstancias concorrem no Brigadeiro Jose da Silva Paes com excesso a qualquer outro, de que eu poderia lembrarme, vos ordeno que no cazo de acharse o dº. Brigadeiro desembaraçado do Govº. por haveres voltado ao Rio de Janeiro na forma q. mandei advertirvos na carta q. levou o Hyate, lhe declarareis que sou servido nomeallo Comma.e das dªs. expedições de terra, e Tropas de dezembarque por confiar de elle que me servirá no dº. emprego com o mesmo acerto com q. o tem feito em outros.

Para subalterno do dº Brigadeirº. nomeei a André Ribrº. Coutinho, fazendolhe a merce de Patente, e Soldo de M.e de Campo, por ser hum official de boa capacid.e, e muitas experiencias adquiridas assim nas Campanhas deste Rnº., como no Estado da India, onde me servio muitos annos com o posto de Sargtº.-mor; e porque tambem he instruido nas materias pertencentes á profissão de Engenheiro, lhes encarregareis especialmte. o que respeita ás fortificações, q. for preciso fazeremse no Rio da Prata debaixo da direção do dº. Brigadeiro, e quanto este se ache impedido com o Governo do Rio de Janrº por

não achares conveniente encarregar delle a outrem na vossa auzencia, neste caso será o d.º André Ribeiro o Commandante das referidas expedições de Terra, e Tropas de desembarque.

O corpo das d.ªs Tropas será composto de hum destacamento tirado dos dous Terços da guarnição do Rio de Janr.º e outro das guarnições das Fragatas de guerra q. a este fim mandei aumentar mais do que pedem as suas lotações ordenando tambem que embarcassem nelles alguns granadr.ºs. E quando não sejão suficientes hum e outro destacamento, pedireis alguns soldados ao Gov.r de São Paulo, e ao Vice-Rey do Estado mando advertir nesta ocasião que no cazo de não ter remettido a Colonia por falta de Embarcações, os duzentos soldados, e mais socorros, que me avizou ter promptos, os remetta ao Rio de Janr.º sem dilação e tendoos remetido, mande sempre alguns soldados com seus officiaes para servirem no d.º Corpo.

Como para as referidas expedições será sempre necessar.º algua Cavall.ª ordenei se remettessem nesta ocasião as sellas e mais armamentos de Cavall.ª que constão da rellação, q. deve inviarvos o Cons.º Ultam.º na qual se expressão tão bem as mais monições, armas, barracas, instromentos de mover terra, e outros pretexos, que vão, e se julgarão precizos alem do que o mesmo Conselho tinha destinado para provimt.º dos Armazens do Rio de Janr.º.

Em outra relação, que vos será remettida pella mesma via achareis notados varios generos proprios para se repartir pellos Indios do Rio da Prata, os quais mandei tambem prevenir, e delles fareis o uzo que se julgar conveniente, procurando atrahir os animos dos mesmos Indios por meyo de alguns destes donativos, especialm.e os Menuanos, que sempre mostrarão

boa inclinação ao meo serviço e á Nação. E os mesmos generos poderão tambem servir para a cumutação de outros, que fôr necessario comprar naquella costa, a cujo fim dareis as providencias convenientes, mandando pôr tudo na devida arrecadação.

Por alguns avizos de Castella se tem divulgado nestes dias a noticia ainda que sem total certeza de que os Hespanhoes occuparão a Ilha de S. Gabriel, de que se infere que com effeito pozerão em execução o bloqueo da Colonia, pello que se faz preciso que com a maior brevid.e parta a Esquadra do Rio de Janr.º a socorrella, e assim o procurareis executar dando ordem aos Commandantes para que se com effeito se acharem as Tropas Hespanholas na d.ª Ilha, as procurem dezalojar, porque alem do dano, que daquelle porto podem fazer á Colonia, he sem dúvida que a d.ª Ilha lhes não pertence, mas aos meus Dominios.

A respeito da expedição a Montevidéo facilm.e comprehendereis quanto he precizo emmendar os erros, e desordens por falta das prevenções necess.s, senão mallogre a occasião, ou depois de conseguida a expulsão dos Hespanhoes, seja precizo passar novamente pella indecencia de abandonar segunda vez aquelle porto, o qual tambem sabereis quanto he importante em todo o tempo, e muito mais no presente e que individam.e se introduzirão nelle os Hespanhoes, sendo pertencente aos meus Dominios; Pello que quando entendaes que se poderá ganhar e conservar a d.ª Fortaleza de Montevidio ordenareis que seja atacada, e nomeareis para Governador della hum official capaz por vallor, e experiencias de a defender de qualquer invasão, mandando fazer nella promptamt.e todas as obras necessárias, e provendoa abundantemente de monições:

E quando entenderes que sera mais proprio para Governador algum dos officiaes, que vão na Esquadra, vos concedo faculdade para o encarregares em meo Real Nome do dito emprego emquanto me não dais conta para nomear outro.

Da mesma forma nomeareis outro official para ficar por Governador no Rio Grande de São Pedro no cazo que se execute o projecto desta Nova Colonia, e da Fortaleza, a qual deveis mandar levantar da parte do Sul no citio, que se julgar mais vantajoso, e para ella mandareis a artelhaª., armas, barracas, e mais monições, e pretexos necessarios, e algum dinheiro meu do para pagamtº. dos officiaes, que trabalharem na obra, hum engenheiro para assistir a ella, e dous religiosos Barbadinhos dos que se achão no Rio de Janrº. e na falta destes quaisquer outros sacerdotes de vida exemplar, que possão celebrar missa e administrarvòs sacramento aos novos povoadores, aos quaes mandareis tambem prover de instrumentos que se vos remetem para cortar, e lavrar madeiras, mover terra, matar gado, e cultivar os campos, como tambem das sementes necessªs pª a dita cultura, e de víveres, e tudo o mais que se julgar precizo pª o estabelecimentº. de hua Nova Colonia segundo as informações que facilmt. podereis adquirir de pessoas praticas.

E porque o trabalho assim de construção da Fortaleza como da cultura dos campos serão necessarios alguns Indios, pedireis ao Gov. de São Paulo que vos mande das Aldeias daquella Capª., e prevenireis tambem ao Commte. da dª. Fortaleza com as ordens convenientes para que se a necessidade o pedir, se possa valer de algua gente da Villa da Laguna, e lhe recommendareis muito que faça toda a deligenª. possivel para pôr a dita Fortaleza em estado de defensa athe o mez de Setembro,por

ser o tempo em que se dis costumão secar os campos, e descer a elles os Indios Tapes, de quem se pode recear algua invasão.

Nas dadas de terras daquelle districto, mandareis observar a forma da repartição, que dispoem o regimento, recomendando mt.º que se evitem desigualdades, e excessos, e não participem das mesmas dadas senão as pessoas, que verdadeiramente estiverem estabelecidas no d.º Paiz; e como pello que avizou o Brigadeiro José da Silva Paes ha mt.ºs no Rio de Janr.º que pretendem hir para aquella parte; me informareis se alem destas serão necessarios alguns cazaes das Ilhas para logo os mandar conduzir.

De tudo o que for succedendo assim neste particular como no mais, que deve obrar a Esquadra, me dareis conta com a brevidade possivel por todas as vias, que julgareis mais promptas e espero que regulais tudo em forma que vos façaes merecedor do meo Real agrado e aprovação.

Como não obstante tervos Eu ordenado pello dº Hyate, que venhaes ao Rio de Janr.º para dispor as referidas expedições pode acontecer que algua indisposição vos tenha embaraçado a viagem ou que se encontre dependencia tal do meu serviço que seja muy prejudicial apartarvos das Minas e nestes cazos seria muy incoveniente que não fosse sabedor o Brigadeiro Jose da Silva Paes do que na presente carta se contem julgo a proposito que lhe vã cõpia della. Escrita em Lisboa Occidental a vinte é quatro de Março de mil settecentos e trinta e seis.

Rey"

(Extraído de: COLEÇÃO de Documentos sobre o Brigadiero José da Silva Paes - Revista do Instituto Histórico e Geográfico

do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, (109-112):4-6, 1-4 trim. 1948.

ANEXO Z

"Registro de uma ordem do Mestre-de-Campo Comandante André Ribeiro Coutinho passada ao Guarda-mór Antônio Gonçalves Chaves.

Como se me tenham feito diversas queixas de que alguns moradores, depois de obterem uma data de terra para fazer suas casas pediram outra de que não tive notícia para venderem ou fazerem outras casas de aluguel, com tal usura que levam por uma ou duas casinhas meia dobra por mês, tudo em grande detrimento dos pobres, e sem haverem leis para possuirem com declaração duas datas de terra, ursurpando terreno em que outros com igual comodidade fabriquem também suas casas: Ordeno ao guarda-mór que de hoje em diante irá dando a quem pedir terreno para casas, todo aquele que estiver devoluto por segunda data, e tomará em lista todas as casas que por elas tiverem feitas, o que depois mandarei examinar judicialmente, e me dará com ela parte e para que não use mais desta sobreção, nas informações para os requerimentos de datas de terras declarará que família tem a pessoa que quiser fazer casas, se tem já alguma outra data e se o terreno está devoluto; e notificará a todos, que segunda data só a poderão pedir no Estreito e os que tiverem casas no Estreito poderão pedir a segunda no Porto, e esta se registrará nos Livros da Vedoria. Estreito do Rio Grande de São Pedro, cinco de dezembro de mil e setecentos e trinta e oito anos. Coutinho".

(Extraído de: AHRS. Anais ..., Porto Alegre, 1977. p. 176).

ANEXO 3

"Registro da representação que fez o Corpo de Dragões ao Governador **Diogo Osório Cardoso.**

Senhor Coronel Governador. Representam a V. Sa., com o mais profundo respeito, os soldados dragões do seu Regimento e guarnição deste estabelecimento, todos em um corpo, não ser o seu ânimo usurpar, nem perturbar a jurisdição real, nem fazer sublevações contra a fé pública e serviço de S.M. e suas reais ordens, que veneram e protestam guardar, como obedientes e leais vassalos, para a defensa da sua Coroa e Estado, até perder a mesma vida, como têm mostrado neste estabelecimento desde seu princípio; sofrendo, não só a falta de socorro e fardas, mas por muitas vezes a de pão de munição e outros incovenientes que ordinariamente experimentam na criação de novas povoações.

Mas que obrigados da consternação das estreitas ordens e rigorosos castigos com que se acham oprimidos, sem o desafogo de poderem sair dos portões para fora, não só até onde lhe é permitido pelo capítulo 209 das Novas Ordenanças, mas ainda deles vir do Estreito ao Porto sem licença dos seus oficiais, sendo na mesma praça, em distância de pouco mais de meia légua, com a pena de prisão e severo castigo.

Nem poder ter cavalos e arreios seus, tomando-se- lhes por perdido e prendendo todo o que se achasse montado, das ave-marias por diante, com a pensão de às oito horas da noite se recolherem aos quartéis, fechando-se-lhes as portas, tiran

do-se-lhes as chaves, e passando-se-lhe mostra pela manhã, às a ve-marias e meia noite, cujas ordens severamente eram executa das pelos sargentos das Companhias, e com mais paixão pelo Sargento **João Nogueira Beja**, com prisões e pancadas com insig nias, que os maltratavam, contra o Regimento das Ordens Gerais do Sargento-mor, capítulo 26, não se lhe admitindo a sua queixa contra o disposto no Regimento, capítulo 186 e 187, nem outro algum requerimento tanto assim que:

Faltando pão de munição, pela pouca prevenção que houve, se mandaram dar a cada soldado quinze espigas de milho pa ra quinze dias e uma abóbora para outros tantos, segurando-se lhe na frente do Regimento que, em chegando farinhas, se lhes inteiraria tudo sem desconto, se lhe faltou inteiramente, e, querendo entrar neste requerimento, não só se não admitiu, mas se passaram ordens para se dar com um pau a morrer no que falasse nisso.

Vendo-se despidos e em suma miséria com a falta de pagamentos e fardas, impossibilitados para poderem continuar no serviço, fizeram requerimento se lhe mandasse pagar as fardas que se lhe deviam pelo preço das de infantaria, até se determinar as de dragões, e {77v.} também se lhe não admitiu.

Tendo-se usurpado o pão de munição de muitos soldados que se acham destacados, que querendo entrar neste requerimen to, se lhe não admitiu.

Concedendo o Brigadeiro **José da Silva Paes**, estando comandando este estabelecimento, que alguns soldados dessem outros por si, que ficassem servindo nele, e eles irem servir às suas praças, depois de se lhe aceitar e sentar praça, se

lhe não deu cumprimento, e ficaram servindo uns e outros.

Da mesma sorte, têm vindo do **Rio de Janeiro** alguns soldados, já com praça, para ficarem nesta por outros que nela se acham, e estes irem a servir àquela; e havendo alguns despachos do Exmo? Sr. General **Gomes Freire de Andrada**, para se remeterem outros para as suas praças, com a mesma obrigação ou sem ela, se lhe não deferiu.

Que tendo se remetido da Provedoria da Fazenda do **Rio de Janeiro** toda a providência de dietas para o Hospital, se divertiram para outras partes, faltando à assistência e caridade dos doentes, por cuja causa notoriamente padecem misérias excessivas.

Que havendo suspeita de algum soldado querer desertar, sem prova legal, o passaram a pau pelos cabos-de-esquadra, na frente do Regimento, de onde iam para o Hospital, e depois os têm em rigorosas prisões e galés.

Escandalizados também de serem maltratados com palavras injuriosas, acutilados como sucedeu ao Cabo-de-esquadra **José da Costa de Vasconcelos**, ficando aleijado das mãos, e aos soldados **João Vaz da Silva** e **Antônio da Costa Soeiro**, ficando também um de um pé, e o outro de uma mão, estes por mandado do Alferes **Antônio José da Gama Lobo**, e afrontados, como sucedeu ao Soldado **Inácio da Costa**, sendo chamado à casa do Capitão **Tomás Luis Osório**, donde a portas fechadas, por dois mascarados, com sacos de areia e calabrotes foi tão maltratado que o levaram para o Hospital; na mesma forma, o Alferes **Rodrigo de Mendonça Furtado**, que comandava a Guarda do Porto, mandou abordoar ao Soldado Infante **Cristóvão de Albuquerque**,

rodeado de soldados com baionetas caladas, e ao Soldado **Sebastião Rodrigues Pina**, fechando-o no Corpo da Guarda, e com um pau lhe fez o mesmo; todas estas por razões particulares.

E dando-se mais crédito às mentiras de um negro, que à verdade de um soldado, foram presos e castigados, como sucedeu na véspera que este Corpo pôs em execução deitar de si o jugo com que se achava.

Vendo-se ultrajados, sem desafogo algum, passando excessivas misérias em que os tem posto a falta de vinte meses de soldos e três anos de fardas, desenganados de que por outro caminho não eram atendidos, tomaram a {78 r.} resolução de separarem em um Corpo da obediência deste Governo e seus oficiais, elegendo entre si outros, e um comandante, tanto para continuar o serviço, assim de guardas e rondas pra a defensa deste estabelecimento, como para {debaixo da obediência deles, se evitarem roubos, violências e outros} distúrbios que pudessem acontecer aos moradores, como até aqui se tem observado, sem alterar novidade alguma no que toca a faxinas e mais disposições pertencentes à jurisdição real, até lhe satisfazer inteiramente, assim soldos como fardas vencidas, franqueando-lhe poderem andar nos seus cavalos, não só dentro desta praça, mas fora dela, na forma que lhe é permitido pelas Novas Ordenanças.

Que possam ter canoas para pescar e buscar toda a mais conveniência nas vizinhanças desta povoação, nos dias que forem isentos do serviço, sem mais obrigação que a de dar parte e obediência a seus oficiais.

Que isentem das mostras e de serem recolhidos aos quar

téis os que com seu procedimento não derem ocasião a isso, praticando-se com eles o que se pratica nas mais praças do **Brasil**, para suavizar outros descômodos que padecem nesta.

Que se dê cumprimento aos despachos do Brigadeiro **José da Silva Paes**, dados no tempo da sua comandância, e execução das ordens do Exmo° Sr. General a respeito das licenças e de darem outros por si, por se não desanimarem e para que possam servir com {mais} gosto.

Que os que constar, por certidão do cirurgião e dos seus oficiais, terem queixas graves para continuar o serviço e necessitem de mais eficazes remédios dos que se acham nesta povoação, se remetam ao **Rio de Janeiro**, antes que fiquem incuráveis, para nele tratarem da sua saúde, com obrigação de se restiturem à sua praça.

Que os doentes do Hospital se lhes assista com mais caridade, na forma das ordens do Exm° Sr. General e S.M. e se não divirtam para outra parte as dietas que se remetem para este fim.

Que não seja, castigados, como até aqui, pela leve presunção de quererem desertar, sem evidente prova.

Em nome do mesmo Corpo, por crédito dele e honra da nação, requerem e pedem que os que desertarem, roubarem, ferirem, causarem distúrbios e faltarem às suas obrigações, sejam logo punidos e castigados severamente, conforme a gravidade das suas culpas e Novas Ordenanças.

E que desta resolução que tomaram, obrigados da miséria e consternação em que se achavam, ou se lhe dê o nome de tumulto e levantamento (o que não o é), ou de excesso,

lhe conceda V. Sa., como Governador deste estabelecimento, em nome de S.M., o perdão com todas as forças que se praticam em semelhantes casos, para que em tempo algum possam ser castigados nem punidos (por semelhante culpa, nem por outra qualquer em que nesta ocasião tenham incorrido), sem embargo dos capítulos das Novas Ordenanças, ou outra qualquer lei; e com esta representação, ficando (78v.) o traslado dela e do perdão registrado na Vedoria e a cópia dada por traslado na mão do comndante do dito Corpo, se dê conta ao Exmº. Sr. General, para que se digne assiná-lo e ratificá-lo em nome do dito Sr., e, publicado a som de caixas e fixado nos lugares públicos desta povoação, possam sem temor restituir-se à obediência dos seus oficiais (depois de confirmado e ratificado pelo dito Sr.) e continuar no real serviço com mais gosto, zelo e honra com que desejam empregar-se nele. Porto do Rio Grande de São Pedro, 11 de janeiro de 1742. Francisco de Oliveira e Melo. Francisco José Deserto. José Álvares Teixeira. João Cosme Rabelo. Antônio Pereira da Silva. De Agostinho Rodrigues, uma cruz. Gaspar José Segurado. José Ferreira Nobre. Manuel da Costa Porto. Francisco Pinto de Souza. Henrique Gomes da Silva. Pedro de Freitas Guimarães. Cristovão Mendes Correia. Antônio da Silva Nunes. de José Correia, uma cruz. Suplício Antônio de Andrada. Francisco da Silva Coutinho. Sebastião [illegible] Rodrigues Pina. Inácio da Costa dos Santos. José Gonçalves Ferreira. Manuel Bicudo da Luz. Manuel Dias Vilela. Salvador de Morais Silva. Luiz Lopes da Cruz. Antônio Rodrigues. Martinho Pereira Barbosa. Antônio José dos Santos, Manuel Cabral de Távora. Antônio da Costa Soares. Francisco da Costa Colaço. Mi-

guel dos Santos. José Ferreira de Macedo. Manuel Carneiro. José da Silva Rocha. Matias Silveira. João Correia Madrid. Manuel Antônio. Manuel Lopes Guimarães. Inácio Correia dos Santos. Sebastião da Silva Ferreira. José Pacheco. De José de Souza, uma cruz. Clemente Soares, Paulo Rodrigues. Antônio Gonçalves Passos. José de Araújo. Antônio de Aranda, Inácio Hipólito. Francisco José Xavier. Pedro Vaz de Castilhos. Francisco Xavier Rios, Antônio Ferreira Coutinho. Teotônio da Silva Nogueira. Inácio Cardoso. Inácio Francisco. De Pascoal Sardinha, uma cruz. Silvestre de Moura Ribeiro. Despacho. Registre-se na Vedoria e se lhe dê os traslados que pedir. Estreito do Rio Grande de São Pedro, 13 de janeiro de mil setecentos quarenta e dois. Diogo Osório Cardoso. E eu Cristovão da Costa Freire. Comissário de Mostras, que o fiz escrever. Cristóvão da Costa Freire.

(Extraído de: AHRS. Anais ..., Porto Alegre, 1977. p. 152-6)

ANEXO 4

"Registro da ratificação do perdão que mandou o Exmo°. Sr. General **Gomes Freire de Andrada** ao Corpo de Dragões. Separado. Registrado em 3 de abril de 1742.

Gomes Freire de Andrada, do Conselho de S. M., Sargento-mór-de-batalha de seus Exércitos, Governador e Capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro com o Governo das Minas Gerais, etc. A conta que o coronel Comandante deste estabelecimento Diogo Osório Cardoso me dá do (a) tentado que este Corpo cometeu o dia cinco de janeiro, e a representação que o mesmo fez ao dito Coronel, me mostram a desordem e crime cometido em um fato em que, não só desatendeu às Ordenanças de S.M., negando obediência aos oficiais pelo mesmo Sr. nomeados, elegendo entre si quem os governasse, mas usurpou o seu real poder e escureceu o crédito da Nação Portuguesa, que em inumeráveis ocasiões tem dado estimadissimas provas da sua constância e fidelidade; e, posto fosse executada esta desordem antes de este Corpo me haver representado (como era obrigado) as faltas e violências que padecia, e não por tão estranho meio como obrou para lhe dar a providência que necessitava.

Atendendo porém, à regularidade em que se tem depois havido, e à forma em que há continuando o serviço, e a que o dito Coronel lhe prometeu, em nome de S.M., perdão do excesso obrado, lhe confirmo o dito perdão, assim e na mesma forma (80 r.) que pelo seu Coronel lhe foi concedido, do qual o

Corpo remeteu cópia ao Exmo°, Rev^{mo}. Sr. Bispo desta Capitanias, que vai junto desta minha determinação, com a qual, esquecendo-me da violência que se executou, espero que daqui em diante dará o Regimento tão repetidas provas da sua fidelidade, que destrua o conceito que nas mais tropas se faz de tão feio acontecimento.

E enquanto às mais propostas e às queixas que se tem de alguns oficiais dele, mando primeiramente se faça pagamento com cinqüenta mil cruzados de que vão entregues os dois capitães das embarcações que se transportam, até donde chegar a dita importância, empenhando a minha palavra de que, logo que na Provedoria da Fazenda Real vá entrando algum rendimento, principalmente da dízima da Alfândefa, consignação das tropas, se irão perfazendo os meses que se restarem a dever, de que o Comissário de Mostras me dará conta feito o presente pagamento; e por ser impossível haver fardamento até a chegada da presente frota, com ela será o Corpo, ou fardado, ou pago de dois anos de fardamento, estando certo que sendo-lhe presente a diligência que se fez para esta remessa, se satisfará dela, e da minha inviolável palavra; e, como vai uma tão grande porção de farinha, se dará em espécie o que se dever aos soldados.

Para que o serviço de S.M. continue na regularidade devida se observe o seguinte:

O coronel comandante do estabelecimento determinará que os três Corpos de Infantaria, Dragões e Artilharia, tenham seus distintos comandantes e que cada um deles lhe dê conta e represente o preciso ao seu respectivo Corpo. Nos de Infantaria e Artilharia serão comandantes os oficiais mais antigos

que neles se acham e no de Dragões o Sargento-mór, para que ao diante, na forma que nesta, nas mais praças e nas do Reino se pratica, fique a ele, Comandante e Governador do estabelecimento, livre o tempo que tanto necessita para o governo da praça e corpos; e advirto aos particulares comandantes de Infantaria, Dragões e Artilharia, me dêem conta do que houver dentro em seus respectivos Corpos, tanto da forma em que o serviço de S.M. se continua, como da em que os soldados são tratados e dos meses de pagamento que lhe forem devidos e o mais que entenderem se faz preciso eu seja sabedor, para lhe dar providência.

Ordeno que, na primeira embarcação que vier para este porto, me seja remetido preso o Capitão Tomás Luis Osório; e ao Capitão Antônio Teixeira de Carvalho que, com o Comissário de Mostras, tire uma informação de doze ou quinze testemunhas dos fatos que o Corpo representa, e o que o dito Capitão Tomás Luis Osório obrou, e espero que seja feita a diligência com a imparcialidade e isenção que se faz precisa.

O Alferes Rodrigo de Mendonça, será mudado para o Reduto do Albardão, donde ficará até ordem minha, e o Ajudante Miguel Nunes Vidigal se entregará {80v.} da guarda de que estava encarregado o dito alferes.

Os dois soldados Inácio da Costa e Sebastião Rodrigues de Pina, que foram por ordem do dito Capitão Tomás Luis Osório maltratados, tendo-lhe conveniência recolher-se a esta praça, lhe concedo o possam fazer na primeira embarcação.

O negro do sargento-mór, causa da última desordem, seja remetido para a Ilha dos Marinheiros por tempo de três meses.

Permito que podendo algum soldado ter cavalo próprio, sela e arreios, sem ser de S.M., se sirva dele, não excedendo a saída de mais de uma légua a duas, sem mais armas que a sua espingarda, se for caçador, e para qualquer saída será sempre com licença dos seus oficiais.

Permito possam ter canoas e usar delas na forma que pedem, mas sem velas nas ditas canoas, e as recolherão na Guarda do Porto debaixo da sentinela que nela se acha.

Mando que os soldados que o seu claro procedimento não der causa ao aperto de tantas revistas, se lhe permita o que nelas pedem.

Declaro, havendo permisso meu, concedido para se recolher algum soldado a esta praça, se cumpra, como também os despachos que houver de soldado que haja dado outro por si, como volte para este porto e praça.

Enquanto à licença dos que tiverem queixas graves, com as atestações necessárias me requererão para lhes deferir, pois não é justo tanto em desserviço de S.M. se use de certidões menos verdadeiras e exames menos regulados, sem que eu fique inteiramente satisfeito da sua necessidade, a que atenderei. Mando se emende toda a desordem, se a tem havido, nas dietas e Hospitais, tudo na forma que requerem.

Que se não proceda a castigo grave sem prova, por suspeita de deserção, pois cai infâmia no soldado e sua família quando chega a ser castigado pelo abominável delito de desertor.

Finalmente ordeno em tudo se observe a justiça e eqüidade, e grave proceder com que S. M. é servido se disciplinem

as suas tropas, para daqui em diante se veja aborrecida a desordem, se sirva conforme as reais intenções e Ordenanças de S.M..

E porquanto se me afirma que, depois de separado o corpo, se deram algumas baixas, (a)tentado alheio até da imaginação das gentes, mando que logo se dê alta aos soldados que se houverem isentado do real serviço, declarando-lhe que, tendo que requerer, o façam na minha presença.

Tudo o referido mando ao Capitão Antônio Teixeira de Carvalho exponha na frente do Regimento de Dragões depois de os soldados haverem rendido obediência aos seus oficiais e, lida esta minha determinação, publique-se ao som de caixas (81r.) a ratificação que faço do perdão dado pelo Coronel e tudo se registre nas partes a que tocar, para que inteiramente se observe como determino. Rio de Janeiro a quinze de fevereiro de mil setecentos e quarenta e dois anos. Gomes Freire de Andrada. E eu Cristóvão da Costa Freire, Comissário de Mostras, que o fiz escrever. Cristóvão da Costa Freire".
(Extraído de AHRS. Anais ..., Porto Alegre, 1977. p. 158-60)

ANEXO 5

"Registro de uma ordem que deu o Coronel Governador Diogo Osório Cardoso para serem enroupados os índios Menuanos.

Sendo Deus Nosso Senhor servido abrir os olhos ao gentio Menuano para virem a este Rio Grande a pedir o batismo, que há tantos anos se pretende, como se deixa ver das ordens de S.M. mandadas à Colonia do Sacramento, e próximamente mandar o mesmo Senhor missionários da Companhia de Jesus para este Santo fim, procurei com todo o desvelo os caminhos para a sua execução, ordenando Tenente de Dragões Pedro Pereira Chaves, comandante da Guarda de Xuí, na vizinhança do gentio, o tratasse com toda a brandura e despendesse com ele algumas miçangas (barata) para quando chegassem os missionários estar disposto a aceitar e receber a fé, o que tudo executou com valor. De tudo dei conta ao Ilmº Sr. Gomes Freire de Andrada, de que ainda não tive resposta. E por não ser justo que se perca uma ocasião tão ditosa, ordeno ao Comissário de Mostras que, sem embargo da dúvida que põe a esta despesa, vá com o Tesoureiro da Fazenda Real comprar roupas aonde as houver capazes e mais fardas para vestir até sessenta índios pequenos de ambos os sexos que pretendo se batizem a 15 de agosto, dia de Nossa Senhora, e registrará esta minha ordem na Vedoria do Livro a que tocar, Rio de São Pedro a 7 de agosto de 1749.Com a rubrica. Osório".

(Extraído de: AHRS. Anais ..., Porto Alegre, 1977. p. 235-6)

I. FONTES

A. FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO DA DIOCESE DE RIO GRANDE

Livros de registros de batismos, casamentos e óbitos da população livre e escrava da Freguesia do Rio Grande de São Pedro, de 1737 a 1822.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS)

Livro I de registros de batismos e óbitos da população livre e escrava da Freguesia do Estreito (1763-1779).

Códice 104: v. 1, 7, 8, 9.

Códice 512: v.3 e Caixas 255, 283, 291, 302, 303, 312, 313, 749. - Autoridades Militares (Mss). Governo Paulo da Silva Gama (1804), pasta nº 6.

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (AIHGB)

Conselho Ultramarino. Códice 1.1.26:288-9. Códice 1.1.27:19-23v., 84-7v., Códice 1.1.28:47-9 v., 145-6v., 226-9.

BIBLIOTECA NACIONAL DE MONTEVIDÉU (BN.MVD)

ANDRADA, Gomes Freire de. Diário da Demarcação da América Meridional e das campanhas das Missões do Rio Uruguay. Fond do Caviglia, Ms. 11,2.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (BNRJ)

GODINHO, Manuel Antonio de Magalhães. Relação dos comerciantes da Capitania de todo o Rio Grande de São Pedro do Sul. 1808. Mss. I-29, 20, 2:27.

PREGO, Henrique da Fonseca de Souza. Memória Histórica da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. 1814. Mss. II. 35, 34, 13.

VIEIRA, Inácio Osório. Relassão dos Moradores que tem Campos na Freguesia da Villa de S. Pedro do Rio Grande, que se acha dividida em Tres Disctrictos, cujos moradores mandarão aprezentar nessa Provedoria os Títulos por onde estão de posse dos prédios que ocupão, sendo as circunvizinhanças que nessa Relação as que se poderão collegir dos ditos Documentos, como se expressa particularmente em cada hum dos referidos moradores, que vão divididos pelos seus respectivos Districtos. Porto Alegre, 2 de março de 1786. Mss. 9, 4, 15:25-31.

B. FONTES IMPRESSAS

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do Vice-Rei do estado do Brasil. Rio de Janeiro Imp. Régia, 1820. (Obras Raras da Biblioteca Rio-Grandense, 742).

ATOS dos primeiros comandantes militares no presídio do Rio Grande de São Pedro; 1737-1753. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais ..., Porto Alegre, 1977.

BETTAMIO, Sebastião Francisco. Notícia Particular do Continente do Rio Grande do Sul segundo o que vi no mesmo continente, e notícias que nele alcancei, com as notas que me parecem necessárias para aumento do mesmo continente e utilidade da Real Fazenda. Dada no ano de 1780 por ordem do Ilmo. Exmo. Sr. Luis de Vasconcelos e Souza do Conselho de Sua Majestade, Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, T. XXI, 1858, 2 ed., 1930, p. 219-70.

BOHM, João Henrique de. Ten. Gal. Mémories Rélatifs à l'Expédition an Rio Grande, De lequelle je fus chargé par le Roi Dom Joze I? Depuis de le Décembre de 1774 jusqu' à sa fin à l'an de 79. Avec mes lettres. SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976, Anais ... Rio de Janeiro, Instituto His-

tórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, 1979. v3, p. 9-229.

BUCKELEY, John & CUMMINS, John. Uma viagem aos mares do sul. 1740-1741. Trad. J. Carvalho. Rio de Janeiro, Brasil. Ed. 1936. 182p.

CÂMARA, Sebastião Xavier da Veiga Cabral. Reflexões sobre o estado atual do continente do Rio Grande de São Pedro (10.XII.1763). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, T. XL: 251-61, 1877.

CAMARGO, Antonio eleutério de. Appenso ao Quadro Estatístico e Geográfico da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, organizado em virtude de ordem do Exmo. Sr. Dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, Presidente da Província. Porto Alegre, Typ. do Jornal do Comércio, 1868.

CARTAS do Brigadeiro José da Silva Paes para Martinho de Mendonça de Proença e Pina, Governador de Minas Gerais (1735-1738). Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 4 trim. 1945, p. 277-303.

CASAL, Manoel Ayres de. Corografia Brasílica. (1817). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, 2v.

CHAVES, Antonio José Gonçalves. Memórias economo-políticas sobre a administração pública do Brasil: Compostas no Rio

Grande de São Pedro do Sul e offerecidas aos Deputados do mesmo Brasil. Quinta e última memoria. Sobre a Província do Rio Grande em particular. Separata de Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2, 3 trim. 1922, p. 149-373.

COLEÇÃO de documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, (109-112):3-145, 1-4 trim. 1948.

CORRESPONDÊNCIA do Bispo do Rio de Janeiro com o governador da metrópole nos annos de 1754 a 1800. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, T. LXIII: 39-92, 1-2 trim. 1901.

CORRESPONDÊNCIA passiva do Ten. Gal. João Henrique de Böhm. (1774-1779). In: BOLETIM DO CENTRO RIO-GRANDENSE DE ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio Grande, 1939, v,1, p. 10-

COUTINHO, José Joaquim da Cunha Azevedo. Ensaio Econômico sobre o Commercio de Portugal e nas Colônias.(1811). Lisboa, Typografia da Academia Real de Sciencias, 1816.

DEMARCAÇÃO no Sul do Brasil. Extratos de 1752-1755. Revista do Arquivo Público Mineiro, 1927, p. 511-549; 1929, p. 429-575; 1933, p. 47-176.

DENIS, Ferdinand & TAUNAY, Hipollyte. Le Brésil (ou Histoire,

moeurs, usages et costumes des habitants de ce Royaume). Paris, Nepveu, 1822. 6 v. il. (Obras Raras da Biblioteca Rio-Grandense, 334).

DEVASSA sôbre a entrega da Vila do Rio Grande ās Tropas Castelhanas. 1764. Rio Grande, Biblioteca Rio-grandense,1937, 286p.

DOCUMENTOS interessantes para a Histōria do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histōrico e Geogrāfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 4 trim. 1929, p. 481-98.

DOCUMENTOS para a Histōria do Rio de Janeiro (Vice-Reinado). Sēculo XVIII. Revista do Instituto Histōrico e Geogrāfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 254:241-355, jan-mar. 1962.

DOCUMENTOS relativos ā ocupação do Rio Grande pelas tropas castelhanas. In: BOLETIM DO CENTRO RIO-GRANDENSE DE ESTUDOS HISTŌRICOS, Rio Grande, 1940. v.2, p. 9-25.

DOCUMENTOS sobre a Colônia do Sacramento. (Cōdice nº 467 do Fundo Geral - Seção de Reservados da Biblioteca Nacionalde Lisboa). Revista do Instituto Histōrico e Geogrāfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 3 trim. 1945, p. 41-117.

DOCUMENTOS sobre a Colônia do Sacramento e o Rio Grande de São Pedro - 1735 a 1738. Revista do Instituto Histōrico e Geogrāfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, (104): 337-475, 4 trim. 1946.

DREYS, Nicolau. *Notícia Discritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre, INL, 1961.

EXPEDIÇÃO de Gomes Freire de Andrada. Memória e resumo do sucedido desde o primº de Março de 1752 que ao Rº Grande chegarão as ordens de S. Exª pª que o G^{or}. Pascoal de Azevedo mandasse ao Rio Ingahyba o Sargento-mór Luiz Manuel de Az^{do} Carneiro e Cunha para o effeito de escolher lugares para Armazens no Sitio da Forqueta, e onde mais parecesse conveniente, para entrada do Exercito the serrecolher o mesmo para o dito Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1 trim.1937, p. 75-94.

FERNANDES, Domingos José Marques. Descrição Geográfica, Política, Civil e Militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. 1804. *Pesquisas*, Porto Alegre, (15):11-91, 1961.

INSTRUÇÕES de Martinho de Mello e Castro a Luis de Vasconcelos e Souza acerca do Governo do Brasil (1779). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. XXV:479-83, 1862.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-34)*. Trad. Dante de Layrano. Porto Alegre, SEC, 1946.

LINIERS, Conde de. Memória sobre o Porto de S. Pedro do Rio Grande do Sul - 1798. IN: BOLETIM DO CENTRO RIO-GRANDENSE DE

ESTUDOS HISTÓRICOS, Rio Grande, 1941. v. 3. p. 3-37.

LISBOA, José Correa. Relação e mappas acerca da tomada da terra da margem do sul do Rio Grande de São Pedro, desde 6 de fevereiro de 1776 até o 1º de abril do mesmo anno, em que se concluiu a dita tomada. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 64;97-120.

LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1975. (Reconquista do Brasil, 21).

MAGALHÃES, Manoel Antonio de. Almanak da Villa de Porto Alegre com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul. 1808. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, (79):43-74, 3 trim. 1940.

MAWE, John. Viagens ao interior do Brasil. Trad. R.P.M. -Frei Polidoro de N.S. da Lapa. Lisboa, Impressão Régia, 1819. 208 p. (Obras Raras da Biblioteca Rio-Grandense, 558).

MEMÓRIA dos Serviços Prestados pelo Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho ao Governo do Rio Grande de S. Pedro, dirigida a Gomes Freire de Andrada em 1740. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 16:237-46, 4 trim. 1936.

MILLAU, Francisco. Descripción de la Provincia del Rio de

la Plata. 1772. Buenos Aires, Calpe Argentina, 1947. 149p. (Obras Raras da Biblioteca Rio-Grandense, 663).

NOTÍCIAS Práticas da Costa e Povoações do Mar do Sul e a Resposta que lhe deu o sargento-mór da Praça de Santos, Manuel Gonçalves de Aguiar, às perguntas que lhe fez o Governador e Capitão General da cidade do Rio de Janeiro e Capitanias do Sul Antonio de Brito e Menezes, sobre a costa e povoação do mesmo nome. _Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul_, Porto Alegre, 3 trim. 1929, p. 349 - 62.

NOTÍCIA - 2ª Prática que dá ao P.M. Diogo Soares, o capitão Cristóvão Pereira, sobre as campanhas da Nova Colônia e Rio Grande ou Porto de S. Pedro. _Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro_, Rio de Janeiro, T. LXIX, 1908, p. 304-9.

OFFICIO do Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara em 22 de dezembro de 1780, ao Vice-Rei Luis de Vasconcelos e Souza. _Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro_, Rio de Janeiro, _40_:243-6.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. _Anais da Província de São Pedro_. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946.

POMBAL, Sebastião de Carvalho e Mello. Marquês de. Ofício ao Vice-Rei do Brasil sobre a fronteira do sul do Brasil com o papel intitulado "Reparos sobre a defesa do Rio Grande

do Sul" do Marexal Miguel Angelo Blasco (1774). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, *234*:324-35, jan-mar. 1957.

RESPUESTA del Marques de Grimaldi, ministro de España, a la memoria que en enero de 1776 le presentó el de Portugal, D. Francisco Inacio de Souza Coutiño, sobre limites en la banda oriental del rio de la Plata. S.N.T. 72 p. (Obras Raras da Biblioteca Rio-Grandense, 693).

ROSCIO, Francisco João. Compêndio noticioso do continente do Rio Grande de São Pedro. 1781. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, (87): 29-56, 3-4 trim. 1942.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1820-21). São Paulo, USP, 1974. (Reconquista do Brasil, 10).

SOUZA, Francisco Ferreira de. Discripção a Viagem do Rio Gr$^{\underline{e}}$ offerecida ã Phylauci$^{\underline{ma}}$ Snr$^{\underline{a}}$ Fama Perpetua da Durac$^{\underline{m}}$. 1777. SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ... Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, 1979. v.3, p. 231-71.

II. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADIE-AICARDI, Aníbal. La idea del equilibrio y el contexto geopolitico fundacional del Virreinado Rioplatense. In: Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesell - schaft Lateinamerikas, Köln-Wien, 17:261-96, 1980.

_____ La isla de Santa Catalina y el Atlantico Sur en la visión geopolitica del Virrey Cevallos. In: Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas, Köl-Wien, 19:45-72, 1982.

ABADIE-AICARDI, Aníbal & ABADIE-AICARDI, Oscar. Portugueses y Brasileños hacia el Rio de la Plata. Recife, POOL, 1977.

ABREU, João Capistrano de. Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 5 ed., Brasília, Universidade de Brasília, 1963.

AGUIAR, Pinto de. A economia portuguesa no fim do século XVIII. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 298:231-95, jan.-mar. 1973.

ALMEIDA, Aluísio de. Os caminhos do sul e a feira de Sorocaba. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 186:96-173, jan.-mar. 1945.

ALVES, Arthur da Mota. Contribuição para a biografia de José

da Silva Paes, o fundador do Rio Grande. In: BOLETIM DO CENTRO RIO-GRANDENSE DE ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio Grande, 1941. v. 3, p. 9-13.

ARANA, Henrique de. Expedición de Don Pedro de Cevallos al Rio Grande y Rio de la Plata. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIOGRANDENSE, 2, Rio Grande, 1937. Anais ... Porto Alegre, Globo, 1937. v.1, p. 325-98.

AZEVEDO, Thales de. Gaúchos - notas de Antropologia Social. 2 ed., Salvador, Livraria Progresso, 1958.

BALEM, João Maria de. Jurisdição eclesiástica sobre o Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 3 trim. 1932, p. 3-12.

_____ A fundação da Paróquia de São Pedro do Rio Grande. Correio do Povo, 23 jun. 1956.

BARRETO, Abeillard. Bibliografia Sul Rio-Grandense. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973. 2v.

_____ A expedição de Silva Paes e o Rio Grande de São Pedro. In: História Naval Brasileira. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979. v.2, t. 2, p. 9-54.

_____ A expulsão dos espanhóis do Rio Grande de São Pedro. SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976), Rio de Janeiro, 1976. Anais ... Rio

de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, 1979. v.2, p. 659-70.

_____ A ocupação espanhola do Rio Grande de São Pedro. SIMPÓSIO COMEMORATIVO AO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ... Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, 1979. v.2, p. 643-57.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. A formação da primeira rede de vilas no Rio Grande de São Pedro. Revista de Estudos Íberos-Americanos, Porto Alegre, PUC, 6 (2):149-67, dez, 1980.

BASTOS, Manuel E. Fernandes. A estrada da Laguna ao Rio Grande. CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL RIOGRANDENSE, 2, Rio Grande, 1937. Anais ... Porto Alegre, Globo, 1937. v. 1, p. 295-322.

BAUSS, Rudy. Rio Grande do Sul in the portuguese empire: the formative years, 1777-1808. The Americas, 39(4):519-35, abril 1983.

BENTO, Cláudio Moreira. Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul: 1635 à 1870. Porto Alegre, A Nação; IEL; DAC; SEC, 1976.

_____ A guerra da restauração do Rio Grande. SIMPÓSIO COMEMO-

RATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ... Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, 1979. v.2, p. 527-53.

BOXER, Charles. A idade de ouro do Brasil. São Paulo, Edit. Nacional, 1969. 390p. (Brasiliana, 341).

BUESCU, Mircea. Legitimação da ocupação econômica do Rio Grande de São Pedro. SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ... Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, 1979. v.2, p. 583-94.

CABRAL, Oswaldo Rodriges. Os Açorianos. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE, 1, Florianópolis, 1948. Anais ... Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950. v.2, p. 503-97.

CALENDÁRIO Histórico-Cultural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, IEL, s.d. 59p. (administração Amaral de Souza).

CALMON, Pedro. História social do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1939. (Brasiliana, 173).

CANABRAVA, Alice Piffer. A grande propriedade rural. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). História geral da civilização brasileira. São Paulo, DIFEL, 1973, t.4, v. 2, p. 192-217.

CANABRAVA, Alice Piffer. Decadência e riqueza. Revista de História, São Paulo, 50(100):335-66, out.-dez. 1974.

CAPURRO, Fernando. La Colonia del Sacramento. Montevidéu, s. ed., 1928 (Obras raras da Biblioteca Rio-grandense, 630).

CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os métodos da História. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

CARNAXIDE, Antonio de Souza Pedroso. Visconde de. O Brasil na administração pombalina. 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1979. (Brasiliana, 192).

CESAR, Guilhermino. Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1805). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969.

_____ Antecedentes da fundação do Rio Grande do Sul. Separata da Revista Portuguesa de História, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1970. p. 320-30.

_____ Ocupação e diferenciação do espaço. In: RS: economia e política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 7-28.

_____ História do Rio Grande do Sul. 2 ed. Porto Alegre, Globo, 1989.

CHAUNU, Pierre. História como ciência social: a duração. o espaco e o homem na época moderna. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

COPSTEIN, Raphael. Evolução urbana de Rio Grande. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 122:43-68, 1982.

CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri. (1750): documentos biográficos. Rio de Janeiro, Min. Rel. Exteriores, 1950, parte III, tomo II.

_____ Tratado de Madri; Antecedentes, Colônia do Sacramento (1669-1749). Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1954. (De Angelis, V).

_____ Antecedentes do Tratado de Madri; Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai (1703-1751). Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1955. (De Angelis, VI).

COSTA, Alfredo R. da. O Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Globo, 1922, 2v.

CUNHA, Pedro Otávio Carneiro da. Política e administração de 1640 a 1763. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir). História geral da civilicação brasileira. São Paulo, DIFEL, 1976, (t.1, v.2. p. 9-44).

DIEGUES JR., Manuel, Contribuição dos casais ilhéus à fixa-

ção do uti-possidetis. CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE, 1, Florianópolis, 1948. Anais ... Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950. v. 2, p. 471-80.

DOCCA, E.F. Souza. Cente sul riograndense, CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL RIOGRANDENSE, 3, Porto Alegre, 1940. Anais ... Porto Alegre, Globo, 1940. v.2, p. 647-80.

_____ História do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Simões, 1954.

FERRAZ, João Machado. Os primeiros gaúchos da América portuguesa. Porto Alegre, IEL; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980.

FARIA, Octávio Augusto de. Histórico da divisão administrativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Of. Typ. de Carlos Echenique, 1917.

FERREIRA FILHO, Arthur. História geral do Rio Grande do Sul (1503-1957). Porto Alegre, Globo, 1958.

FLORES, Moacyr. Os índios infiéis. Revista de Estudos Íbero-Americanos, Porto Alegre, PUC, 8 (1):9-17, jul. 1982.

FONTOURA, Edgar. José da Silva Paes, o patriarca do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1 trim., 1937. p. 43-66.

FONTOURA, Edgard. O Rio Grande de São Pedro na visão de José da Silva Paes. Porto Alegre, Globo, 1937.

FORTES, Amir Borges. Compêndio de história do Rio Grande do Sul. 4 ed. Porto Alegre, Sulina, 1960.

FORTES, João Borges. Cristóvão Pereira. Porto Alegre, Typ. Centro, 1931.

_____ O Brigadeiro Silva Paes e a fundação do Rio Grande. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 3 trim., 1933, p. 3-119.

_____ A frota de João de Magalhães. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1 trim., 1934, p. 63-93.

_____ O povoamento inicial do Rio Grande. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1934, p. 123-46.

_____ De sertão a estado. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2 trim., 1936, p. 139-66.

_____ Fundação do Rio Grande. CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL RIOGRANDENSE, 2, Rio Grande, 1937. Anais ... Porto Alegre, 1937. v.2, p. 203-42.

_____ Tropeiros. CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL RIOGRANDENSE, 2, Rio Grande, 1937. Anais ... Porto Alegre, Globo, 1937, v.2, p. 73-82.

_____ Francisco Pinto Madeira. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1 trim., 1938, p. 3-46.

_____ Velhos caminhos do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 4 trim. 1938, p. 203-54.

_____ O levante dos dragões do Rio Grande em 1742. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2 trim., 1939, p. 217-23.

_____ Rio Grande de São Pedro - povoamento e conquista. Rio de Janeiro, Bloch, 1941. (Bilioteca Militar, 37).

_____ A estância. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, (93):8-26, 1 trim. 1944.

_____ Os casais açorianos. 2 ed. Porto Alegre, Martins, 1978.

FREITAS, Décio. O capitalismo pastoril. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. O comércio ultramarino espanhol no Prata. São Paulo, Perspectiva, 1982.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo, Ática, 1978.

GOULART, Jorge Salis. A formação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1952.

HAFKEMEYER, J.B. A conquista portuguesa do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1-2 trim. 1928, p. 199-292.

HENRY, Louis. Técnicas de análise em Demografia Histórica. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1977.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Colônia do Sacramento e a expansão do extremo sul. In: ______. História Geral da civilivilização brasileira. 4 ed, São Paulo, DIFEL, 1972, t.1, v. 1, p. 322-64.

LAYTANO, Dante de. Notícia breve da pecuária no Rio Grande do Sul no século XVIII. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 4 trim. 1945, p. 263-75.

LAYTANO, Dante de. Os açorianos. In: Enciclopédia Riograndense. Canoas, Regional, 1956. v. 1, p. 41-73.

_____ A estância. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 241:3-105, out.-dez. 1958.

LEITÃO, C. de Mello. O Brasil visto pelos ingleses. São Paulo, Ed. Nacional, 1937. (Brasiliana, 82).

LIMA, José Ignácio de Abreu. Synopsis ou dedução chronologica dos factos mais notáveis da história do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1 trim. 1946, p. 129-38.

LINS, Maria de Lourdes Ferreira. Martim Lopes Saldanha: a presença de São Paulo nas guerras do sul (1775-1776). SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ... Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, 1979. v. 1, p. 304-26.

LISANTI, Luis & MARCÍLIO, Maria Luiza. Estrutura demográfica, social e econômica da Vila de Lajes. (1798-1808). Revista Estudos Históricos, Marília, (8):9-52, 1969.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Processo administrativo íbero-americano. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1962 (General Benício, 15).

MACEDO, Francisco Riopardense de. Urbanização, história e revolução urbana. Correio do Povo, Porto Alegre, 7 abr. 1973. Caderno de Sábado, p. 16.

_____ Caminhos da fixação. Correio do Povo, Porto Alegre, 14 jul. 1973, Caderno de Sábado, p. 16.

_____ Os caminhos da conquista. Correio do Povo, Porto Alegre, 21 jul 1973, Caderno de Sábado, p. 16.

_____ Primeiras atividades econômicas. Correio do Povo, Porto Alegre, 28 jul. 1973. Caderno de Sábado, p. 16.

_____ Açoriano: colono e soldado. Correio do Povo, Porto Alele, 21 de out., 1983. p. 80.

_____ Viagem dos açorianos ao Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 122:27-41, 1982.

MACEDO, Roberto. Gomes Freire, o principal comissário. SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ... Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de História e Geografia militar do Brasil, 1979. v.1, p. 69-104.

MACEDO, Jorde de. Portugal e a economia pombalina. Revista de

História, São Paulo, (19):81-97, jul.-set. 1954.

MAESTRI, Mário José. O escravo no Rio Grande do Sul; a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1984.

MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. A escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1866. (Obras raras da Biblioteca Riograndense, 240).

MARCÍLIO, Maria Luiza. Alguns aspectos de la estructura de la fuerza de trabajo en la capitania de São Paulo. Anais de História, Assis, 1971, p. 53-62.

_____ A cidade de São Paulo; povoamento e população (1750-1850). São Paulo, Pioneira, 1974.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MONTEIRO, Antenor de O. Os homens do segundo vilamento do Rio Grande. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, (105-108):123-32, 1947.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. A Colônia do Sacramento (1680-1777). Porto Alegre, Globo, 1937. 2v.

_____ A formação do Regimento de Dragões do Rio Grande de São Pedro. CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIOGRANDENSE, 2, Rio Grande, 1973. Anais ... Porto Alegre, Globo, 1937. v. 2, p. 127-35.

_____ Dominação espanhola no Rio Grande do Sul. SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ... Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, 1979. v.4.

MORAES, Carlos Dante de. Figuras e ciclos da história riograndense. Porto Alegre, Globo, 1959.

MÖRNER, Magnus. Os jesuítas, as suas missões guaranis e rivalidade luso-espanhola pela Banda Oriental (1715-1737). Revista Portuguesa de História, Coimbra, T.IX: 141-75, 1960.

MUNFORD, Lewis. A cidade na história. Trad. Neil R. da Silva. Belo Horizonte, Itatiaia, 1965, 2 v.

NEIS, Ruben Mons. Porto dos Casais; criação da freguesia; fundação de Porto Alegre. Porto Alegre, 1972. Discurso proferido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em 25 de maio de 1972.

_____ A aldeia de Nossa Senhora da Conceição do Estreito. In: O índio no Rio Grande do Sul; perspectivas. Porto Alegre, Governo do Estado, 1975. p. 125-30.

_____ A guarda velha de Viamão. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Sulina, 1975.

_____ Formação étnica e religiosa do povo riograndense. Renovação (CNBB Regional Sul 3), Porto Alegre, (121:16-29, out. 1978.

_____ A Igreja no pastoreio do Rio Grande do Sul luso-brasileiro. Renovação (CNBB Regional Sul 3), Porto Alegre ..... (122):9-14, nov. 1978.

_____ O índio na mestiçagem riograndense. In: O índio no Rio Grande do Sul, perspectivas, Porto Alegre, Governo do Estado, 1975. p. 131-7.

NIELSEN, Lawrence James. Uma metodologia de pesquisa para a História Demográfica. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, s/d. Mimemografado.

NOVAES, Fernando Antonio. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII. Revista de História, São Paulo, (67):145-66, jul.-set. 1966.

_____ Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). 2 ed. São Paulo, HUCITEC, 1981.

OMEGNA, Nelson. A cidade colonial. 2 ed. Brasília, EBRASA;INL; MEC, 1971.

ORNELLAS, Manoelito de. Gaúchos e Beduínos; a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. 2 ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. A Península Ibérica no jogo das relações internacionais nos séculos XVII e meados do XVIII. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, s.d. Mimeografado.

PIAZZA, Walter Fernando. A Igreja em Santa Catarina; notas para sua história. Florianópolis, Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

_____ A colonização de Santa Catarina. Porto Alegre, Banco Regional do Desenvolvimento Sul, 1982.

_____ A grande migração açoriana de 1748-1756. Separata do BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA. v. 50.

_____ Santa Catarina: sua história. Florianópolis, UFSC; Lunardelli, 1983.

_____ O Brigadeiro José da Silva Paes, estruturador do Brasil Meridional. Inédito.

PLANELLA, João José. Aspectos da defesa do Brasil na primeira metade do século XVIII. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1976. Mimeografado. (Tese de Livre Docência).

PORTO, Aurélio. O coeficiente lagunista na formação social do gaúcho. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 3-4 trim. 1931, p. 169-85.

_____ Dicionário enciclopédico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Universo, 1936.

RIOS, José Arthur. Estrutura agrária brasileira na época da independência. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 298:296-305, jan.-mar. 1973.

RODRIGUES, José Honório. O continente do Rio Grande. Rio de Janeiro, São José, 1954.

_____ A concessão de terras no Brasil. In: História e Historiografia. Petrópolis, Vozes, 1970. p. 56-64.

_____ História da História do Brasil. 2 ed São Paulo, Editora Nacional, 1979. (Brasiliana, Grande Formato, 21).

ROSA, Othelo. O litígio Pelotas-rio das Contas. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1 sem. 1933, p. 153-60.

SALVADOR, José Gonçalves. Os cristãos novos e o comércio no Atlântico Meridional. São Paulo, Pioneira, INL, MEC, 1978.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. Algumas notas para o estudo da economia de São Paulo no final do século XVIII. Revista Estudos Históricos, Marília, (13, 14):85-112, 1974, 5.

SILVA, Elmar Marques da. Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890). In: RS, economia e política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 55-92.

SILVA, Maria Beatriz Niza da. O casamento e suas normas eclesiásticas, civis e sociais. In: Cultura no Brasil Colônia. Petrópolis, Vozes, 1981. (História Brasileira, 6).

SOARES, Teixeira. A diplomacia portuguesa na luta pela reconquista do continente de São Pedro. SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ..., Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, 1979. v.2, p. 555-82.

SOBOUL, Albert. Descrição e medida em história social. Revista de História. São Paulo, (75):175-88, jul. set. 1968.

SOLER, Maria Angélica Careaga. Colônia do Sacramento e reduções: conflitos de interesses bélicos. SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976) Rio de Janeiro, 1976. Anais ..., Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, 1979. v.1, p. 125-60.

SOUZA, José Antonio Soares. O tráfico de negros no rio da Prata. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 244:446-54, jul-set, 1959.

SPALDING, Walter. O porto do Rio Grande nos primeiros anos de 1800. O Riograndense, Rio Grande, 18 dez. 1936. p. 1.

_____ Os Dragões do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,4 trim.1936, p. 219-51.

_____ A revolta dos Dragões do Rio Grande. CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIOGRANDENSE, 2, Rio Grande, 1937. Anais ... Porto Algre, Globo, 1937. v. 2, p. 137-67.

_____ Freguezias, Vigararias, Curatos e Varas da fundação do Rio Grande à República. CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIOGRANDENSE, 3, Porto Alegre, 1940. Anais ... Porto Alegre, Globo, 1940, v. 3, p. 1442-54.

_____ Pecuária, charque e charqueadores no Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 3 trim, 1943, p. 123-40.

_____ Gênese do Brasil-Sul. Porto Alegre, Sulina, 1953.

TESCHAUER, Carlos. História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos. Porto Alegre, Selbach 1918, 3 v.

_____ Porand'uba Rio-Grandense. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2 trim, 1921, p. 228-306.

TRUDA, F. de Leonardo. Aspectos econômicos do Rio Grande, antes da independência nacional. In: _____. A colonização alemã no Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2 trim. 1930, p. 163-76.

VELLINHO, Moisés. Capitania d'el Rei; aspectos polêmicos da formação riograndense. 2 ed. Porto Alegre, Globo, 1970.

_____. Gomes Freire no Sul. Correio do Povo, Porto Alegre, 27 jan. 1973 (I), 10 fev. 1973 (II), 17 fev. 1973 (III), 24 fev. 1973 (IV), 3 mar. 1973 (V), 10 mar. 1973 (VI), 17 mar. 1973 (VII). Caderno de Sábado.

VIANA, Hélio. História do Brasil. 13 ed. São Paulo, Melhoramentos, 1977.

VIANA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952, 2 v.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. População curitibana e paranaense de 1780. In: BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, Curitiba, (36):1-25, 1980.

WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII; doutrinas, mecanismos, exemplificações. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 316: 170-279, jul.-set. 1977.

_____ Conjuntura portuguesa e ação econômica no Rio Grande de São Pedro. SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ... Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, 1979. v. 1, p. 218-43.

WESTPHALEN, Cecília Maria. O comércio exterior do Brasil Meridional no século XVIII. Revista de História, São Paulo, 50 (100):275-92, out.-dez. 1974.

WIEDERSPHAN, Henrique Oscar. Invasões de Ceballos e Vertiz. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1 trim. 1936, p. 21-58.

_____ A colonização açoriana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes; Instituto Cultural Português, 1979.

_____ O famoso Conde de Lippe e o primeiro exército luso-brasileiro unificado nas lutas contra os hispânicos no sul até 1777. SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BI-CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Rio de Janeiro, 1976. Anais ... Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, 1979. v. 1, p. 249-83.